



Pierre Bourdieu

e a produção social da cultura,
do conhecimento e da informação

Regina Maria Marteleto
Ricardo Medeiros Pimenta
organizadores

COMITÊ CIENTÍFICO

Amaury Fernandes da Silva Junior (UFRJ)

Giulia Crippa (USP)

Helena Maria Scherlowski Leal David (UERJ)

Heloisa Buarque de Hollanda (UFRJ)

Henriette Ferreira Gomes (UFBA)

Icléia Thiesen (UNIRIO)

Ilara Hammerli de Moraes (FIOCRUZ)

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (UERJ)

Maria Aparecida Moura (UFMG)

Marilda Lopes Ginez de Lara (USP)

COMITÊ EDITORIAL

Regina Maria Marteleto (IBICT-UFRJ)

Ricardo Medeiros Pimenta (IBICT-UFRJ)

Marianna Zattar (UFRJ)

Rodrigo De Santis (SETEC/MEC e IFPR)

Regina Maria Marteleto
Ricardo Medeiros Pimenta
organizadores

PIERRE BOURDIEU
e a produção social da cultura, do
conhecimento e da informação

G a r a m o n d

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 – Rio Comprido

Rio de Janeiro – Brasil – 20.261-115

Tel: (21) 2504-9211

editora@garamond.com.br

Revisão

Alberto Almeida

Editoração Eletrônica

Editora Garamond

Capa

Estúdio Garamond

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P677

Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2017.

370 p. ; 21 cm.

ISBN: 9788576174493

1. Ciências sociais. I. Marteleto, Regina Maria. II. Pimenta, Ricardo Medeiros.

17-42410

CDD: 320

CDU: 32

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

Prefácio - Bourdieu e o *Ethos* Acadêmico7

Apresentação.....14

Parte 1. Bourdieu e as teorias implicadas no conhecimento do campo informacional

A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu 29
Regina Maria Marteleto

Um esboço de autoanálise da Ciência da Informação: contribuições de Pierre Bourdieu..... 49
Marco Schneider, Arthur Coelho Bezerra, Leonardo Castro

O que é Ciência da Informação? Desafios imediatos e impactos hipotéticos da “distinção” bourdieusiana na socioepistemologia dos estudos informacionais72
Gustavo Silva Saldanha

Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação: uma revisão da literatura.....102
Marianna Zattar, Regina Maria Marteleto

Anotações sobre linguagem, informação e cultura na praxiologia de Pierre Bourdieu 134
Vinícios Souza de Menezes, Maria Nélide González de Gómez

Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento 154
Rodrigo de Santis, Rosali Fernandez de Souza

Parte 2. Bourdieu, a informação e o campo científico

A Sociologia da Ciência de Pierre Bourdieu: ferramentas e pontos de vista..... 179
Carlos Otávio Fiúza Moreira

A abordagem sociocultural da produção de conhecimento científico.....190
Lidiane S. Carvalho

Pierre Bourdieu e a produção do conhecimento científico: reflexões sobre uma ciência aberta	207
<i>Vanessa Jorge, Sarita Albagli</i>	

Parte 3. Bourdieu e a diversidade das práticas e processos culturais

Pequeno ensaio: do campo para a rede sociotécnica.....	231
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	

Ciberespaço, internet e <i>habitus</i> : uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital.....	241
<i>Ricardo Medeiros Pimenta</i>	

Na intimidade da oficina de pesquisa em educação popular: narrativas sobre um diálogo com Pierre Bourdieu.....	259
<i>Marize Bastos da Cunha</i>	

Uma leitura bourdieusiana da arquitetura	283
<i>Denise Morado Nascimento</i>	

Pierre Bourdieu e Darcy Ribeiro: contrapontos sobre os sentidos do intelectual, da educação e da escola.....	297
<i>Adelia Miglievich-Ribeiro</i>	

Estruturação do campo da produção da informação estatística oficial à luz da teoria bourdieusiana.....	327
<i>Ana Rosa Pais Ribeiro, Nelson de Castro Senra</i>	

Pierre Bourdieu e os públicos de museus.....	350
<i>Angela Cardoso Guedes</i>	

Posfácio. Pierre Bourdieu e os estudos da informação.....	363
--	-----

Os autores	365
-------------------------	-----

Prefácio

Bourdieu e o *Ethos* Acadêmico

Sou muito agradecida aos organizadores pelo honroso convite para prefaciar esta obra. Devo confessar, no entanto que, para mim, foi muito difícil dar alguma contribuição, depois de ler os tópicos tratados por tão renomados pesquisadores e pensadores do campo da informação que aqui escrevem. Eles e elas já esquadrinharam, das mais diferentes formas, a indiscutível contribuição de Bourdieu para pensar sua área. Este livro apresenta uma extensa revisão sistemática sobre a contribuição do autor e uma visão de vários pesquisadores sobre ele; uma reflexão sobre o campo científico e sobre a relação entre ciência, cultura e informação; e vários capítulos reflexivos sobre uma grande diversidade de práticas informacionais do mundo contemporâneo. Tudo costurado pelos conceitos e reflexões trazidas por Bourdieu.

Enfrentando a dificuldade de dizer algo novo, optei por chamar a atenção dos leitores para dois pontos: o elevado nível de sofisticação e seriedade desta obra acadêmica – que, com certeza, será uma referência para professores, pesquisadores e estudantes da área de informação, comunicação e das ciências sociais, em geral; e tecer algumas considerações sobre o que mais me marcou na trajetória de Pierre Bourdieu, tomando-o como exemplo de postura ética na práxis acadêmica. Falarei de três pontos: a coerência de sua trajetória intelectual; a coerência de seu discurso teórico; e a coerência de seu engajamento como cidadão e ator político, sempre qualificado por sua produção científica.

Sobre a coerência de sua obra. O verdadeiro sociólogo tem perguntas fundamentais sobre a realidade e as persegue durante todo o curso de sua carreira. Bourdieu, esse autor consagrado que não cansa de ser lido, relido e reinterpretado, colocou seu foco reflexivo nas duas seguintes indagações: (1) como os indivíduos incorporam a estrutura

social, legitimando-a, reproduzindo-a ou a transformando; e (2) como ocorre a dinâmica de poder na sociedade, em especial, por que caminhos o poder é transferido e a ordem social é mantida através das gerações. Qualquer discussão que se aproprie de sua obra precisa ter em mente essas duas questões seminais.

Ainda um jovem filósofo, Bourdieu iniciou sua trajetória com um estudo sobre os pobres e camponeses da Argélia, onde prestou serviço militar e depois foi professor, ao tempo em que esse país lutava contra o poder da dominação francesa. Suas indagações sobre uma cultura diferente, o cuidado de ouvir as pessoas, conversar com elas, ir atrás do que as identificava, descobrir pontos e pontes com a realidade mais ampla e complexificar a compreensão dessa realidade foi uma prática que o acompanhou por toda a vida, levando-o a criar uma forma particular de interpretação do mundo. Por isso, Bourdieu pode ser definido com um clássico das ciências sociais, no verdadeiro sentido do termo, tal como definido por Wright Mills nos idos anos 1950: o sociólogo não se distingue pelo seu diploma e, sim, por sua capacidade de fazer perguntas sobre temas naturalizados e banalizados, tornando-os questões públicas de relevância da discussão política para a transformação social. Pois assim foi Bourdieu: das primeiras obras até as últimas, esquadrinhou as estruturas da sociedade e as mostrou – diferentemente do que ensinavam as grandes narrativas teóricas positivistas ou marxistas mecanicistas da época – não como entidades, fatos ou coisas e nem como uma simples formações sociais por oposição de classes entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. Esse autor mostrou a profunda imbricação do econômico, do social, do cultural e do simbólico em todo o processo de dominação, em que operam, ao mesmo tempo, o peso das estruturas herdadas e a autoria dos sujeitos que as questionam e as transformam.

Bourdieu bebeu nos clássicos. De Max Weber, incorporou a importância dos conceitos de dominação, de sistemas simbólicos, de ação e de ordem social. De Marx, adotou a compreensão da sociedade como um conjunto de relações sociais que existem independentemente da consciência e do desejo individual, pois fundadas no modo e nas condições de produção. De Durkheim, de Marcel Mauss e Lévy-Strauss, herdou

uma visão estruturalista na interpretação da tendência de reprodução das estruturas e das práticas culturais. Também recebeu os influxos de autores fundamentais da filosofia da ciência como Canguilhem e Bachellard e da filosofia fenomenológica de Husserl, Heidegger, Merleau Ponty, dentre outros. Wittgenstein foi seu autor de cabeceira, pois ele próprio chegou a dizer que esse foi o filósofo que mais o ajudou nos momentos difíceis, como um sábio conselheiro para as ocasiões de grande distresse intelectual. Em suma, Bourdieu foi um autor complexo que respeitou os clássicos, aprofundou a leitura dos grandes autores da sociologia, mas, através de uma crítica cuidadosa, criou uma maneira particular de organizar seu pensamento.

Numa coerência impressionante em sua trajetória, esse ator que começou sua obra estudando a vida e a cultura dos trabalhadores da Argélia dedicou um de seus mais importantes estudos, já mais ao final de sua carreira, a ouvir e a registrar a voz dos mais pobres no livro *A miséria do mundo*. Sua visão, muitas vezes criticada, é de que os dominados aceitam a hegemonia cultural com a qual não se identificam porque a consideram-na imprópria e sem interesse para eles. Mas também ressalta, como Weber, que os grupos se transformam e a pertinência a um segmento no papel de subalterno é compatível com a preeminência em outras esferas de poder, como na religião e na política, de forma que classe só em parte pode ser identificada por atributos econômicos.

Sobre a coerência do discurso acadêmico. Para falar da coerência do discurso acadêmico de Bourdieu é importante ressaltar os aspectos medulares de sua sociologia reflexiva: o sistema social em interação com os atores individuais; o rechaço à separação entre teoria e investigação empírica; o desvendamento dos mecanismos de dominação e colonização e, já no final da vida, a proposta de que a sociologia deve fazer uma militância intransigente frente às questões sociais contingentes. Estruturando esse discurso, Bourdieu desenvolveu alguns conceitos que perpassam toda sua obra e se interpenetram de forma recursiva: *habitus*, campo, capital, posição social e classe. Esses construtos são desenvolvidos partindo da premissa básica, segundo a qual, a realidade não se funda em fatos, mas em relações.

Com o termo *habitus* – propositalmente Bourdieu usa o vocábulo latino para diferenciá-lo do sentido mais comum de hábito como sinônimo de costume – o autor evidencia que a propensão para agir de determinada forma é produto da história, mas é também um sistema aberto de disposições constantemente sujeito a novas experiências. Portanto, *habitus* constitui uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, levando a transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, tão comum na sociologia do século XX. Já a noção de *campo* vem designar uma espécie de zona cultural que ocupa uma posição no mapa da estrutura social e se distingue de outras zonas, por seus interesses, estruturas, regras, leis e formas de poder, hierarquia e prestígio. Da mesma forma que o *habitus*, o *campo* é estruturado e flexível, sujeito à influência e à concorrência entre os que o compõem e de atores de outros campos dos quais se aproxima e diferencia. Por meio do estudo deste conceito, Bourdieu respondeu a suas perguntas originárias sobre como se dão a estruturação e a reprodução do poder na sociedade através do domínio prático das regras, dos interesses e dos confrontos conflituosos.

Bourdieu construiu a noção de *capital* como a energia “da física social” que se apresenta sob quatro facetas: a econômica, a cultural, a social e a simbólica, todas incluindo uma acumulação de disposições, habilidades e conhecimentos que permitem aos sujeitos participarem, em determinada posição, num *campo* específico. Sua definição vai contra a ideia de determinismo econômico, associa a importância dos relacionamentos e dos contatos (capital social) que se constroem com educação, capacidade intelectual e retórica; inclui a presença ou ausência de prestígio (capital cultural) e agrega o papel dos gostos, estilos, valores e estruturas psicológicas que decorrem das condições de vida (capital simbólico). Nesse conceito, Bourdieu junta as ideias de *habitus* e *campo* e responde sua questão originária de como os indivíduos, através de diferentes formas de dominação e poder incorporam a estrutura social, legitimando-a, reproduzindo-a ou transformando-a.

Contra a teoria marxista que as trata como pilares dicotômicos da sociedade capitalista, Bourdieu ressalta que as *classes* não são entidades. E sim, formas relacionais de os agentes se agruparem para empreenderem a mobilização de seus interesses, englobando posição de poder, prestígio e *habitus* próprio de vestimenta, comida, e gosto artístico. Tal definição responde à indagação inicial de como se organiza o poder na sociedade, em especial, por que caminhos o poder é transferido e a ordem social é mantida através das gerações.

Bourdieu se tornou um dos cientistas sociais mais lidos no mundo pelo mérito dos temas que abordou, mas particularmente, pela força dos conceitos que construiu e o aporte epistemológico e metodológico insuperável que eles significam até hoje. Com a força de tais construtos sociológicos que se complementam e se interpenetram na tessitura de seu discurso científico, o autor quebrou várias falsas oposições tão frequentes no pensamento contemporâneo: entre interpretação e explicação; entre estrutura e sujeito; entre liberdade e determinismo; entre indivíduo e sociedade; entre objetivismo e subjetivismo; entre micro e macro; entre exterioridade e interioridade; entre quantitativo e qualitativo.

Sobre a coerência como intelectual engajado. Bourdieu se consagrou como um estudioso que abordou a dominação de classes e suas distinções culturais; que se inquietou com os problemas da pobreza; que se preocupou com os rumos e o sentido da educação da ciência e da tecnologia; que estudou e questionou o campo comunicacional e informacional, que empreendeu sociologicamente a crítica da economia; que refletiu sobre o sentido da própria sociologia e que, ao final da vida, atacou fortemente o neoliberalismo como uma ideologia que estava levando a Europa a perder um de seus maiores tesouros, o estado de bem estar social. Portanto, toda sua obra tem um conteúdo engajado, crítico e interrogador.

No início de sua carreira como professor, Bourdieu fez uma forte inflexão sobre os fundamentos científicos da sociologia – daí a importância que deu à construção de um discurso científico com conceitos claros e bem definidos. Mas, mesmo em seus primeiros tempos como investigador, uma forte visão política da sociedade influenciou seus

pontos de vista. A partir dos anos 1990, seu engajamento intelectual nas questões sociais começou a tomar novos rumos. Envolveu-se mais diretamente com o debate público na França, tornando-se uma das mais importantes expressões do intelectual militante (expressão da qual não gostava). Sua visão de mundo tornou-se mais aberta e seu papel no debate público e no diálogo com os movimentos sociais nasceu da urgência de enfrentar a discussão das fortes transformações trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e pela reestruturação produtiva – fenômenos que observava na França e no mundo. Ao final de sua carreira, tornou clara, portanto, sua convicção de que todo sociólogo tem responsabilidades que se estendem ao domínio público.

Gostaria de ressaltar que Bourdieu, apesar das críticas que fez a Sartre, foi um intelectual da estirpe dele e de Emile Zola, engajados tanto na militância acadêmica como no debate público sobre os rumos da sociedade. E seu exemplo me faz lembrar a importante obra de Galileu Galilei que após abjurar a doutrina heliocêntrica de Copérnico por causa das ameaças da Inquisição, escreveu, solitariamente, um trabalho científico considerado sua obra máxima, os *Discursos sobre as duas novas ciências*. O dramaturgo Bertold Brecht imortalizou esse trabalho na peça “Galileu Galilei”, escrita na Alemanha entre os anos 1938 e 1939. Sobre o primeiro tipo de ciência (que se poderia traduzir como as que hoje integram as áreas básicas, sobretudo a física e a matemática), ele fala da luta grandiosa que se deveria empreender para libertar a sociedade do jugo da religião, dos preconceitos intelectuais e da tirania ideológica. E enumera os valores fundamentais dessa ciência: imparcialidade, autonomia, neutralidade e notável coragem. Essa última é uma alusão ao feroz jugo da Inquisição. A segunda ciência, para Galileu, – a ciência sobre os seres humanos e a sociedade – deve ser portadora de uma visão humanística e ter um sentido transformador da realidade. Sobre ela, eis sua frase memorável “a miséria de muitos é velha como as montanhas, e, segundo os púlpitos e as cátedras, ela é indestrutível, como as mesmas montanhas”. O foco de seu discurso aparece numa poesia escrita por Brecht, denominada “A finalidade

da ciência” da qual transcrevo apenas um fragmento: “Seremos ainda cientistas se nos desligarmos da multidão? Vocês trabalham para quê? Eu sustento que a única finalidade da ciência é aliviar a canseira da existência humana” (Bertold Brecht [1898-1956], *Vida de Galileu Galilei* escrita em 1938-1939 na Alemanha).

Espero que os leitores desta obra encontrem nela o rigor da ciência e a humanidade que lhe dá sentido, fazendo jus ao engajamento intelectual e social dos que a escreveram.

Maria Cecília de Souza Minayo
Escola Nacional de Saúde Pública, Ensp/Fiocruz

Apresentação

Os trabalhos aqui reunidos decorrem de um projeto de pesquisa-ensino-comunicação científica composto pela organização de uma disciplina de pós-graduação, um seminário aberto ao público acadêmico e este livro-coletânea dedicados à apropriação do pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, com foco nas formas sociais de produção da cultura, do conhecimento e da informação. Diversas foram as motivações para a realização do projeto. Primeiro, o interesse dedicado à produção do sociólogo pelos pesquisadores brasileiros, inicialmente na Sociologia, Antropologia e Educação. Posteriormente, com as traduções de suas obras, a institucionalização dos programas de pós-graduação e o fluxo mais intenso de pesquisadores e estudantes no país e no exterior, suas ideias são apropriadas em outros domínios de pesquisa, dentre eles a Ciência da Informação.¹ Segundo, a oportunidade de reunião de pesquisadores vindos de disciplinas e instituições diferenciadas permite o trânsito de ideias e a sistematização dos produtos e resultados de pesquisas capazes de apontar para outras possíveis leituras e apropriações. O tempo de maturação de seus conceitos e métodos aplicados em pesquisas no campo de estudos da informação, enquanto domínio de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, parece ter atingido um patamar que justifica o diálogo interdisciplinar proposto. Por último, no momento histórico presente, no qual os laços sociais e os produtos culturais alcançam relevo mundializado nos intensos

1 A Ciência da Informação designa um campo epistemológico-teórico amplo destinado a refletir sobre a informação como problemática a ser estudada academicamente e cientificamente, no qual se inserem áreas aplicadas e profissionais como a Biblioteconomia, a Documentação, entre outras. Existe uma variedade de denominações, em nível internacional, empregadas para nomear esse mesmo campo, de acordo com a sua localização histórica e/ou geográfica: *Sciences de l'Information et de la Communication (sic)*, na França; *Information Science and Technology*, nos Estados Unidos; *Information Studies*, no Canadá. *Library and Information Science*, na Inglaterra e nos países escandinavos; *Ciencias de la Documentación*, na Espanha (ORTEGA, 2004; ARAÚJO, 2014).

fluxos de comunicação e informação, reconfigurando as formas de leitura, interação e aprendizagem, cabe redimensionar o pensamento de um autor que dedicou suas pesquisas à reflexão sobre os processos de dominação simbólica e de diferenciação social por meio de uma abordagem socioantropológica do conhecimento.

Estariam as novas mídias, redes e plataformas digitais reconfigurando as formas de produção, acesso e apropriação do conhecimento de maneira a concorrer para o ganho de capitais sociais, culturais e informacionais dos seus usuários? Quais seriam os meios e os atores atuantes nos procedimentos de arquivamento e digitalização para a preservação da memória cognitiva do amanhã? Como interpelar, confrontar, renovar essa memória digital e as suas formas de produção, difusão e acesso? Estas são questões que precisam ser refletidas pelos estudos da informação à luz de uma sociologia crítica que interroga sobre o poder simbólico exercido pelas mídias, pelo Estado, pelas instituições da cultura, pelos poderes econômicos. Certamente, se vivo fosse, Pierre Bourdieu se interessaria pela atualidade dessas novas mídias e faria enquetes e pesquisas em profundidade para entender o que realmente esses novos dispositivos produzem e difundem (CHAMPAGNE; CHARTIER, 2004).

Desde os anos de 1960 Bourdieu interessou-se pelas mídias e pelos ambientes da cultura, primeiramente pela “cultura cultivada”, aquela controlada pelo Estado enquanto a cultura legítima reproduzida pelo sistema educacional em seus diferentes níveis. A esse cultivo e controle corresponderia o estabelecimento de uma linguagem única, doutra e comum a todo um povo e território, apesar da diversidade cultural, social e histórica destes últimos. Seu interesse em pesquisar a conformação do sistema cultural se deu por meio de estudos destinados a estabelecer uma correlação entre as estruturas culturais e as estruturas sociais. Por isso sua concepção teórica procura conceitualizar a relação entre os sistemas simbólicos e a ação social, ou seja, as condições sociais de produção, circulação e recepção de ideias, representações, classificações e conhecimentos. Os sistemas simbólicos têm existência prática, isto é, são formas sociais a partir das quais os atores interpretam o mundo.

Dessa forma, eles não são autônomos em relação aos regimes de práticas sociais (BOURDIEU, 1989; CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO, 2011; MORADO; MARTELETO, 2004).

Neste sentido Bourdieu procurou demonstrar, sobretudo na seleção de trabalhos de sua autoria destinados à tradução e produção de coletâneas em outros países, de que modo a investigação empírica sobre diferentes domínios de práticas sociais, acompanhada de uma permanente vigilância crítica sobre as operações epistemológicas, poderia ser aplicada a inúmeros objetos de investigação no quadro das Ciências Sociais. Por exemplo, na coletânea de seus textos intitulada *O poder simbólico*, publicada em português com edições em Portugal e no Brasil, os organizadores da edição portuguesa lembram as intenções de Bourdieu de constituir uma linha de investigação capaz de atender aos mais diversos campos. Nessa obra a série de textos procura sustentar a base sociológica a partir da qual se concebe uma “ciência social unificada”, ou seja, apta a desenvolver um programa de estudos do social em ruptura com barreiras disciplinares, buscando integrar os construtos de outras ciências sociais (CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO, 2011, p. XXXVIII).

A intenção de abarcar a construção de uma ciência social unificada em diálogo com os construtos de seus fundadores e com diferentes correntes teóricas e metodológicas – em perspectiva interdisciplinar, histórica e internacional – permite aos estudiosos das demais disciplinas, cujos objetos se inserem nos domínios das práticas sociais e dos sistemas simbólicos, a apropriação orientada do quadro teórico e metodológico das Ciências Sociais. Por outro lado, no caso dos estudos da informação e de outras áreas ou disciplinas, pode-se entrever a configuração de redes conceituais e epistêmicas próprias a partir da recepção e apropriação progressivas do legado intelectual de Bourdieu, seja por um diálogo direto com as próprias obras, seja pela recuperação mais ou menos assimilada ou distanciada dos seus esquemas de pensamento, muitas vezes largamente repetidos sem maior aprofundamento, em diferentes meios acadêmicos ou profissionais.

Na Ciência da Informação, enquanto domínio do conhecimento dedicado ao estudo dos processos e sistemas de produção, difusão e uso

dos conhecimentos e suas materialidades informacionais, a recepção da obra de Bourdieu se deu principalmente pela via do entendimento dos mecanismos culturais e sociais envolvidos nas práticas de informação em diferentes campos como o escolar, o científico, da moda, do museu, da arquitetura, além dos movimentos sociais, comunitários e os processos de dominação, dentre outros.² Acrescenta-se ainda o emprego frequente do conceito de *capital social* nos estudos sobre gestão do conhecimento nas organizações, redes sociais, inovação e desenvolvimento local.

Tanto na área informacional quanto em outras disciplinas das Ciências Sociais, as pesquisas de Bourdieu sobre o campo científico, com recorte nas posições e papéis dos pesquisadores e os modos e condições dos processos de produção do conhecimento obtêm grande

2 Considerando um recorte histórico e não exaustivo da recepção de P. Bourdieu no campo informacional, restrito a um conjunto de teses desenvolvidas desde os anos de 1990, as primeiras apropriações dos conceitos do sociólogo podem ser situadas com a produção de duas teses de doutorado voltadas ao estudo da formação e do funcionamento de uma “cultura informacional” e aos mecanismos de produção e reprodução de classes sociais e gênero, com foco na instituição escolar: MARTELETO, R. M. *Cultura, Educação e Campo Social*; discursos e práticas de informação. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1992; OLIVEIRA, G. O. *Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura*. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1994. Destacam-se ainda as seguintes teses do Programa de Pós-Graduação do IBICT-UFRJ: ANDRADE, M. E. A. *A informação tecida na moda: o campo das micro e pequenas empresas do vestuário em Minas Gerais*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, PPGCI/IBICT-UFRJ, 2000; FEGHALI, M. K. *A informação de moda: mecanismos de poder, sedução e status na sociedade*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, PPGCI/IBICT-UFRJ, 2002; GUEDES, A. C. *Brinquedo: fonte de informação museológica*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, PPGCI/IBICT, 2004. A tese de doutorado de NASCIMENTO, D. M. *A edificação urbana como expressão da prática informacional: análise do campo tectônico de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, PPGCI/UFMG, 2005, realizou uma aproximação complementar entre os conceitos de *campo social*, desenvolvido por P. Bourdieu, e *domínio de conhecimento*, criado por B. Hjørland, para estudar o campo da arquitetura por meio de uma abordagem que levou em conta tanto a luta de posições dos atores acadêmicos no campo quanto as suas formas de organizar e sistematizar os conhecimentos e alianças por meio dos mecanismos disciplinares da comunicação científica. Essa aproximação entre o sociólogo e um estudioso do campo da informação veio a ser reforçada na tese de CARVALHO, L. S. *Informação e Genética Humana: o sequenciamento de uma cultura científica*. 2014. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, PPGCI/IBICT-UFRJ, 2014, voltada ao estudo do campo e das redes de pesquisa em genética humana. A tese de AZEVEDO, M. A. *Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, PPGCI/UFMG, 2006, estudou os mecanismos de participação considerando as diferentes posições e papéis sociais dos atores no âmbito dos conselhos comunitários de segurança pública.

receptividade, a depender da posição e conduta dos seus leitores no campo acadêmico e das suas relações com o campo do poder. Por meio de suas formulações sobre a teoria dos campos sociais, Bourdieu elaborou um modelo de análise da produção científica que permite entender a lógica das carreiras, os procedimentos de seleção e contratação, a dinâmica das lutas pela conquista da legitimidade científica (BOURDIEU, 1984). Este mesmo modelo permitiria ainda identificar as implicações psicológicas dos *habitus* sociais adquiridos pelos atores acadêmicos, bem como o efeito das forças coercitivas e das lutas sociais sobre as formas e o conteúdo das próprias produções científicas indicando, por exemplo, a que lógicas sociais correspondem as referências ou notas de rodapé dos artigos científicos, a escolha dos modelos teóricos ou dos terrenos empíricos selecionados para a aplicação dos estudos (OLIVESI, 2005).

Nos planos epistemológico e metodológico de suas obras o sociólogo desenvolveu a formulação da “construção do objeto”, para fazer entender os componentes de um programa de pesquisas integrador das diferentes disciplinas do social. Em primeiro lugar, a construção do objeto se refere à capacidade do pesquisador de realizar uma “arte” ou um “ofício” cujo vértice reside na capacidade de “pôr em jogo ‘coisas teóricas’ muito importantes a respeito de objetos ‘empíricos’ muito precisos, frequentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios” (BOURDIEU, 1989, p. 20). Com essa reflexão Bourdieu questiona um expediente muitas vezes empregado nas pesquisas das Ciências Sociais, que se refere à crença que o pesquisador atribuiu à importância social ou política do objeto, com se esta fosse suficiente para dar fundamento à importância do discurso que ele lhe consagra. O *modus operandi* da construção do objeto, assim entendido, implica a rejeição de alguns procedimentos comuns às pesquisas do social: da “grande teoria” sem aplicação empírica, do monoteísmo metodológico e de todos os equívocos do emprego de um pensamento escolástico impermeável à visão relacional do objeto em construção.

Bourdieu constrói em suas pesquisas o procedimento da “objetivação participante”, que ele entende como a “objetivação do sujeito da objetivação”, do “sujeito analisante”, ou seja, do próprio pesquisador,

por um procedimento de reflexividade dos instrumentos de pesquisa e do próprio conhecedor. Lembra que as ciências sociais não podem se reduzir ao registro e à análise das “prenoções” que os agentes sociais empregam na construção da realidade social, e nem ignorar as condições sociais da produção dessas prenoções e dos agentes sociais que as produzem. A objetivação participante tem como finalidade explorar, não a “experiência vivida” do sujeito conhecedor, mas as condições sociais de possibilidade dessa experiência e ainda do ato de objetivação: “Ela tem em vista a objetivação da relação subjetiva com o objeto que, longe de atingir um subjetivismo realista e mais ou menos anticientífico, é uma das condições da objetividade científica” (BOURDIEU, 2005, p. 44).³ A “objetivação participante”, operação de objetivação da relação do pesquisador social com o seu objeto, “é uma prática que permite ‘descontaminar’ a construção do objecto, relativizando o próprio interesse do sujeito do conhecimento pelo objecto, a partir de uma autoanálise” (CURTO; DOMINGOS; JERÓNIMO, 2011, p. XXXVIII). Essas reflexões metodológicas possuem relevância nos estudos da informação, tanto pelo seu estatuto de área de pesquisa aplicada, quanto pelas referências, às vezes pouco problematizadas ou objetivadas, das questões práticas e profissionais que permeiam o seu campo teórico-epistemológico.

Outra dimensão dos estudos de Bourdieu a respeito da ciência, de especial interesse para o campo informacional, refere-se à produção científica e à internacionalização do conhecimento, numa área que se dedica aos estudos de comunicação científica e aos estudos métricos da ciência (cientometria, bibliometria; webmetrias etc.) destinados a analisar os padrões de produção, compartilhamento de autorias e

3 O autor ressalta, assumindo uma posição crítica em relação aos estudos de laboratório desenvolvidos pela antropologia da ciência de Bruno Latour (cf., por exemplo, LATOUR, B. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Los Angeles: Sage, 1978; LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes: essais d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991) que a “objetivação participante” não deve ser confundida com a postura de “observar observando” praticada pelos antropólogos da ciência que consiste em observar o observador no seu trabalho de observação, no trabalho de campo, na relação com os informantes, baseado nos relatos dessas atividades. Portanto, chegando à conclusão que “tudo isso não é mais do que discurso, texto, ou pior, pretexto a texto” (BOURDIEU, 2003, p. 43).

formação de redes internacionais de pesquisa, e mais ainda os estudos que objetivam analisar os processos de difusão, mediação e apropriação social dos conhecimentos. Em trabalho publicado em coautoria com Loïc Wacquant, seu parceiro em múltiplas obras, os autores criticam o processo de globalização, associando-o à análise concreta do poder na escala mundial. (BOURDIEU; WACQUANT, 2002). No que concerne às questões relativas à circulação internacional do conhecimento, esse escrito dos autores se destina a refletir sobre os processos de internacionalização e legitimação do conhecimento que têm aspiração ao internacional, no entanto conservam, como todas as outras formas de conhecimento, as suas formas locais de produção do conhecimento.

Os pesquisadores e estudantes que propõem o diálogo interdisciplinar estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual Pierre Bourdieu tornou-se uma referência desde os anos de 1980, na linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade. As leituras de sua obra permitiram que fosse estabelecida e aplicada uma visão crítica e interdisciplinar da cultura, do conhecimento, da informação e da comunicação nas pesquisas, teses e dissertações, com o benefício de uma melhor exploração dos conceitos sociológicos e a abertura interdisciplinar em relação a outros domínios de conhecimento.

Os autores dos capítulos, oriundos dos campos da informação, comunicação, ciências sociais, saúde coletiva, museologia, arquitetura, planejamento urbano fazem parte desse histórico de parcerias e interlocuções entre atores acadêmicos, que ao longo dos anos e em graus diferenciados construíram abordagens centradas nas questões da cultura, do conhecimento, da informação e da comunicação, tanto em pesquisas já sedimentadas quanto as que exploram novas questões que surgem no cenário cultural e que permitem o intercruzamento de novas perspectivas analíticas do campo epistemológico e metodológico da obra de Pierre Bourdieu.

Os capítulos dizem respeito às diferentes apropriações da obra do sociólogo e seus interlocutores para a construção de uma abordagem

crítica na Ciência da Informação, considerando o seu arcabouço epistemológico e prático e os caminhos para a construção de um “pensamento relacional” nesse campo de estudos, segundo Bourdieu uma forma privilegiada de construção do conhecimento científico, com a criação de mediações e compartilhamentos que ultrapassem as divisões fronteiriças entre as disciplinas. As novas formas de produzir conhecimento, a autonomia do campo científico, de seus atores e instituições, o engajamento dos atores acadêmicos nas questões sociais, culturais e políticas do seu tempo, os processos de avaliação e certificação dos conhecimentos e dos conhecedores, são temáticas e questões que não devem ser descartadas pelos leitores de Bourdieu. O diálogo entre os seus construtos teóricos e metodológicos e os de outros estudiosos do campo informacional e demais campos disciplinares presentes nessa obra atesta a validade e a atualidade do seu pensamento para refletir sobre diferentes campos de aplicações, tais como: as formas de organização do conhecimento e os indicadores científicos; as redes sociotécnicas; os processos de engajamento dos pesquisadores nas questões sociais no contexto urbano; os sentidos canônicos sobre o intelectual, a educação e sua releitura no contexto atual; o papel do Estado na conformação de um campo da produção estatística e a recuperação dos estudos de Bourdieu sobre o gosto e o público de museus para refletir sobre o papel de um museu histórico nacional.

O livro se estrutura em três partes que abordam o campo informacional propriamente dito, o campo científico e as aplicações específicas da teoria de Bourdieu em determinadas situações e questões empíricas. A Parte I – “Bourdieu e as teorias implicadas no conhecimento do campo informacional” – trata das apropriações e intercruzamentos da teoria bourdieusiana para a reflexão sobre a Ciência da informação, sua epistemologia e seus objetos de estudo, por meio do diálogo com múltiplos autores. A Parte 2 – “Bourdieu, a informação e o campo científico” – vale-se de conceitos caros à abordagem crítica de Pierre Bourdieu sobre o campo científico para analisar as novas estruturas da ciência e da produção do conhecimento. A Parte 3 – “Bourdieu e a diversidade das práticas e processos culturais” – reúne capítulos que

abordam diferentes universos empíricos, corroborando com as teses do autor sobre a necessária aplicabilidade de seus conceitos a fim de não reificá-los.

Na parte I, Regina Maria Marteleto, no capítulo 1, intitulado “A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu”, situa, a partir de recortes sobre a construção conceitual de sua obra, o entendimento do autor a respeito dos processos culturais e sociais que levam à produção epistemológica sobre o conhecimento e a informação no contexto das práticas sociais. Ao mesmo tempo, recupera determinados trajetos de pesquisa para indicar os modos de apropriação das ideias do sociólogo na abordagem socioantropológica da informação a partir de conceitos-chave como *habitus*, campo, capital e violência simbólica.

No capítulo 2, “Um esboço de autoanálise da ciência da informação: contribuições de Pierre Bourdieu”, Marco Schneider, Arthur Coelho Bezerra e Leonardo Castro exploram as contribuições do pensamento de Pierre Bourdieu para uma abordagem crítica da Ciência da Informação, juntamente à constituição de uma Ciência da Informação crítica. Partindo da perspectiva de Burawoy, os autores confrontam o conceito de dominação simbólica em Bourdieu com a noção de hegemonia em Gramsci e buscam delinear novos caminhos para o desenvolvimento desse campo de estudos.

O capítulo 3, “O que é Ciência da Informação? Desafios imediatos e impactos hipotéticos da “distinção” bourdieusiana na socioepistemologia dos estudos informacionais”, Gustavo Silva Saldanha discute a elaboração social da “naturalização epistemológica” a partir de Bourdieu, com o intuito de responder à pergunta: o que é Ciência da Informação?, centrando a análise em Frederick Wilfrid Lancaster, pesquisador renomado do campo e acumulador dos capitais científicos.

No capítulo 4, “Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação: uma revisão da literatura”, Marianna Zattar e Regina Maria Marteleto apresentam um levantamento bibliográfico que buscou situar a influência que Pierre Bourdieu exerce nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estudos da informação. Apresenta os resultados de um mapeamento da

inserção das obras e teorias de Bourdieu sob diferentes perspectivas: recorte geográfico (nacional e internacional), recorte temático (por área do conhecimento) e recorte temporal (corrente e retrospectivo).

No quinto capítulo, “Anotações sobre linguagem, informação e cultura na praxiologia de Pierre Bourdieu”, Vinícios de Souza Menezes e Maria Nélide González de Gómez refletem sobre o lugar e o papel da linguagem, da informação e da cultura na praxiologia de Bourdieu. Para os autores as relações entre linguagem, informação e cultura são centrais na teoria praxiológica, sendo a linguagem presente em uma espécie de eixo configurador do mundo prático enquanto a informação e a cultura atuam enquanto instrumentos integradores, legitimadores das representações, classificações e demais formas de dominação e divisão social e simbólica do mundo social.

No sexto e último capítulo dessa parte, “Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento”, de autoria de Rodrigo De Santis e Rosali Fernandez de Souza, aborda-se o conhecimento praxiológico e a sua relação com outros conceitos desenvolvidos por Bourdieu – especialmente *habitus* e *campo* –, além de suas implicações nas noções de classes e classificações, com o objetivo de propor um diálogo entre este modo de conhecimento e a Organização do Conhecimento – área de estudos da Ciência da Informação.

Abrindo a Parte 2 do livro, Carlos Otávio Fiuza Moreira, no capítulo 7, intitulado “A sociologia da ciência de Pierre Bourdieu: ferramentas e pontos de vista”, discute algumas características cruciais da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu, com especial destaque ao conceito de campo, colocando-o em diálogo com visões distintas sobre o universo da ciência, como as análises elaboradas por Robert Merton, Thomas Kuhn e Bruno Latour.

No capítulo 8, “A abordagem sociocultural da produção de conhecimento científico”, Lidiane dos Santos Carvalho apresenta uma reflexão sobre elementos teóricos que contribuem para a análise da produção e avaliação de indicadores científicos e tecnológicos utilizados nos estudos do campo informacional. Estudos métricos da informação, da produção

e organização da documentação e da comunicação científica compõem os campos de aplicabilidade de seus conceitos, os quais são conjugados com os métodos de análise informacional (AI) em Birger Hjørland.

No capítulo 9, “Pierre Bourdieu e a produção do conhecimento científico: reflexões sobre uma ciência aberta”, Vanessa de Arruda Jorge e Sarita Albagli apresentam uma abordagem a respeito da “ciência aberta” a partir da teoria do campo científico, considerando seu funcionamento, jogos e disputas. Exploram também as relações entre os discursos contemporâneos da ciência aberta e a visão de Bourdieu sobre as revoluções, invenções e inovações científicas.

Na terceira parte do livro, o capítulo 10, intitulado “Pequeno ensaio: do campo para a rede sociotécnica” Tamara Tânia Cohen Egler discute o conceito de campo em Pierre Bourdieu no diálogo com o conceito de rede, buscando as relações estabelecidas entre eles. Para a autora, a característica coletiva das redes possibilita o posicionamento de seus atores em torno de sentidos de compartilhamento, colaboração e solidariedade e em torno de um objeto comum de ação.

No capítulo 11, “Ciberespaço, internet e *habitus*: uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital”, Ricardo Medeiros Pimenta reflete sobre o papel da dimensão tecnológica, própria das práticas de uso do ciberespaço e o trânsito dos agentes sociais na internet, nas subjetividades da cultura contemporânea e identifica novas possibilidades de interação, de convergências e igualmente de disputas em interconexões que operam em escala local e global por meio das plataformas digitais.

No capítulo 12, “Na intimidade da oficina de pesquisa em educação popular: narrativas sobre um diálogo com Pierre Bourdieu”, Marize Bastos da Cunha apresenta o diálogo com a teoria de Pierre Bourdieu nas pesquisas desenvolvidas no campo da educação popular e da saúde pública, buscando a compreensão da sociabilidade em favelas do município do Rio de Janeiro e sua relação com o poder público e diferentes esferas da sociedade.

O capítulo 13, de Denise Morado Nascimento, intitulado “Uma leitura bourdieusiana da arquitetura”, discute a significação e o sentido do modo de fazer arquitetura como expressão da maneira do agente se

relacionar com o mundo e com outros agentes, discutindo as práticas de compartilhamento de informações entre professores, estudantes e auto-construtores em torno da produção colaborativa do espaço urbano, no âmbito do grupo de pesquisa Praxis, da Escola de Arquitetura da UFMG.

No capítulo 14, “Pierre Bourdieu e Darci Ribeiro: contrapontos sobre os sentidos do intelectual, da educação e da escola”, Adelia Miglievich Ribeiro faz uso de conceitos bourdieusianos para estabelecer um diálogo com Darcy Ribeiro e efetuar uma análise da política educacional para a educação básica no Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo paralelos com o diagnóstico feito por Bourdieu em relação ao sistema escolar francês, destacando suas desigualdades e seu papel de reproduzidor das classes e classificações sociais.

No capítulo 15, “Estruturação do campo da produção da informação estatística oficial à luz da teoria bourdieusiana”, Ana Rosa Pais Ribeiro e Nelson de Castro Senra abordam o campo da produção da informação estatística, com o objetivo de alcançar compreensão sobre as suas estruturas e sobre as relações que nele se desenrolam, a partir dos conceitos de Estado e capital informacional, desenvolvidos por Pierre Bourdieu.

O capítulo 16, que encerra essa terceira e última parte, “Pierre Bourdieu e os públicos de museus”, de autoria de Angela Guedes, apresenta reflexões sobre um objeto caro às análises do sociólogo, feitas na tese de doutoramento da autora, sobre os públicos de museus e os mecanismos de formação do gosto, a partir de conceitos como os de campo, capital cultural e violência simbólica.

Esse livro-coletânea, fruto de um projeto compartilhado em torno da apropriação da obra de Pierre Bourdieu, constitui um tributo à sua contribuição aos estudos dos fenômenos da cultura, do conhecimento e da informação em perspectiva crítica, ao mesmo tempo em que almeja uma sistematização tendo em vista futuras leituras e pesquisas. Por outro lado, organizadores e autores estão cientes do duplo desafio que representa um projeto que almeja alcançar algumas sínteses e usos, ainda que provisórios, sobre a obra tão extensa e profunda de um pensador das Ciências Sociais, em perspectiva interdisciplinar.

Os organizadores

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014.
- BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en Sciences sociales*, n. 145, p. 3-8, 2002.
- _____. *Homo academicus*. Paris: Ed. de Minuit, 1984.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989 (Coleção História e Sociedade)
- _____. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir, Cours et travaux), 2001.
- _____. L'objectivation participante. In: Regards croisés sur l'anthropologie de Pierre Bourdieu. *Actes de la recherche en Sciences sociales*, n. 150, p. 43-58, 2003.
- CHAMPAGNE, P.; CHARTIER, R. Présentation. In: *Pierre Bourdieu et les médias*. Huitièmes rencontres Ina-Sorbonne, 15 mars 2003. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 4-7.
- CURTO, D.R.; DOMINGOS, N.; JERÓNIMO, M.B. O poder simbólico e o projecto sociológico de Pierre Bourdieu. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Ed. 70, 2011, p. xv a lII. (Coleção História e Sociedade)
- MORADO, D. N.; MARTELETO, R. M. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. *Datagramazero*, Rev. de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2004.
- OLIVESI, S. *La communication selon Bourdieu*. Jeu social et enjeu de société. Paris: L'Harmattan, 2005.
- ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Datagramazero*, Rev. de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2004.
- WACQUANT, L.; BOURDIEU, P. Sur les ruses de la raison impérialiste. *Actes de la recherche en Sciences sociales*, v.121, n. 121-122, p. 109-118, 1998.

Parte I

Bourdieu e as teorias
implicadas no conhecimento
do campo informacional

A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu

Regina Maria Marteleto

Os estudos na Ciência da Informação se inscrevem cada vez de forma mais produtiva no campo das Ciências Sociais, por meio da apropriação dialogada e interdisciplinar de métodos, teorias e questões, levando a que se abram vertentes de pesquisa que assegurem a apropriação da teoria social para a formulação de questões pertinentes ao campo informacional, ao mesmo tempo em que a análise dos processos informacionais permite uma compreensão original do social, esclarecendo os modos como os saberes se elaboram, são compartilhados, adquirem legitimidade e valor. Constrói-se dessa forma um espaço reflexivo sobre as mediações necessárias para que os sujeitos, engajados em práticas de informação, determinem, qualifiquem e transformem os objetos que os reúnem, e estabeleçam assim as suas relações. Essas práticas não são nem imediatas e nem transparentes, porque dependem ao mesmo tempo de uma logística (condições materiais), de uma poética (as mediações da informação não constituem simples transmissões, existe uma invenção de formas) e de uma simbologia (as mediações não apenas regulam, mas também instituem sentidos) (JEANNERET, 2008). É nesse terreno simbólico e prático de intensas mediações entre os dispositivos, as mídias de informação e comunicação e os receptores-usuários que se quer indagar a respeito dos processos culturais nas sociedades regidas pelo valor e pela centralidade do conhecimento para a vida coletiva, prática e produtiva.

A partir deste quadro, o capítulo tem o objetivo de realizar alguns recortes sobre a construção conceitual da obra de Pierre Bourdieu que permitam perceber o seu entendimento sobre a cultura, o conhecimento e a informação. Ao mesmo tempo, recuperam-se certos trajetos de pesquisa para indicar os modos de apropriação das ideias do sociólogo na

abordagem socioantropológica da informação a qual estuda, de forma empírica, determinadas práticas informacionais e seus procedimentos e, de forma reflexiva, os modos de construção social dos objetos e dos significados. Os conceitos de *habitus*, prática e dominação, considerados os alicerces teórico-práticos fundamentais da construção epistemológica realizada pelo autor, são tratados primeiramente de forma a se obter uma primeira configuração do seu pensamento sobre o mundo social – seus agentes, ações, significados e estruturas. Em seguida recuperam-se os seus primeiros construtos teóricos e metodológicos baseados em pesquisas etnológicas realizadas na região rural da Cabília (Argélia) e no Béarn (França), sua região de origem, que constituem os referentes iniciais de suas reflexões sobre a cultura, o Estado e a instituição escolar, de relevo importante para o campo de estudos da informação. Nesse mesmo intento, destacam-se ainda os conceitos de campo, capital e violência simbólica, antes de refletir sobre as apropriações da teoria de Pierre Bourdieu em pesquisas com enfoque socioantropológico dos fenômenos informacionais.

Tanto seus intérpretes quanto ex-colaboradores, ao realizarem uma releitura dos seus conceitos e metodologias, alertam para algo com que Bourdieu mantinha profunda cautela, qual seja, o emprego de seus conceitos sem a devida leitura para o entendimento da arquitetura epistemológica, contextual e metodológica de sua obra, na qual os construtos teóricos e empíricos encontram-se interligados numa perspectiva interpretativa e relacional. Por exemplo, Passeron e Grignon (1989) observam o cuidado necessário em relação ao conceito de dominação, ao indagarem sobre o que nos ensinam certas pesquisas ou ideias prontas em que as classes superiores são sempre dominantes e sua cultura sempre legítima, sem que nunca sejam analisados os mecanismos e os objetos sobre os quais se exerce ou não, ou se exerce em vão a dominação. Por outro lado, perguntam os autores, a que fim serviriam certos conceitos reduzidos por ortodoxia a fazer o papel de “propriedades essenciais” (*ethos*, *habitus*, campo, capital cultural) e a figurar tanto nas pesquisas quanto no senso comum e na linguagem midiática ou em múltiplos espaços e ocasiões?

Na construção da extensa e profunda obra de Bourdieu, o conceito de *habitus* constitui o eixo central, sendo sua compreensão fundamental para a exploração das questões que envolvem a produção, a difusão e a apropriação de conhecimentos em perspectiva teórica e metodológica crítica, o que supõe não uma espécie de adesão às ideias do autor, mas um comprometimento com a reflexão a partir do estudo de contextos e práticas dos atores sociais. Tendo em vista estas primeiras demarcações, cabe indagar a partir de que contextos e questões se constroem na obra do sociólogo caminhos teóricos e metodológicos para o estudo das condições sociais de produção da cultura, do conhecimento e da informação.

DOMINAÇÃO, PRÁTICA, *HABITUS*

Foi observando as práticas culturais e as lógicas de diferenciação social que Bourdieu construiu sua vasta e ambiciosa obra, cujo princípio geral se poderia enunciar da seguinte forma: a sociedade é um espaço de diferenciação no qual as relações de dominação são dissimuladas, porque profundamente interiorizadas pelos indivíduos. Todo o empreendimento do sociólogo consistirá, observando espaços e populações diversas (dos camponeses argelinos aos universitários, passando pelo patronato, trabalhadores, jornalistas...) em demonstrar os mecanismos dessa dominação (CABIN, 2008).

O conceito de prática é empregado para estudar esses processos culturais e sociais, marcando uma posição diferente em relação à lógica escolástica, isto é, a lógica do discurso, ao refletir sobre as práticas nos espaços e momentos próprios de sua produção. Ele marca desse modo uma posição contra o estruturalismo, ao demonstrar que uma prática, que pode ser contraditória, incompleta, imediata, não pode ser contida ou enquadrada pelo modelo teórico que pretende compreendê-la. Trata-se de dar maior espaço aos atores, assinalando que em cada um de seus gestos e comportamentos existe uma extensa parte de impensado, de automático e de não controlado. Cada ator social é assim portador de um *habitus*, ou estruturas pessoais que concebem a prática, o que significa que a prática não é redutível às categorias

científicas que é necessário empregar para estudá-la (BOURDIEU; CHARTIER, 2010).

O conceito de *habitus*, segundo Bourdieu, foi formulado a partir do propósito de demonstrar que ao lado da norma expressa e do cálculo racional, existem outros princípios geradores das práticas, o que leva a refletir que para analisar o que as pessoas fazem é preciso supor que elas obedecem a uma espécie de “direção de jogo”, como se diz no esporte. Para compreender suas práticas “[...] é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatos e regulados, sem intenção de direção e obediência consciente a regras explicitamente formuladas como tais” (BOURDIEU, 1986, p. 40). Sob o ponto vista epistemológico, a teoria da prática ou “praxiologia”, elaborada no decurso das pesquisas, ancora-se na dupla ruptura em relação às correntes objetivistas-estruturalistas e subjetivistas-fenomenológicas vigentes no campo das ciências sociais: “Contra o materialismo positivista, a teoria da prática, enquanto prática, lembra que os objetos do conhecimento são *construídos*, e não passivamente registrados, e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema de disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas” (BOURDIEU, 1980, p. 87, grifos do autor).

Para estudar o *habitus* é preciso pois romper com as falsas antinomias que ele próprio pretende ultrapassar, qual seja, do determinismo e da liberdade, do condicionamento e da criatividade, da consciência e do inconsciente ou do indivíduo e da sociedade. Para operar essas dualidades, Bourdieu transforma os princípios dos dois paradigmas que representam essas dicotomias – o objetivista e o subjetivista – aparentemente antagonistas, em momentos de uma forma de análise cujo objetivo é alcançar a realidade intrinsecamente dupla do mundo social: “A *praxeologia social* que resulta dessa abordagem reúne conjuntamente uma abordagem estruturalista e uma abordagem construtivista” (WACQUANT, 1992, p. 19, grifos do autor). Por essa perspectiva analítica, o princípio que orienta as diferenças entre os *habitus* individuais reside na singularidade das

trajetórias sociais, o que significa que, a cada momento, os indivíduos incorporam e estruturam as novas experiências a partir de experiências anteriores, nos limites definidos pelo seu poder de seleção. O peso especial das experiências anteriores resulta essencialmente do fato de que “...o *habitus* tende a assegurar a sua própria constância e a sua própria defesa contra a mudança através da seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de colocar em questão a informação acumulada e sobretudo desfavorecendo a exposição a tais informações” (BOURDIEU, 1980, p. 102).

No prólogo da sua obra *La noblesse d'Etat; grandes écoles et esprit de corps* (Paris: Les Ed. de Minuit, 1989), Bourdieu retoma a reflexão recorrente em sua obra a respeito da relação entre as “estruturas objetivas” do mundo social e as “estruturas mentais ou cognitivas” dos agentes sociais, observando que a exploração dessas estruturas objetivas pelo pesquisador constitui, no mesmo movimento, uma exploração das estruturas cognitivas que os agentes investem no seu conhecimento prático dos mundos sociais: “Existe uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, entre as divisões objetivas do mundo social – notadamente entre dominantes e dominados nos diferentes campos – e os princípios de visão e de divisão empregados pelos agentes” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Assim, as estruturas que conformam o mundo social possuem dupla dimensão: a primeira é a “objetividade de primeira ordem”, formada pela distribuição dos recursos materiais e dos meios de apropriação dos bens e dos valores socialmente raros (ou formas diferenciadas de capital); a segunda é a “objetividade de segunda ordem” sob a forma de esquemas mentais e corporais que funcionam como a matriz simbólica das atividades práticas, condutas, pensamentos, sentimentos e julgamentos dos agentes. (BOURDIEU, WACQUANT, 1992, p. 17). Pode-se inferir que o *habitus* é constituído pela operacionalidade relacional das estruturas objetivas e das estruturas mentais incorporadas tanto nas instituições quanto nos indivíduos, tanto nos atores quanto nas estruturas sociais.

CULTURA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA – OS PROCESSOS CULTURAIS DO PODER SIMBÓLICO

Bourdieu, filósofo de formação, converteu-se à etnologia e depois à sociologia durante os anos de sua permanência na Argélia, onde prestou serviço militar e depois se tornou professor na Universidade de Argel. Os efeitos perversos advindos do colonialismo francês e da introdução dos modos capitalistas de produção e de trabalho na vida cultural, social e econômica da Argélia despertaram nele o sentimento de empatia pelo povo argelino, além de uma curiosidade reflexiva a respeito da complexidade da tradição cultural de suas diferentes etnias, dentre elas a dos povos berberes que habitam a região montanhosa da Cabília, o que resultou em várias anotações, análises, imagens e observações que deram origem às suas primeiras obras empregando métodos etnográficos, estatísticos e conceitos sociológicos: *Sociologie de l'Algérie* (Paris, PUF, 1958); *Travail et travailleurs en Algérie* (Paris, Ed. Mouton, 1963); *Le déracinement* (Paris, Ed. de Minuit, 1964), em coautoria com A. Sayad. De retorno à França, empregou os métodos e conceitos desenvolvidos na Argélia para estudar as mudanças culturais ocorridas nas sociedades camponesas na Europa do pós-guerra, mais especificamente na sua região de origem, o Béarn, o que permitiu o refinamento dos seus instrumentos teóricos e metodológicos com orientação socioantropológica. Deste segundo período destaca-se a obra *Les Héritiers. Les étudiants et la culture* (Paris, Les Ed. de Minuit, 1964), em coautoria com J.C. Passeron. Nasceram nesses dois períodos duas referências fundadoras e norteadoras da obra do sociólogo: a) o estudo do Estado e da instituição escolar como vetores da cultura e das suas transformações e divisões; b) a análise crítica recorrente das formas de produção do conhecimento.⁴

4 Além das obras já mencionadas sobre as análises do sistema escolar e de ensino, do campo científico e do papel do Estado nos processos de reprodução cultural, incluem-se três obras mais recentes, além dos numerosos artigos, coletâneas de textos de entrevistas, conferências, premiações: *Les usages sociaux de la Science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique* (Paris: Les Ed. Inra, 1997); *Sciences de la Science et réflexivité. Cours au Collège de France 2000-2001* (Paris: Raisons d'Agir Ed., 2001); *Sur l'État. Cours au Collège de France - 1989-1992* (Paris: Éds. Raisons d'Agir, Éds. Seuil, 2012).

Segundo Bourdieu, a gênese do Estado se associa à de um campo social enquanto microcosmo social relativamente autônomo no interior de um mundo social ampliado, “onde se joga um jogo particular, o jogo político legítimo”. Trata-se de um processo ao longo do qual se dá uma série de concentrações de diferentes formas e recursos: concentração da informação (relatórios, estatísticas com base em pesquisas), de capital linguístico (oficialização de uma língua como idioma dominante, de forma que as outras línguas de um território passem a figurar como formas desviantes, inferiores à dominante). Dessa forma, o Estado é o resultado da concentração de diferentes formas de capital: “...capital de força física ou de instrumentos de coerção (forças armadas, polícia), capital econômico, capital cultural ou melhor, informacional, capital simbólico...” (BOURDIEU, 1994, p. 108), o que faz o Estado ser detentor de uma espécie de meta-capital, o qual possui poder sobre as outras formas de capital. Daí a importância de se considerar a genealogia do Estado a fim de perceber os diferentes processos históricos de formação e concentração de um “campo do poder” no qual os detentores de diferentes formas de capital lutam principalmente pelo poder do Estado.

À figura do Estado se associa a ideia, cara ao autor, da posse dos “universais” do pensamento e da autoridade cognitiva, linguística e política legítima: “Entrar nesse jogo do político legítimo, com suas regras, é ter acesso à fonte progressivamente acumulada do ‘universal’, à palavra universal, às posições universais a partir das quais é possível falar em nome de todos, do *universum*, da totalidade de um grupo” (BOURDIEU, 2012). Desse modo, a cultura legítima é a cultura garantida pelo Estado – instância que legitima os títulos da cultura validados pela distribuição dos diplomas por meio da escola, em seus diferentes níveis.

Para desvendar esses processos de gênese de um campo do poder ou campo político e da edificação de uma cultura legítima, Bourdieu amplia a formulação de Weber sobre o monopólio da violência pelo Estado, ao analisar este último como detentor do poder de exercício legítimo tanto da “violência física”, quanto da “violência simbólica” ou o poder de constituir e de impor como universal e universalmente aplicável no âmbito de uma nação, isto é, nos limites das fronteiras de

um país, um conjunto comum de normas coercitivas, notadamente por meio do direito, da escola, dos impostos, da burocracia, dentre outros mecanismos. Um dos maiores poderes do Estado é “...produzir e impor (notadamente pela escola) as categorias de pensamento que nós aplicamos espontaneamente a toda coisa do mundo, e ao próprio Estado (BOURDIEU, 1992, p. 101). Por isso, o Estado contribui de forma determinante para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da própria realidade social, ao prescrever principalmente “todos os princípios fundamentais de classificação”, produzindo categorias cognitivas “reificadas e naturalizadas” (BOURDIEU, 1997, p. 209).⁵

O caminho investigativo de Bourdieu para desvendar os mecanismos de produção da cultura legítima será o da “desnaturalização do mundo social” e das regras do jogo dos intelectuais ou pensadores, ou seja, daqueles cujos pensamentos parecem se manifestar no “universo das ideias puras”, justamente porque eles costumam esquecer as suas regras de funcionamento, pelo fato de as terem fortemente integrado. É na escola que ele irá centralizar primeiramente os seus estudos sobre os mecanismos invisíveis de seleção e distinção social, uma vez que é essa instituição que outorga ou referenda aos seus aprendizes um capital ou herança cultural transmitidos como um dom, uma inteligência inata ou um sistema de conhecimento fundados em “ideias puras”, ou seja, sem comprometimento com os seus modos sociais de produção (DORTIER, 2008). O “poder simbólico” – praticado pela instituição estatal por meio da escola e dos mecanismos sociais de nomeação e

5 Embora Bourdieu (1987) afirme não ter feito leituras de Gramsci, alguns de seus leitores e intérpretes associam suas formulações sobre a dupla face do Estado no exercício de uma “violência física” ostensiva e de uma “violência simbólica” dissimulada – por meio dos dispositivos pedagógicos, culturais e científicos – às formulações de Gramsci sobre o conceito de hegemonia e a distinção entre sociedade civil e sociedade política. Segundo Gramsci, a primeira é feita de afiliações voluntárias (racionais, não coercitivas) como a escola, a família, sindicatos, organizações; a segunda é composta pelo aparato estatal (exército, polícia, burocracia) cujo papel político é a dominação direta. A cultura é vista como operando na esfera da sociedade civil, onde a circulação de ideias e informações, instituições e pessoas não atua pela dominação ou força física, mas pelo que Gramsci denomina “consenso”. Dessa forma, em qualquer sociedade não totalitária, certas formas culturais predominam sobre outras, da mesma forma que certas ideias são mais influentes do que outras. Essa forma de “dominação simbólica” é o que Gramsci denomina hegemonia. Ver: Gramsci, A. *Concepção dialética da história* (5ª. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984); Gramsci, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. (4ª. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982).

de classificação linguística – é um poder capaz de se fazer reconhecer ou de ser ignorado por aqueles sobre os quais ele é exercido, passando por inculcar estruturas mentais e, logo, supor a existência de sujeitos socializados. É um poder (econômico, político, cultural ou outro) que tem a capacidade de se fazer desconhecido em sua verdade de poder, de violência e de arbitrário.

CAPITAIS OU “EFEITOS SIMBÓLICOS DOS CAPITAIS”

Na linha reflexiva adotada nesse capítulo, vale lembrar que as noções formuladas por Bourdieu e inúmeras vezes repetidas e empregadas por seus leitores, críticos e intérpretes não são conceitos “criados” por ele, mas realidades objetivas que ele se propõe a estudar, como muitos sociólogos antes dele, como Marx e Weber,⁶ refletidas nas seguintes questões: por que os mecanismos sociais de reprodução são tão poderosos? Quais são as funções sociais desempenhadas pelas práticas culturais? Por que um indivíduo aceita aparentemente de forma livre a obediência a outro indivíduo sem que seja necessário usar a força física? (CHAMPAGNE, CHRISTIN, 2012, p. 94). O sociólogo procurou refletir sobre essas questões relativas à reprodução das estruturas sociais e às funções desempenhadas pelas práticas culturais ao longo das pesquisas, as quais tomaram corpo com as análises sobre o sistema de ensino francês em duas obras em coautoria com J.C. Passeron: *Les Héritiers. Les étudiants et la cultura* (Paris, Ed. de Minuit, 1964) e *La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement* (Paris: Les Ed. de Minuit, 1970).

6 Pierre Bourdieu atuou e é reconhecido como um “pensador de escola”, porque dialoga com os fundadores do campo das ciências sociais – Marx, Weber e Durkheim – recuperando seus princípios teóricos para inseri-los de forma sistemática em suas análises sobre os processos sociais e culturais de dominação simbólica. Ao mesmo tempo, abre diálogos com pensadores (filósofos e cientistas sociais) clássicos ou contemporâneos na França e em outros países, com o fim de contribuir para a qualificação científica própria das ciências sociais. Por isso, sua obra é uma abertura para o pensamento relacional e o diálogo com outros pensadores, sem fronteiras temporais, geográficas e disciplinares. Suas reflexões sobre o campo científico e suas formas de comunicação, além do exercício como divulgador e criador de mídias de divulgação e comunicação científica, dentre elas a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que ele criou em 1975, e a coleção “Le sens commun”, em 1965, destinadas à difusão da produção francesa em ciências sociais e à divulgação de obras de autores estrangeiros na França.

Para compreender contextualmente as teses desenvolvidas nas obras sobre o sistema educacional é preciso lembrar que os anos de 1960 e 1970, na França e em outros países, foram marcados pelo aumento da população estudantil que pressionava pela entrada na escola secundária e nas universidades, juntamente com as políticas educacionais que visavam a expandir a formação de elites científicas e técnicas a fim de aumentar o crescimento e o poder econômico. Nesse contexto, a chamada “democratização do ensino” torna-se o eixo central das políticas educacionais, quando a escola passa a ser considerada uma chance de ascensão social e de alcançar um *status* profissional melhor do que o dos pais para todas as crianças, e não apenas para uma elite. Segundo Troger (2008, p. 27), as pesquisas de Bourdieu e Passeron sobre o sistema educacional surgem como uma operação de “desencantamento radical”, ao demonstrarem que o processo de democratização do ensino e da instituição escolar é de certa forma ilusório devido aos processos seletivos, que asseguram uma presença mais expressiva dos estudantes culturalmente mais favorecidos nos graus mais elevados de ensino, em detrimento daqueles oriundos dos meios populares. Os autores também estudaram a distância relativa dos alunos em relação ao “discurso escolar”, o qual favorece a sua apreensão e comunicação naturais pelos jovens culturalmente mais alinhados com a língua culta e o discurso praticados pela instituição escolar. Em 1989, publica *La noblesse d’Etat* ampliando suas análises sobre o sistema de ensino, focando no sistema das “grandes écoles” enquanto instituições de elite e de que forma estas reproduzem a estrutura das classes dominantes, ou seja, uma nova nobreza ancorada nos títulos escolares garantidos pelo Estado. Bourdieu prossegue as análises sobre o sistema de ensino conduzindo uma pesquisa sobre o corpo professoral das universidades francesas que resultou no livro *Homo academicus* (Paris, Les Ed. de Minuit, 1984). Nasce dessas pesquisas o conceito de “capital cultural” que Bourdieu ampliou, reconfigurou e aprofundou em suas análises sobre o significado epistemológico, histórico, social e político das práticas culturais na obra *La distinction. Critique sociale du jugement* (Paris, Ed. de Minuit, 1979), considerada a sua mais importante produção. A palavra

distinção é empregada na obra como uma noção descritiva próxima do seu uso pelo senso comum, qual seja, a de “ser distinto”, “ser diferente”, “ter classe”, para chamar a atenção para um fenômeno antropológico presente em todas as sociedades: o processo por meio do qual todas as sociedades produzem hierarquias sociais a partir das diferenças naturais (de sexo, idade, etnia etc.) e, inversamente, naturalizam as diferenças socialmente produzidas (o desempenho escolar, o gosto etc.) a fim de legitimá-las (CHAMPAGNE; CHRISTIN, 2012, p. 94).

De acordo com Bourdieu, o capital econômico assegura a posse de riquezas materiais ou financeiras e, portanto, é um elemento importante na manutenção da ordem e das relações sociais, uma vez que opõe aqueles que o detêm e os despossuídos. Entretanto outras formas de capital desempenham da mesma forma um papel importante na dinâmica social e por isso ele estende a análise marxista da base econômica de uma formação social relacionando outras formas de capital, além do econômico. O conceito de “capital cultural” representa a posse de bens ou símbolos culturais que remetem a três estados que se complementam: primeiro, ele se refere aos conhecimentos adquiridos que se apresentam no “estado incorporado” sob a forma de disposições duráveis (ser competente em um ou outro domínio de conhecimento, ser culto, ter um bom domínio da linguagem, da retórica, conhecer e se reconhecer nos códigos do mundo social); segundo, o capital cultural se refere a realizações materiais, o que representa o seu “estado objetivo” ou patrimônio de bens culturais como obras de arte, livros, instrumentos, mídias, equipamentos; por último, ele pode se encarnar num “estado institucionalizado” referente aos títulos, diplomas, sucesso em concursos, premiações etc. que objetivam o reconhecimento das competências pela sociedade ou, mais frequentemente pelo Estado, que torna público esse reconhecimento e o institui (BOURDIEU, 1998, CHAUVIRÉ; FONTAINE, 2003). Por outro lado, o “capital social” representa o conjunto de contatos, relações, conhecimentos, amizades que outorga ao agente social maior densidade social e poder de ação em função de suas conexões com outros agentes que detêm um volume quantitativo e qualitativo de capitais semelhante ao seu no âmbito de

uma rede durável de relações. Essa “rede de relações” é o produto de “estratégias de investimento social” ativadas conscientemente ou não pelo agente social para criar, reforçar, manter, reconduzir, reativar ligações das quais ele pode obter benefícios materiais ou simbólicos (CHAUVIRÉ; FONTAINE, 2003, p. 15).

Outro desdobramento das formas de conversão do capital econômico é o “capital simbólico” que expressa o reconhecimento, pelos outros, da legitimidade da posição daquele que é o seu detentor: “O mundo social é, ao mesmo tempo, o produto e o propositor de lutas simbólicas, inseparavelmente cognitivas e políticas, para o conhecimento e o reconhecimento, nas quais cada um persegue não apenas a imposição de uma representação vantajosa de si [...], mas também o poder de impor como legítimos os princípios de construção da realidade social as mais favoráveis ao seu ser social [...] assim como à acumulação de um capital simbólico de reconhecimento” (BOURDIEU, 1997, p. 284). Assim, reflete Bourdieu que toda espécie de capital (econômico, cultural, social) tende a funcionar, em diferentes graus, como capital simbólico, de maneira que seria talvez mais adequado falar de “efeitos simbólicos do capital”, quando se obtém um reconhecimento explícito ou prático de um *habitus* estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço no qual ele é formado. Dito de outra forma, “o capital simbólico (a honra masculina nas sociedades mediterrâneas, a reputação do notável ou do mandarim chinês, o prestígio do escritor renomado, etc.) não é uma espécie particular de capital, mas aquilo em que se transforma toda espécie de capital quando ele é desconhecido enquanto capital, isto é, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial) – logo reconhecido como legítimo” (BOURDIEU, 1997, p. 285).

CAMPO – LUGAR DAS PRÁTICAS SOCIAIS E LABORATÓRIO DO OBSERVADOR

O conceito de campo tem base no pressuposto histórico de que nas sociedades ocidentais modernas ocorreu um processo de autonomização e diferenciação do sistema de produção, circulação e consumo dos bens culturais em relação a um modo prevalecente de conhecimento

que tinha como fundamento unitário os referenciais simbólicos e de poder da aristocracia e da Igreja. O processo crescente de autonomização das esferas de produção dos bens simbólicos fez com que, em primeiro lugar, fossem constituídos e fortalecidos microcosmos relativamente autônomos de produção e reprodução cultural, como o artístico, o filosófico, o científico, o educacional, além dos campos de distribuição e consumo. Em segundo lugar, criou-se a partir daí um mercado de oferta e consumo dos bens culturais, de maneira semelhante ao circuito de distribuição dos bens materiais: um “mercado de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1982). A noção de campo está assim associada às subdivisões do contexto cultural mais amplo (BOURDIEU, 1980, 1982). Cada campo existe como um microcosmo relativamente autônomo funcionando como um sistema de posições sociais que possui seus investimentos próprios, objetivos e interesses específicos (os campos artístico e literário, o campo das “*grandes écoles*”, os campos científico e religioso, o campo do poder, o campo jurídico, o campo burocrático, dentre outros). Os diferentes campos existentes em uma dada formação cultural gozam de relativa autonomia na sua maneira de funcionar e de existir. Eles representam uma situação institucionalizada na qual os agentes desenvolvem suas ações como atividades regidas por regras válidas para cada campo, especificamente (BOURDIEU, 1980).

A participação ou não dos agentes em determinados campos depende dos seus *habitus*, uma vez que os campos exigem investimentos que implicam a posse e o emprego de capitais culturais adquiridos na família e reforçados pela experiência escolar e prático-social. É importante lembrar que os agentes ocupam no espaço social uma posição determinada pela sua origem de classe ou grupo social. É a partir da sua posição neste espaço que eles elaboram suas representações e executam suas ações, isto é, pelo prisma do seu lugar no “sistema de posições sociais”. Este último é estruturado pelas diferenciações entre os agentes e, portanto, funciona como um campo de forças, onde eles se enfrentam com meios e fins diferenciados, de acordo com sua posição nessa estrutura de posições, contribuindo desse modo para conservá-la ou transformá-la (BOURDIEU, 1989; 1994). Enquanto o campo

está relacionado à forma de estruturação do espaço social, o *habitus* se aplica aos sujeitos e ao seu enquadramento no sistema de posições sociais. *habitus* é o conceito que diz algo concreto e dinâmico sobre os agentes sociais, pois representa o esquema de percepção e de ação de cada indivíduo, adquirido e formado pela história social de cada um e resultante de um longo processo de aprendizagem formal e informal. Os *habitus*, assim adquiridos, funcionam no estado prático da vida social, isto é, permitem aos seus portadores operar um senso prático da vida, como um esquema de percepção, de apreciação e de ação que é acionado em determinadas situações sociais.

Nessas condições, nas quais o agente social se expõe e é exposto, ocorre o encontro entre um *habitus* e uma situação, ou campo social. É no domínio das práticas dos agentes em situação que é acionado este esquema perceptivo, o qual orienta as suas ações e representações sobre as estruturas objetivas e sobre a sua posição e dos outros agentes no espaço de um campo determinado.

A análise de um campo, segundo Bourdieu, envolve três momentos necessários e interconectados: primeiro, deve-se analisar a posição do campo em relação ao campo do poder; segundo, deve-se estabelecer a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições concorrentes no campo; terceiro, devem-se analisar os *habitus* dos agentes e os diferentes sistemas de disposições adquiridos por eles: “O campo das posições é metodologicamente inseparável do campo das tomadas de posição, entendido como o sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes” (BOURDIEU, WACQUANT, 1992, p. 80-81). Por isso, refletir sobre um campo é pensar relacionalmente, uma vez que o que existe no mundo social são relações, “não as interações ou os elos subjetivos entre os agentes, mas as relações objetivas que existem ‘independentemente das consciências e das vontades individuais’, como dizia Marx. Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre posições” (BOURDIEU, WACQUANT, 1992, p. 72-73). Os campos constituem o terreno empírico privilegiado para o observador das práticas sociais.

CULTURA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO – O OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

“As ideias puras não existem”. Esta afirmação do autor parece indicar um primeiro motivo do interesse despertado pela obra de Bourdieu no campo informacional, ao relacionar a compreensão do conhecimento às suas condições concretas de produção enquanto prática social; à ordem simbólica da realidade cultural; aos mecanismos de dominação; aos sistemas de nomeação e classificação sociais; ao papel preponderante do Estado e da instituição educacional na reprodução e transformação das estruturas culturais e sociais; às estratégias dos agentes frente ao poder simbólico exercido nos campos e na sociedade como um todo; à validade do método e do rigor científico na problematização das questões e na construção do objeto, aliada ao exercício da “reflexividade” ou da objetivação do próprio observador dos fenômenos do conhecimento e da informação como práticas sociais.

Na ótica da informação enquanto gênero da prática social, os percursos de pesquisa com abordagem socioantropológica tiveram início com a observação da escola como um campo de práticas simbólicas e vetor de uma “cultura informacional” – entendida como aquela que classifica os sujeitos como produtores, mediadores e receptores de conhecimentos e informações, de acordo com os seus *habitus* e a posse de determinados capitais culturais e familiares. A conjugação das reflexões e conceitos de Bourdieu com os de Bernstein, no campo da sociologia da educação, permitiram uma reconstrução teórica e metodológica que originou as categorias analíticas “excedente informacional” e “reserva simbólica” (MARTELETO, 1995, 2011) no estudo das práticas informacionais no campo escolar. O excedente informacional está associado aos polos de produção e mediação dos conteúdos e às formas de transmissão das informações pelo discurso pedagógico. É necessário, no entanto, considerar que os saberes que alimentam os atos e os discursos pedagógicos não foram produzidos na escola, mas pelas esferas autorizadas das universidades e centros de pesquisa (BERNSTEIN, 1986). Antes da sua transformação em matéria pedagógica, os conhecimentos passam por diversos filtros e cadeias de divulgação e publicação – as editoras,

os encontros científicos, as bibliotecas, as mídias, e principalmente os crivos das esferas do Estado encarregados da normalização dos conteúdos e das matérias. Outras ações de formatação e de seleção são ainda efetuadas pela instituição escolar para estabelecer os programas de ensino e ajustá-los ao discurso escolar (BOURDIEU, 1970, 1994). No entanto, é no espaço da sala de aula e em outros espaços escolares que os saberes são retraduzidos e apropriados como matérias informacionais pelos alunos. Pode-se deduzir que, a depender dos tipos de *habitus* adquiridos e da posse diferenciada de capitais pelos alunos, essas múltiplas (re)traduções dos conhecimentos pelas cadeias de divulgação, controle, avaliação, mediação e apropriação originam uma abundância informacional onde a oferta informacional é sempre superior à capacidade de absorção ou consumo, o que corresponde a um processo de desajustamento e incompletude dos processos de informação e comunicação. A ideia de reserva simbólica serve para nomear o território dos atos de interpretação e apropriação dos conhecimentos e informações, considerando que a informação escolar tem duas dimensões principais: a utilitária, que prepara os aprendizes de maneira tecnicamente equipada para o mundo competitivo e do trabalho; a simbólica, que se constrói em diálogo com os seus *habitus* e mundo vivido. Dessa forma, para que as matérias informacionais funcionem como instrumento de ação sobre a realidade produtiva ou simbólica é necessária a combinação de dois elementos – uma expressão cognitiva, resultado de um processo de apropriação de conhecimentos; e uma produção de sentidos, relacionada aos universos vivenciais e simbólicos de leitura de significados. Dito de outra forma, a apropriação das informações carece de compreensão cognitiva, interpretação simbólica e ambientação cultural. A informação, conjugada com outros processos simbólicos, pode configurar-se como território de (re)significação para os agentes, na medida em que, servindo-lhes tanto como possibilidade de apropriação, mediação e produção, quanto de compartilhamento de saberes, oportuniza a constituição de singularidades que, articuladas ao contexto, podem ter serventia para a ação social, ainda que não de forma imediata. Pois, para que produza o conhecimento, são necessários os

saberes já apropriados pelo receptor: quem vai procurar a informação já teria alguma espécie de informação sobre ela (MARTELETO, 2009, 2011, MARTELETO; NOBREGA, 2006).

CONCLUSÕES

O emprego do referencial epistemológico de Bourdieu, orientado para a observação das práticas culturais e das lógicas de diferenciação social, requer a realização de pesquisas empíricas de modo a estudar sistematicamente as disposições sociais de acordo com diferentes contextos de ação. Para tanto, ele afirmou que o uso científico de um conceito supõe um controle prático e, se possível, teórico dos seus usos anteriores e do espaço conceitual no qual o conceito emprestado foi utilizado (BOURDIEU; CHARTIER, 2010). Também afirmava que o encontro entre diferentes disciplinas é o encontro entre histórias diferentes, logo, entre culturas diferentes: “[...] cada um decifra o que o outro diz a partir do seu próprio código, de sua própria cultura” (BOURDIEU, 1987, p. 126). O rigor (diferente de rigidez) do pensamento, associado à astúcia e à política do olhar, marcam aquilo que o sociólogo nomeia como “objetivação participante”, “pensamento relacional”, “reflexividade epistêmica”, para capturar as diferentes evidências locais ou globais dos processos culturais e das práticas sociais.

A produção deste capítulo se orientou pela intenção de fornecer algumas pistas para o estudo dessa ampla teoria da produção, difusão e recepção dos bens simbólicos. Em 1963 Bourdieu e Passeron publicaram o artigo “Sociologues des mythologies et mythologies des sociologues” na revista *Les Temps modernes*, embrião de suas reflexões sobre as mídias, no qual denunciavam algumas mistificações sociológicas sobre os mecanismos sociais da cultura, da comunicação e da informação: a primeira é a concepção duramente amalgamada de “massa”, que mistura a quantidade e a qualidade, os dispositivos e a substância e leva a pensar, contra todos os dados empíricos, que uma vez que os *mass media* alcançam uma massa de pessoas, a difusão dos bens culturais passa ao largo das fronteiras sociais e pode até dissolvê-las; outra postura criticada pelos autores, e frequentemente aludida nas obras

de Bourdieu, é o curto-circuito analítico provocado pelas pesquisas que postulam que na recepção (no sentido de ver, entender, ler) existem efeitos imediatamente mensuráveis, transformando o “receptor”, o “popular” (pode-se acrescentar os “usuários” das informações) em reféns dos aparatos simbólicos; por último, os autores denunciam a falácia que consiste em deixar pensar que as mídias (no caso, dos anos sessenta) seriam os vetores principais de socialização e difusão da cultura, deixando em segundo plano a escola, a família, os ambientes de trabalho (NEVEU, 2004). Estas são reflexões de um autor canônico, porque mantêm atualidade e efeito crítico nos tempos atuais das sociedades da informação. Por outro lado, também indicam a necessidade do exercício de aprofundamento teórico e de prudência metodológica para construir os objetos de estudo sobre as condições sociais de produção da cultura, do conhecimento e da informação.

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, B. On pedagogic discourse. In: RICHARDSON, J. G. *Handbook of theory and reserach for sociology of education*. [S.L.]: Greenwood Press, 1986
- BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Les Ed. de Minuit, 1987
- _____. As duas faces do Estado. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 4 de janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080>>. Acessado em: 30 ago. 2014.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982 (Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli).
- _____. *Esquisse d'une théorie de la pratique précédé de Trois études d'éthnologie kabyle*. Paris: Droz, 1972.
- _____. *Habitus, code et codification*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 64, p. 40-44, Sept. 1986.
- _____. *Méditations pascaliennes*. [S.L.]: Ed. du Seuil, 1997
- _____. O mercado de bens simbólicos. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, p. 99-182 (Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli).
- _____. *La noblesse d'Etat; grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Ed. de Minuit, 1989.

- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Raisons pratiques*: sur la théorie de l'action. Paris: Ed. du Seuil, 1994.
- _____. *Le sens pratique*. Paris: Les Ed. de Minuit, 1980
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: 1998, p. 71-80
- BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. *Le sociologue et l'historien*. Marseille: Ina, Agone et Raisons d'Agir, 2010
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Réponses*; pour une anthropologie réflexive. Paris: Ed. du Seuil, 1992
- CABIN, P. Dans les coulisses de la domination. In: CABIN, P. et al. *Pierre Bourdieu: son oeuvre, son heritage*. Paris: Sciences Humaines Ed., 2008. p. 42-51
- CHAMPAGNE, P.; CHRISTIN, O. L'intellectuel. In: _____. *Pierre Bourdieu: une initiation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2012, p. 185-220
- CHAMPAGNE, P.; CHRISTIN, O. Capital. In: _____. *Pierre Bourdieu: une initiation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2012, p. 93-146
- CHAUVIRÉ, C.; FONTAINE, O. *Le vocabulaire de Bourdieu*. Paris: Ellipses, 2003
- DORTIER, J. F. Les idées pures n'existent pas. In: CABIN, P. et al. *Pierre Bourdieu: son oeuvre, son heritage*. Paris: Sciences Humaines Ed., 2008, p. 7-16
- JEANNERET, Y. *Penser la trivialité*. v. 1. La vie triviale des êtres culturels. Paris: Hermès, Lavoisier, 2008
- MARTELETO, R. M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. *Informare: Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.*, v. 1, n. 2, p. 11-23, 1995.
- _____. Culture informationnelle et éducation pour l'information: médiations d'espaces et d'acteurs pour la médiation des savoirs et l'appropriation des connaissances. In: FABRE, I. *Professeur-documentaliste: un tiers métier*. Dijon: Educagri Éd., 2011, p. 209-221
- _____. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. *RECIIS. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, v. 3, n. 3, p. 17-24, 2009
- MARTELETO, R. M.; NOBREGA, N. G. Les documents et leurs appropriations. Réflexions sur "information-document" et "réserve symbolique". *Sciences de la Société*, Toulouse, v. 68, p. 29-43, 2006

NEVEU, E. La culture du pauvre. *In: Pierre Bourdieu et les médias*. Huitièmes rencontres Ina-Sorbonne, 15 mars 2003. Paris: L'Harmattan, 2004

PASSERON, J. C.; GRIGNON, C. *Le savant et le populaire*. Populisme en sociologie et en littérature. Paris: Hautes Etudes, Gallimard Le Seuil, 1989

PIERRE BOURDIEU ET LES MEDIAS. Rencontres Ina/Sorbonne, 15 mars 2003. Paris: L'Harmattan, 2004

PIERRE BOURDIEU: SON OUVRE, SON HERITAGE. Paris: Sciences Humaines Editions, 2008

Um esboço de autoanálise da Ciência da Informação: contribuições de Pierre Bourdieu

*Marco Schneider
Arthur Coelho Bezerra
Leonardo Castro*

INTRODUÇÃO

Um recente levantamento, que buscou descobrir quais autores eram mais recorrentes nas referências bibliográficas dos trabalhos de Ciência da Informação (CI) apresentados no Brasil dentre aqueles relacionados ao debate político e epistemológico do campo (SCHNEIDER; VIEIRA, 2014),⁷ revelou uma notável presença dos escritos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Tal levantamento atesta a importância da utilização do aparato conceitual de Bourdieu na pesquisa em CI, que oferece ferramentas não só para as análises em si, mas, também, de forma reflexiva, para a compreensão crítica das condições objetivas de possibilidade de uma Ciência da Informação como área de conhecimento, tendo em vista a condição problemática de “interdisciplinaridade” que lhe é tantas vezes imputada.

Bourdieu é um dos mais importantes pensadores e teóricos sociais das últimas décadas e é amplamente reconhecido como o mais influente sociólogo de sua geração. A CI é um campo de conhecimento estabelecido no sistema universitário brasileiro e internacional já há algumas décadas, cuja unidade é dada pela convergência em torno de um dado conjunto de objetos de pesquisa nas áreas de informação, documentação, memória etc. Embora estivesse inicialmente ligada à organização, transferência e recuperação da informação, a CI passa a

7 Trata-se de uma quantificação e de uma listagem de todos os autores e obras referenciados em todos os trabalhos apresentados nos GTs 1 e 5 do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em todas as suas edições, publicados nos respectivos anais.

ser cada vez mais enxergada como uma ciência social por pesquisadores da área (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2003; BEZERRA; SALDANHA, 2013), muitas vezes como consequência da crescente importância do fenômeno da informação nas sociedades contemporâneas, notadamente com a emergência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Pensar Bourdieu e a Ciência da Informação exige que precisemos, de saída, os balizamentos a partir dos quais este nexos pode ser pensado. Sendo Bourdieu um sociólogo e a CI um campo de conhecimento, nada mais natural do que nos perguntarmos sobre as contribuições da sociologia de Bourdieu para o campo da CI. Este é um ponto fundamental que forma um primeiro núcleo de questões em torno do nexos Bourdieu e a CI.

O desafio de pensar Bourdieu e a CI também pode ser explorado, dentre algumas abordagens alternativas, mediante a aproximação entre algumas das principais questões às quais se dedica a CI – o que ela é e para que serve; a relação entre informação e conhecimento; a comunicação científica; a divulgação científica; a democratização do conhecimento etc. – e alguns temas-chave de Bourdieu, entre os quais destacamos: 1) a dominação simbólica e seu desmascaramento; 2) a problematização dos processos de legitimação do conhecimento científico, que envolvem o atravessamento constitutivo do debate epistemológico, teórico e metodológico por disputas por capital simbólico, social e econômico, bem como a noção de campos e de sua autonomia relativa. Bourdieu, portanto, pode ser útil tanto para a CI refletir sobre si mesma quanto sobre vários de seus inúmeros objetos.

Um desdobramento dessas questões a partir da sociologia crítica bourdieusiana envolve as estratégias de legitimação e consagração da CI como campo de conhecimento autônomo. A própria constituição da CI como um campo interdisciplinar – além disso classificado como área de conhecimento “aplicada” – coloca alguns problemas importantes. Seria a CI capaz de gerar uma forma de interesse propriamente científico, a partir do conjunto de objetos e metodologias (via de regra emprestadas de outras disciplinas mais estabelecidas) que ela busca integrar e definir como seus, ou estaria condenada a buscar legitimação no atendimento

de demandas externas, notadamente aquelas geradas pela tecnocracia, no interior do aparelho de Estado?

O monopólio da violência simbólica exercido pelo Estado nas sociedades modernas – conforme a formulação já clássica de Bourdieu (ver, por exemplo, Bourdieu, 1996; 2014) – realiza-se mediante a capacidade do Estado de impor princípios de visão e divisão comuns sobre o mundo social e, assim, produzir “consensos” com a aparência do universal que moldam as estruturas mentais e constituem forças poderosas a serviço do conformismo moral. A CI, como ciência da organização do conhecimento cujo “objeto” natural é a classificação e indexação da informação e dos saberes, com seus aparatos classificatórios, cientométricos e bibliométricos, não correria o risco de assumir para si um ponto de vista “de Estado”,⁸ que busca impor sua lógica aos campos de produção cultural e ao campo científico, em particular, para não mencionar sua vinculação, por assim dizer, originária com os aparatos tecnológicos de controle e “segurança” ou mesmo de censura e repressão?

Sem pretender aqui abordar em minúcia todas essas questões relacionadas à legitimação e à autonomização da CI, o recurso à sociologia reflexiva nos permite dialetizar e colocar em um nível superior de compreensão a relação entre a prática da pesquisa em CI e a constituição da CI como campo de conhecimento, na medida em que fornece um bom antídoto contra determinadas visões ingênuas em relação ao Estado e às demandas de Estado.

Uma questão específica que pretendemos levantar com este trabalho – a partir de Bourdieu mas em diálogo com outros autores, principalmente Gramsci, considerando também as mediações e críticas introduzidas pelo sociólogo norte-americano Michael Burawoy a

8 Há que se fazer a ressalva que ser “de Estado” não é necessariamente ou exclusivamente o mesmo que ser um aparato de controle tecnocrático, menos ou mais subordinado às pressões do mercado. Como exemplo, citamos as principais instituições de ensino e pesquisa brasileiras em CI, nas quais acesso dos candidatos ao ingresso é gratuito e condicionado por critérios meritocrático-acadêmicos, assim como o financiamento de pesquisas, cumprindo, assim, ao menos em princípio, sua função pública, na acepção nobre do termo. Agradecemos a Gustavo Saldanha esta advertência quanto a incorporar categorias – como “de Estado” – oriundas do contexto europeu ou norte-americano à nossa realidade nacional sem o cuidado de esclarecer suas diferenças. Infelizmente, explorar mais detidamente essas diferenças transcende os objetivos deste trabalho.

essas duas perspectivas – reflete-se não simplesmente em uma crítica sociológica da CI como campo de conhecimento mas, principalmente, nas condições e pressupostos para a construção de uma CI crítica.

A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE PIERRE BOURDIEU

Falar de Bourdieu, por si só, já constitui um grande desafio. Trata-se do autor de uma obra extensa, que abrange mais de quatro décadas de pesquisas e reflexões que resultaram em mais de trinta livros e cerca de trezentos artigos, aos quais se somam inúmeras conferências e entrevistas, e que além de tudo possui uma trajetória incomum. A biografia de Bourdieu, diga-se de passagem, é ela mesma um tanto improvável e, como foi destacado pelo próprio autor em diversas oportunidades,⁹ é uma das fontes de sua reflexão sociológica.

Essa trajetória já é bem conhecida: nascido em uma família modesta, em uma pequena cidade do sul da França na região dos Altos Pirineus, graças a uma carreira escolar excepcionalmente bem-sucedida ingressou na *École Normale Supérieure*, uma das instituições de elite do sistema de ensino francês, na qual se formou em Filosofia, chegando posteriormente, já convertido à sociologia, às posições mais elevadas da academia francesa e a alcançar um nível de reconhecimento internacional que poucos lograram atingir. Sem dúvida, as experiências por que passou nos internatos e escolas de elite de Paris como estudante bolsista oriundo de uma região pobre e de uma família desprovida de meios dotaram Bourdieu de um forte impulso para a crítica dos meios artísticos e intelectuais, mas foi, sobretudo, a experiência na Argélia, no período da guerra de independência, inicialmente por conta do serviço militar e em seguida já como pesquisador da sociedade argelina, que levou o nosso autor a romper com sua formação escolar de filósofo *normalien* e tornar-se cientista social, abraçando inicialmente a etnologia – em um período de forte presença intelectual do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, que marcou a produção de Bourdieu nessa fase

9 Ver, sobretudo, a obra *Esboço de autoanálise* (BOURDIEU, 2005), em que o autor mergulha em uma reflexão sobre a sua própria trajetória no campo científico e que, exatamente por seu caráter autocrítico, inspirou o título deste trabalho.

– e em seguida a sociologia, a partir de uma reflexão sobre a mudança social imposta pela colonização, revelada em suas contradições pelo próprio movimento de descolonização, que colocava aquela sociedade na contingência de ter que se reinventar como Estado independente no contexto pós-colonial.

Bourdieu tornou-se “o” sociólogo dos campos de produção cultural; com efeito, boa parte do seu trabalho de pesquisa é dirigido a questões relacionadas à “cultura”, na acepção mais usual do termo, desde aqueles sobre os frequentadores de museus (BOURDIEU; DARBEL, 2003 [1969]), os usos sociais da fotografia (1965) e o sistema escolar (BOURDIEU; PASSERON, 2014a [1964], 2013 [1970]) nos anos sessenta, passando por *A Distinção* (2000 [1979]) – para muitos a obra máxima de Bourdieu –, em que o autor desenvolve uma ambiciosa pesquisa sobre o consumo cultural na sociedade francesa da década de 1970, até a pesquisa sobre Flaubert, na qual toma por objeto a constituição do “campo literário” na França do século XIX (BOURDIEU 1996a [1992]), e os cursos dedicados à obra de Manet, em 1998-2000, no *Collège de France*, recém-publicados (2013) – para não mencionar dezenas de artigos e trabalhos de menor fôlego. Não obstante, Bourdieu também dedicou uma atenção especial às modalidades específicas de produção cultural que consistem na construção das diversas formas de conhecimento erudito, acadêmico e, em especial, do conhecimento científico.

Considerando esses aspectos tão marcantes de sua obra sociológica, o interesse da sociologia dos campos de produção cultural de Bourdieu para a CI parece algo quase autoevidente. Entretanto, a nosso ver, para fazer jus às exigências colocadas pela sociologia de Bourdieu é necessário ir além da aplicação potencial de um determinado aparato teórico-conceitual a um determinado objeto de pesquisa dado ou estabelecido. Em Bourdieu, o procedimento de objetivação característico das ciências é inseparável de um movimento reflexivo de “objetivação do sujeito da objetivação”, entendido não somente como crítica dos pressupostos, mas, também e sobretudo, como compreensão das condições sociais objetivas de possibilidade de construção dos objetos e dos discursos científicos. Tal exigência reflexiva não pode ser compreendida e satisfeita

adequadamente sem menção a seus famosos conceitos de *habitus* e *campo*, que, por outro lado, por razões de espaço, não poderemos explorar em todas as suas dimensões neste artigo, mas tão somente na medida em se mostre indispensável à nossa exposição.

CAMPO CIENTÍFICO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Como estamos tratando de um dado conjunto de conhecimentos e práticas que se inscreve – ou pretende se inscrever – entre as práticas e discursos científicos, isto é, associados à “ciência”, abordaremos o conceito de “campo” a partir de reflexões que Bourdieu dedicou ao “campo científico”. Um segundo grupo de questões coloca-se a partir da análise panorâmica da inserção da CI no campo científico: sob quais condições a CI se inscreve no universo das práticas científicas e pode ser reconhecida como uma área de conhecimento distinta?

Não pretendemos responder substantivamente a essa questão, mas simplesmente pontuar alguns problemas que emergem a partir do confronto entre a CI e a sociologia reflexiva do campo científico nos moldes de Bourdieu, exatamente para demonstrar, por um lado, que não há resposta óbvia e, por outro, que não é possível dispensar a perspectiva sociológica se quisermos de fato compreendê-la: em poucas palavras, a sociologia de Bourdieu não permite que sejamos ingênuos em relação às inúmeras divisões disciplinares que conformam o universo acadêmico e, muito menos ainda, em relação a essas formações de compromisso – muitas vezes com um indisfarçável elemento de improvisação – que frequentemente são apresentadas sob o rótulo aparentemente simpático e desprezioso de “interdisciplinaridade”.

A visão ingênua é aquela que explica as fronteiras disciplinares por analogia a divisões supostamente existentes no próprio mundo fenomênico, isto é, que supõe haver uma homologia, ainda que imperfeita, entre a divisão dos saberes e divisões no próprio mundo empírico. A sociologia bourdieusiana do campo científico mostra não somente como essa visão é limitada mas, sobretudo, permite compreender a produção da ciência como processo social em que as disciplinas (e, por suposto, as áreas de conhecimento “interdisciplinares” como a CI) são

constituídas como campos em um espaço de luta concorrencial que envolve não apenas definições e representações sobre o que é “ciência”, isto é, pela delimitação das fronteiras que separam o conhecimento científico do conhecimento não científico – que não distingue somente o saber verdadeiro do falso, mas principalmente o saber científico das diversas formas de saber vulgar – e, também, as definições e critérios que devem reger a divisão do trabalho científico. Esse é um ponto que interessa duplamente à CI, como prática de pesquisa interdisciplinar que estuda a organização do conhecimento e como campo ou área de conhecimento que pretende encontrar e definir seu espaço próprio na divisão do trabalho científico.

BOURDIEU (2003; 2004; 2008) define o campo científico como um espaço essencialmente concorrencial, dotado de um alto grau de autonomia relativa, em que os diversos agentes concorrem pelo monopólio da competência científica, o que implica a afirmação de que o funcionamento do campo pressupõe e produz uma forma específica de interesse – o interesse propriamente “científico” –, que pode aparecer como desinteressado quando referido a outras formas diferentes de interesse, produzidos por outros campos, e muito especialmente ao interesse econômico.

A estrutura do campo científico é definida pelas relações de força entre agentes em luta, ou seja, pela estrutura da distribuição do capital de competência e autoridade científicas, resultado de lutas anteriores, objetivado nas instituições que formam o campo. Em consequência, como afirma Bourdieu, “[...] as transformações da estrutura do campo são o produto de estratégias de conservação ou de subversão cujo princípio de orientação e eficácia situa-se nas propriedades da posição ocupada por aqueles que a produzem no interior da estrutura do campo” (BOURDIEU, 2003, p. 123).

Nas lutas que definem a estrutura do campo, cada um dos agentes busca impor uma definição particular de ciência mais de acordo com seus interesses específicos de pesquisa. A definição sobre o que está em jogo na ciência faz parte da luta científica: a cada momento, a posição dominante é aquela que consegue impor uma visão de ciência mais

conforme àquilo que seus detentores têm, são e fazem. Para Bourdieu, não apenas haverá uma distribuição sempre e necessariamente desigual do capital científico (de prestígio, competência e autoridade científica), como também haverá sempre uma hierarquia social dos campos científicos – isto é, das disciplinas –, que orienta as práticas, as escolhas, as estratégias e os investimentos dos agentes e instituições. Essa hierarquia dos campos de produção e das disciplinas torna-se visível, sobretudo, a partir do grau de autonomia relativo concedido às diferentes disciplinas pelo campo de poder – político e econômico –, como se torna evidente a propósito da diferença de *status* entre as chamadas “ciências da natureza” e as “ciências sociais”, ou, em meio a essas, entre as “puras” e as “aplicadas”:

A classe dominante concede às ciências da natureza uma autonomia medida pelo grau de interesse na aplicação das técnicas científicas à economia [i.e., à produção], mas nada tem a esperar das ciências sociais a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa na legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. O desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais testemunha que o progresso em direção à autonomia real – que condiciona e supõe a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico autorregulado e autárquico – se choca sempre com obstáculos desconhecidos alhures [em outros campos de conhecimento, especialmente nas ciências naturais]. E não pode ser de outro modo, porque o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica (o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social) é o que está em jogo entre as classes no campo da política. Daí que as posições na luta interna não podem jamais atingir o grau de independência com relação às posições nas lutas externas que se observa no campo das ciências da natureza. A ideia de uma ciência neutra é uma ficção interessada que permite aparentar como científica uma forma neutralizada e eufêmica (simbolicamente muito eficaz porque particularmente irreconhecível) da representação dominante do mundo social. (Bourdieu, 2003, p. 136-137)

Neste ponto podemos propor algumas considerações sobre o estatuto da Ciência da Informação, a partir da perspectiva crítico-reflexiva da sociologia bourdieusiana do campo científico.

O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

A denominação “Ciência da Informação” é uma convenção internacional, originária dos Estados Unidos, cujo marco histórico é a mudança do nome do *American Documentation Institute* para *American Society for Information Science*, em 1968 (Borko, 1968). A adoção do termo no Brasil, pouco tempo depois, constitui um realinhamento ao contexto internacional, que tem claramente um componente estratégico de acumulação simbólica.

A CI é definida como um campo de conhecimento ao mesmo tempo “social” e “aplicado”, classificada, junto com a Comunicação e a Museologia, no âmbito do que a Tabela de Áreas do Conhecimento da CAPES delimitou como “Ciências Sociais Aplicadas I”.

Com efeito, a emergência da CI pode ser entendida como uma estratégia de reclassificação, que parte de um conjunto de saberes mais “técnicos”, próximos da lógica prática e do trabalho manual (biblioteconomia, arquivologia, documentação), em direção a uma “ciência”, ainda que “aplicada”, que reivindica um objeto próprio e específico de pesquisa.

O caráter interdisciplinar da CI, por outro lado, é ao mesmo tempo indício e consequência dessa estratégia de reclassificação. Por um lado, há um conjunto de técnicas consolidadas nas rotinas e práticas profissionais que estão na origem do campo, que são insuficientes, por outro lado, para justificar a reivindicação de cientificidade capaz de elevar a posição da CI no campo científico, isto é, seu volume de capital de reconhecimento e legitimidade. Assim, torna-se necessário o recurso a aparatos conceituais e metodológicos de disciplinas mais estabelecidas, no campo das ciências sociais, naturalmente, mas também – e de forma cada vez mais frequente – de áreas tecnológicas e das engenharias, notadamente aquelas ligadas às chamadas TICs.

Se, por um lado, abre-se, assim, espaço para um saudável pluralismo de abordagens, por outro lado torna difícil definir e delimitar

o campo, como fica patente nos seguintes trechos do Documento de Área 2013, da Área de Conhecimento “Ciências Sociais Aplicadas I”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), elaborado por um comitê de professores pesquisadores da própria área a partir dos resultados do processo de avaliação trienal que cobriu os anos 2010-2012:

A área CSAI recobre questões, saberes e práticas que, na contemporaneidade, assumem caráter estratégico, tendo em vista a atual centralidade dos processos de midiaticização, comunicação e informação da sociedade. A mobilização de aspectos que atravessam e articulam, de diferentes formas o político, o institucional, a cultura e as práticas memoriais, indica a importância da inserção social crítica da pesquisa desenvolvida neste âmbito, tanto dos pontos de vista teórico e metodológico, quanto do acolhimento de seu viés de intervenção e aplicação empírica. [...] A área CSAI conjuga dimensões de reflexão e empiria, com cruzamentos interdisciplinares e níveis de valoração profissional que atingem a comunicação, a informação e a memória em diferentes habilitações (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Produção em Rádio, Televisão e Cinema, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia) tão caras a qualquer campo de conhecimento por afetar as condições de produzir, publicizar, armazenar e disponibilizar informações. (BRASIL, 2013)

A representação da CI no campo científico brasileiro pode ser mais bem avaliada a partir do histórico de sua inserção na Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC), usada tanto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), quanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que formula políticas e fomenta pesquisas científicas e tecnológicas no Brasil.

Utilizada como instrumento para organizar as atividades científicas no quadro geral da produção e aplicação do conhecimento, a TAC foi criada em 1976, sendo reformulada em 1982 e posteriormente em

1984, versão até hoje em vigor. De acordo com a pesquisa feita por Souza e Stumpf (2009), na primeira TAC a CI é representada como subárea da área de Comunicação (e grafada como “Ciências da Informação”); na segunda, aparece como área, mas ao lado de Biblioteconomia e Arquivologia; e somente na TAC de 1984 é que a CI se firma como área de conhecimento, dentro da grande área Ciências Sociais Aplicadas (SOUZA; STUMPF, 2009, p. 45).

Ainda que conste como uma área específica, não são poucos os autores e pesquisadores do campo da CI que a definem como uma ciência interdisciplinar (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; SOUZA; STUMPF, 2009). É comum que um campo científico em processo de maturação se sirva da contribuição de outras áreas do saber. No entanto, são também comuns às críticas quanto ao fato da CI, muitas vezes, tomar conceitos emprestados sem o cuidado de realizar a reflexão de sua trajetória epistêmica (RABELLO, 2010).

A pesquisa em Ciência da Informação apresentaria um problema particular que podemos identificar de modo quase imediato: se existe grande diversidade na definição das heurísticas afirmativas, as que definem as estratégias metodológicas de construção do objeto e que permitem a estabilização acumulativa do domínio, maior é a dificuldade para estabelecer as heurísticas negativas, as que definem o que não poderia ser considerado objeto do conhecimento da Ciência da Informação, condição diferencial que facilita e propicia as relações de reconhecimento e complementaridade com outras disciplinas. E isto acontece na Ciência da Informação, por um lado, pela referência intrínseca de seu objeto a todos os outros modos de produção de saberes, gerando constantemente novas treliças interdiscursivas, e por outro lado, pela natureza estratificada e poli-epistemológica dos fenômenos ou processos de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000)

Concordamos com González de Gómez que, “por sua relação intrínseca com todos os outros campos de produção cultural, a Ciência da Informação se desenvolve gerando sempre novas zonas interdiscursivas”,

o que, ao fim e ao cabo, “dificulta a identificação de uma diferença específica do conhecimento informacional” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000). Assim, cria-se uma situação em que, se por um lado a CI se vale da contribuição de outras áreas de conhecimento, por outro deve cuidar para que a interferência dessas outras áreas não coloque em risco sua autonomia.

Para Bourdieu, tal autonomia é inversamente proporcional à permeabilidade de um campo em relação a outros. Segundo o autor, esse grau de autonomia depende, mais do que de recursos econômicos para se concretizar, da capacidade de que sanções positivas ou negativas possam ser impostas no campo, e de que este esteja “protegido contra as intrusões” – aqui o autor se refere ao “direito de entrada mais ou menos elevado que ele impõe aos recém-chegados e que depende do capital científico coletivamente acumulado” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

Para o cientista da informação e filósofo Rendón-Rojas (*apud* RABELLO, 2010, p. 41), se dentro de uma dada teoria se introduz um novo conceito ou enunciado que a contenha e explique, “isso poderá acarretar na mudança de todos os demais conceitos e enunciados”. Em semelhante chave de entendimento, Bourdieu entende que métodos de validação de teses e hipóteses que fundam e regem o trabalho de objetivação das teorias científicas são “construções sociais concorrentes, representações [...] que se pretendem fundadas numa realidade dotada de todos os meios de impor seu veredito [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 33). O problema, complementa o autor, é que muitas vezes a lógica da concorrência puramente científica é contrariada por forças e pressões externas ao campo:

De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração de capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução, conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do sub-universo considerado. (BOURDIEU, 2004, p. 34)

Admitindo que sempre haverá grupos a favor da inclusão de novos conceitos e outros interessados na permanência daqueles em uso, chegamos ao entendimento de Bourdieu da dinâmica do campo intelectual como uma arena de constantes lutas pelo controle de formas de dominação, estando o conhecimento científico submetido à característica essencialmente concorrencial do campo – concorre-se pelo monopólio do capital científico – e ao grau de independência intelectual decorrente de algumas especificidades do capital científico (o reconhecimento interpares, notadamente) que o diferenciam de outras formas de capital.

Além dessa lógica interna que determina sua maior ou menor autonomia relativa, detectamos como forças ou ameaças externas, no caso da ciência e do campo científico, a pressão por produtividade e por uma maior contribuição da ciência ao desenvolvimento e ao crescimento econômico em um sentido determinado, notadamente em seu componente tecnológico, o que implica também uma maior permeabilidade às demandas (tecnológicas, inclusive mão de obra qualificada) do capital privado – pressões em geral localizadas no próprio aparelho de Estado, que se materializam muito claramente na (permanente) ameaça de desfinanciamento, expressão eloquente, quase obscena, da intimidade nem sempre aparente entre a dominação econômica e a simbólica, da qual trataremos mais detidamente adiante, em nossa avaliação da forma como Bourdieu teria se ocupado da questão.

OUTRAS APROXIMAÇÕES CRÍTICAS ENTRE BOURDIEU E A CI

O livro *O marxismo encontra Bourdieu*, de Michael Burawoy – mais especificamente o debate hipotético que o autor promove entre Gramsci e Bourdieu, e aquele entre Bourdieu e ele mesmo, Burawoy – sugere uma possibilidade de se pensar a CI e parte de seus objetos usuais de pesquisa tendo como pano de fundo uma confrontação entre a noção bourdieusiana de dominação simbólica com a noção gramsciana de hegemonia. Segundo Burawoy (2010, p. 26), “se existe alguma questão que perpassasse toda a sua obra [de Bourdieu], esta é o tema do

desmascaramento da dominação, sobretudo a análise da dominação simbólica – a dominação que não é reconhecida como tal.”

A noção bourdieusiana de dominação simbólica aplica-se virtualmente a qualquer modalidade de dominação social cuja eficácia dispensa o recurso ordinário ao emprego da violência física ou econômica diretas. Já a noção de hegemonia de Gramsci contempla preferencialmente uma forma de dominação com características semelhantes, mas mais especificamente do tipo classista, típica das sociedades ocidentais da primeira metade do século vinte, e, por extensão, das atuais.

A diferença central que Burawoy identifica entre a posição de Gramsci e a de Bourdieu consiste em um maior pessimismo do último quanto à possibilidade do senso comum ascender a um entendimento não mistificado da realidade social de dominação que o conforma.

A discussão em torno da possibilidade deste ou daquele entendimento da realidade social ser mistificado ou “científico”, bem como a própria noção de senso comum, diz respeito tanto aos fundamentos epistemológicos e critérios teóricos de legitimidade de um dado regime de classificação dos saberes quanto a seu gerenciamento e uso mais adequados conforme as hierarquias estabelecidas pela mesma classificação. Portanto, dizem respeito também à CI.

Para Bourdieu, a dominação simbólica atuaria em nível predominantemente inconsciente, de um modo praticamente imperceptível e, por isso, muito difícil de ser combatida, a não ser pelo sociólogo crítico de um certo tipo, protegido do senso comum pela relativa autonomia do campo acadêmico e por sua reflexividade. O fado dessa solução, aos olhos de Burawoy, estaria em sua inocuidade, nos termos do próprio combate a que se propõe, ou seja, no sentido de colaborar para a desmistificação da dominação simbólica junto a suas vítimas, principalmente aquelas que habitam fora da academia.

Já para Gramsci, a hegemonia seria uma forma de dominação que opera por meio da obtenção do consenso consciente dos dominados com a dominação, mediante concessões pontuais negociadas dos dominantes. Portanto, estaria mais propensa a ser desmascarada por uma tomada de

consciência por parte dos dominados. Essa tomada de consciência seria a emergência da consciência crítica latente no senso comum, estimulada pela ação dos intelectuais orgânicos junto aos dominados. O fado dessa solução, aos olhos de Bourdieu, seria seu irrealismo.

Vejamos o quanto isso procede, fazendo a crítica da crítica que Burawoy tece a ambas as posições.

HEGEMONIA E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

Em entrevista concedida por Bourdieu a Terry Eagleton (autor identificado com o marxismo), cerca de duas décadas antes do livro de Burawoy ser publicado, a questão do suposto pessimismo de Bourdieu em relação às possibilidades de superação da dominação simbólica também é apontada por Eagleton. Em resposta, Bourdieu afirma ser realista, não pessimista, acusando o marxismo de um otimismo irrealista quanto à possibilidade de emergência de uma consciência de classe capaz de transcender a falsa consciência legitimadora da exploração.

Para Bourdieu, os “intelectuais orgânicos”, em seu esforço de combater a mistificação ideológica, supostamente contribuindo para a emergência do senso crítico que estaria latente no senso comum dos dominados, acabam se rebaixando ao senso comum e convertendo-se em novos mistificadores. Tal se daria, entre outras razões, porque o problema maior sobre a questão da “falsa consciência” não estaria no predicativo “falsa”, mas na insistência representacional do marxismo na própria noção de consciência, dado que a eficácia da dominação simbólica dever-se-ia precisamente ao fato de atuar em nível inconsciente, convertendo-se em crenças e disposições, não em consciências falsas ou verdadeiras, isto é, mistificadas ou não.

Sem deixar de reconhecer o mérito de diversos aspectos da fina análise de Burawoy, argumentamos aqui que, embora Gramsci não empregue a terminologia oriunda da psicanálise, suas frequentes referências à eficácia da hegemonia no universo dos sentimentos, das crenças, da moral etc. sugerem que ele não ignorava o quanto a hegemonia operava não só no nível da consciência ou da representação. Assim, diferentemente da análise dicotômica de Burawoy quanto à concepção

gramsciana de hegemonia e a bourdiesiana de dominação simbólica, entendemos que, assim como Bourdieu (embora com menor ênfase) admitia o nível consciente ou representacional da dominação simbólica, Gramsci também reconhecia, em outros termos, a atuação inconsciente da hegemonia, e nisso consiste parte de sua originalidade teórica.

Em relação ao maior otimismo ou pessimismo de cada um a respeito do potencial de superação da dominação simbólica ou da falsa consciência por parte daqueles imersos no senso comum, vale lembrar que Gramsci escolheu como epígrafe do *L'Ordine Nuovo*, jornal que fundou em 1919 (durou, com interrupções, até 1925), a famosa frase de Romain Rolland, com frequência inadvertidamente atribuída ao próprio Gramsci: “pessimismo da razão, otimismo da vontade”, que expressa a cautela de Gramsci quanto a otimismo infundados e, ao mesmo tempo, remete, curiosamente, à esperança manifesta na prática política de Bourdieu nos anos 1990, em sua cruzada pública contra o neoliberalismo (a despeito de seu próprio pessimismo teórico quanto à eficácia desse tipo de publicidade), lembrada por Burawoy.

De todo modo, como Burawoy observa com acerto, é necessário identificar o contexto no qual cada um deles, Gramsci e Bourdieu, produziu suas ideias a respeito da possibilidade de libertação do senso comum da mistificação ideológica ou da dominação simbólica. Só assim podemos avaliar com justiça o quanto e como foram mais ou menos realistas em suas perspectivas de desmascaramento ao que havia de legitimador da ordem vigente, marcada pela dominação classista, no senso comum. Esse desmascaramento específico, vale lembrar, era a meta da maior parte da crítica original de Marx e Engels à ideologia, crítica da qual certamente Gramsci e, acreditamos, também Bourdieu, são tributários, antes de o conceito adquirir outras significações: para Marx e Engels, com exceção daqueles momentos pontuais nos quais o adjetivo “ideológico” é empregado em seus textos em um sentido mais geral e neutro, para designar tudo aquilo que não pertence à ordem da infraestrutura, ideologia é uma classificação pejorativa essencialmente dirigida a discursos de legitimação da dominação de classe, sejam os discursos religiosos, filosóficos ou pretensamente científicos – neste

último caso, em especial, os dos economistas políticos com os quais polemizaram.

O próprio conceito de ideologia, e Bourdieu o reconhece, é mais complexo do que se costuma supor, de modo que sua alternativa por termos como *doxa* ou dominação simbólica não representa uma recusa integral à noção de mistificação ou falsa consciência, que legitimam a dominação de classe, mas um esforço para entender, denunciar e combater esses processos, supostamente com mais acuidade e eficiência.

Nesse sentido, não haveria propriamente antagonismo entre Gramsci e Bourdieu, mas apenas ênfases e expectativas distintas, talvez complementares.

ECONOMICISMO X CULTURALISMO

Engels, em uma passagem muito esclarecedora numa carta a Mehring, de Londres, em 14 de julho de 1893 (*apud* FERNANDES, 1989, p. 465-466), afirmou que faltou que ele e Marx definissem a *forma* como se dava a passagem do econômico para o ideológico (aqui, não apenas no sentido de legitimação da dominação de classe), por terem se limitado a descrever o *conteúdo* do processo global:

Nós todos colocamos inicialmente – e *tínhamos de fazê-lo* – a ênfase principal, antes de mais nada, em *derivar* dos fatos econômicos básicos as concepções políticas, jurídicas e demais concepções ideológicas, bem como os atos mediados através delas. Com isso negligenciamos o lado formal em função do conteúdo: o modo e a maneira como essas concepções etc. surgem. [...]

Na sequência da mesma carta, Engels desfaz um mal-entendido recorrente e defende um ponto de vista importante:

... existe uma estúpida concepção dos ideólogos: já que negamos um desenvolvimento histórico independente às diversas esferas ideológicas que desempenham um papel na história, negaríamos também qualquer *eficácia histórica* delas. Aqui está subjacente a concepção vulgar,

não dialética, de causa e efeito como polos opostos de modo rígido, com o esquecimento absoluto da interação. Esses Senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através de outras causas, econômicas no final das contas, agora também reage sobre a sua circunstância e pode retroagir até mesmo sobre as suas próprias causas.

Bourdieu, assim como Gramsci, Bakhtin, Lukács, Walter Benjamin, Raymond Williams e tantos outros, ofereceu contribuições importantes e originais no sentido de preencher essa lacuna que Engels identifica no conjunto de sua obra e na de Marx.

Embora a ênfase de Bourdieu dirija-se em geral à dominação simbólica, ele certamente não ignora sua relação com a dominação econômica. De certo modo, Bourdieu, além de ter se preocupado seriamente em entender “o modo e a maneira como essas concepções etc. surgem”, para empregar as palavras de Engels, inverte taticamente a opção de Marx e Engels de derivarem as concepções ideológicas dos fatos econômicos, assim como eles “tiveram” que pensar a dominação nesses termos pelo fato de ninguém tê-lo séria e sistematicamente feito até então. Bourdieu, assim, diante da forte presença do marxismo na academia francesa nos anos 1960 e 1970, teria optado deliberadamente pela ênfase nos aspectos “simbólicos” da dominação, como crítica a certas derivações economicistas do marxismo, assim como Marx e Engels tiveram que enfatizar os aspectos econômicos da dominação em oposição ao idealismo que predominava entre seus opositores.

Na verdade, entretanto, Bourdieu estava ciente de que “[...] é preciso superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo, para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas.” (2008a, p. 24).

Em entrevista concedida a Terry Eagleton, Bourdieu esclarece melhor este ponto:

EAGLETON – ... Sua concentração na cultura desvia a ênfase dos determinantes econômicos que impedem as pessoas de se emanciparem. Você reage ao economicismo alçando as imagens econômicas

para a esfera cultural, em vez de registrar o peso do material e do econômico na cultura.

BOURDIEU – Talvez você tenha razão. Tendo a forçar demais a mão, como dizia Mao Ze-dong, na tentativa de corrigir a tendenciosidade anterior. Nesse campo, a visão crítica dominante corre o risco de pender para o economicismo. Quanto a mim, tendo a insistir nos outros aspectos, mas talvez esteja errado. Mesmo que, em minha cabeça, eu tenha um equilíbrio melhor, tendo a insistir, na exposição de minhas ideias, no aspecto menos provável e menos visível – de modo que talvez você tenha razão. (BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p. 276-277)

A despeito dessa ênfase, sobretudo tática, diversas passagens da obra de Bourdieu nos auxiliam a entender melhor a relação entre a dominação simbólica e a dominação econômica, de classe, e a enxergar a presença de ambas onde ela nem sempre é evidente. Na *Distinção*, Bourdieu a revela nos próprios gostos: “Se tudo leva a crer na existência de uma relação direta entre rendimento e consumo, é porque o gosto é sempre o produto de condições econômicas idênticas àquelas nas quais ele atua” (BOURDIEU, 2000, p. 375).

A propósito do caráter supostamente inato dos gostos, Bourdieu denuncia, com ironia, o que ele tem de ideológico:

A ideologia do gosto inato deve sua plausibilidade e eficácia ao fato de que, como todas as estratégias geradas na luta de classes do dia a dia, ela naturaliza diferenças reais, convertendo as diferenças no modo de aquisição da cultura em diferenças da natureza; ela só reconhece como legítima a relação com a cultura (ou a linguagem) que menos se aproxima das marcas visíveis de sua gênese, que não tenha nada de “acadêmico” [...], mas que manifeste, por sua desenvoltura e naturalidade, que cultura verdadeira é natureza – um novo mistério da imaculada concepção. (BOURDIEU, 2000, p. 68)

Ainda sobre essa questão, em um lance audacioso, Bourdieu desvela o caráter ideológico da própria estética kantiana:

O princípio do gosto puro, de Kant, não é nada além de um recusa, de uma aversão – uma aversão por objetos que impõem o gozo e uma aversão pelo gosto bruto, vulgar, que festeja este gozo imposto. [...] Reconhecemos aqui o mecanismo ideológico que atua através da descrição dos termos de oposição entre as classes sociais como estágios de uma evolução (aqui, o progresso da natureza à cultura). [...] A antítese entre cultura e prazer corporal (ou natureza) está ancorada na oposição entre a burguesia cultivada e o povo, o local imaginário da natureza não cultivada, barbaramente chafurdando no puro gozo [...]. (BOURDIEU, 2000, p. 498-490)

Em uma formulação ainda mais sofisticada e ambiciosa, por fim, Bourdieu (2000, p. 409) afirma que “a relação entre realidade e representação é estabelecida através das disposições que são a forma internalizada das probabilidades associadas a uma dada posição na divisão do trabalho.” Ou seja, a posição que o sujeito ocupa em meio às relações de produção (ou à divisão de trabalho), mediante disposições internalizadas, cuja forma possível é delimitada por essa mesma posição, estabelece a relação entre realidade e representação que ele poderá desenvolver.

Temos assim descrito o processo através do qual a posição de classe objetiva – mediada por disposições subjetivas, cujo campo de possibilidades é determinado por essa mesma posição de classe objetiva – condiciona a relação possível entre realidade e representação.

Essa nos parece antes uma boa solução para o problema apresentado por Engels – na medida em que acrescenta novas mediações dialéticas à relação entre o econômico e o simbólico – do que sua recusa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro e fora do campo científico, seja o da CI ou os demais, Bourdieu nos propõe um desafio de natureza ao mesmo tempo ética, política e epistemológica, que consiste no desmascaramento das diversas modalidades de dominação simbólica, cuja maior eficácia reside em não se apresentarem nem serem percebidas como tais. Tal desafio exige a

análise e a crítica de qualquer processo de legitimação hierarquizante (e da legitimidade hierarquizada corrente) de certos saberes e práticas em detrimento de outros, bem como dos argumentos e instituições de legitimação ou deslegitimação em disputa, incluindo aqueles direta ou indiretamente associados ao próprio Bourdieu.

Como situar a Ciência da Informação em um projeto dessa magnitude? Em um sentido instrumental, como um aparato, como um dispositivo, segundo se poderia depreender das leituras mais propriamente tecnicistas de sua constituição e função? Como um campo de reflexão teórica importante, necessário à crítica dos processos vigentes de classificação dos saberes, bem como de sua organização, disseminação e uso com base nas classificações dominantes, alternativa aderente a uma compreensão sua que a filia a tradições mais antigas de organização dos saberes, de teor por assim dizer humanista? Ou de ambas as formas?

Arriscamos, retomando o questionamento em torno das possíveis contribuições de Bourdieu à Ciência da Informação, que seu “pessimismo” é necessário, na própria acepção gramsciana de “pessimismo da razão”, no sentido de auxiliar-nos a não nos deixar levar pelo “otimismo da vontade” (sem, contudo, jamais deixá-lo esmorecer) e de não nos iludirmos com o alcance da sagacidade e potencial crítico do senso comum (incluindo o senso comum do campo científico) em qualquer situação dada, sem maiores análises concretas de cada situação concreta; ao mesmo tempo, no sentido de desconfiarmos sempre do “*homo academicus*”, sem, com isso, recusarmos o debate em torno da possibilidade de estabelecimento de qualquer hierarquia epistemologicamente legítima dos saberes, como quer o relativismo pós-moderno.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, 2003.
- BEZERRA, A. C. A cultura é autônoma ou serve às elites? Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu. *Plural (USP)*, v. 18, p. 135-153, 2011.

- BEZERRA, A. C.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. *In: ALBAGLI, S. (Org.). Fronteiras da ciência da informação*. Brasília, DF: IBICT, 2013, v. 1, p. 34-56.
- BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *In: _____, Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus 1996.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- _____. *Distinction. A Social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000.
- _____. O campo científico. *In: ORTIZ, R. A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.
- _____. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008a.
- _____. *Manet, une révolution symbolique: cours au Collège de France (1998-2000) suivis d'un manuscrit inachevé de Pierre et Marie-Claire Bourdieu*. Paris: Éditions du Seuil, 2013.
- _____. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P.; CASTEL, R.; BOLTANSKI, L.; CHAMBOREDON, J. C. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit, 1965.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A Doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. *In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: EDUSC, 2014.
- BURAWOY, M. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2010.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. *Documento de Área 2013 – Área de Avaliação Ciências*

Sociais Aplicadas I. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 4 set. 2013.

CAPURRO, R. *Epistemologia e Ciência da Informação*. [S.l.]: [s.n.], 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 20/09/2014>. Acesso em: 4 set. 2013.

ENGELS, F. Carta a Mehring. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx-Engels*. São Paulo: Ática, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 1, n. 6, 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dezo0/Art_03.htm>. Acesso em: 20/09/2014>. Acesso em: 4 set. 2013.

RABELLO, Rodrigo. A contribuição da história dos conceitos à ciência da informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 35-46, 2010.

SCHNEIDER, M.; VIEIRA, M. C. Referências Cruzadas: ética, política, epistemologia e informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15., 2014, Belo Horizonte. [*Anais eletrônicos...*]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt1>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

O que é Ciência da Informação?

Desafios imediatos e impactos hipotéticos da “distinção” bourdieusiana na socioepistemologia dos estudos informacionais

Gustavo Silva Saldanha

INTRODUÇÃO À “BELEZA” E À “CULTURA” DA “RODA METAFÍSICA”: WILF E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A TECNOLOGIA COMO *VIRTUS* DISTINTIVO

A oposição entre defensores modernistas da cultura científica que encontram aliados entre os altos funcionários e os administradores científicos, portadores privilegiados de um modernismo tecnocrático e detentores de um poder novo, diferindo ao mesmo tempo do poder de produção e do poder de reprodução, e os defensores tradicionalistas da cultura literária não deve dissimular a emergência de um terceiro polo, a cultura econômico-política, cujo peso tende a crescer à medida que aumenta sua eficácia simbólica no campo político. (BOURDIEU, 2013, p. 158)

Em 1991, quando ganhou o prêmio de livro do ano em Ciência da Informação (CI) conferido pela *American Society for Information Science and Technology* (ASIST), aquela que se coloca como a grande instituição do campo informacional no mundo no século XX, Frederick Wilfrid Lancaster apontava para uma questão crônica e em curso nos estudos informacionais estadunidenses: a tentativa de reinventar processos e produtos informacionais sob novos termos e expressões. LANCASTER (2004, p. vi) chamava a atenção na preambular “nota sobre terminologia” para certa “redescoberta da roda”, criticando a falsa figuração de construtos aporéticos, de ordem temporal, que exigiam atualização de nomes e concepções inovadoras para os estudos informacionais.

Como nos lembra Bourdieu (2013, p. 51), a “luta simbólica” no “campo universitário” responde objetivamente pela busca do “monopólio de nomeação legítima”, este “ponto de vista do dominante que, fazendo-se reconhecer com ponto de vista legítimo, faz-se desconhecer na verdade de ponto de vista particular, situado e datado”.

Especificamente, a crítica de Lancaster, teórico de renome internacional, espécie de manual informacional no domínio nuclear da *information retrieval* (este, saber “distintivo” para a definição de CI no mundo anglófono), que acumulava ali já uma coleção de prêmios e distinções no campo informacional, reunindo claramente os dois níveis de capital científico destacado por Bourdieu (2004a), estava direcionada ao então uso do conceito “ontologia” no domínio da organização do conhecimento.

Diante do avanço dos discursos sobre “informação” na segunda metade do século XX e da presença do conceito em diferentes campos científicos, e tendo as antigas *Library Science Schools* alterado recentemente, diante deste processo, seus nomes, incluindo o termo *information* em suas paisagens, o campo em questão se caracterizava cada vez mais por uma arena de lutas pelo uso legítimo da palavra catártica do pós-Segunda Guerra Mundial.

Outro resultado da multiplicidade de profissões que agora contribuem para a literatura de análise temática-recuperação da informação está na *substituição, sem necessidade, da terminologia*, apropriada e reconhecida, da profissão bibliotecária. *Exemplo óbvio é metadados*. O *Oxford English Dictionary* (em linha) registra em 1968 como o ano do aparecimento dessa palavra. Na época foi usada para designar dados que descreviam conjunto de dados (numéricos ou estatísticos). *Desde então tornou-se praticamente um substituto para ‘descrição bibliográfica’*, denominação esta perfeitamente razoável, com a qual convivíamos há muitos e muitos anos e que é aceita em normas internacionais. Alguém, é claro, poderia argumentar que ‘bibliográfico’ aplica-se apenas a livros. Sua extensão, porém, a outras formas documentárias (como em ‘bases de dados

bibliográficos' e 'referência bibliográfica') convive conosco há muito tempo. (LANCASTER, 2004, p. vi-vii, grifo nosso). *Minha maior queixa, porém, é o fato de o substantivo 'classification' haver sido praticamente substituído por (pasmese!) 'taxonomy' (pasmese duas vezes!!), 'ontology' ou até (pasmese três vezes!!!) 'taxonomized set of terms' (conjunto taxonomizado de termos)*. A maneira como estes termos são definidos em artigos recentes mostra claramente que são empregados como sinônimos de 'classification scheme' [esquema de classificação]. (LANCASTER, 2004, p. viii, grifo nosso)

Britânico, Lancaster, ou apenas, "Wilf", como era afetivamente conhecido pelos pares que lhe conferiram o renome, iniciou sua trajetória como assistente de bibliotecas em Newcastle. Mudou-se para os Estados Unidos em 1959, para trabalhar na Biblioteca Nacional de Medicina, tornando-se o mestre de uma geração dedicada aos processos e processamentos eletrônicos de recuperação da informação. Wilf faleceu em agosto de 2013 e deixou, na vasta obra – dos nove livros de sua autoria, seis foram premiados pela *American Library Association* (ALA) e pela ASIS (MEDEIROS, 1993) –, um livro com título polêmico e conteúdo visionário: em 1978 o pesquisador publicava *Toward Paperless Information Systems* – obra que pode ser vista como um discurso técnico sobre o futurismo alegado pelos estudos informacionais.

Um ano após a publicação, na recessão à obra de Wilf, a doutora Estelle Brodman (1979) chamava a atenção para o fato de que qualquer estudo sobre mudanças sociotécnicas deveria lembrar a relação entre os pequenos incrementos e seus enormes problemas. Seu exemplo está na tecnologia de transporte: os automóveis permitiram o encurtamento das distâncias e modificaram a relação entre campo e cidade. Em uma escala macro nos Estados Unidos, as cidades pequenas foram esvaziadas por rápidos processos migratórios (cíclicos, temporários ou definitivos), trazendo, de um lado, abandono e pobreza aos que ficaram; de outro lado, as grandes cidades se incharam, multiplicando-se ao sem-número seus problemas sociais.

Por um lado, a conclusão de Brodman (1979) é que, de fato, no domínio sociotécnico das máquinas da linguagem o mundo estava, naquele contexto, movendo-se na direção de uma certa “sociedade sem papel”, ou seja, sem artefatos tridimensionais em sua idade vegetal, modelo áureo de forma de registro do conhecimento da Modernidade. Sua visão, no entanto, é antecipada por algumas incertezas críticas, dentre as quais:

And what about libraries and librarians? Will they exist in the future in the same way as in the past? Will libraries gradually “wither away” as only retrospective material in the sciences is available in paper form? Will librarians become deinstitutionalized entrepreneurs of information, brokers on their own, offering pay-as-you-go services? What will happen during the intermediary period to the brave new world? (BRODMAN, 1979, p. 439, grifo nosso)

Cerca de treze anos depois de lançar aos bibliotecários o desafio da recuperação da informação em terrenos eletrônicos, tendo, para isto, colaborado diretamente com as interpretações sobre o próprio futuro da profissão em um possível (ainda nebuloso) mercado de profissionais da informação (no sentido da CI), Lancaster (2004) se mostrava impressionado com os usos sociais dos conceitos científicos na CI e a inexpressividade da terminologia epistemológica edificada no campo como possível categoria canônica.

Por trás da preocupação epistêmico-terminológica que teria assustado o pensamento lancasteriano existia, no entanto, um grande conjunto de camadas de “distinção” socialmente elaboradas que justificavam a aproximação ao termo. Uma socioepistemologia, à moda bourdieusiana, perceberia que ali não estava um ato de adequação racional de conceitos sob um fórum de objetivistas popperianos. Por trás, uma socioepistemologia perceberia, com nitidez, que estávamos diante de uma “distinção” – não apenas uma “distinção epistêmica”, mas, antes, uma “distinção social”.

O conceito bourdieusiano é aqui apropriado, deste modo, para discutir as formas sociohistóricas de escolhas e decisões, posicionamentos

e negações no contexto do campo universitário. Trata-se de abordar a ciência – e, por extensão, a epistemologia – como outra coleção dinâmica de preferências e de julgamentos elaborados a-epistemicamente, fruto, no fundo, de relações de (pré)ordem social (se existem distinções, por exemplo, dadas pelas preferências e julgamentos sobre música e cantores que têm como base não uma “natureza”, mas uma “socialidade”, podemos perceber também os julgamentos e preferências por objetos de estudo e conceitos em razão de gestos estruturados por classes sociais distintas que galgam capitais científicos dentro do campo universitário) (BOURDIEU, 2011).

Nesta primeira impressão, dois elementos distintivos socioepistêmicos saltam aos olhos: a própria epistemologia (o estudo que diz a “ciência é”) e a tecnologia (o estudo que diz “a técnica é”). O termo “ontologia” responde originalmente por um conceito filosófico (introduzido na Modernidade por Rudolph Goclenius para designar a ideia do estudo do ser enquanto ser e assemelhando-se, em diferentes momentos, ao conceito de “metafísica”), logo, “superior” na árvore do conhecimento segundo uma tradição milenar ocidental no seio da teoria do conhecimento – usá-lo é evocar um longuíssimo “discurso de verdade”. Por sua vez, a palavra passa a remeter, nos anos 1990, como ocorre no caso de Gruber (2015), à tecnologia (mais especificamente, às tecnologias da linguagem), categoria central de distinção técnico-científica do século XX.

É à procura de elementos socioepistemológicos que cumprem papel decisório nas definições puras e suas legitimações simbólicas do que trataremos aqui como “epistemologias castas” ou “epistemologias puras” ou, ainda, “epistemologias sem indivíduos”, que chegamos à sociologia crítica do conhecimento de Pierre Bourdieu e procuramos, a partir do incômodo de Wilf, o decurso social da naturalização epistêmica constituído no campo informacional a partir da definição da expressão “ciência da informação” do bibliotecário Robert S. Taylor, no início dos anos 1960.

A obra de Bourdieu é um convite à compreensão da elaboração social da naturalização epistemológica a partir da observação a)

dos posicionamentos acadêmicos de corpos e edificações (ou nomes próprios e instituições (BOURDIEU, 2013, p. 45), b) das rupturas socioepistemológicas e, por fim, c) das legitimações das teorias e dos conceitos científicos. Em outras palavras, trata-se de uma crítica social dos mecanismos implícitos de purificação da vida do cientista e de seus construtos. Interessa-nos, nesta discussão, a abertura para a análise da episteme natural apresentada em *A distinção: crítica social do julgamento* e, principalmente, seus estudos da ciência e seus sujeitos, concentrados em *Homo academicus*, *A economia das trocas linguísticas*, *Para uma sociologia da ciência*, complementada pelas obras que colocam em questão a categoria de simbolismo nos regimes de poder, principalmente a partir da linguagem.

O uso do filósofo francês, neste trabalho, não é linear – a proposta de apropriação aqui se dá a partir do diálogo dos conceitos bourdieusianos com a construção da legitimação do pensamento informacional a partir dos anos 1960. Dito isto, a delimitação da análise é compreender a invenção socioepistêmica de uma “ciência para a informação” em solo estadunidense. Não sendo o estudo empírico (mas um convite à sua intervenção), o objetivo é apresentar alguns desafios imediatos e debater os impactos hipotéticos de tal socioepistemologia aplicada ao estudo do campo informacional (principalmente quando de sua passagem do discurso estadunidense para o discurso brasileiro).

A tensão conceitual acima indicada, a partir da insatisfação do prestigiado Lancaster, inicia o jogo de “distinções” aqui colocadas e procura demonstrar como uma certa “trindade conceitual” procurou constituir uma “epistemologia casta”, produto de e produtora de “distinções socioepistêmicas” em torno e a partir do conceito informação. Esta trindade é representada pelos conceitos de interdisciplinaridade, pós-modernidade e tecnologia – coroadas pelo milagre promovido pela palavra inglesa *information*, espécie de mantra do século passado para solução dos problemas do mundo.

Em uma primeira observação socioepistêmica, o que está por trás do jogo dos termos classificação, taxonomia e “ontologia” não é a delimitação, em uma “epistemologia casta”, do teor ilibado do “conceito

científico”; não chegamos, pela via do termo ontologia, à acuidade semântica, de justificativa lógica, para substituição ou co-constituição diante do termo classificação. O que temos é um processo de culto à tecnologia e sua expressão de distinção – uma espécie de *arché* da “roda metafísica” (uma metafísica de inspiração iluminista e positivista), que pode ser compreendida como a fé na técnica como categoria de distinção entre os seres epistêmicos, *homo academicus* pós-iluministas, e os seres não epistêmicos, ou, para adotar o termo filosófico em sua aparição, respectivamente, indivíduos onto-epistêmicos e indivíduos doxa-epistêmicos – nas palavras de Bourdieu (2013, p. 44), “indivíduos empíricos” e “indivíduos epistêmicos”.

Comumente, os estudos sobre uso de Pierre Bourdieu presentes na CI procuram criticar a ciência, ou o cientista, ou, ainda, os artefatos da ciência e do cientista e, mais frequentemente, denunciar os usos das *metrias* como fonte de consumação da catarse da epistemologia casta e de suas consagrações, sem se ater ao jogo de construção social de distinções socioepistêmicas dentro do próprio campo da informação, travestidas como argumentos científicos puros. Em outras palavras, esses estudos não procuram adotar Bourdieu para uma metanálise sociocrítica da própria ciência que se diz ciência dos cientistas da informação. É este, pois, o modelo de análise e a linha de discussão que nos propomos aqui.

POR UMA SOCIOEPISTEMOLOGIA: DO SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU AOS ESTUDOS EPISTEMOLÓGICOS DA (“DISTINÇÃO” NA) INFORMAÇÃO

Se ocorre que a acumulação de um forte crédito científico (junto aos pares) favorece de modo contínuo, e em geral tardiamente (quer dizer, quando já é tarde demais), a obtenção dos poderes econômicos e políticos (da parte dos poderes administrativos, políticos etc.), a conversão do capital político (específico) em poder científico é (infelizmente!) mais fácil e mais rápida, sobretudo para os que ocupam posições médias nas duas distribuições (do prestígio e do poder). (BOURDIEU, 2004a, p. 38-39)

Em 2008, o que chamávamos insistentemente de transposição do político para o epistemológico nos mecanismos sociohistóricos de construção de uma ciência para a informação parecia ainda reportar-se à preocupação com o que, de fato, viria ou poderia ser tomado como uma “epistemologia casta” do campo informacional. A facilidade com que argumentos políticos eram transmutados em fundamentos científicos – como, por exemplo, a afirmação de que éramos um campo novo, pois a sociedade da informação dependia desta anunciação – deveria, deste modo, ser contestada e a procura (de fundo epistemológico, ainda que com traços filosóficos) pela “epistemologia em sua verdade”, por sua vez, deveria seguir seus rumos críticos, principalmente a partir de Gaston Bachelard e sua aparentemente pessimista “filosofia no não” (SALDANHA, 2008).

Como argumenta Bourdieu (2013) em seu processo de “demolição do *homo academicus*”, se a “cientificidade socialmente reconhecida é uma aposta tão importante é porque, embora não haja uma força intrínseca da verdade, há uma força da crença na verdade, da crença que produz a aparência da verdade”. Em outras palavras,

... na luta das representações, a representação socialmente reconhecida como científica, isto é, como verdadeira, contém uma força social própria e, quando se trata do mundo social, a ciência dá ao que a detém, ou que aparenta detê-la, o monopólio do ponto de vista legítimo, da previsão autoverificadora. (BOURDIEU, 2013, p. 53)

Por trás das disputas pela castidade da epistemologia do campo informacional estava, no fundo, um certo “jogo de papéis” que nos reporta novamente a Wilf: o papel (técnica) como alegoria da tecnologia atávica; a ausência de ou a alegada necessidade de um (novo) papel (posicionamento) dos profissionais e teóricos que se dedicavam à organização do conhecimento diante da generalização do processamento eletrônico nos anos 1960. Uma “sociedade sem papel” não é uma “sociedade sem papéis sociais”, e muito menos sem materialidades e sem “distinções” materiais no mundo do trabalho.

Ao contrário, o “jogo de papéis”, no campo informacional, apresenta uma condição socioepistêmica estruturada na dialética homem-máquina, natureza-poética. Em sua obra, Lancaster (1978) – que acumulava vinte anos depois, sistematicamente, capitais simbólicos do campo universitário categorizados pela leitura bourdieusiana, como capital de poder universitário, de poder científico, de prestígio científico, de notoriedade intelectual e de poder político –, não está tratando da sociedade como um todo, ainda que a obra permitisse tal interpretação. Seu foco são as sociedades científicas – objeto de estudo tradicional de trabalho e de estudo dos bibliotecários, objeto dos estudos e dos trabalhos de campo bourdieusianos da ciência.

Se tais “elites epistêmicas” (os seres cognoscentes) produzem aquilo que chancelaremos como conhecimento, faz-se necessário preservar, organizar e disseminar os produtos deste saber. Eis aqui um “papel”, um *devoir*, do profissional e do teórico deste campo no mundo social (independentemente se esta sociedade é “da informação” ou não). Mas, como um outro campo universitário, o campo informacional representa um jogo de construtos simbólicos e sua crise tem relação direta com as mutações tecnológicas (principalmente com a querela entre *devoir* analógico e *devoir* eletrônico dos objetos de estudo, ou, respectivamente, a ruptura entre a idade vegetal e a idade eletrônica dos registros do conhecimento). Lancaster (2004) é capaz de observar os dois polos desta dialética: a mudança do “papel” social dos profissionais “da informação” e a reconfiguração das tecnologias da linguagem com propulsoras da substituição do “papel” (idade vegetal) como centralidade do *devoir* do profissional e do teórico deste campo.

No entanto, no contexto de seu “campo científico”, o pesquisador renomado percebe uma invasão terminológica, fruto (direto) da mutação tecnológica e fonte (objetiva) das reconfigurações do papel social destas personagens. Para a irritação de Lancaster (2004), os conceitos ou novos nomes respondiam por práticas já dadas – “Quando fiz o curso de biblioteconomia, zilhões de anos atrás, essas definições teriam sido definições exatas”. Segundo o autor, “pessoas do nosso próprio campo, que certamente deveriam saber mais (e ser mais responsáveis), colaboram

com essa situação [da imprecisão terminológica]” (LANCASTER, 2004, p. vii). Vê-se o desespero de Lancaster (2004) com um certo campo do conhecimento (e, logo, sua possível “epistemologia casta”) ao qual pertence e nele produz e se reconhece, uma vez que reconhecido (prestigiado) ali é. Isto se choca, em certa medida, com sua tentativa de definir a expressão ciência da informação. Em sua visão, a definição do campo deveria ser dada em “termos muitos gerais”, uma vez que, dentre outras questões, é “essencialmente interdisciplinar” (LANCASTER, 1989, p. 2). Tal amplitude demarca a extrema dificuldade de pensar a constituição do campo e seus modos institucionais de se autoafirmar, bem como o jogo de imprecisão conceitual que incomodaria Wilf.

Nos Estados Unidos, mais especificamente, em um contexto de regime capitalista, o conhecimento se desenvolve continuamente nas instituições privadas em expansão. Como chama a atenção Brodman (1979), provavelmente a visão lancasteriana se faria verdade: na produção científica em breve observaríamos a mutação do uso da idade vegetal dos suportes para a idade eletrônica. Isto, no entanto, aponta a pesquisadora, já se relacionava com uma demanda, mesmo no contexto estadunidense, da impossibilidade do acesso ao conhecimento. A ideia de uma ciência aberta e livre emerge como processo de tentativa de deselitização do conhecimento nos Estados Unidos.

The need for a substitute for paper in this field is easy to understand. Such labor-intensive institutions as publishing houses and libraries have begun to be too costly for society to continue to underwrite. As Lancaster points out (p. 94), the production of new titles and new editions in science and technology was 20% greater in 1972 than in 1968; but the fifty-eight largest ARL libraries only added 1.5% more items to their collections in 1972 than they did in 1968. Journals-particularly indexing journals such as Chemical Abstracts, Biological Abstracts, or Excerpta Medica first grew too expensive for individuals to subscribe to; then too expensive for small libraries to purchase; so that now only the largest institutions can afford to buy the paper copies of these titles. Thus, society has created an elite of those people who work in

institutions rich enough to provide them with power via information.
(BRODMAN, 1979, p. 438, grifo nosso)

As pequenas bibliotecas públicas, responsáveis pela mediação do conhecimento científico e de sua memória (este de impossível acesso, por razões econômicas), já não possuíam condições de adquirir os periódicos científicos. O resultado era uma separação entre elite rica, com (acesso ao) conhecimento científico; e comunidades pobres, sem (acesso ao) conhecimento científico nos Estados Unidos. Eis então a visão lancasteriana: a *wave of future* seria a possibilidade de serem resolvidos, através do computador, os problemas econômicos de acesso ao conhecimento científico, ainda que, como alertava Brodman (1979, p. 438), “*serious technical, intellectual, social, and psychological problems which must still be solved before the new system can be fully operational.*” Wilf talvez não imaginasse que a pressão tecnológica interviria não apenas nos níveis sociais, mas também no domínio metaepistêmico de seu campo: o pensamento dito biblioteconômico e seus conceitos também seriam transformados, com ou sem necessidade, se vislumbrado o ponto de vista lancasteriano. Também não antevia, nestes termos, o papel do capitalismo como promotor das redes, logo articulador tanto de suas aberturas quanto de seus cerceamentos.

Primeiramente, o que merece atenção para nosso debate nas seções seguintes é que a visão brodmaniana está atenta aos Estados Unidos, um território com consideráveis diferenças no âmbito da distribuição econômica quando comparado, por exemplo, ao Brasil. Por trás do debate, encontramos ainda a questão central: e o cientista-profissional da informação, o que fará? Que ciência é esta que o acolhe ou o exclui? Como lembra Bourdieu (2004a, p. 35), os campos são lugares de vivência de formas de poder referentes a duas espécies de capital científico: a) o poder temporal ou político, ou ainda, poder institucional e institucionalizado (ligado à ocupação de postos importantes nos laboratórios e instituições científicas), complementado pelo poder sobre os meios de produção (como contratos) e reprodução (como poder de nomear) que ele assegura; b) o poder de ordem mais pessoal, vinculado ao prestígio,

mais ora menos independente do precedente, que repousa exclusivamente sobre o reconhecimento, seja objetivado, seja institucionalizado.

Os processos de enredamento do “capital científico” segundo o pensamento bourdieusiano dependem de “corpos” e de “edifícios”, que, por sua vez, respondem por “nomes próprios” e por “nomes institucionais”. O conceito de *information* já era utilizado na comunidade de pesquisadores dedicados à organização, preservação, acesso, uso e apropriação do conhecimento em instituições oitocentistas estadunidenses, como é o caso das publicações da ALA, nascida em 1876, e responsável até hoje pelo credenciamento e avaliação das instituições de CI no território norte-americano. Mas agora, cem anos depois, no mesmo território, sob nova batalha epistêmica, a presença do conceito então responde por uma relação direta com o desenvolvimento das tecnologias novecentistas da linguagem: teoria matemática da comunicação e cibernética, por exemplo, são as ferramentas distintas para isolar a construção histórico-hermenêutica da ideia de *information* nas escolas que se dedicavam à organização do conhecimento. Estas teorias permitem retirar o termo da sua vida no seio das Humanidades, onde não possuía, nem de longe, um prestígio distinto e distintivo, perto de noções como cultura, livro, patrimônio bibliográfico, leitura e, mesmo, conhecimento. *Information* agora quer dizer, e precisa dizer, nova marcha, novo *modus operandi*, novos (e diferentes) profissionais e cientistas.

A década de 1960 se torna o “tempo” e os Estados Unidos o “espaço” da consolidação da “distinção socioepistêmica”, já iniciada entre os próprios bibliotecários estadunidenses na primeira década dos 1900, quando aparecem as corporações dedicadas aos domínios especializados e às línguas científicas – mesmo os franceses, antes da Segunda Guerra Mundial, em razão de outras aparições tecnológicas, como o caso do microfilme e da edificação da trindade conceitual documento-documentação-documentalista no mundo francófono, já se iniciavam na mesma luta simbólica.

A partir dos anos 1990, com Michael Buckland (1992) e companhia, inicia-se uma crítica contumaz dos processos de “desmaterialização” da noção de *information*, ativada a partir da apropriação sessentista

do termo em língua inglesa. Quando Bernd Frohmann (2004, 2009, 2011) chama a atenção para uso “metafísico” do termo, junto a outras críticas, encontramos a “neodocumentação”, que restitui a “matéria” aos estudos informacionais (que significa não apenas o documento, como a primeira leitura do neodocumentalismo pode aparentar, mas também “corpos” e “instituições”). Não que ela – a matéria – tenha andado desaparecida do cenário epistemológico-informacional. Mas certamente foi minorizada, diante do prestígio, principalmente, das possibilidades incalculáveis de “distinção socioepistêmica” que o termo *information* trazia. As mudanças de nomenclatura do ano de 1968 demarcam a distinção nuclear: quando se anuncia que a relação da expressão “ciência da informação” com as noções de interdisciplinaridade, tecnologia e sociedade da informação, evoca-se a separação dos pretensos núcleos para se inventar a reunião de tudo. E aqui as queixas tradicionais de Lancaster (2004) se chocam com as visões futuristas de Lancaster (1978): entre uma “epistemologia casta”, o pesquisador se encontra encurralado pelas transposições socioepistêmicas.

O QUE É CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO? BROOKES NA TERRA DE NINGUÉM E A “SOCIOEPISTEMOLOGIA DAS DISTINÇÕES” NOS ESTUDOS INFORMACIONAIS

As tentativas de definição da expressão “ciência da informação” a partir de uma “epistemologia casta” – ou seja, aquelas que dizem: a “ciência da informação é...” – são incontáveis a partir dos anos 1960. A ausência das alegadas castidades na precisão das definições fica clara, por exemplo, na afirmação de Borko (1968), ao dizer que

Now that the American Documentation Institute has voted to change its name to the American Society for Information Science, many of us have been forced to try to explain to friends and colleagues what information Science is, what an information scientist does, and how of this relates to librarianship and documentation. (BORKO, 1968, p. 3, grifo nosso)

Os colegas acadêmicos são os pares que consagram ou não as socialmente almejadas “epistemologias castas”. O fato da “definição científica” (neste caso, a definição de uma ciência inteira!) ser importante ou não é, antes, o fato de necessidade social de coafirmá-la entre os pares. Curiosamente o artigo de Harold Borko, que reproduz o conceito de Robert S. Taylor, se torna consagrado, ganha o poder de documento porta-voz de uma “epistemologia casta” que afirma “ciência da informação é”, mesmo diante da negação de uma capacidade crítico-teórica de fazê-lo e da absoluta “luta simbólica” que ele denuncia em sua abertura, partindo da necessidade de uma “distinção socioepistêmica”, muito antes de uma definição. Ainda: trata-se de uma relação de subáreas e atividades já realizadas antes da construção da expressão “ciência da informação”, como é discutido nas breves páginas seguintes de seu documento, ou seja, o nome, apesar do discurso inicial borkiano, não respondia por um campo novo.

O discurso de Bertram C. Brookes, por sua vez, na abertura dos anos 1980, decorrida mais de uma década de uso da expressão “ciência da informação”, parece ter nitidez ainda maior diante na “luta simbólica” pela invenção da natureza científica de um campo informacional. Em uma expedição a uma “Escola de Ciência da Informação” naquele contexto, nos relata a leitura brookesiana, podemos encontrar o professor de “linguística” para CI, o doutor em “ciência da computação” que ministra a disciplina de “ciência da computação” para CI, o mestre em “estatística” que leciona as “técnicas estatísticas” para os estudos informacionais, mas dificilmente somos apresentados ao professor de “ciência da informação”.

Caso insistamos na pergunta “onde estão os professores de CI?”, a resposta, continua Brookes (1980), toma os seguintes rumos de justificação, e não de explicação: esta área é uma mistura – *the peculiar mix* – de diversos saberes. Se não há professores de CI, haverá uma CI? Como e onde posicionar esta ciência? Para uma historiografia kuhniiana, a-cumulativa, não há... O que se nota, criticamente, é um outro recurso da ciência clássica, anti-interdisciplinar. Como afirmava o próprio Brookes (1980) dentro da mesma argumentação, há um território específico

dos estudos informacionais, com problemas específicos e uma visão específica sobre as relações humanas – e não há futuro algum em uma mistura incoerente de elementos de um grupo arbitrário de disciplinas.

Brookes (1980) deixa muito claro (se estivermos a lê-lo desde a perspectiva da socioepistemologia bourdieusiana) o uso ora positivo ora negativo do discurso da “interdisciplinaridade”. Os classificadores da epistemologia casta, aqueles que ali dizem “a ciência da informação é...” e, neste gesto discursivo, apontam para sua ampla abertura interdisciplinar, são os mesmos que afirmam, acolá, bordões de demarcação casta do campo, como “isto não é ciência da informação...”. São os mesmos que tendem cair nos paradoxos lancasterianos.

No fundo, objetivamente, temos aqui um falso paradoxo: se uma “epistemologia casta” se afirma como “interdisciplinar em sua castidade”, ela ou perde sua condição de verdade (ou seja, a unidade semântica que permitiu a definição – logo, a divisão, a marca –, das ciências duras e das mais antigas ciências humanas e sociais) ou se perde em sua própria pretensa condição de verdade (ou seja, não encontra jamais uma unidade semântica mínima que a defina enquanto disciplina, enquanto um campo que compete interna e externamente). Trata-se, em palavras rasteiras, de afirmar que aquilo que é tudo nada será, ou, ainda, que estamos na “terra de ninguém”.

O falso paradoxo é, na verdade, uma forma de apresentar a aporia do “jogo de papéis” que surge da obra e da vida de Lancaster. Sua indignação com o uso do conceito “ontologia” no fim do século passado responde pela mesma querela: se podemos chamar qualquer coisa de “classificação” (assim como qualquer coisa poderia ser chamada de “ciência da informação”), não teremos jamais uma precisão terminológica que permita que o campo se estabeleça com os critérios de prestígio e com as marcas de distinção dos demais campos acadêmicos. A construção do conhecimento, dos gregos aos contemporâneos, reclama um processo de abstração, uma separação entre conhecedor, objeto conhecido e sua representação. O termo “ontologia” é um exemplo imediato nesta configuração. No entanto, agora, nos anos 1990, ele provém de um discurso no campo informacional, retirado da Ciência

da Computação, que reúne interdisciplinaridade, pós-modernidade e tecnologias da informação e da comunicação, pressupostos da construção da abstração que permite consolidar uma epistemologia casta da ciência para a informação.

Antes da chegada, pois, do termo “ontologia” ao campo, esta trindade conceitual já estava dada: é no início dos anos 1960, quando Robert S. Taylor apresenta o primeiro conceito do neologismo “ciência da informação”, que encontramos a justificativa para tal configuração de uma “epistemologia casta”. Apesar da rápida disseminação da expressão (o que não significa consolidação, mas, antes, o princípio da legitimação socioepistêmica, no sentido bourdieusiano) não importa o conjunto de problemas e de limites aporéticos que a expressão abarcava. Nasceram aqui pelo menos três paradoxos socioepistêmicos da epistemologia casta do campo informacional:

- A “Ciência da Informação” é “interdisciplinar por natureza”: a simples reunião entre os conceitos de interdisciplinaridade e natureza configuram o paradoxo, como se existisse uma natureza na construção de uma ciência (principalmente, pela via da socioepistemologia) e como se, de fato, dizer a palavra interdisciplinaridade ou identificar a presença de diferentes saberes, indivíduos e abordagens no trato de uma questão, em um dado campo, respondesse por interdisciplinaridade propriamente dita; por fim, como se fosse possível, justamente na abordagem crítica trazida pela interdisciplinaridade contra a disciplinaridade em meados do século XX, o conceito de natureza ser aplicado à primeira, quando, no fundo, era a marca “sociodistintiva” do segunda; por fim, como se, diante das relações (socioepistêmicas) entre Ciência, Estado e Mercado, o encontro entre pesquisadores com formações distintas em um espaço tendesse a ampliar os conteúdos semânticos e as aberturas de um dado campo epistêmico, quando, por outro lado, o que imediatamente se poderia prever era o confronto entre teóricos de áreas diferentes pelo uso legítimo do conceito *information*;

- O “objeto” da Ciência da Informação é (o fenômeno da) a informação: o paradoxo aqui se dá por diferentes vias, que vão da racionalidade histórica à pura racionalidade epistêmica. Em linhas gerais, a confusão está em: a) este objeto já era estudado sob vários aspectos, com ou sem o significativo informação, desde o século XIX, nas próprias instituições estadunidenses dedicadas à organização do conhecimento; b) este objeto já era abordado por outras áreas consolidadas (como a Educação) ou em vias de consolidação (lê-se aqui, agora, legitimação de uma epistemologia casta), e continuarão sendo abordados independentemente do desenvolvimento ou não de uma só – e apenas uma! – ciência distinta para a informação (em outras palavras, os biólogos, os físicos, os químicos, os comunicólogos, os educadores... enfim, todos os demais domínios especializados continuarão falando e tratando da *information* independentemente da existência ou não de uma ciência para informação);
- A Ciência da Informação responde pela sociedade (da informação): o paradoxo do espaço-tempo aqui também é claramente localizado; o fato sugere uma pretensa naturalidade contextual, como se o seu nascimento respondesse por sua morte, ou seja, a partir a alegoria do *big bang*, teria nascido de uma explosão (informacional) e respondia por um dado momento, mas tenderia a desaparecer quando, enfim, deixássemos de viver a sociedade dita da informação (quando, de fato, as práticas listadas, por exemplo, por Boroko, em 1968, para identificar uma certa necessidade do ser da epistemologia de uma *Information Science* em um dado tempo-espaço, já estavam dadas no território estadunidense, e o próprio olhar borkiano o confirma em seu breve texto estruturado em uma epistemologia casta).

A partir de tais paradoxos, as escolas estadunidenses que já estudavam o fenômeno (inclusive antes de Norbert Wiener, Claude Shannon e Warren Weaver) multiplicam-se os elementos distintivos, a seguir discutidos. Antes, é preciso definir, enfim, o que é *information*. Este, o

termo catártico da distinção nos Estados Unidos dos anos 1960, nada mais é que: a palavra-mágica que se apresenta (e que não é nova entre os corpos e edificações nas escolas de organização do conhecimento dos Estados Unidos, pelo menos em um lastro de cem anos) como ferramenta de distinção na conjugação dos eixos da epistemologia casta e da tecnologia salvadora: no primeiro caso, ela responde pela castidade das ciências exatas, trazendo para a cena dos edifícios de *Library Science e Documentation* (que alteram seus nomes) a verdade da epistemologia probabilística, traduzida em Shannon e Weaver, não coincidentemente adotados como arautos do novo tempo que se instaura sobre e sob os corpos de profissionais e teóricos da informação (lembrando, eles próprios, antes do milagre conceitual shannon-weaveriano, já atuavam com o conceito de informação); no segundo caso, a palavra mágica responde pelo futurismo dos “livros por vir” mallarmaicos, ou, ainda, das antropotecnologias por vir, que acontecem a partir da revisão completa dos papéis sociais de profissionais e teóricos, que serão cada vez mais dependentes dos usuários. Enfim, *information* significa, primeiramente, “distinção”.

DENTRO DA CADEIA DE DISTINÇÕES SOCIOEPISTEMOLÓGICAS NO CAMPO INFORMACIONAL: DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL À SOCIOEPISTEMOLOGIA

Sem entrar no detalhe da análise, observa-se que as ciências sociais ocupam uma posição duplamente dominada, tanto segundo a hierarquia que tende cada vez mais a se impor, a das ciências da natureza, quanto segundo a antiga hierarquia, ameaçada atualmente pela subida das ciências da natureza e dos valores científicos na Bolsa cultural. (BOURDIEU, 2013, p. 162)

Relata-se que, desde o uso do termo documentação por Paul Otlet, já encontrávamos um problema profundo de “distinção”, colocado em prática a partir de uma guerra profissional entre bibliotecários e aqueles agora tratados como documentalistas. Com o termo *information* esta

cadeia de distinção se multiplica ao sem-fim. Em razão do escopo deste trabalho, nós nos concentramos em algumas “distinções socioepistêmicas” que dialogam com as questões lancasterianas sobre terminologia. Mas outro percurso (fundamental) seria seguir a trilha de elaboração e de apagamento socioepistêmico do conceito de “epistemologia social” de Jesse Shera, candidato na década de 1950 à consagração distintiva no campo e desfigurado diante do poder político-epistêmico do neoliberalismo tecnicista emancipado sob o termo *information* contra o liberalismo humanista (fruto, por exemplo, da ação do mestre em literatura inglesa). Esta relação, de qualquer modo, antecipa as questões nucleares lançadas pelos estudos bourdieusianos sobre os enfrentamentos simbólicos e os jogos de poder entre as diferentes ciências, principalmente, humanidades e ciências da natureza.

Pierre Bourdieu (2004a) lembra, em seu *Usos sociais da ciência*, que a reflexão sociocrítica da vida do cientista deve “ir além das aparências”, identificando, reconhecendo e desmascarando as “falsas antinomias”. As “oposições declaradas” entre cientistas, conceitos e instituições terminam por esconder os interesses comuns. É o caso, por exemplo, do fato de as principais instituições de CI dos Estados Unidos permanecerem, mesmo diante das consagrações e epifanias promovidas pelo termo *information*, com sua velha trajetória iniciada no século XIX: organizar, preservar e disseminar o conhecimento. Os falsos antagonismos estabelecidos a partir da palavra *information* não se esgotam em qualquer socioepistemologia dos estudos (hoje tratados como) informacionais. São processo e produto daquilo que Bourdieu (2013, p. 226) chama de “manipulação simbólica” no campo universitário. A lista de “distinções” e seus contrapontos imediatos pode ser encontrada, por exemplo, nos seguintes jogos de manipulação:

- *A técnica como prestígio*: “distinção socioepistêmica” dada a partir da construção da inferioridade do tecnicismo analógico diante do tecnicismo eletrônico, como se a CI não fosse um campo dedicado centralmente ao desenvolvimento de técnicas de recuperação da informação científica nos Estados Unidos, seu berço, ou seja, como se, de um lado, tivéssemos a “ciência

da organização dos dados científicos pela via eletrônica” e, de outro, a “ciência da organização dos dados científicos pela via analógica”; como se o pensamento biblioteconômico fosse apegado às técnicas e aos artefatos arcaicos e atávicos, enquanto a CI atuasse com tecnologias avançadas da linguagem, prescrevendo então uma espécie de Ciência Social Aplicada (a CI) que não poderia existir em países de Terceiro Mundo, dado seu atavismo e sua baixa evolução tecnológica;

- *O futuro (progresso) como horizonte racional*: “distinção socioepistêmica” julgada a partir da construção da inferioridade do patrimonialismo bibliográfico diante do futurismo das redes eletrônicas, sustentadas pelos instrumentos de medição iluministas-positivistas. Por trás, por exemplo, do mito dos paradigmas de Miksa (1992), constrói-se aqui o argumento de que o paradigma da Biblioteconomia era o da preservação ou da patrimonialização, enquanto o da CI era o do acesso, a) como se ambos fossem excludentes, b) como se o primeiro não fosse, no fundo, pauta estrutural de uma guerra biblioteconômica do século XIX, entre anglofonia e francofonia, e c) como se não existisse uma dependência teórico-técnica da patrimonialização eletrônica para o sucesso epistêmico da consagração da ideia de *information retrieval*;
- *A miséria culturalista perante o milagre tecnicista*: “distinção socioepistêmica” estabelecida a partir da construção da inferioridade da ciência enciclopédica e sua incapacidade de se tornar casta epistemicamente – das Humanidades, em linhas gerais, mas também das ciências sociais, como é o caso do confronto da biografia de Jesse Shera e seus futuros concorrentes –, diante da positividade natural das ciências exatas, traduzida na invenção social da influência da Teoria Matemática da Comunicação e da Cibernética nos domínios da organização do conhecimento (estas, em um primeiro momento de construção da expressão *information science*, raramente citadas), quando Paul Otlet

já havia discutido a questão sintática e a miraculosa geração estadunidense do 1870 já havia discutido o conceito de informação no estudo das comunidades científicas e desenvolvido diferentes técnicas de registro, migração e acesso aos conteúdos e continentes;

- *O bem na interdisciplinaridade sob a amarra dos fundamentos disciplinares:* “distinção socioepistêmica” estabelecida a partir da construção da inferioridade da disciplinaridade diante da interdisciplinaridade, a) como se a CI, não sendo um novo nome, a princípio, para velhas práticas, respondesse por um campo interdisciplinar naturalmente (quando sua história sessentista de fundo positivista prova o contrário, ou seja, a fuga na direção aos modelos tradicionais de fundamentação científica), b) como se esta fosse uma opção racional, e não uma sociodistinção; c) como se a pretensa interdisciplinaridade não se apoiasse na estrutura conceitual disciplinar que se perpetua com breves alterações duvidosas, como a crítica epistêmica de Lancaster alertava;
- *O adeus aos profissionais na barbárie do mercado informacional:* “distinção socioepistêmica” estabelecida a partir da construção da inferioridade dos profissionais diante dos cientistas (historicamente tecida pela cadeia ocidental de “epistemologias castas), dada, aqui, pela articulação epistêmica de que CI (mesmo sendo estruturalmente um campo aplicado em todas as suas subáreas) se dá no âmbito da pós-graduação e se dedica à organização do conhecimento dos cientistas, enquanto os profissionais atuariam no trato das generalidades e na absorção de teorias para intervenção nas especialidades, quando, de fato, os estudos informacionais sob a expressão *information science* seguiriam o mesmo percurso de aplicações técnicas que permanece até os dias atuais (factualmente, sempre existiu uma corrida atrasada para tentar justificar epistemicamente, não a existência da CI, mas, precisamente, os motivos pelos quais era, é e será um domínio técnico);

- *O rudimentarismo dos corporativismos contra os corporativismos acadêmicos*: “distinção socioepistêmica” estabelecida a partir da construção da inferioridade das corporações bibliotecárias diante do corporativismo do *homo academicus*. Mesmo sendo, até a atualidade, uma associação profissional responsável por tecer os critérios de avaliação das escolas estadunidenses de CI (a ALA), é contra possíveis movimentos associativistas, que buscavam os processos de legitimação jurídica do homem informacional, que o discurso acadêmico dos cientistas da informação se estabelece, colocando como atavismo isolacionista, no mundo pós-1960, ou seja, no mundo neoliberal, a produção e reprodução de classes juridicamente protegidas e discursivamente aguerridas, através do estabelecimento de máquinas de regulação, promoção e defesa como conselhos, associações e sindicatos, junto de suas federações. Sim, do outro lado, os cientistas buscam sua emancipação, também antes de uma construção puramente epistêmica, criando associações científicas e se isolando daqueles que não detém o discurso científico, seguindo o processo paralelo de fechamento da comunidade e construção de suas máquinas de regulação, promoção e defesa, como processos seletivos, comissões *ad hoc*, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação etc.
- *A a-epistêmica vida do serviço público diante da dinamicidade da vida epistêmica*: “distinção socioepistêmica” estabelecida a partir da construção da inferioridade dos profissionais públicos diante dos profissionais do mercado privado, outra característica usada para objetivar a ciência dos cientistas da informação que se resume na elevação da inferioridade da práxis do bibliotecário no serviço público, traduzida, de forma sintética, como apática ou passiva, em oposição à visão de um cientista da informação que, mesmo estando, nas condições (como no caso específico latino-americano) de formação no ensino superior, estruturalmente em espaços públicos de atuação, se coloca como distinto cognoscentemente a partir da miserabilidade da vida do servidor público, impregnada de preconceitos relativos à sua inoperância.

Tantas e quantas são as distinções aqui não relatadas que se somam ao jogo de manipulações simbólicas que se estabelecem para a legitimação do conceito de *information science* a partir de 1960, quantas e tantas serão as tentativas de afirmar, a partir de uma “epistemologia casta”, “ciência da informação é...”. Isto coloca em questão os desafios de uma socioepistemologia e suas possibilidades de enunciar os enunciados heréticos dos estudos informacionais nos dramas bio-bibliográficos como o de Wilf.

DELIBERAÇÕES SOBRE-DISTINTIVAS: COMO FAZER SOCIOEPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS INFORMACIONAIS...

A dialética da consagração que contribui para conduzir os agentes para os lugares a que suas disposições socialmente constituídas os predestinam funciona a pleno vapor, e somente a ciência mais refinada da comunicação infralinguística poderia recuperar os indícios pelos quais, nos procedimentos de cooptação, a instituição reconhece os que a reconhecem. (BOURDIEU, 2013, p. 137-138)

O que viria a ser a expressão “ciência da informação”...? Como podemos responder tal questão sem partir de uma “epistemologia casta”...? Como poderíamos trazer contribuições à indagação a partir de uma socioepistemologia para os estudos informacionais brasileiros e seus dilemas...? Partindo do método bourdieusiano, é necessário inserir o seguinte quadro analítico e suas variáveis para a análise dos estudos informacionais brasileiros: gênero; raça; renda; formação; temáticas de estudo e outras categorias que permitem o mergulho naquilo para o qual Bourdieu (2013, p. 140) chama a atenção, ou seja, “a análise detalhada de biografias e bibliografias”. Em nosso caso, um pequeno mergulho na vida e no pensamento de Lancaster já permitiu enunciar conjuntos de epifanias e heresias socialmente tecidas.

Para uma socioepistemologia das distinções no campo informacional seriam elementares, ainda, as fontes de indicadores demográficos, de capital econômico e social, herdado ou adquirido; de capital

cultural, herdado ou adquirido; de capital de poder universitário de prestígio científico; de notoriedade científica; e de poder político ou econômico. Levantadas no contexto brasileiro e cruzadas, as múltiplas, tênues e escorregadias (e apócrifas) subclasses de categorias de dados tendem a revelar algo que hipoteticamente poderíamos tratar como “ao sul da informação: resultados de uma socioepistemologia dos estudos informacionais”.

O problema principal que se impõe giraria em torno daquilo que podemos chamar, a partir de Bourdieu (2013), de *aggiornamento* informacional, ou seja, do jogo ininterrupto de adaptações, atualizações, reformas, aberturas, fechamentos, ocultamentos, adornos, avanços e recuos, gerados pelo confronto, pelas polêmicas, pelas ofensas mútuas e pelos radicalismos e reacionarismos desnudados na relação entre definição científica e definição literária, para usar as palavras de Pierre Bourdieu (2013, p. 158). Trata-se do confronto permanente pelo “poder simbólico” de uso legítimo e legitimador do termo *information* nas cátedras de *Library Science* estadunidenses a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos.

Ao final da análise pós-cruzamento dos dados, teremos indicadores para uma definição menos “distintiva”, de “Ciência da Informação”, ainda que jamais livre de “distinções”. Por exemplo, colocando em pauta as trajetórias na América Latina, e, mais especificamente, no Brasil, afirmar “Ciência da Informação é...” sem identificar e reconhecer o número de alunos de graduação vindos de periferias dos grandes centros urbanos e de regiões economicamente desfavorecidas, favelas, zona rural, aglomerados, que nas últimas décadas adentraram e adentram o regime de distinção acadêmico pela via das Escolas de Ciência da Informação a partir do bacharelado em Biblioteconomia, já impregnados da categoria menos capazes socialmente que outros, não é responder à questão “Ciência da Informação, o que é”. Ao contrário, é reforçar a camada reproduzida de “distinções”. A hipótese aqui lançada viria atentar para o fato de que o campo informacional dedica-se insistentemente ao acesso ao conhecimento, mas exclui da classe epistêmica informacional, ou seja, dos indivíduos epistêmicos bourdieusianos, aqueles que “não deveriam ali”

estar por razões sociohistóricas de julgamentos – e “deverão continuar” de fora. A resposta da “epistemologia casta” dos estudos informacionais é simples, objetiva e legítima para o problema: “Ciência da Informação não é Biblioteconomia. É assim.” Voltamos, na verdade, aos “papéis” e aos paradoxos “distintivos” da biobibliografia de Wilf.

A ONTOLOGIA, A RODA E O SUJEITO: ÉTICA INFORMACIONAL, DISTINÇÕES E CONTRADIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E SUA REPRODUÇÃO NOS ESTUDOS INFORMACIONAIS

Diante da servidão do trabalho ou da miséria das favelas, sem falar da tortura ou da violência dos campos de concentração, o “é assim”, que, segundo Hegel, podemos pronunciar diante das montanhas, reveste-se do valor de uma cumplicidade criminosa. BOURDIEU (2001a, p. 17)

O bibliotecário Wilf esteve no Brasil e colaborou objetivamente para a construção da pós-graduação no país daquele que era seu domínio mais profundo de estudo, resultante da longa e consagrada atuação, a Biblioteconomia e os processos de recuperação da informação (ou seja, agora, a *information science*). Em sua trajetória, acumulou ainda em vida as posições de poder político na gestão do capital universitário e as posições simbólicas resultantes de seu trabalho pessoal, como classifica Bourdieu (2013, p. 135), na descrição do *homo academicus*. Apresentada em sua cronologia de “consagrações”, a bio-obra de Lancaster é uma espécie de modelo deste “homem” investigado pelo filósofo francês.

Lancaster joined GSLIS [Graduate School of Library and Information Science] in 1970 as an associate professor and director of the bio-medical librarianship program (1970-73); in 1972, he became a full professor; and in 1992, following his retirement, he was honored with the title of professor emeritus. During his distinguished career, he

taught courses in information retrieval, bibliometrics, bibliographic organization, and the evaluation of library and information services. *He served as the editor of Library Trends, a quarterly journal examining critical trends in professional librarianship, from 1986 to 2006. For the period from 1989 to 1992, he was named University Scholar, a prestigious program recognizing the University's most talented teachers, scholars, and researchers. Nationally and internationally, Lancaster was recognized as a leader in the field of library and information science through his work as a teacher, writer, and scholar. He was honored three times with Fulbright fellowships for research and teaching abroad, named a fellow of the Library Association of Great Britain, and recognized by the Association for Information Science and Technology (ASIS&T) with both the Award of Merit and the Outstanding Information Science Teacher award. He was the author of 15 books, several of which have received national awards and been translated into languages such as Arabic, Russian, Chinese, Japanese, Korean, Spanish, and Portuguese. Lancaster also engaged in a wide range of consulting activities for organizations around the world, including UNESCO and the United Nations. (GRADUATE..., 2014, grifo nosso)*

A partir da lista de poderes universitários acumulados é possível de reconhecer a posição simbólica de Wilf dentro do campo (professor, diretor, pesquisador, autor, revisor, editor...). Contudo, seu poder de naturalizar o idioma da especialidade na qual é pensador (pensador aqui é sinônimo acurado de poder) estruturante não pode conter a fratura nas pretensas naturezas dos conceitos do campo lançadas ao tempo-espaço das lutas acadêmicas.

A palavra “ontologia”, passados 20 anos da crítica do premiado livro de Wilf, hoje é adotada sem maiores restrições no campo informacional, pelo menos no território brasileiro. Wilf morre em 2013, quando já era realizada, no Brasil, a sexta edição do Ontobras (Seminário de Pesquisa em Ontologias no Brasil), organizado pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, cujo nome é resultado da alteração da nomenclatura original,

Escola de Biblioteconomia, dada no ano 2000. Na chamada do evento, encontramos as palavras de definição: “Uma ontologia é uma teoria sobre como representar conceitualizações compartilhadas em domínios específicos. Existe um crescente interesse na aplicação de ontologias para solução de problemas de modelagem, classificação, organização e representação do conhecimento” (ONTOBRAS, 2013).

A noção de “papel” na obra de 1978 de Lancaster *Toward paperless information system*, e curiosamente repercutida em seu decurso como profissional-teórico (qual é, de fato, o papel do profissional-cientista da informação no mundo), é fundamental para a compreensão das “distinções” elaboradas e reelaboradas, tecidas e afirmadas diariamente no discurso epistemológico da CI, uma vez que ela engendra uma hermenêutica da filosofia da informação em seus discursos centrais: a abordagem ora relacional, ora dicotômica, entre homem e máquina. Se nos permitirmos retomar o jogo oportuno do significado de “papel”, aqui, tanto no sentido do suporte da informação (artefato), quanto no sentido do “papel” sociohistórico do profissional da informação (do indivíduo) no mundo (ou seja, o corpo), podemos discutir criador e criatura no universo de uma filosofia da informação, chegando ao plano da ética nos discursos da atualidade.

Talvez esteja no “neodocumentalismo” (que expõe, ainda que não seja sempre sua intenção, inúmeras feridas distintivas na construção da expressão “ciência da informação”), um dos discursos mais claros sobre a invenção das “distinções socioepistêmicas” no campo informacional. Discutindo a ética da informação, Frohmann (2000) nos chama a atenção para o problema da materialidade em três sentidos: os corpos e os artefatos por ele produzidos, além de suas instituições. Por trás de uma cibernética é preciso enxergar “corpos”, assim como a socioepistemologia de Bourdieu nos convoca, e não *bytes*. Mais especificamente: é preciso enxergar as distinções e seus julgamentos socialmente articulados.

É curiosa, no campo, a ausência de uma explicação “epistêmica pura” para a mudança de nomenclaturas das instituições (e, “então”, da própria nomenclatura geral da ciência que ali dizia se estabelecer) e, ao

mesmo tempo, a completa ou quase completa ausência de questionamento. Parece que a resposta mais profunda para o caso seja: “é assim” (resposta epistêmica casta). Quando o discurso histórico é convocado ao debate, afirma-se: “foi assim” (resposta historiográfica casta). E a verdade sobre o que, de fato, é “informação”, por exemplo, quando tratamos da expressão “ciência da informação”, parece já estar dada, pelo menos, no passado, independentemente de sua polifonia. Pensar a definição de uma “Ciência da Informação” sem a materialidade-tríplice (homens, artefatos e instituições) é destituí-la não apenas de seu caráter social (sua condição categórica de “ciência social aplicada”), mas é também cronicamente retirar-lhe a condição de saber crítico no mundo contemporâneo.

Parece não existir dúvida de que o conceito de “informação” que está dentro da palavra “ciência da informação”, principalmente no Brasil, não significa a margem de escolhas do receptor em um canal, como em Claude Shannon e Warren Weaver, ou estrutura que modifica a estrutura, como em Nicholas Belkin. De fato, socioepistemologicamente, “informação” significa “distinção”, e o resultado de sua operacionalização, “exclusão”. Nos termos bourdieusianos (BOURDIEU, 2001a, p. 58), “o julgamento dos outros é o julgamento derradeiro; e a exclusão social, a forma concreta do inferno e da danação.” Por “exclusão social”, lê-se, aqui, na “socioepistemologia das distinções”, “exclusão epistêmica”.

REFERÊNCIAS

- BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, jan. 1968.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2011.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004b.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- _____. *Lições da aula*: aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982. São Paulo: Ática, 2001a.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.
- _____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BROADM, Estelle. LANCASTER, F. W. Toward Paperless Information Systems. *In*: Book Review. *Bull. Med. Libr. Assoc.*, v. 67, n. 4, oct, p. 437-439, 1979.
- BROOKES, Bertram C. The Foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 125-133, 1980.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.
- FROHMANN, B. Cyber ethics: bodies ou bytes. *Intl. Inform. & Libr. Ver.*, v. 32, p. 423-435, 2000.
- _____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.
- _____. Reference, representation, and the materiality of documents. *In*: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI. 2011. *Anais...* Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.
- _____. Revisiting “what is a document?” *Journal of documentation*, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
- GRADUATE School of Library and Information Science of University of Illinois. Newsroom; Professor Emeritus F. W. Lancaster passes away. Disponível em: <<http://www.lis.illinois.edu/articles/2013/08/professor-emeritus-f-w-lancaster-passes-away>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- GRUBER, T. R. What is an Ontology? USA, ago 2002. Disponível em: <<http://www.ksl.stanford.edu/kst/what-is-an-ontology.html>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos*: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- _____. O currículo de Ciência da Informação. *R. Bibliotecon.*, Brasília, DF, v. 17, n. 1, jan./jun. 1989.
- _____. *Toward Paperless Information Systems*. New York: Academic Press, 1978.
- MEDEIROS, M. Recensão. *Indexação e resumos*: teoria e prática. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 181-185, maio/ago. 1993.
- ONTOBRAS. *Seminário de Pesquisa em Ontologias no Brasil*. Disponível em: <<http://ontobras.eci.ufmg.br/pt-br>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MIKSA, Francis L. Library and Information Science: two paradigms. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science*. Proceedings of the international conference of the celebration of 20 th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, p. 26-28, 1991. London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p. 229-252.

SALDANHA, G. S. *Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein*. 2008. 302 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2008.

Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação

Uma revisão da literatura

Marianna Zattar

Regina Maria Marteleto

INTRODUÇÃO

O estudo dos percursos e das apropriações da obra de um determinado pensador em alguma área do conhecimento é o que permite que seja verificada a influência de seus conceitos, métodos e teorias no desenvolvimento das pesquisas, além de promover a visualização de escolhas metodológicas ou de formação de linhas de pesquisa no desenvolvimento de uma área ou campo de estudos. Esse intento pode ser realizado por meio de um mapeamento da inserção de suas obras e teorias sob diferentes perspectivas: seja geográfica (nacional e internacional), temática (representado por área do conhecimento) ou temporal (corrente e retrospectivo).

Para o (re) conhecimento da influência que Pierre Bourdieu exerce nos estudos e pesquisas desenvolvidos no campo da informação, o levantamento bibliográfico pode ser uma estratégia para auxiliar na revisão da literatura sobre o autor, visto que este método de recuperação da informação permite que seja conhecida de forma sistemática a produção e, posteriormente, sejam destacados pontos em torno dos dados identificados. Sendo assim, o levantamento bibliográfico é aqui utilizado para uma apresentação analítica dos autores e dos estudos empreendidos no campo da informação, em âmbito nacional e internacional, que utilizam o aporte teórico do autor.

A fim de delinear o processo metodológico da busca sobre os percursos e apropriações da obra de Pierre Bourdieu na literatura internacional e nacional no campo de estudos da informação, optou-se

por realizar duas pesquisas preliminares com o objetivo de identificar a produção científica que tem o nome do sociólogo como tema nos campos de título, resumo e palavra-chave a partir da literatura corrente indexada nas bases de dados selecionadas. A primeira pesquisa teve abrangência internacional sem delimitação de área ou assunto, e para tanto foram selecionadas bases de dados multidisciplinares que possuem ampla abrangência. A segunda pesquisa foi realizada em nível nacional e internacional a partir do emprego de bases de dados que têm como escopo o campo de estudos da informação.

Optou-se por denominar o escopo da pesquisa como “estudos da informação” para que fossem contempladas as variações de nome na designação das disciplinas que possuem como objeto de estudo a informação, em âmbito internacional, como é o *Information Science and Technology* nos Estados Unidos; a *Information Studies* no Canadá; a *Library and Information Science* na Inglaterra e nos países escandinavos, as *Sciences de l’Information et de la Communication* na França, as *Ciencias de la Documentación* na Espanha (ARAÚJO, 2014).

PIERRE BOURDIEU

Pierre Bourdieu (1930-2002) nasceu em Denguin, numa comunidade rural na região dos Altos Pirineus, no Sudoeste da França. De família modesta, formou-se em filosofia na *École Normale Supérieure* no ano de 1955. Depois de terminar o serviço militar na Argélia, foi designado para ocupar um posto de professor na *Faculté des Lettres de Argel*, onde desenvolveu pesquisas sobre os habitantes da região rural da Cabília frente às transformações culturais, sociais e econômicas ocorridas no contexto da colonização e da guerra de independência. Retornando à França em 1961, conduziu pesquisas de campo em sua região de origem, o Béarn. As duas experiências, na Argélia e no Béarn, o levaram a deixar o campo da filosofia e tornar-se um sociólogo. Lecionou nas universidades de Sorbonne e de Lille. Em 1964 foi nomeado diretor de estudos na *École pratique des hautes études*, mais tarde *École des hautes études en sciences sociales* (EHESS), onde permaneceu de 1964 a 1982. Nesse período

publicou suas primeiras pesquisas sobre a escola e as práticas culturais (*Les Hérites; Un art Moyen*). Trabalhando com Raymond Aron, tornou-se codiretor do *Centre de Sociologie Européenne* e, em 1968, fundou seu próprio laboratório de pesquisa na EHESS. Em 1975 cria a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, considerada uma das mais importantes publicações em Ciências Sociais no mundo. Em 1982, após publicação de sua principal obra, *La Distinction* (1979), passou a ocupar o posto de titular da cadeira de sociologia do Collège de France. Em 1993 o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) lhe concede a sua mais alta honraria, a *Médaille d'Or*. A partir de então, Bourdieu voltou-se para a internacionalização de sua obra, quando visitou universidades e centros de pesquisa na Europa e nos Estados Unidos da América, tornando-se um dos intelectuais franceses mais reconhecidos no exterior. Os anos de 1990 marcam o seu perfil de intelectual engajado atuando junto a minorias e movimentos grevistas frente ao avanço das políticas neoliberais. Em 1993 dirige a obra coletiva *La misère du monde*, com uma proposta metodológica inovadora de escuta das vozes dos excluídos dos processos de modernização neoliberal e da globalização econômica (CABIN *et al.*, 2008; WACQUANT, 2002).

Tornou-se um cientista social reconhecido em todo o mundo com seus estudos sobre a formação e as estruturas do mundo social, da teoria geral da prática tanto sob a perspectiva micro (os indivíduos) quanto sob uma perspectiva macro (as classes). Por sua ampla produção, profundidade dos temas e alcance das análises que empreende sobre os espaços sociais, sua obra é utilizada como referencial teórico e metodológico nas mais diversas áreas do conhecimento em todo o mundo (HUSSEY, 2010; LEITE LOPES, 2013; WACQUANT, 2002).

PIERRE BOURDIEU NA LITERATURA INTERNACIONAL

Para a identificação da utilização de teoria de Pierre Bourdieu em nível internacional foram selecionadas duas bases de dados que pudessem fornecer informações sobre a produção científica nos mais diversos países a partir dos recortes territorial (país de origem do periódico),

áreas do conhecimento e de autoridade. Assim, chegou-se às bases de dados *Scopus* e *Web of Science*.

A base de dados *Scopus*, da editora Elsevier (responsável por publicações nas áreas de Ciência, Tecnologia e Saúde), é uma fonte referencial de literatura técnica e científica revisada por pares. Nessa base de dados buscou-se por artigos que tivessem na temática do título, palavra-chave ou resumo o termo Bourdieu. Foram localizadas 3.824 referências. A *Web of Science*, de propriedade da *Thomson & Reuters Scientific*, é uma base multidisciplinar que indexa somente os periódicos mais citados em suas respectivas áreas, além de fornecer um índice de citações informando, para cada artigo, os documentos por ele citados e os documentos que o citaram. Nessa base de dados a busca se deu pela palavra Bourdieu no campo “tópicos”, e obteve-se o resultado de 3.269 itens.

A partir dos dados encontrados nas buscas realizadas nas duas bases de dados, é possível visualizar os tópicos que permitem estimar a inserção de Pierre Bourdieu na produção científica em âmbito internacional. Dentre os tópicos permitidos na visualização dos resultados da busca estão: áreas do conhecimento com publicações indexadas; autores com maior número de publicações; país de origem das publicações.

Ao observar os cinco primeiros *países de origem das publicações periódicas* identificados nas pesquisas realizadas nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, nota-se o alto número de publicações identificadas como oriundas dos Estados Unidos e do Reino Unido, seguidos de Austrália, Canadá, Alemanha (em quinta posição na *Web of Science*) e França (em quinta posição na *Scopus*). A partir disso evidencia-se o reduzido número de publicações identificadas oriundas da França, país de origem de Pierre Bourdieu, além do baixo número e expressão de publicações brasileiras, país de origem da pesquisa. Essa distribuição da origem das publicações apresenta uma concentração de publicações em língua inglesa, que se deve aos critérios de indexação das bases de dados aqui utilizadas como fontes de informação.

Na distribuição das referências por *área do conhecimento* percebe-se que as duas bases de dados possuem concentração nas ciências

sociais e na sociologia, o que é esperado pela área de produção científica do autor, conforme os Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Referências por área de conhecimento na base de dados Scopus

Área de assunto	Número de referências
<i>Social Sciences</i>	3.112
<i>Arts and Humanities</i>	937
<i>Business, Management and Accounting</i>	314
<i>Medicine</i>	282
<i>Psychology</i>	186

Fonte: Adaptado de ELSEVIER (2014).

Quadro 2 – Referências por área de conhecimento na base de dados Web of Science

Área de pesquisa	Número de referências
<i>Sociology</i>	1.097
<i>Education and Educational Research</i>	491
<i>Literature</i>	298
<i>Social Sciences other topics</i>	274
<i>Business Economics</i>	185
<i>Information Science e Library Science</i>	51

Fonte: Adaptado de THOMSON REUTERS SCIENTIFIC (2014).

A área de *Information Science e Library Science* surge como a vigésima primeira área de maior número de referências na *Web of Science* e não é possível identificar essa área na *Scopus*.

Na análise das referências distribuídas com base na responsabilidade de *autoria*, os autores que surgem entre os cinco com maior número de publicações sobre ou utilizando conceitos de Pierre Bourdieu na *Scopus* e na *Web of Science* são os seguintes:

Quadro 3 – Autores com maior número de referências na *Scopus*

Autores	Número de referências
Wacquant, L.	21
Hardy, I.	15
Rawolle, S.	10
Mills, C.	10
Atkinson, W.	10
Savage, M.	10
Turner, B.S.	10
Lingard, B.	10

Fonte: Adaptado de ELSEVIER (2014).

Quadro 4 – Autores com maior número de referências na *Web of Science*

Autores	Número de referências
Sem autor identificado	14
Fowler, B	13
Savage, M	12
Robbins, D	12
Reay, D	11
Lizardo, O	11
Atkinson, W.	11

Fonte: Adaptado de THOMSON REUTERS SCIENTIFIC (2014).

Na ordenação dos autores com maior número de publicações, a base de dados *Web of Science* retorna o resultado de busca com a palavra *anonymous* entre os autores sem identificação. Nesse caso, existem documentos que não possuem autores identificados. Dentre os autores identificados, foram selecionados os cinco com maior número de publicações nas duas bases de dados e efetuada uma busca sobre cada um deles com o objetivo de identificar suas linhas e interesses de pesquisa.

Loïc Wacquant, Bryan Stanley Turner, Omar Lizardo e Diane Reay são professores e pesquisadores que possuem trabalhos publicados principalmente nos Estados Unidos. Wacquant é professor de *Sociology and Research Associate do Institute for Legal Research, Boalt Law School, University of California* em Berkeley e pesquisador do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique. Trata-se de um colaborador de Pierre Bourdieu e juntos publicaram algumas obras, dentre elas *An Invitation to Reflexive Sociology* (publicado originalmente em 1992 pela *The University of Chicago Press*). Turner é professor de sociologia da *City University of New York*, onde desenvolve pesquisas na área de sociologia da religião. Suas pesquisas envolvem, dentre outros temas, o papel da religião na Ásia contemporânea e a evolução da cidadania num mundo globalizado. Lizardo, professor associado de sociologia na *University of Notre Dame*, possui interesse na teoria social clássica e contemporânea, a filosofia da ação, teoria da prática, teoria institucional e filosofia das ciências sociais. Reay é afiliada ao *Institute for Policy Studies in Education*, da *London Metropolitan University*, e professora de educação na *Cambridge University*. Seus projetos de pesquisa incluem estudos das relações das crianças com o espaço e o lugar na cidade, o envolvimento dos pais na educação e as classes sociais e minorias étnicas.

Ian Joseph Hardy, Carmen Mills e Bob Lingard são professores e pesquisadores da *School of Education da Faculty of Humanities and Social Sciences*, na *University of Queensland*, da Austrália. Hardy centra-se na relação entre educação e sociedade, incluindo a aprendizagem dos professores, além de pesquisar sobre a natureza do trabalho acadêmico em ambientes universitários australianos. Mills dedica-se ao estudo da justiça social na educação, escolarização em comunidades carentes e o trabalho teórico de Pierre Bourdieu. Lingard utiliza conceitos de Bourdieu nas áreas de sociologia da educação e de política de educação. Ainda na Austrália, tem-se Shaun Rawolle, *Senior Lecturer in Education da School of Education*, da *Deakin University*. Suas pesquisas relacionam-se à organização política da pesquisa em educação.

No Reino Unido, Atkinson, da *University of Bristol*, tem interesse em desigualdades de classe e diferenças, seja na educação, trabalho, cultura, política ou autopercepção, como parte de uma preocupação geral maior com os sistemas de poder e dominação. Savage, da *London School of Economics and Political Science*, desenvolve pesquisas sobre estratificação social e desigualdade. Robbins é professor da *School of Social Sciences*, na *University of East London* e desenvolve pesquisas sobre as práticas educacionais. Fowler, professora de sociologia da *University of Glasgow*, na Escócia, desenvolve estudos na área de sociologia da cultura.

A partir da visualização da afiliação institucional dos autores com maior índice de trabalhos recuperados na pesquisa empreendida nas duas bases de dados selecionadas, nota-se a ausência de autores europeus (com exceção da Grã-Bretanha), sobretudo daqueles de origem francesa. Essa escassez de autores europeus se deve ao fato de os critérios de indexação das bases de dados priorizarem majoritariamente as publicações em língua inglesa.

PIERRE BOURDIEU NA LITERATURA BRASILEIRA

Muitos foram os fatores que influenciaram a entrada e a apropriação do pensamento de Bourdieu no contexto nacional, dentre eles o crescimento do número de publicações das obras do autor em português, a expansão e a institucionalização da pesquisa e dos programas de pós-graduação, os deslocamentos de estudantes e pesquisadores brasileiros em universidades no próprio país e no exterior, o fortalecimento de parcerias com equipes e laboratórios de pesquisa franceses, dentre outros. (LEITE LOPES, 2013). Os primeiros textos do sociólogo traduzidos no Brasil foram publicados em 1968 pela editora Zahar nas coletâneas *Problemas do estruturalismo*, organizada por Jean Pouillon, e *Sociologia da juventude*, organizada por Sulamita de Britto (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2002) sob os títulos “Campo intelectual e projeto criador” e “O tempo e o espaço no mundo estudantil”, ambos em coautoria com Jean-Claude Passeron.

Considerando as áreas ou disciplinas, nas Ciências Sociais a inserção do pensamento de Pierre Bourdieu ocorreu por meio da formação de professores e pesquisadores brasileiros que fizeram seus estudos na França desde a década de 1960. Destaca-se o nome de Moacir Palmeira, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-aluno do sociólogo entre os anos de 1967 e 1969. Sergio Miceli Pessoa de Barros, cujo doutorado na França foi orientado por Bourdieu entre os anos de 1974 e 1978 na *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*. Sérgio Miceli teve forte contribuição na disseminação dos estudos do autor ao formar um grupo de pesquisa na Universidade de São Paulo (USP) à luz de suas teorias e com a organização de uma coletânea publicada sob o título *A economia das trocas simbólicas*, com textos selecionados por Pierre Bourdieu, pela editora Perspectiva, em 1974, alcançando a sétima edição em 2013. Outro pesquisador que colaborou na disseminação do pensamento deste autor foi Renato Ortiz, com a organização da coletânea *Pierre Bourdieu: sociologia*, com textos selecionados por Pierre Bourdieu para a tradução na língua portuguesa, publicada em 1983 pela editora Ática. Destaca-se também Maria Andrea Loyola, professora do Departamento de Políticas e Instituições de Saúde, do Centro Biomédico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que realizou estágio de pós-doutorado no *Centre de Sociologie Européenne* com supervisão de Pierre Bourdieu, nos anos de 1981 e 1982.

A área de Educação, com ênfase na Sociologia da Educação, também foi influenciada pelos estudos de Bourdieu. Pode-se destacar a tradução de *A reprodução – elementos para uma teoria dos sistemas de ensino*, em coautoria com Jean Claude Passeron, publicada originalmente em 1975 pela editora Francisco Alves. Desde a terceira edição é publicado pela editora Vozes, alcançando a sétima edição em 2014. Destaca-se aqui o artigo produzido em coautoria por Catani, Catani e Pereira (2002) sobre as apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, em periódicos científicos publicados entre os anos de 1971 e 2000. Além desses pesquisadores, complementarmente outros pesquisadores tiveram forte atuação na inserção efetiva

do autor no campo da educação, tais como: Menga Ludke, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) que publicou uma entrevista com Pierre Bourdieu no periódico *Teoria e Educação* em 1991; Zaia Brandão, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a linha de pesquisa “A Sociologia de Pierre Bourdieu”, entre outros.

Com o objetivo de expandir a busca de autores com maior influência na disseminação da teoria de Pierre Bourdieu nas Ciências Sociais e Humanas, foi elaborada uma pesquisa por grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes (CNPq/MCTI)¹⁰ que empregam Pierre Bourdieu na enunciação do nome e/ou na descrição do grupo. De forma complementar foi utilizada essa mesma Plataforma Lattes para verificar o currículo de cada um dos líderes, pesquisadores e estudantes que fazem parte dos grupos de pesquisas. Em busca realizada em julho de 2014 com a palavra Bourdieu no Diretório, foram encontrados cinco grupos de pesquisa registrados, com aproximadamente 80 integrantes no total. O Grupo “Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa”, formado em 2008, foi registrado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na linha de pesquisa “Pierre Bourdieu e o racismo no Brasil”. Formado em 2009, o “Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Educação Escolarizada a partir das ideias de Pierre Bourdieu” possui registro no Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Também formado em 2008, o “NECTAR – Núcleo de Estudos sobre Alimentação e Cultura” foi registrado na UERJ. O “Grupo Interdisciplinar Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais” é o mais antigo. Registrado em 1998, este grupo está vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UCE) e tem

10 O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no país. As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil.

a presença de Bourdieu na descrição da linha de pesquisa intitulada “Formação de professor e praxiologia de Pierre Bourdieu”. O quinto grupo localizado, “Grupo de Estudos em Bourdieu”, possui uma formação mais recente. Registrado em 2014, este grupo está localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Apesar das restrições de acesso às bases de dados, pode-se perceber, a partir da visualização dos percursos e apropriações da obra de Pierre Bourdieu, a presença desse autor nas mais diversas áreas do conhecimento e em diferentes localizações geográficas. Particularmente na pesquisa em nível internacional, observou-se, a partir das pesquisas realizadas nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, uma forte presença das teorias do autor na produção científica dos países de língua inglesa. Em nível nacional deve-se destacar o significativo esforço no que tange à inserção das teorias de Bourdieu na formação de grupos de pesquisa.

PIERRE BOURDIEU NA LITERATURA INTERNACIONAL DO CAMPO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO

Para a compreensão de como se deu o processo de inserção da obra de Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação, foi desenvolvida uma revisão sistemática da produção científica em nível nacional e internacional nas principais fontes de informação da área relacionada.

De início foi realizado um esforço de mapeamento da recepção da obra de Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação em língua inglesa, onde se puderam identificar duas publicações que apresentavam diferentes possibilidades de inserção do autor na literatura internacional e atestam o interesse pela obra do autor nos estudos informacionais em âmbito internacional. O livro *Critical theory for Library and information science: exploring the social from across the discipline*, organizado por Gloria J. Leckie, Lisa M. Given e E. Buschuman (2010), cujo capítulo “*Social Capital, Symbolic Violence, and Fields of Cultural Production: Pierre Bourdieu and Library and Information Science*”, de Lisa Hussey, dedica-se a uma pesquisa sobre a teoria crítica em Pierre Bourdieu a

partir da identificação de pesquisadores que o utilizam como referencial teórico no campo da informação. E no periódico *Journal of Information Science (JIS)*, que publicou em agosto de 2009 o artigo “*Receiving the French: a bibliometric snapshot of the impact of ‘French theory’ on information studies*”, de Blaise Cronin e Lokman I. Meho, versando sobre a difusão da produção francesa na literatura de estudos da informação utilizando técnicas bibliométricas para análise da recepção das obras publicadas em dez periódicos científicos internacionais, Pierre Bourdieu surge como terceiro autor mais citado nos periódicos selecionados (antecedido por Bruno Latour e Michael Foucault). Posteriormente, com o objetivo de estabelecer uma revisão exaustiva, foram realizadas buscas nas mais diversas fontes de informação (artigos científicos, teses, dissertações e trabalhos publicados em anais de eventos) com acesso aberto¹¹ ou pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).¹² Essas buscas tinham como objetivo central a identificação dos pesquisadores e autores do campo de estudos da informação que empregam teorias, conceitos e métodos desenvolvidos por Pierre Bourdieu.

Para um levantamento bibliográfico empreendido em nível internacional foram utilizadas bases de dados referenciais internacionais. A escolha desse tipo de bases de dados está relacionada ao fato de que essas bases possibilitam uma busca sistemática nos periódicos científicos da área de estudos da informação que fossem indexados. Na seleção das bases de dados referenciais foram identificadas aquelas que possuíam como recorte temático o campo de estudos da informação.

Como ponto de partida teve-se o Portal de Periódicos da CAPES para a seleção das bases de dados que seriam utilizadas no levantamento realizado em nível internacional no campo de estudos da informação.

11 Entende-se aqui como acesso aberto a possibilidade de visualização do conteúdo de documentos científicos sem a obrigatoriedade de pagamento a bases de dados.

12 O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual (BRASIL, 2014b).

E para a seleção dessas bases de dados no Portal foi elaborada uma busca por área do conhecimento com o objetivo de selecionar fontes de informação que possuíssem como escopo principal as informações classificadas em áreas de estudos do campo da informação. Essa delimitação possibilitou a restrição do universo de 228 bases de dados classificadas nas Ciências Sociais Aplicadas.¹³ A partir deste recorte chegou-se, em julho de 2014, a 28 bases de dados indexadas na “subcategoria” Ciência da Informação, das quais 24 bases de dados eram de resumos ou texto completo. As bases de dados relacionadas não possuíam a possibilidade de uma pesquisa com filtros ligados à área do conhecimento, o que aumentaria o índice de revocação¹⁴ e diminuiria a precisão.¹⁵ Com isso, com o objetivo de aumentar a precisão na busca, foram analisadas as informações sobre a fonte de informação em “detalhe da base” (espaço contido no portal). Nesta análise foi observada a categorização de cada uma das fontes, isto é, em que área do conhecimento e em quais disciplinas elas também estavam indexadas. Assim chegou-se ao total de duas bases de dados que poderiam ser consideradas como as mais especializadas dentro da temática escolhida: a *Information Science & Technology Abstracts – ISTA* e a *Library and Information Science Abstracts – LISA*.

A *Information Science & Technology Abstracts (ISTA)* é uma base de dados da editora EBSCO que possui cerca de 450 publicações na área de Ciência da Informação, além de livros, relatórios de pesquisa e anais de conferências e patentes, com cobertura abrangente, corrente e retrospectiva, desde meados da década de 1960.

A *Library and Information Science Abstracts (LISA)* é uma base de dados da editora PROQUEST, destinada aos profissionais de bibliotecas, ciência da informação e demais especialistas de áreas correlatas,

13 A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia (BRASIL, 2014c).

14 Índice de revocação: termo para designar a capacidade de recuperar documentos úteis (LANCASTER, 2004, p. 4).

15 Índice de precisão: capacidade de evitar documentos inúteis (LANCASTER, 2004, p. 4).

que indexa cerca de 400 títulos de periódicos de aproximadamente 68 países com mais de vinte idiomas diferentes.

Apesar de o Portal de Periódicos da CAPES contemplar documentos nos mais diversos idiomas, nota-se que as principais bases de dados referenciam documentos em língua inglesa. Por isso, como fonte de informação alternativa para uma busca mais extensa, foram consultadas as seguintes base de dados e fontes de informação referenciais da França:¹⁶ *Cairn.info*; *OpenEdition*; *Revue.org*; *Francis CNRS*; Biblioteca digital *Scientific*; *Persée*; *Société Française des Sciences de l'Information et de la Communication (SFSIC)*; *Sciences de l'Homme et de la Société (HAL-SHS)*. Contudo, elas não puderam ser utilizadas de forma a contemplar o recorte desejado porque não permitiam uma busca com recorte da área do conhecimento ou possuíam acesso restrito. Por esses motivos e, mesmo reconhecendo a importância de resultados que poderiam ser obtidos em bases de dados na França – país de origem e atuação de Pierre Bourdieu –, a recuperação da informação em nível internacional foi concentrada nas bases de dados ISTA e LISA. Foram realizadas buscas nos meses de julho e agosto de 2014 utilizando os seguintes critérios na elaboração da estratégia de busca: a) busca avançada; b) “Bourdieu” como termo de busca; c) campos: título, palavras-chave e resumo; d) artigo de periódico científico. A partir desta estratégia obteve-se o resultado total de 97 artigos. Contudo, como a indexação nessas bases de dados não é exclusiva, ocorreu uma duplicação de documentos recuperados de um mesmo texto em diferentes bases. Após a organização dos dados, obteve-se um total sem repetição de 57 artigos diferentes nas duas bases de dados (sendo que um deles foi publicado pelos mesmos autores e com o mesmo título, em dois diferentes periódicos):

16 Agradecemos a Catherine Malassis (Documentalista do *Centre de Documentation Recherche Sciences Humaines et Sociales – UPS, Université Paul Sabatier, Toulouse 3*) pelas contribuições na indicação de fontes de informação francesas.

**Quadro 5 – Documentos recuperados nas
bases de dados ISTA e LISA**

AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO
Alvarado, R. U.	<i>Cataloging Pierre Bourdieu's books</i>	<i>Cataloging and Classification Quarterly</i>
Alvarado, R. U.	<i>El rol de las bibliotecas: un analisis de dos paradigmas sociologicos. The role of libraries: an analysis of some sociological paradigms</i>	<i>Investigacion Bibliotecologica: Archivonomia, Bibliotecologia, e Informacion</i>
Astrom, F.	<i>Den tekniska litteraturfragan 1919-1960: en avhandlingsplan for en idehistorisk studie av tekniska bibliotek och hantering av teknisk litteratur i Sverige [em inglês]</i>	<i>Svensk Biblioteks Forskning</i>
Benson, R.; Neveu, E.	<i>Bourdieu and the Journalistic Field</i>	<i>Media, Culture & Society</i>
Benson, R.; Neveu, E..	<i>Bourdieu and the journalistic field</i>	<i>European Journal of Communication</i>
Bouthillier, F.	<i>Access to Information for Small Business Managers: Examination of some Strategies and Values.</i>	<i>Canadian Journal of Information & Library Sciences</i>
Bouthillier, F.	<i>The meaning of service: ambiguities and dilemmas for public library service providers</i>	<i>Library and Information Science Research</i>
Brienza, C.	<i>Books, Not Comics: Publishing Fields, Globalization, and Japanese Manga in the United States</i>	<i>Publishing Research Quarterly</i>
Buchanan, A; Goedeken, E; Herubel, J-P V M.	<i>Scholarly communication among academic librarians: an analysis of six ACRL proceedings</i>	<i>Behavioral and Social Sciences Librarian</i>
Budd, J. M.	<i>The library, praxis, and symbolic power</i>	<i>The Library Quarterly</i>

Budd, J. M.; Con- naway, L. S.	<i>Discursive content and discursive power in US library and information science education</i>	<i>Libri</i>
Casanova, P.	<i>Literature as a world</i>	<i>New Left Review</i>
Chiou, T. J.	<i>Under the Will of the State, Rethink the Academic Productions of the Social Sciences and Humanities in Taiwan: A Perspective of Bourdieu's Field Theory</i>	<i>Journal of Library and Information Science Research</i>
Chun-Hsiang, C.	<i>Social construction and the field of struggles of cultural capital: preliminary analysis of library space [In Chinese]</i>	<i>Journal of Information, Communication, and Library Science</i>
Clayton, J.; Mac- Donald, S. J.	<i>The limits of technology: Social class, occupation and digital inclusion in the city of Sunderland, England</i>	<i>Information, Communication & Society</i>
Colley, H.	<i>Not learning in the workplace: austerity and the shattering of illusio in public service</i>	<i>Journal of Workplace Learning</i>
Cronin, B.; Meho, L. I.	<i>Receiving the French: a bibliometric snapshot of the impact of 'French theory' on information studies</i>	<i>Journal of Information Science</i>
Desrochers, N.	<i>Bilingual Conundrums: A Study of the Use of Subject Headings Pertaining to Québec as a Distinct Society</i>	<i>Canadian Journal of Information & Library Sciences</i>
Dilevko, J.	<i>An ideological analysis of digital reference service models</i>	<i>Library Trends</i>
Dudezert, A.; Leidner, D. E.	<i>Illusions of Control and Social Domination Strategies in Knowledge Mapping System Use</i>	<i>European Journal of Information Systems</i>
Glosiene, A.; Padagaite, G.; Petuchovaite, R.	<i>Library as a third place</i>	<i>Informacijos Moks- lai/Information Sciences</i>

Goh, A. S.	<i>Insights from a Bourdieusian lens: The relationship between college-based and work-place learning in becoming a vocational-technical education teacher in Brunei</i>	<i>Journal of Workplace Learning</i>
Goulding, A.	<i>Libraries and Cultural Capital</i>	<i>Journal of Librarianship and Information Science</i>
Goulging, A.	<i>Editorial</i>	<i>Journal of Librarianship & Information Science</i>
Haeusermann, T.	<i>Custom Publishing in the UK: Rise of a Silent Giant</i>	<i>Publishing Research Quarterly</i>
Hale, T. M.	<i>Is there such a thing as na on-line health lifestyle? Examining the relationship between social status, Internet access and health behaviors</i>	<i>Information, Communication & Society</i>
Henrickson, L.	<i>Old wine in a new wineskin: college choice, college access using agent-based modeling</i>	<i>Social Science Computer Review</i>
Herb, U.	<i>Open Access: Soziologische Aspekte. / Open Access: sociological implications.</i>	<i>Information: Wissenschaft & Praxis</i>
Herb, U.	<i>Sociological implications of scientific publishing: Open access, science, society, democracy and the digital divide</i>	<i>First Monday</i>
Herring, S. D.	<i>The value of interdisciplinarity: A study based on the design of Internet search engines</i>	<i>Journal of the American Society for Information Science</i>
Hesmondhalgh, D.	<i>Bourdieu, the media and cultural production</i>	<i>Media, Culture & Society</i>
House, N. V.; Sutton, S. A.	<i>The Pandora Syndrome. An ecology of LIS education</i>	<i>Journal of Education for Library and Information Science</i>

Jones, B.	<i>Customers ar consumers of library resources and services- -or are they?</i>	<i>Australian Library Journal</i>
Jones, B.	<i>Customers are consumers of library resources and services: or are they?</i>	<i>Australian Library Journal</i>
Knox, E. J. M.	<i>Supporting Intellectual Freedom: Symbolic Capital and Practical Philosophy in Librarianship</i>	<i>The Library Quarterly</i>
Kuipers, G.	<i>Television and taste hierarchy: the case of Dutch television comedy</i>	<i>Media, Culture & Society</i>
Kvasny, L.	<i>Cultural (re)production of digital inequality in a US community technology initiative</i>	<i>Information, Communication & Society</i>
Lareau, A.; Weininger, E. B.	<i>Cultural capital in educational research: a critical assessment</i>	<i>Theory and Society</i>
Lin, C. S.; Chen, Y. F.	<i>Examining social tagging behaviour and the construction of an online folksonomy from the perspectives of cultural capital and social capital</i>	<i>Journal of Information Science</i>
Lin, C. S.; Chen, Y. F.	<i>Examining social tagging behaviour and the construction of an online folksonomy from the perspectives of cultural capital and social capital</i>	<i>Journal of Information Science</i>
Macleod, M.	<i>The Children's Book Council of Australia and the Judging of Literary Excellence</i>	<i>New Review of Children's Literature and Librarianship</i>
Moniarou-Papacostantinou, V. et al.	<i>LIS as a field of study: socio-cultural influences on students' decision making</i>	<i>Aslib Proceedings</i>
Nascimento, D. M.; Marteleto, R. M.	<i>Social field, domains of knowledge and informational practice</i>	<i>Journal of Documentation</i>
North, S.; Snyder, I.; Bulfin, S.	<i>Digital Tastes: Social Class and Young People's Technology Use</i>	<i>Information, Communication & Society</i>

Pecoskie, J.; Desrochers, N.	<i>Hiding in plain sight: Paratextual utterances as tools for information-related research and practice</i>	<i>Library & Information Science Research</i>
Riondet, O.	<i>The author, the book and the reader in the works of Pierre Bourdieu</i>	<i>Bulletin des Bibliothèques de France</i>
Robinson, L.	<i>A Taste for the Necessary: A Bourdieuian Approach to Digital Inequality</i>	<i>Information, Communication & Society</i>
Savolainen, R.	<i>Academic capital and information seeking career</i>	<i>Svensk Biblioteks Forskning</i>
Schultze, U.; Bolland, R. J.	<i>Knowledge management technology and the reproduction of knowledge work practices</i>	<i>Journal of Strategic Information Systems</i>
Sender, K.	<i>Gay readers, consumers, and a dominant gay habitus: 25 years of the 'Advocate' magazine</i>	<i>Journal of Communication</i>
Spencer, C.; Rose, J.	<i>The Democratizing Potential of an Online Leisure Space: Facebook and Critical Thought</i>	<i>International Journal of Virtual Communities and Social Networking</i>
Sterne, J.	<i>Digital media and Disciplinary</i>	<i>Information Society</i>
Weller, T.; Haider, J.	<i>Where do we go from here? An opinion on the future of LIS as an academic discipline in the UK.</i>	<i>Aslib Proceedings</i>
Yeh, N-C.	<i>Habitus and information behavior. [In Chinese]</i>	<i>Journal of Information, Communication and Library Science</i>
Yu, L.	<i>The divided views of the information and digital divides: A call for integrative theories of information inequality</i>	<i>Journal of Information Science</i>
Yu, L.	<i>The divided views of the information and digital divides: A call for integrative theories of information inequality</i>	<i>Journal of Information Science</i>

Zhang, W.	<i>Technical Capital and Participatory Inequality in Edelib-eration: An Actor-Network Analysis</i>	<i>Information, Communication & Society</i>
-----------	--	---

Fonte: Adaptado de EBSCO e PROQUEST (2014).

Nas publicações em periódicos científicos, no que tange ao idioma dos textos, embora o inglês seja o mais utilizado, percebe-se uma diversidade de idiomas, com publicações em alemão, chinês, espanhol, francês e lituano. Sobre a origem das publicações, com relação ao país dos periódicos, podem-se identificar textos de países como China, Alemanha, Holanda, Suécia, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Canadá. Nota-se com isto uma ampla aderência das teorias de Pierre Bourdieu em diferentes locais do mundo. Identificou-se como o periódico com o maior número de referências *Information, Communication & Society*, da Taylor & Francis. Sobre a temporalidade das publicações, visualiza-se o intervalo entre o ano de 1992 e o ano de 2014, com um maior número de publicações nos anos de 2012 e 2013.¹⁷ Na análise de autores, percebe-se que não há uma concentração de um mesmo autor ou uma alta participação de um sujeito específico, pois os autores estão presentes em não mais do que um ou dois textos, o que pode indicar a dispersão e a abrangência das teorias de Bourdieu nas produções científicas. Na análise temática pode-se visualizar que o uso de tecnologia (principalmente as questões de acesso) é o tópico mais explorado. Outros assuntos são também abordados, tais como acesso à informação, acesso aberto, folksonomia, literatura, serviço de referência, gestão de bibliotecas, interdisciplinaridade, comportamento de busca e recuperação da informação, catalogação (das obras de Bourdieu). Sob a perspectiva das teorias de Bourdieu, percebe-se um forte uso relacionado à cultura, seja como prática, seja como estrutura, seja como campo. Também são muito explorados os conceitos de questões do capital cultural, simbólico e científico.

¹⁷ Como o ano de 2014 estava em curso no momento da pesquisa e tampouco atingiu um número maior de publicações que os outros anos, não deve ser inserido nessa contagem.

O levantamento em nível nacional contemplou a produção científica publicada no Brasil, ou por brasileiros, ou em documentos na língua portuguesa. Além dos periódicos científicos, analisou-se o escopo da pesquisa a fim de recuperar as teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Foram utilizadas as seguintes fontes de informação: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Brasil (BDTD); Banco de Teses da CAPES; Repositório BENANCIB.

A BRAPCI é uma base de dados criada e gerenciada pela Universidade Federal do Paraná e sua escolha se deu pelo fato de indexar títulos publicados em periódicos nacionais na área da Ciência da Informação. Foram utilizados os mesmos critérios adotados nas bases de dados internacionais na elaboração da estratégia de busca, quais sejam: a) busca avançada; b) “Bourdieu” como termo de busca; c) campos: título, palavras-chave e resumo; d) artigo de periódico científico. E na soma geral dos artigos chegou-se ao total de 20. Contudo, a indexação nessa base de dados não é exclusiva por campo de busca, o que permite a duplicação de um mesmo texto em outros tipos de estratégias de buscas. Sendo assim, obtiveram-se 18 artigos, apresentados abaixo no quadro 6:

Quadro 6 – Documentos recuperados na base de dados BRAPCI

AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO
ALMEIDA, C. C.; BASTOS, F. M.; BITTENCOURT, F.	Uma Leitura dos Fundamentos Histórico-Sociais da Ciência Da Informação	Revista Eletrônica Informação e Cognição
ANDRADE, M. E. A.	A informação e o campo das micro e pequenas indústrias da moda em Minas Gerais: a entrada no campo da indústria da moda	Perspectivas em Ciência da Informação

BONHSACK, R.	A Multidimensionalidade do <i>Habitus</i> e a Construção de Tipos Praxiológica	ETD – Educação Temática Digital
ENGUITA, M. F.	<i>Nombrar lo innombrable, o lo difícil que resulta criticar el poder profesional – desde la profesión (a propósito de Ivan Illich)</i>	ETD – Educação Temática Digital
ESCADA, P. A. S.; PEREIRA, G. R.	Construção, usos sociais e busca de legitimidade das tecnologias da geoinformação do INPE	Liinc em revista
FERREIRA JR., H. S.	Otlet realizador ou visionário? O que existe em um nome?	Ciência da Informação
FREIRE, I. M.	O desviante secreto: um exercício conceitual	Ciência da Informação
FREIRE, I. M.	Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos	Ciência da Informação
LIMA, L. S. H.	A teoria weberiana e suas manifestações no jornalismo: twitter e o caso Haitit	Comunicação & Informação
LIMA, M. Y.	Coautoria na produção científica do PPGGeo/UFRGS: uma análise de redes sociais	Ciência da Informação
MARCHIORI, P. Z.	Bibliotecários, jornalistas e informáticos: a ocupação de posições relativas no campo de atividades de informação	Transinformação
MENEZES, V.; ODDONE, N.; CAFÉ, A.	Aspectos reputacionais dos sistemas de avaliação da produção científica no campo da Ciência da Informação	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
NASCIMENTO, D. M.	Campo de conhecimento, vida cotidiana e a informação	Informação & Informação
NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M.	A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu	DataGramaZero

PINTO, V. B.	A biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário	Transinformação
SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G.	O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
STROILI, M. H. M.	Saúde mental na formação do psicólogo	ETD – Educação Temática Digital
URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R.	A Cientometria como um campo científico	Informação & Sociedade: Estudos

Fonte: Adaptado de BRAPCI (2014).

Os textos datam do período entre 1995 e 2013, com maior concentração nos anos de 2005 e 2010. Como não se pode visualizar a existência da concentração de autorias, nota-se uma dispersão na distribuição dos autores. Sobre a distribuição temática, a maior parte dos artigos refere-se a estudos de conceito do campo empregando o referencial teórico de Pierre Bourdieu em perspectivas sobre epistemologia da Ciência da Informação, produção e avaliação científica, campo da Ciência da Informação, estudos métricos e informação cultura e sociedade.

Como forma de incrementar o levantamento com outros tipos de fontes de informação, buscaram-se as teses e dissertações defendidas por brasileiros. Chegou-se assim à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que reúne as teses e as dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras (IBICT, 2006). E ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde estão disponíveis as informações bibliográficas das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Brasil (BRASIL, 2014b). A busca e a recuperação foram realizadas no mês de agosto de 2014 e, para tal, foram utilizados os seguintes critérios na elaboração da estratégia de busca: a) busca avançada; b) “Bourdieu” como termo de busca; c) campo de busca: título, palavras-chave (assunto) e resumo; d) grau: teses e dissertações; e) país:

exterior e Brasil. A partir dessa estratégia se obteve como resultado na BDTD o número de 271 teses e 528 dissertações. Como essa biblioteca digital não possui na modalidade de pesquisa avançada a escolha por curso ou área do conhecimento, houve necessidade de uma análise de cada um dos 799 itens para visualização dos trabalhos que se enquadram no escopo de estudos informação,¹⁸⁻¹⁹ sem duplicação. A partir disso, chegou-se ao total de quatro teses e oito dissertações.

Na pesquisa realizada no banco de teses da CAPES não foi recuperado qualquer documento quando a busca foi do tipo simples. Mas quando foi realizada a busca avançada, e depois selecionada a área do conhecimento, chegou-se ao total de três documentos, todos produzidos em nível de mestrado. Assim, no Banco de Teses da CAPES encontraram-se três dissertações, duas das quais já tinham sido recuperadas na BTD. O quadro abaixo apresenta a consulta de teses e dissertações recuperadas nas duas bases de dados.

Quadro 7 – Teses e Dissertações da Ciência da Informação recuperadas na BDTD e na CAPES

AUTOR/ ORIENTADOR	TÍTULO	INSTITUIÇÃO/ ANO
Ana Carolina Silva Biscalchin/ Marco Antonio de Almeida	Blogs de entretenimento	Universidade de São Paulo/ 2012
Anderson Luiz da Paixão Café / Katia de Carvalho	A produção científica no campo da sociologia brasileira face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES: 2007-2009	Universidade Federal da Bahia/2012
Elisa Kopplin Ferraretto/ Valdir Jose Morigi	Do universo técnico-científico ao mundo do senso comum	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ 2006

18 Muitos arquivos (links) estavam desativados e deram erro quando houve a tentativa de acesso, a resolução foi a consulta do currículo Lattes dos autores dos trabalhos para coleta da informação do curso.

19 A BDTD possui falhas na recuperação dos dados. Houve uma duplicidade de teses e dissertações na mesma busca. Além disso, notou-se que nem todos os trabalhos eram do tipo especificado. O que quer dizer que no campo tese foram recuperadas dissertações.

Flávia Virgínia Melo Pinto/ Carlos Alberto Avila Araujo	Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais/2012
Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus/ Carlos Alberto Avila Araujo	Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil	Universidade Federal de Minas Gerais/ 2013
Geferson Barths/ Rudimar Baldissera	Comunicação organizacional e branding	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/2013
Horácio Francisco Zimba/ Suzana Mueller	A dimensão política e o processo de institucionalização da ciência e tecnologia em Moçambique	Universidade de Brasília/2010
Kátia Soares Braga/ Suzana Mueller e Débora Diniz	A comunicação científica e a bioética brasileira	Universidade de Brasília/ 2009
Magno Vieira da Silva/ Rudimar Baldissera	Mito, organização e comunicação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ 2012
Marco Antônio de Azevedo/ Regina Maria Marteleto	Informação e segurança pública	Universidade Federal de Minas Gerais/2006
Rene Goellner/ Nilda Aparecida Jacks	A publicidade na “terra do nunca”	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/2007
Rita Barreto de Sales Oliveira/ Miriam Paula Manini	A fotografia como memória na vida dos candangos	Universidade de Brasília/ 2008
Samile Andréa de Souza Vanz/ Sonia Elisa Caregnato	A produção discente em Comunicação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ 2004

Fonte: Adaptado da BDTD e CAPES (2014).

Os temas abordados nas produções passam por Comunicação Científica, Práticas Informacionais, Comunicação Organizacional,

Bibliometria, Memória, e as áreas de conhecimento Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. E a utilização de Bourdieu, enquanto teórico, está relacionada a questões como: Estrutura social, Poder simbólico, Campo científico, *Habitus* e Capital. Destaca-se também a indicação de Bourdieu no resumo a partir da identificação do autor no desenvolvimento de uma análise de citação.

Devido à inconsistência e não completude das informações recuperadas nas bibliotecas digitais que reúnem as teses e dissertações em nível nacional, foi realizada uma busca em cada um dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação para que fossem analisadas diretamente as produções que porventura não tivessem sido recuperadas anteriormente. Contudo, nem todos os programas disponibilizavam as produções em suas páginas. Neste sentido, ainda sobre a inserção de Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação nos programas de pós-graduação no Brasil, devem-se destacar os pioneiros estudos feitos pelos doutorandos da década de 1980 em Comunicação e Cultura no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Surgem, neste contexto, as pesquisadoras Regina Maria Marteleto, Gilda Olinto, Célia Portela, Katia de Carvalho, entre outros pesquisadores, inaugurando os estudos iniciais sobre Pierre Bourdieu no Brasil com as primeiras pesquisas que o empregavam como referencial teórico e metodológico. Destacam-se aqui os trabalhos desenvolvidos por Regina Maria Marteleto no escopo da teoria de Pierre Bourdieu nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT e da Universidade Federal de Minas Gerais, como por exemplo nas orientações realizadas em desenvolvimento de teses e dissertações, além de publicações de artigos, apresentação de trabalhos, organização de eventos etc.

Como nas pesquisas científicas os eventos possuem forte valor no desenvolvimento e atualização dos objetos de estudos, considera-se este o canal onde são promovidas as discussões em torno das principais questões para aperfeiçoamento dos trabalhos apresentados, (re) conhecimento dos chamados colégios invisíveis e espaço onde pode ser

identificado o estado da arte daquilo que está sendo pesquisado pela comunidade científica de cada área. Assim, com o objetivo de tornar o levantamento mais exaustivo, foram escolhidos como fonte de informação os trabalhos apresentados e publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIBs) promovidos pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Para a recuperação dessa informação foi utilizado o Repositório BENANCIB. Este repositório foi criado pelo Grupo de Pesquisa “Informação, Discurso e Memória” da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com a ANCIB. É a principal fonte de informação para buscas e recuperação da informação dos trabalhos publicados nos anais desde a primeira edição dos ENANCIBs no ano de 1994. A busca e a recuperação de artigos foram realizadas nos meses de julho e agosto de 2014 e foram empregados os seguintes critérios na elaboração da estratégia de busca: a) busca avançada; b) “Bourdieu” como termo de busca; c) campo de busca: título, palavras-chave e resumo; d) formato: trabalhos e palestras. A partir desta estratégia, obteve-se como resultado o total de seis trabalhos científicos, quatro dos quais não eram duplicados: “Estado informacional: uma introdução às abordagens de Pierre Bourdieu e Sandra Braman” de Jaqueline Santos Barradas (2012); “Capital informacional e construção do poder Simbólico: uma proposta epistemológica a partir de Pierre Bourdieu” de Eliany Alvarenga de Araújo e Ana Virgínia Chaves de Melo (2007); “Reconhecimento das profissões da informação: uma leitura a partir de Bourdieu” de Eliane Cristina de Freitas Rocha e Helena Maria Tarchi Crivellari (2012) e “Relações entre *habitus* e fluência tecnológica: uma leitura a partir de Bourdieu” de Eliane Cristina de Freitas Rocha (2011).

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a inserção de Pierre Bourdieu em âmbito nacional e internacional, especialmente no campo de estudos da informação, pode ser um elemento profícuo para futuras pesquisas, por apresentar um panorama dos principais pesquisadores que desenvolvem estudos com base nos seus construtos teóricos e metodológicos. Neste contexto

há que se destacar que as bases de dados não garantem amplitude e exaustividade na recuperação da informação, embora sejam estruturadas estratégias que visem a contemplar uma maior precisão nos resultados das pesquisas. Isto porque nota-se a impossibilidade de verificação dos dados. Assim sendo, deve-se reconhecer que esta é uma primeira tentativa e que outras buscas, em outras bases de dados e com outros recortes, devem ser realizadas no sentido de atestar uma maior abrangência e proximidade da realidade.

A observação da inserção de um autor em determinado campo científico sob a perspectiva de uma revisão de literatura é uma tarefa que busca apresentar dados consolidados e pistas dos caminhos percorridos na apropriação nacional e internacional no campo de estudos da informação. Assim, embora essa pesquisa tenha sido orientada para ser sistemática e abrangente, ela só é exaustiva se forem consideradas as duas faces da sistematização na busca e recuperação da informação em uma revisão de literatura. Essas duas faces apresentam ao mesmo tempo a pretensão de serem realizadas pesquisas que sejam abrangentes e exaustivas somada à percepção da necessidade de uma restrição sistemática nos recortes realizados a partir das restrições que surgem no espaço da não contemplação dessa ou daquela fonte de informação na busca e recuperação da informação.

De tal forma, a visualização dos autores e pesquisadores que promovem a divulgação e inclusão das obras de Pierre Bourdieu no campo de estudos da informação será reducionista na formação do conjunto de informações que serão contempladas. Como foi o caso da escolha de uma padronização do termo de busca nas mais diversas fontes de informação selecionadas na busca que contemplasse exclusivamente o autor e não abarcasse também seus conceitos e teorias na temática. Essa escolha possibilitou um recorte mais sistemático e direcionado que contemplasse a visualização do autor especificamente nas obras do campo de estudos da informação. Oportunamente são indicados passos futuros de estudos que incorporem teorias e conceitos do autor na busca e recuperação da informação ou, ainda, uma abordagem sob a análise do discurso.

Mesmo sabendo que este texto não possui uma orientação com vistas a uma análise sobre o conteúdo das publicações identificadas nos levantamentos bibliográficos realizados, pode-se notar que a utilização de Bourdieu nos estudos do campo da Informação possui dois eixos principais: o eixo político e o eixo pedagógico. O primeiro com a definição de capital informacional, a normatização e a burocracia do Estado. O segundo com o capital informacional associado ao conhecimento e às formas de apropriação do conhecimento pela sociedade. Neste contexto, percebe-se uma zona profícua de desenvolvimento das ciências que tem por objetivo a análise do mundo social a partir de um campo específico de produção ou de disputas de poder sobre determinado objeto. Como no caso do campo de estudos da informação, que tem utilizado os conceitos de *habitus*, capital, poder simbólico e o uso da linguagem e campos de produção cultural como espaço de apropriação e emprego da literatura de Pierre Bourdieu para análise das atividades desenvolvidas na área e da formação do campo (HUSSEY, 2010).

Destacam-se aqui alguns pontos que poderiam ser abordados a partir do levantamento feito para este capítulo. O primeiro seria a identificação da nacionalidade ou o local da instituição de cada um dos autores, permitindo vislumbrar outras questões, como a presença do autor nos locais de trabalho e pesquisa daqueles que estão envolvidos de alguma forma com a produção científica com e sobre Pierre Bourdieu. Outro ponto seria a relação entre esses autores, com a possível identificação de redes de pesquisas e autorias entre os pares.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. O que é ciência da informação? *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Brasil); UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Grupo de Pesquisa Informação, Discurso e Memória*. Conheça o Repositório Benancib.

João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/index.php/546-conheca-o-repositorio-benancib>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *O Portal de Periódicos da Capes: missão e objetivos*. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=102>. Acesso em: 17 jul. 2014.

_____. *Sobre o Banco de Teses: Histórico e evolução do Banco de Teses*. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/3>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

_____. *Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação*. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

CABIN, P. et al. *Pierre Bourdieu: son oeuvre, son heritage*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions, 2008.

CATANI, A.; CATANI, D.; PEREIRA, G. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro. *Revista Portuguesa de Educação*, Minho, v. 15, n. 1, p. 5-25, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/374/37415102.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.

CNPq. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. *Buscar Currículo Lattes*. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. *Consulta parametrizada*. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. *O que é*. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CNPq. *Sobre a plataforma Lattes*. Brasília, DF, 2014d. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CRONIN, B.; MEHO, L. I. Receiving the French: a bibliometric snapshot of the impact of 'French theory' on information studies. *Journal of Information Science*, Vol. 35, Issue 4, p. 398-413, Aug. 2009.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

EBSCO. *Information Science & Technology Abstracts*. [S.l.], 2014. Disponível

em: <<http://web.b.ebscohost.com.ez29.periodicos.capes.gov.br/ehost/search/basic?sid=68273d17-cd20-4574-8074-bbbec80781d9%40sessionmgr198&vid=0&hid=122>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

ELSEVIER. *Scopus*. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/online-tools/Scopus>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

HUSSEY, L. Social Capital, Symbolic Violence, and Fields of Cultural Production: Pierre Bourdieu and Library and Information Science. In: LECKIE, Gloria; GIVEN, Lisa M.; BUSCHUMAN, John E. (Ed.). *Critical theory for Library and information science: exploring the social from across the disciplines*. Califórnia: ABC Clio, 2010. p. 41-52.

IBICT. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. *A BDTD*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/a-bdtb>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

LANCASTER, F. W. *Indexação e Resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE LOPES, J. S. Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 43-79, jun. 2013.

ORTIZ, R. Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 81-90, jun. 2013.

PROQUEST. *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. [S.l.: s.n.], [2014]. Disponível em: <<http://search.proquest.ez29.periodicos.capes.gov.br/lisa/index?accountid=26631>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. *Banco de Teses da CAPES*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/2013/11/banco-de-teses-da-capes/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. *Sobre o projeto Brapci*. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/ic.php?dd99=about>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Brasil). *Questões em Rede – Coleções*. [Niterói], 2014. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões

e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, n. 19, p. 95-110, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14625.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

THOMSON REUTERS SCIENTIFIC. *Web of Science – Coleção Principal*. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://apps.webofknowledge.com.ez29.periodicos.capes.gov.br/WOS_GeneralSearch_input.do?product=wos&search_mode=GeneralSearch&SID=4F9O85xjZeZYXx9aust&preferencesSaved=>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

Anotações sobre linguagem, informação e cultura na praxiologia de Pierre Bourdieu

Vinícios Souza de Menezes

Maria Nélida González de Gómez

NOTAS PRELIMINARES

No âmbito das múltiplas contribuições para as ciências sociais e humanas, Pierre Bourdieu demarca como ponto fulcral de seu pensamento a teoria da prática. A praxiologia²⁰ constrói-se no espaço intermediário criado pela cisão monológica da modernidade entre sujeito e objeto, ou, em termos epistêmicos, entre interior e exterior. O conhecimento praxiológico opera numa zona relacional de mediações objetivas e subjetivas, até então divorciadas pelo privilégio de suas respectivas lateralidades – sujeito determinando objeto ou objeto determinando sujeito. A praxiologia através do conceito de *habitus*²¹ – princípio-mediador, unificador e gerador das práticas – reúne, por meio das interações práticas, estes dois modos de conhecimento, objetivismo e fenomenologia (subjetivismo), por ora separados. Mediante

20 “Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação.” (BOURDIEU, 1983, p. 47).

21 “[...] *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.” (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

esse reposicionamento teórico, Bourdieu rompe com os problemas acarretados pela dicotomia sujeito/objeto, recondicionando-os por meio de uma terceira categoria, a da prática; logo, não se trata de excluir as categorias subjetivas e objetivas, mas de relacioná-las ao entorno da problemática do mundo prático-social.

Perante esta reviravolta, Bourdieu se depara com novos problemas, não mais singularmente teóricos (abstratos), todavia estabelecidos no seio do mundo prático e de suas estruturas e conjunturas sociais. Na via intermédia da ação prática,²² Bourdieu identifica outro princípio de divisão fundamentado na divisão social do trabalho de dominação, que por sua vez, funciona nas e por exigências das lutas existentes nas sociedades divididas em classes.²³ Trata-se da cisão social do mundo prático – “matriz de todos os lugares comuns” a “divisão social do trabalho em classes” (BOURDIEU, 2011, p. 436).

Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão [...] que ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como *paternalismo*, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção

22 “Por esta via [praxiológica], Bourdieu procura reconduzir o estudo dos sistemas simbólicos às suas bases propriamente sociais, ou melhor, às práticas com que os agentes afirmam seu código (matriz) comum de significações presentes nos objetos, instrumentos e agentes mítica e ritualmente qualificados. Este código ordena-se em torno de um número restrito de oposições que têm como princípio ‘movimentos ou estados do corpo humano’, lugar geométrico que move a *práxis* social *latu sensu* a qual recebe uma tradução mítica que submete o universo inteiro nomeado pelo código a uma divisão lógica, ‘produto de um mesmo e único *principium divisionis*.’” (MICELI, 2007b, p. li).

23 Importante dizer que o conceito de “classe” é rejeitado por Bourdieu. Apesar de alguns usos do termo “classe”, numa perspectiva conceitual o sociólogo opta pelo conceito de “espaço social” como uma saída para as dificuldades enfrentadas pela abordagem marxista. “As classes sociais não existem [...]. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças [...]” (BOURDIEU, 1996b, p. 26-27).

e apreciação, faz ver outra coisa, outras propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como os interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação); *poder separador*, distinção, *diacrisis*, *discretio*, que faz surgir unidades discretas, a diferença do indiferenciado. (BOURDIEU, 2011, p. 444)

Deste modo, nos ocorre que as relações entre linguagem, informação e cultura são centrais na teoria praxiológica, sendo a linguagem o eixo configurador das relações no mundo prático, e a informação e a cultura figuras unificadoras e integradoras dos sistemas de fatos e representações, delineadoras dos jogos sociais e de suas regras práticas. Contudo, aliadas a esse eixo nodal da praxiologia se encontram as dinâmicas sociais de legitimação e preservação da ordem vigente. Isto é: Bourdieu não apenas apresenta a “maneira” dessa tríade na teoria social, como também expõe os efeitos de dominação que essa tríplice relação articula com a instrumentalização do poder. O modelo desenvolvido por Bourdieu em seu trajeto metodológico e em seu raciocínio analógico levou “[...] às últimas consequências a analogia econômica ao transpor para a análise do campo simbólico o vocabulário da esfera propriamente econômica” (MICELI, 2007b). Deste modo, quando enveredamos a estudar as relações sociais em Bourdieu ao fim e ao cabo nos deparamos com um modelo assimétrico de luta concorrencial coercitiva e “econômica” pelo monopólio do que está em jogo no espaço social (caso), seja isto material e/ou simbólico. Nesses termos, o *principium divisionis* será colocado neste texto como um interposto que atravessa as relações fissuradas por lutas pouco distributivas, diante do que se promove e almeja nos espaços sociais bourdieusianos: a concentração dos capitais em jogo, ou seja, o lucro distintivo da posse simbólica ou material do poder.

Portanto, este texto buscará argumentar sobre as funções da linguagem, da informação e da cultura no modo de conhecimento praxiológico tecido por Pierre Bourdieu. Serão evocados alguns comentadores da sua obra, em especial Sergio Miceli e Regina Marteleto, com a motivação de entender, explicar e justificar como a teoria praxiológica

ocupa um lugar significativo no cenário das ciências humanas e sociais, e em particular na Ciência da Informação.

ACERCA DA LINGUAGEM

[...] ciências sociais, isto é, fenômenos de linguagem. (BOURDIEU, 2000, p. 52)

No capítulo “O que é falar?”, do livro *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*, Bourdieu expressa a centralidade da linguagem para a sua abordagem antropológica quando diz: “[...] ciências sociais, isto é, fenômenos de linguagem” (2000, p. 52), ou ainda, em *Esboço de uma teoria da prática* afirma: “a linguagem é uma práxis” (1983, p. 158). Tanto os campos relacionais de sociabilidade em que se manifesta o humano quanto suas respectivas ações e razões são atravessados e dispostos pela linguagem.

A questão da linguagem está espraiada por toda a obra de Bourdieu – mais um motivo que nos leva a argumentar sobre o cerne desta questão; em *Questões de sociologia* (2003), Bourdieu dedica, em especial, três capítulos para a temática: “A arte de resistir às palavras”, “O que quer dizer falar e o mercado linguístico”; em *O campo econômico* (2000), os capítulos: “O que é falar?”, “O fetichismo político ou desvendar os motores do poder” e “Contra a magia das palavras”; em *Coisas ditas* (2004a), o capítulo “A codificação”; além desses, diversos livros possuem a temática transversal da linguagem: *A distinção: crítica social do julgamento* (2011), *Escritos de educação* (2007a), *Os usos sociais da ciência* (2004b), *Para uma sociologia da ciência* (2004c), *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (1992) e *A economia das trocas simbólicas* (2007b). Contudo, é no livro *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer* (1996a) que Bourdieu colocou em primeiro plano a temática da linguagem.

A discussão da linguagem em Bourdieu parte do questionamento crítico aos conceitos de língua, gramaticalidade, comunicação e competência, básicos à teoria linguística “tradicional”. Como instrumento

analítico, duas genealogias são traçadas: a) genealogia social, com foco no estudo das condições sociais de possibilidade da fala-discurso e da *performance* e b) genealogia intelectual, com foco no estudo das condições lógicas de possibilidade da língua e da competência (1983, p. 157). A partir de então, três deslocamentos são feitos, com o intuito de escapar da substancialização dos estudos linguísticos e interpretar o “mercado linguístico” através de suas “trocas” e “investimentos” práticos.

... a crítica sociológica submete os conceitos linguísticos a um tríplex deslocamento: a noção de gramaticalidade pela de aceitabilidade ou, se quisermos, a noção de língua pela noção de língua legítima; as relações de comunicação (ou de interação simbólica) pelas relações de força simbólica e, ao mesmo tempo, a questão do sentido do discurso pela questão do valor e do poder do discurso; enfim e correlativamente, a competência propriamente linguística pelo capital simbólico, inseparável da posição de locutor na estrutura social. (1983, p. 157)

Em resumo, e como sustentáculo que dará forma à nossa argumentação, três pontos são redimensionados na abordagem sociológica da linguagem de Bourdieu: 1) a passagem da noção de gramaticalidade/língua²⁴ para a de aceitabilidade (legitimidade da língua), isto é, trata-se da transição de uma concepção lógico-abstrata para uma praxiológica, sendo a gramática concebida através da conformação aos contextos valorativos de uso dos discursos; 2) a passagem das relações consensuais de comunicação baseadas no acordo entre o “significado dos signos” e o “significado do mundo” (sentido) para as relações de “força do sentido” (MICELI, 2007b, p. viii), determinadas pelas lutas de valoração e poder entre os mercados materiais e simbólicos da estrutura social cindida pela divisão social do trabalho (linguístico); 3) a passagem da competência linguística,²⁵ diretamente relacionada com a gramaticalidade/língua,

24 Bourdieu coloca ambos os conceitos, gramaticalidade e língua, no mesmo âmbito devido à proximidade conceitual da competência gramatical em Noam Chomsky (1971) e da língua em Ferdinand de Saussure (2006).

25 “Na terminologia da gramática gerativa, a *competência* [linguística] é o sistema de regras interiorizado pelos falantes e que constitui o seu saber linguístico, graças ao qual são capazes de pronunciar ou de compreender um número infinito de frases inéditas. A competência

enquanto “maneira” sintático-semântica de falar para a “competência ampliada”, pragmática,²⁶ que diz respeito ao que falar quer dizer.

Bourdieu opera uma inversão na conceituação tradicional da linguística ao colocar de cabeça para baixo os modelos saussuriano e chomskiano, língua/fala e gramaticalidade/aceitabilidade. Os códigos de língua e gramática são então determinados pela estruturação performativa dos atos de fala, em seus contextos e “mercados” de usos, isto é, em seus respectivos campos prático-discursivos – “... compreender o que fazemos quando falamos é compreender o ato de falar e não simplesmente a língua.” (BOURDIEU, 2000, p. 52). Aceitável não mais diz respeito a um enunciado gerado e conforme às regras lógico-gramaticais, mas ao senso prático de aceitabilidade social onde o *habitus* linguístico do agente opera distinções acerca do que pode ou não ser dito em determinada situação e, caso seja crível, como ser dito.

Estamos aptos, portanto, a dar à noção de ‘aceitabilidade’ seu pleno sentido que os linguistas introduzem, às vezes, para escapar à abstração da noção de ‘gramaticalidade’, a ciência da linguagem tem por objeto a análise das condições de produção de um discurso não somente gramaticalmente conforme e adaptado à situação, mas também e, sobretudo aceitável, recebível, crível, eficaz ou simplesmente escutado, num determinado estado das relações de produção e de circulação (isto é, em relação a uma certa competência e um certo mercado) [...] trata-se de estabelecer as leis que definem as condições sociais de aceitabilidade, isto é, as leis de compatibilidade e de incompatibilidade entre certos discursos e certas situações, as leis sociais do dizível (que englobam as leis linguísticas do gramatical). (BOURDIEU, 1983, p. 163-164)

do falante explica a possibilidade [lógica] que ele tem de construir, de reconhecer e de compreender as frases gramaticais [sintático-semânticas], de interpretar as frases ambíguas, de produzir frases novas. Essa interiorização da gramática explica também a intuição do falante, isto é, a possibilidade que ele tem de fazer um juízo de gramaticalidade sobre os enunciados apresentados. [...] A competência [linguística], conceito da gramática gerativa, corresponde em parte à ‘língua’, conceito da linguística estrutural” (DUBOIS *et al.*, 2006, p. 120-121).

26 “A competência prática é adquirida em situação, na prática: o que é adquirido é, inseparavelmente, o domínio prático da linguagem e o domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada.” (BOURDIEU, 1983, p. 158).

Da dialética tensiva entre a língua legítima²⁷ (arbitrária e aceitável) – não apenas instrumento de comunicação e conhecimento, mas também de poder, cujas instituições privilegiadas de representação são a família e a escola – e o mercado linguístico – dotado de lutas concorrenciais em torno do monopólio da autoridade linguística – ocorre a incorporação do *habitus* linguístico, “esse sistema de disposições que permite falar oportunamente.” (BOURDIEU, 2000, p. 53).

... o princípio das estratégias é o *habitus* linguístico – disposição permanente em relação à linguagem e às situações de interação, objetivamente ajustada a um dado nível de aceitabilidade. O *habitus* integra o conjunto das disposições que constituem a competência ampliada definindo para um agente determinado a estratégia linguística que está adaptada às suas chances particulares de lucro, tendo em vista sua competência específica e sua autoridade. Princípio das censuras, o sentido do aceitável como dimensão do sentido dos limites (que é condição de classe incorporada) é o que permite avaliar o grau de oficialidade das situações e determinar se é o momento de falar e que linguagem falar numa ocasião social situada num determinado ponto da escala de oficialidade. Não aprendemos a gramática de um lado e a arte da ocasião oportuna de outro: o sistema dos reforços seletivos constitui, em cada um de nós, uma espécie de sentido dos usos linguísticos que define o grau de coerção que um determinado campo faz pesar sobre a palavra. (BOURDIEU, 1983, p. 170-171)

O princípio de aceitabilidade, demarcador do sentido dos limites²⁸ do dizível, é angular para o entendimento dos outros dois deslocamentos

27 Bourdieu (1996b, p. 94), por exemplo, cita o exemplo da ortografia, instrumento da língua legítima, para mostrar como nos casos esporádicos e arbitrários de mudança ortográfica há uma mobilização de forças de sentido, algumas em oposição e outras em situação, pela codificação da língua legítima, isto é, pelo estabelecimento dos princípios de aceitabilidade, das leis sociais do dizível.

28 “Os limites são, aqui, fronteiras [...] fixadas por sistemas de classificação que são muito menos instrumentos de conhecimento do que instrumentos de poder subordinados a funções sociais e orientados, mais ou menos abertamente, para a satisfação dos interesses de um grupo. Os lugares-comum e os sistemas de classificação constituem, assim, o pretexto para desencadear lutas entre os grupos.” (BOURDIEU, 2011, p. 442).

operados por Bourdieu na linguística. O segundo deslocamento acarreta no desdobramento do terceiro, tratam da força do sentido e das implicações de valoração e empoderamento dos discursos dos agentes competentes linguisticamente. Segundo Sergio Miceli (2007b, p. xiii), “não há relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação”; o *principium divisionis* vincula as forças do mercado material com os sentidos do mercado simbólico, de modo que na dupla via das relações de sentido e força, o sentido manifesta o seu fundamento nas relações de classificação e a força se mostra na arbitrariedade destas relações. Logo, as relações de força simbólica constroem-se na fratura da materialidade do trabalho e nos sistemas simbólico-distintivos do arbitrário cultural legítimo, isto é, dominante. Perante esses traços, Bourdieu põe na esfera da força do sentido as estratégias de valor e poder do discurso.

De antemão para Bourdieu, o valor do discurso²⁹ deriva do reconhecimento da competência linguística³⁰ dos agentes e está diretamente relacionado ao poder e à autoridade da fala. O discurso é um bem simbólico que pode receber valores distintos segundo o mercado onde se situa. Desta relação com o mercado de bens linguísticos, a competência funciona como capital linguístico. Aos olhos de Bourdieu (2000, p. 59), o discurso

... é o produto do encontro entre um *habitus* linguístico, ou seja, uma competência inseparavelmente técnica e social (ao mesmo tempo a capacidade de falar e a capacidade de falar de certa maneira, socialmente marcada), e um mercado, ou seja, um sistema de formação dos preços que vai contribuir para orientar de antemão a produção linguística.

29 “O valor social dos produtos linguísticos advém de sua relação com o mercado [...] na qual se determina seu valor distintivo [...] Entretanto, em consequência da relação que une o sistema das diferenças linguísticas ao sistema das diferenças econômicas e sociais, os produtos de certas competências trazem um lucro de distinção.” (BOURDIEU, 1983, p. 168).

30 “[...] competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção. [...] O discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor.” (BOURDIEU, 1983, p. 161).

O discurso acontece segundo três “pressupostos da comunicação linguística”:³¹ 1) as condições de instauração do discurso, 2) o contexto social em que o discurso se instaura e 3) a estrutura do grupo no qual o discurso se realiza. Para a instauração e a realização do discurso, ele deve ser valorado e dotado de poder, isto é, um discurso legítimo. A legitimidade do discurso enuncia-se segundo as seguintes características estruturais de fala:³² a) locutor legítimo, b) enunciado em situação legítima, c) destinatários legítimos e d) formas fonológicas e sintáticas legítimas.

Podemos, assim, enunciar as características que um discurso legítimo deve preencher, os pressupostos tácitos de sua eficácia: ele é pronunciado por um locutor legítimo, isto é, pela pessoa que convém – por oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta etc.); ele é enunciado numa situação legítima, isto é, no mercado que convém (no oposto do discurso do louco, uma poesia surrealista lida na Bolsa de Valores) e dirigida à destinatários legítimos; ele está formulado nas formas fonológicas e sintáticas legítimas (o que os linguistas chamam de gramaticalidade), salvo quando pertence à definição legítima do produtor legítimo transgredir essas normas. (BOURDIEU, 1983, p. 163)

Dito isto, a função do discurso – enquanto atualização das relações de díspares entre os locutores – reposiciona a questão da língua na sociolinguística de Bourdieu, “[...] pelo fato de a língua não poder ser apreendida fora da palavra [fala], posto que a aprendizagem da língua se faz pela palavra e que a palavra está na origem das inovações e das transformações da língua” (1983, p. 51). Como fruto da arbitrariedade cultural da palavra-discurso, a língua legítima integra, homogênea e

31 Os pressupostos da comunicação linguística são atravessados pelo princípio do poder simbólico. Para maiores desdobramentos, cf. BOURDIEU, 2000, p. 60 e 1989, p. 7-16.

32 “Falar é ter uma competência linguística que permite produzir frases sintaticamente corretas, mas é também ter uma outra forma de competência, igualmente importante, para fazer um discurso bem constituído, um discurso aceitável e eficaz. Essa competência é o conhecimento da situação, o conhecimento do que convém, do que é oportuno numa situação determinada.” (BOURDIEU, 2000, p. 52).

unifica o mercado linguístico e as relações de produção deste mercado, reproduzindo o *principium divisionis* que demarca a imagem cindida da sociedade capitalista para Bourdieu.

Uma vez que os sistemas simbólicos derivam suas estruturas da aplicação sistemática de um simples *principium divisionis* e podem assim organizar a representação do mundo natural e social dividindo-o em termos de classes antagônicas; uma vez que fornecem tanto o significado quanto um consenso em relação ao significado através da lógica de inclusão/exclusão, encontram-se predispostos por sua própria estrutura a preencher funções simultâneas de inclusão e exclusão, associação e dissociação, integração e distinção. Somente na medida em que tem como sua função lógica e gnosiológica a ordenação do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito, é que a cultura dominante preenche a sua função ideológica – isto é, política – de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma *estrutura estruturada* ela reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível a estrutura das relações socioeconômicas prevalentes que, enquanto uma *estrutura estruturante* (como uma problemática), a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações socioeconômicas que doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de forças vigentes. (BOURDIEU *apud* MICELI, 2007b, p. xii).

Portanto, esclarecidos alguns pontos-chave acerca da linguagem para Bourdieu, passaremos para as questões relacionais à mesma: a informação e a cultura. Esta ordem de apresentação baseia-se no pressuposto de que antes de transmitir qualquer coisa uns aos outros, os homens têm em primeiro lugar que transmitir a linguagem. Toda tradição específica, todo patrimônio cultural determinado, pressupõe a tradição daquilo sem o qual não é possível uma tradição: a linguagem.

INFORMAÇÃO E CULTURA

[...] capital de informação (do qual o capital cultural é uma dimensão).
(BOURDIEU, 1996b, p. 104)

Informação e cultura constituem uma dobradiça na sociologia da cultura de Bourdieu. Em seu texto *Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático*, Bourdieu refere-se por duas vezes à cultura como uma dimensão da informação: 1) “capital cultural, ou melhor, de informação” (1996b, p. 99); 2) “capital de informação (do qual o capital cultural é uma dimensão)” (1996b, p. 104). Numa leitura associada de dois textos de Regina Marteleto, “Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais” (1994) e “Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social” (1995), encontramos uma interpretação da “cultura da modernidade” enquanto “cultura informacional”. Portanto, partiremos desses pressupostos para pensarmos os agenciamentos de informação e cultura associados às dinâmicas da linguagem no pensamento de Bourdieu.

O projeto sociológico cultural de Bourdieu se constitui como uma “ciência das relações entre a reprodução social e a reprodução cultural [...] as relações entre os grupos e/ou classes obedecem a uma lógica que se reproduz de forma dissimulada no plano das significações.” E continua Sergio Miceli: “[...] a cultura só existe efetivamente sob a forma de símbolos, de um conjunto de significantes/significados, de onde provém sua eficácia própria” (2007b, p. xii-xiii). Logo, o *principium divisionis* valida uma ordem social arbitrária de valores e significados dominantes como universais, transfigurando uma concepção arbitrária de classe em cultura legítima (não arbitrária), isto é, transforma um arbitrário cultural num princípio universal e unidimensional definidor do que é cultura.³³ Este processo de consagração do legítimo, do *habitus* dos

33 Este processo de imposição dissimulada de um arbitrário cultural como cultura universal foi denominado por Bourdieu de violência simbólica. Para maiores desdobramentos, conferir *A reprodução* (1992).

dominantes, é atravessado pela linguagem e seus processos praxiológicos de codificação, isto é, de informação.

O decurso de capitalização do código cultural é caracterizado de modo bifronte: a) *habitus* primário, familiar e b) *habitus* secundário, escolar (BOURDIEU, 2007a, p. 71-79). Desta composição a relação com a cultura se dará de dois modos: i) aristocrático: valorizado, socialmente herdado, naturalizado com a cultura legítima, e ii) popular: desvalorizado e socialmente estranho à cultura legítima. Alguns traços distintivos dos modos de se relacionar com a cultura são a elegância verbal, a familiaridade com a língua legítima (valor de uso dominante da língua), a dicção, o sotaque. A partir desses traços linguísticos distintivos, classificatórios do sucesso escolar, se concebe o processo de comunicação cultural, que numa sociedade cindida se dá pela (dis) junção entre o arbitrário escolar e familiar,³⁴ isto é, através do fundo homológico linguístico de codificação e decodificação.³⁵

No entanto, antes de entrar nas dobras argumentativas da codificação em Bourdieu, visitamos a questão da informação na Ciência da Informação, em especial, a leitura bourdieusiana de Marteleto (1994, 1995, 2007). Diante da caracterização da cultura da modernidade enquanto cultura informacional, Marteleto argumenta acerca do caráter nucleador e relacional dessa cultura para o projeto societal moderno, que ocupa até então a agenda de discussão das ciências sociais e humanas, em especial. Marteleto assim expressa a sua inquietação acerca da questão da informação:

É no plano das práticas sociais que convém repensar a questão informacional nas sociedades ocidentais-capitalistas-industriais, considerando até que ponto a informação constitui o lado sistêmico e estruturado das

34 No livro *A reprodução*, Bourdieu (1992, p. 128) fala do “rendimento informativo da comunicação” que está diretamente vinculado à competência linguística enquanto reconhecimento do código da língua legítima, geradora de um capital linguístico rentável no mercado de bens linguísticos, por exemplo, o escolar.

35 “A língua não é um código propriamente dito: ela só se torna um código através da gramática, que é uma codificação quase jurídica de um sistema de esquemas informacionais.” (BOURDIEU, 2004a, p. 100). Para maiores desdobramentos, conferir a discussão que Bourdieu faz com a linguística geral de Saussure em *Esboço de uma teoria da prática* (1983).

suas culturas, ou se essa noção, que não tem caráter discursivo como a palavra cultura mas um caráter técnico, corresponde a mais uma forma moderna de reproduzir, mas também de produzir a cultura nessas sociedades. Por outro lado, trata-se de visualizar um espaço para análise da informação no plano das práticas sociais. (MARTELETO, 1994, p. 32)

Em sua discussão sobre o Estado (1996, p. 104-105), Bourdieu assevera que o capital de informação vem acompanhado da unificação do mercado cultural, sendo a cultura unificadora devido à “homogeneização das formas” proporcionada pela informação. Marteleto (1994, p. 121) expõe a relação nucleadora informação-cultura por meio da ordem simbólica da realidade, possuindo a informação um caráter relacional e a cultura caracterizando-se como “um modo de relacionamento humano com o seu real” (1995). Essa característica relacional da informação delinea a cultura (modo de relacionamento com o real) e, a partir da composição informação-cultura, também irá configurar construtivamente o sentido do real, diante da afirmação “o real é relacional” (BOURDIEU, 1989, p. 21) e da “ação das relações” proporcionada pelo capital social que vincula os esquemas informacionais numa rede de interconhecimento e inter-reconhecimento,³⁶ já que “toda prática social é uma prática informacional” (MARTELETO, 1995; 1994, p. 134).

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja

36 Conferir o artigo “Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local” (MARTELETO; SILVA, 2004).

instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 2007a, p. 67)

Como “maneira moderna de acessar os signos, os significados, de construir interpretações a respeito do real”, a informação “representa o elemento mediador das práticas, das representações e das relações entre os agentes sociais e a realidade” (MARTELETO, 1994, p. 133). Perante o *principium divisionis* da sociedade capitalista, Marteleto (1995) identifica algumas cisões configuradoras desse modelo societal: i) homem/real(idade), ii) dimensão conjuntista-identitária/dimensão imaginária, iii) relações sociais/conhecimento racional; em especial no que diz respeito à fissura relações sociais/conhecimento racional, afirma:

É nesse contexto da modernidade cultural, dividida em campos de produção simbólica, que surge e se consolida a ideia de informação como elemento que organiza o que, por natureza, é disperso e conflitual – as relações sociais – e que dá aparência de dispersão e neutralidade ao que é reproduzido como homogêneo e indivisível – o conhecimento racional. (MARTELETO, 1994, p. 122)

No espaço social *intermezzo*, assim como a linguagem, no cerne das práticas, a informação enquanto produtora e reprodutora do *principium divisionis* atua como um “conceito passagem”, ou um “conceito encruzilhada”, ou ainda, evidenciando a sua potência (*dynamis*), uma “probabilidade de sentido” (MARTELETO, 2007; 1995). A medialidade e a transversalidade da informação habilita este conceito a cruzar a homologia formal dos campos de produção simbólica e ser predicado perante as diferentes apropriações dos campos, como por exemplo, nas expressões: informação genética, informação quântica, informação química. Pode-se aferir enquanto um pressuposto ontológico da informação a condição de “ser-entre”. Rafael Capurro (1992; 1996; 2008) e Birger Hjørland (2007) argumentam que o sentido ontológico da informação é “dar a forma”. Logo, nos perguntamos, na praxiologia de Bourdieu o que significa dar a forma?

Codificar significa a um tempo colocar na devida forma e dar uma forma. Há uma virtude própria na forma. E a mestria cultural é sempre uma mestria das formas. [...] Todos esses jogos de formalização, os quais, como se vê pelo eufemismo, são igualmente jogos com a regra do jogo e, desse modo, jogos duplos, são obra de virtuosos. Para ficar em regra, é preciso conhecer a regra, os adversários, o jogo como a palma da mão. Se fosse preciso dar uma definição transcultural da excelência, eu diria que ela é o fato de se saber jogar com a regra do jogo até o limite, e mesmo até a transgressão, mantendo-se sempre dentro da regra. (BOURDIEU, 2004a, p. 99)

E complementa ao final do texto:

Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, vale dizer, uma forma tal que pode ser produzida publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outro modo, seria inaceitável (essa é uma função do eufemismo). A força da forma, esta *vis formae* de que falavam os antigos, é esta força propriamente simbólica que permite à força exercer-se plenamente fazendo-se desconhecer enquanto força e fazendo-se reconhecer, aprovar, aceitar, pelo fato de se apresentar sob uma aparência de universalidade – a da razão ou da moral. (BOURDIEU, 2004a, p. 106)

Na praxiologia de Bourdieu informar possui o sentido de codificar, ou seja, de conhecimento prático³⁷ das regras aceitáveis e legítimas dos jogos sociais autorizados. A ação de informar é uma ação racional³⁸

37 “O conhecimento prático é duplamente informado pelo mundo por ele informado: é constringido pela estrutura objetiva da configuração de propriedades que o mundo lhe apresenta; é, também, estruturado pelo mundo por meio de esquemas, saídos da incorporação dessas estruturas, empregados na seleção e construção dessas propriedades objetivas.” (BOURDIEU, 2001, p. 180-181).

38 No que diz respeito à relação cercada de arbitrariedade entre a informação-cultura e a razão, Bourdieu afirma, “[...] na medida em que viabiliza por meio do privilégio, que aliás se ignora como tal, a razão encerra a virtualidade de um abuso de poder: produzida em campos (jurídico, científico etc.) fundados na *skholé* e objetivamente envolvidos (através de seus liames com a instituição escolar) na divisão do trabalho de dominação, ela é dotada de uma raridade segundo a qual tende sempre a funcionar como capital (cultural ou

“comandada pelo sentido do jogo prático” (BOURDIEU, 2004a, p. 23); ou ainda, “Entre as informações constitutivas do capital cultural herdado, uma das mais preciosas é o conhecimento prático ou erudito das flutuações desse mercado, ou seja, sentido do investimento” (BOURDIEU, 2011, p. 134). Ainda no livro *A distinção* diz Bourdieu (2011, p. 427) acerca da informação: “[...] relação de dominação moral ou a ‘informação’, objeto de uma confiança fora de controle [...]”. Logo, a função da informação é a de dar forma às práticas presentes nos princípios do arbitrário cultural (1992, p. 44-45), ou seja, a concepção do informar na praxiologia de Bourdieu é bastante semelhante ao que Sergio Miceli, em seu ensaio introdutório à obra de Bourdieu, não só chamou como intitulou de “a força do sentido”.³⁹

A codificação opera uma relação entre a ontologia praxiológica dos esquemas linguísticos e a epistemologia dos códigos linguísticos (BOURDIEU, 2004a, p. 100-101). A análise do senso prático na maior parte das condutas cotidianas nos diz que “somos guiados, isto é, ‘princípios que impõem a ordem na ação’ (*principium importans ordinem ad actum*, como dizia na escolástica), por esquemas informacionais.” (BOURDIEU, 2004a, p. 99). Os esquemas informacionais são esquemas prático-classificatórios de divisão e percepção do mundo social – “princípios de informação” (BOURDIEU, 1999, p. 110). Bourdieu esclarece a relação dos esquemas informacionais com o conhecimento prático quando diz “O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta ‘razoável’ nesse mundo baseia-se em esquemas classificatórios ou ‘formas de classificação’, ‘estruturas mentais’, ‘formas simbólicas’, ou seja, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes”

informativa), e na medida em que as condições econômicas e sociais de sua produção permanecem desconhecidas, também como capital simbólico, fonte de ganhos materiais e simbólicos, instrumento de dominação e de legitimação” (BOURDIEU, 2001, p. 96).

39 Na estruturação da relação comunicação-aprendizagem fica nítida essa “força do sentido”. “Contra o senso comum e numerosas teorias eruditas que fazer do ouvir (no sentido de compreender) a condição de escutar (no sentido de prestar atenção e conceder crédito) nas situações reais de aprendizagem (compreendida aqui a da língua), o reconhecimento da legitimidade da emissão [...] condiciona a recepção da informação e, mais ainda, o cumprimento da ação transformadora capaz de transformar essa informação em formação.” (BOURDIEU, 1992, p. 32-33).

(2011, p. 435). Acerca dos esquemas informacionais, o trecho a seguir das *Meditações pascalianas* nos esclarece pontos importantes.

[...] quando se trata do mundo social, a construir e a impor os princípios de divisão aptos a conservação ou a transformar esse mundo ao transformar a visão dessas divisões, portanto dos grupos que o compõem e de suas relações. Trata-se, em certo sentido, de uma política da percepção com vistas a manter ou a subverter a ordem das coisas, ao transformar ou ao conservar as categorias por meio das quais tal ordem é percebida, e as palavras através das quais ela é expressa: o esforço para informar e orientar a percepção, e o esforço para explicar a experiência prática do mundo caminham juntos, uma vez que um dos móveis da luta simbólica é o poder de conhecimento, ou seja, o poder sobre os instrumentos incorporados de conhecimento, os esquemas de percepção e apreciação do mundo social, os princípios de divisão que, num momento determinado do tempo, determinam a visão de mundo (rico/pobre, branco/negro, nacional/estrangeiro etc.) e o poder de fazer ver e de fazer crer que lhe é inerente. (BOURDIEU, 2001, p. 226-227)

Dessa maneira, a ação de dar a forma e seus respectivos esquemas informacionais operam uma “autêntica transmutação ontológica a partir do momento em que sendo conhecidas e reconhecidas publicamente, nomeadas e homologadas, elas se veem legitimadas e mesmo legalizadas, e podem então se declarar, se mostrar” (BOURDIEU, 2004a, p. 107), e acrescentaríamos, como fenômenos de linguagem. Por fim, conforme Bourdieu (2004a, p. 97), para “compreender as práticas é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais”, observar e objetivar aqueles que jogam o jogo prático, que detém as regras dos jogos sociais, “os informantes”⁴⁰ – portadores dos *habitus* e de seus respectivos esquemas distintivos informacionais.

40 Em diversas obras, Bourdieu aborda essa questão do “informante”; apenas para situar o leitor, ficamos com *Coisas ditas* (2004a), *A questão do sociólogo* (1999) e o *Sentido prático* (2007), em especial esta última. Neste sentido dos informantes e dos *habitus* e esquemas informacionais, uma passagem de Bourdieu sobre a informação anedótica dos autóctones pode clarear o entendimento: “[...] além de constituir uma forma, muito preciosa, desse capital informacional que só se adquire com o tempo, com a antiguidade, é também valorizada

NOTAS CONCLUSIVAS

Os homens estão aprisionados, emaranhados,
na rede da linguagem, e não o sabem.

Ludwig Wittgenstein

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele
mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias.

Clifford Geertz

Nestas notas conclusivas podemos dizer que a fundamentação linguística é parte constitutiva do projeto sociológico de Bourdieu. Na medida em que a linguagem franqueia o mundo e esse mundo é caracterizado por uma fratura indelével nos processos de produção material e simbólica do capitalismo, a linguagem estará marcada ou nas palavras de Bourdieu (2000, p. 56) “consagrada a uma divisão do trabalho linguístico” de dominação. Juntamente com os “princípios informacionais que impõem a ordem na ação”, a sociolinguística bourdieusiana, de modo especular, reflete o *principium divisionis* que recorta e fundamenta as configurações da “sociedade ocidental” regida pelas segmentações do capitalismo.

Outras interpretações e leituras dessa tríade linguagem-informação-cultura são possíveis, existentes e necessárias tanto para os campos gerais das ciências humanas e sociais quanto para a especificidade da Ciência da Informação, especialmente para as teorias praxiológicas da informação. Modelos mais simétricos, plurais, constituídos por arenas transepistêmicas onde a fala aconteça de forma isegórica (igualdade de fala) e não dependente de privilégios e acumulações instrumentais de dominação vociferam nas argumentações da esfera pública. Afinal, “lutamos com a linguagem. Estamos envolvidos numa luta com a

como um índice de reconhecimento, de investimento no jogo, de comprazimento, de pertencimento subjetivo, de interesse verdadeiro pelo grupo e por seus interesses ingênuos, nativos (sabe-se o papel que desempenham, nos reencontros, as perguntas – que supõe o conhecimento dos nomes, dos prenomes ou dos sobrenomes e o interesse associado – sobre os conhecidos comuns e também o intercâmbio de lembranças e anedotas na manutenção das relações familiares, escolares etc.)” (BOURDIEU, 2004a, p. 110).

linguagem” (WITTGENSTEIN, 2000, p. 27), e esta “luta com” certamente relaciona-se com um princípio distributivo e discursivo em prol do bem comum, uma garantia política e não econômica.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk, 2011.
- _____. *A economia das trocas linguísticas*. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.
- _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996a.
- _____. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática*. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004c.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2007a.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004b.
- _____. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século, 2003.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996b.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CAPURRO, R. *Pasado, presente y futuro de la noción de información*. In: *Encuentro internacional de expertos em teorias de la información: un enfoque interdisciplinar*, 1., 2008, León. *Anais...* León: Procycto: BITrum, 2008.
- CAPURRO, R. *What is Information Science for? a philosophical reflection*. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: *International*

- conference for the celebration of 20th anniversary of the department of information studies, university of tampere, Finland, 1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham, 1992. p. 82-96.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- CAPURRO, R. On the genealogy of information. In: KORNWACHS, K. Jacoby (Ed.). *Information. New questions to a multidisciplinary concept*. Berlin: Akademie Verlag, 1996. p. 259-270.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1-8, jan./abr. 1995.
- MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 1994.
- MARTELETO, R. M.. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, jan./jun. 2007.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- MICELI, S. A força do sentido. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- WITTGENSTEIN, L. *Cultura e valor*. Lisboa: Edições 70, 2000.

Uma proposta de diálogo entre o conhecimento praxiológico de Bourdieu e a organização do conhecimento

Rodrigo de Santis

Rosali Fernandez de Souza

INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu abre seu livro *O senso prático* com duas epígrafes. A primeira, de Wittgenstein:

‘Como posso seguir uma regra?’ – Se isto não é uma pergunta pelas causas, é então uma pergunta pela justificação para o fato de que eu ajo segundo a regra assim. Se esgotei as justificações, então atingi a rocha dura e minha pá entortou. Estou então inclinado a dizer: ‘é assim que eu ajo’ (Wittgenstein, *Investigações filosóficas*)⁴¹ (BOURDIEU, 2009, p. 43)

A segunda, de Aristóteles:

O homem [...] é o maior imitador (*mimetikotaton*) de todos os animais e é imitando (dia mimeseos) que adquire seus primeiros conhecimentos (Aristóteles, *Poética*) (BOURDIEU, 2009, p. 43).

Após as epígrafes, Bourdieu afirma: “De todas as oposições que dividem artificialmente a ciência social, e a mais danosa, é aquela que se estabelece entre o subjetivismo e o objetivismo” (ibidem). Em sua teoria sociológica, Bourdieu combate essa visão disjuntiva do conhecimento e propõe o *conhecimento praxiológico* – a articulação dialética entre o ator e a estrutura social – como a base para uma “Sociologia da Prática”.

Contemporaneamente, a Organização do Conhecimento (OC) também vem se defrontando com os limites deste paradigma disjuntivo

41 Tradução de José Carlos Bruni. Coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 96.

e tem investigado bases teóricas mais adequadas para lidar com a multidimensionalidade do conhecimento (GOMES, 2009).

Neste trabalho, apresentamos o *conhecimento praxiológico* de Bourdieu com o intuito de colocá-lo em diálogo com a OC, evidenciando a natureza relacional do conhecimento nas ciências sociais. Como desdobramento desta aproximação teórica, discutimos também as implicações das noções de *classes* e *classificações* nos sistemas de classificação – a dimensão aplicada da Organização do Conhecimento.

Para este percurso, apresentaremos na seção 2 uma breve revisão histórica acerca da noção de conhecimento e seu *locus* no pensamento ocidental até a crise do conhecimento, na segunda metade do século XX. Na seção 3, apresentaremos o *conhecimento praxiológico* proposto por Bourdieu, articulando-o com os demais conceitos desenvolvidos pelo autor (especialmente *habitus*, campo, classes e classificações). Na seção 4, desenvolveremos o diálogo entre as noções bourdieusianas e os problemas da Organização do Conhecimento contemporânea, tanto em seus aspectos teóricos como nos aplicados. Na seção 5 delinearemos algumas considerações finais a partir desta proposta de diálogo.

BREVE REVISÃO A RESPEITO DA NOÇÃO DE CONHECIMENTO NA CULTURA OCIDENTAL

O primeiro desafio de um trabalho que se propõe a discutir abordagens e apropriações da noção de *conhecimento* é determinar qual, dentre as múltiplas respostas possíveis para a pergunta “o que é conhecimento?”, é a que se vai adotar. A perspectiva escolhida neste trabalho é a de González de Gomez, que considera o conhecimento como “a relação do pensamento com o real” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993, p. 218). Também recorreremos a González de Gomez para sistematizar nossa revisão histórica, baseando-a nos “três grandes momentos do conhecimento no quadro da cultura ocidental” identificados pela autora. A saber: o momento ontológico – quando a excelência do conhecer não passa pelo representar –; o momento gnosiológico – quando conhecer é representar e o mundo só é quando representado –; e o momento

semiótico – quando o conhecimento é autônomo, independente do sujeito e do objeto (ibidem).

O CONHECIMENTO NO MOMENTO ONTOLÓGICO

O ponto de partida desta revisão remonta à Antiguidade clássica e ao avanço aristotélico em relação à concepção platônica da existência de dois mundos: o da realidade e o da verdade – mundo das ideias ou formas; e o mundo cotidiano da experiência.

Na teoria platônica, aquilo que é aparente e que “parece ser” é obrigatoriamente derivado daquilo que é originário e se estabelece como modelo. O problema de manter esta relação entre o interior (representar da consciência) e o exterior (aquilo que é representado) foi abordado por Aristóteles mediante a formulação de relações predicativas: a ordem do ser e suas formas de comunhão com o real.

Para Aristóteles, o pertencimento ou não a uma determinada categoria é determinado pela presença ou ausência de valor nos predicados. Esta é a base para uma sistematização lógica da metafísica, conhecida como “condições necessárias e suficientes” e que deu origem ao que hoje entendemos como “Teoria Clássica da Categorização” (JACOB, 2004).

As “condições necessárias e suficientes” configuram a base dos sistemas de classificação na cultura ocidental desde então. A arbitrariedade na determinação dos predicados “necessários e suficientes” demorou mais de vinte séculos para ser reconhecida e, a partir da segunda metade do século XX, novos caminhos vêm sendo buscados para se estudar os sistemas de organização do conhecimento. Um dos principais desafios é refletir a natureza multidimensional do conhecimento, ou seja, as suas múltiplas possibilidades de relação com o mundo social. É precisamente neste aspecto que julgamos que a teoria bourdieusiana pode ser útil a um estudo mais geral do conhecimento, como desenvolveremos na seção 3.

Antes, porém, abordaremos como se deu a cisão entre o homem e a natureza, configurando o conhecimento no *locus* gnosiológico.

O CONHECIMENTO NO MOMENTO GNOSIOLÓGICO

González de Gomez destaca a ruptura da unidade cristã como sendo o fator que “levará o homem moderno a defrontar-se com a contingência de uma existência sem resguardo” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993, p.220). É a partir desse momento histórico que a suposta unidade entre o homem e o mundo será gradualmente substituída pela unidade da consciência, da representação e da construção experimental. A partir desse momento, o conhecimento passa a ser representação: “conhecer é representar e o mundo deixa de ser a totalidade do contexto da experiência para ser o lugar da representação” (ibidem).

Um pensador fundamental para o momento gnosiológico é Immanuel Kant, que formulou o entendimento subjetivista das representações considerando que o possível é anterior ao real e que *a representação é construção e o conhecimento é ato*. Para ele, existiriam formas universais que seriam válidas para a humanidade como um todo. Na visão de Kant está presente a concepção do sujeito como força explicativa do mundo, e o ato de conhecer estaria submetido às potências das faculdades do homem.

A concepção de conhecimento deixa, portanto, de depender de princípios inatos (práticos ou mentais) e passa a depender da potência de um “querer” humano, que estabelece *a posteriori* a relação entre os estados do pensamento e os estados das coisas do mundo.

René Descartes fundou o que veio a se converter no paradigma científico predominante da cultura ocidental desde o século XVII: a separação entre o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*). Este paradigma estabelece um princípio de verdade baseado na descoberta de uma “ordem perfeita” na realidade e foi com ele que o conhecimento científico e a reflexão filosófica lograram progressos inauditos, mas sempre evoluindo em paralelo, como se houvesse uma “linha” separando o sujeito e as coisas no mundo.

Durante o século XX, chegou-se a um ponto de inflexão no qual a ciência constatou os limites do modo de pensar cartesiano e também a sua própria incapacidade de ultrapassá-los a partir da adoção de um

conhecimento independente do sujeito, como estava sendo proposto no momento semiótico.

O CONHECIMENTO NO MOMENTO SEMIÓTICO

González de Gomez nos indica que foi no século XIX que teve início um movimento em sentido inverso ao do momento gnosiológico que se intensificaria no século XX: “o sujeito perderá toda força explicativa – não só na esfera do conhecimento, mas também enquanto agente de ações e transformações sociais.” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993, p. 221). Ainda segundo González de Gomez, o estruturalismo, os novos estudos da semiótica e as epistemologias sem sujeito, como a de Popper, passaram a configurar a linguagem como a base para o conhecimento.

A seguir apresentamos sucintamente algumas transformações do conhecimento no momento semiótico durante o século XX (a Linguística Estrutural, a Antropologia Estrutural e as Formas Simbólicas), para compreender a chegada ao ponto de inflexão mencionado anteriormente, cenário no qual Pierre Bourdieu formulou o modo praxiológico de conhecimento.

A LINGUÍSTICA ESTRUTURAL

A Linguística Estrutural, formulada por Ferdinand de Saussure no início do século XX, entende a língua como um sistema de relações, independente dos atos ou práticas do falar: dicotomias entre *langue* e *parole*, sincronia e diacronia, sintagma e paradigma, e significante e significado (SAUSSURE, 1916).

Para Saussure, o essencial não eram os agentes da comunicação e o discurso que engendravam, mas sim os sistemas de codificação/decodificação de sinais para os quais a língua serve de meio. Em suma, para Saussure a linguagem seria um objeto autônomo, independente da prática do discurso.

Com base nesta visão puramente simbólica da representação da linguagem, foram posteriormente desenvolvidas pesquisas ligadas à linguística, à computação e à psicolinguística. Uma das mais destacadas foi a teoria da “Gramática Gerativa”, que consistia em um mecanismo

que permitiria gerar o conjunto infinito das frases gramaticalmente corretas de uma determinada língua, abarcando toda a competência linguística dos seus falantes (CHOMSKY, 1957).

Bourdieu combateu enfaticamente esta visão estruturalista da língua, defendendo que a linguagem opera quando articulada em discurso, cuja complexidade não se limita à capacidade de emissão e recepção de códigos de forma compreensível, mas envolve relações extralinguísticas de intencionalidade que são provenientes de relações de poder presentes no uso que se faz da língua (BOURDIEU, 1982).

A ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL

Também é do início do século XX o texto *Algumas formas primitivas de classificação* de Marcel Mauss e Émile Durkheim (1903) que inauguraria a visão estruturalista das análises sociais. Desta obra basilar, Bourdieu incorpora o princípio metodológico defendido por Mauss e Durkheim que preconiza a existência de um sistema de regras que vai reger o princípio unificador e organizador das teorias (THIRY-CHERQUES, 2006).

Por outro lado, Bourdieu diverge de Claude Lévi-Strauss, que em *O pensamento selvagem*, de 1962, retomará as indagações de Mauss e Durkheim a respeito das culturas primitivas e constituirá o que chamou de “Antropologia Estrutural”, considerando as estruturas como sendo sincrônicas, não historicizadas e inconscientes, portanto subjacentes às relações sociais (LÉVI-STRAUSS, 1989). Bourdieu defenderá um estruturalismo dinâmico (ou construtivista), fundado na noção de estruturas históricas, contextuais e geradoras, nas quais a percepção dos indivíduos ou grupos é constituída segundo as estruturas do que é passível de ser percebido, pensado e julgado dentro da perspectiva na qual se inscrevem (BOURDIEU, 1996).

AS FORMAS SIMBÓLICAS

Quase dois séculos depois, a filosofia de Kant ressurgia como uma formulação possível para a tarefa de explicar o conhecimento. Apartando-se a premissa de que o conhecimento dos objetos do mundo

seria um *a priori*, as bases kantianas que levaram a pensar que é a experiência que constrói a realidade voltaram a constituir uma hipótese plausível para o mundo onde a representação do mundo se dava na forma simbólica. O filósofo neo-kantiano Ernst Cassirer distinguiu três níveis de experiências que ajudariam a construir as significações: a *percepção*; a *intuição* (figuração) e o *conceito* (pensamento teórico abstrato). Para Cassirer, a cada uma dessas camadas corresponderia “uma certa forma simbólica de objetivação”. Para ele, “a palavra não é somente alguma coisa de real, é o real” (CASSIRER, 1976, p. 75). Neste momento, através da linguagem, as representações do mundo “constroem a própria realidade, ocupam o lugar da realidade, e também são realidade” (ibidem). Para Cassirer, o que ocorre é um jogo de relações íntimas entre percepções e inteligência, a segunda organizando o mundo graças às primeiras.

Este ponto de vista, que preconiza que a linguagem constitui a realidade, ficou conhecido como “virada linguística” e é contrário à tradição filosófica que até então via as palavras funcionarem como rótulos vinculados aos conceitos.

Um dos principais representantes deste ponto de vista foi o pensador austríaco Ludwig Wittgenstein (o mesmo da citação que abre *O senso prático* de Bourdieu), cujas teorias foram amplamente difundidas pelo pensamento científico do século XX. Aliadas às “condições necessárias e suficientes” de Aristóteles (não por acaso, a outra epígrafe de *O senso prático*), esta forma de pensamento serviu de base para o caráter preponderantemente disjuntivo e reducionista do modo cartesiano de fazer ciência que, como já adiantamos, entraria em crise.

A CRISE DO CONHECIMENTO NO SÉCULO XX

Foi nas ditas “ciências tradicionais”, como a Física e a Biologia, que ocorreu a problematização da visão disciplinar do conhecimento e a constatação da falência de um modo disjuntivo de lidar com os saberes. O deflagrador dessa ruptura no quadro epistemológico do conhecimento foi a enunciação da segunda e da terceira leis da termodinâmica que, ao provarem a interdependência entre sujeito e objeto, promoveram a

desreificação da noção de matéria, unindo em uma mesma entidade as noções de espaço e tempo (KAUFFMAN, 1995). Com isso, as categorias da física clássica que desde o século XVII fundamentavam o pensamento do homem ocidental sobre as coisas do mundo foram colocadas em questão. Uma consequência mais próxima da Organização do Conhecimento é que a oposição entre *ordem* e *desordem* deixou de fazer sentido, uma vez que as leis da termodinâmica (e seus princípios de *entropia* e *neguentropia*) mostraram que ordem e desordem são faces de um mesmo processo e que cooperam de maneira inseparável para “estabilizar” o universo.⁴²

Em suma, as transformações ocorridas ao longo de mais de vinte séculos em relação às formas de se encarar o conhecimento e o consequente esvaziamento causado pela constatação de que o homem não encerraria em si a capacidade explicativa do mundo, levou a ciência da segunda metade do século XX a um ponto de inflexão: o conhecimento científico já estabelecido não era capaz de explicar o conhecimento prático do mundo.

Também é representativo desse deslocamento o avanço das Ciências Cognitivas, especificamente nos trabalhos conduzidos por Eleanor Rosch a respeito da categorização. Ampliando algumas das hipóteses apresentadas anteriormente por Jean Piaget e George Lakoff, Rosch foi a primeira a conduzir pesquisas empíricas que provaram que a cognição humana não se baseia em “condições necessárias e suficientes” (ROSCH, 1973, ROSCH; MERVIS, 1975). Ou seja, mais de dois mil anos se passaram para que fosse provado que a sistematização lógica da metafísica aristotélica era insuficiente. Elin Jacob sintetiza esta transformação dizendo-nos que:

[...] antes de Rosch, a categorização era estudada não como um processo de criação, mas de reconhecimento. O mundo das experiências consistia de um conjunto de categorias predeterminadas, os

42 Entropia é a medida da desordem ou da imprevisibilidade. Neguentropia corresponde à negação da entropia, ou seja, o grau de ordem e de previsibilidade de um sistema. Para uma definição mais rigorosa e análise da relação com o conceito de organização, ver KAUFFMAN (1995).

membros de cada categoria deveriam compartilhar um conjunto de atributos essenciais identificáveis com o rótulo da categoria e serem apreensíveis por todos os integrantes da comunidade linguística. (JACOB, 2004, p. 520)

Este movimento da própria ciência conduziu a uma necessidade inequívoca de atualização das teorias de conhecimento, face à inadequação de se continuar concebendo qualquer objeto ou entidade como fechados em si mesmos. A ciência passou a se ver diante do desafio de lidar com sistemas abertos, nos quais “a realidade está tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e o seu meio ambiente” (MORIN, 2007, p. 19).

É precisamente neste contexto que julgamos que a teoria sociológica de Bourdieu pode ser útil para os estudos sobre o conhecimento, mais especificamente sobre o modo de conhecimento sistematizado por Bourdieu e que busca articular dialeticamente o ator e a estrutura social: o *conhecimento praxiológico*.

O CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO

Pierre Bourdieu cria a noção de *conhecimento praxiológico* ao conceber o espaço social como sendo simultaneamente estruturado e estruturante. Como já adiantamos, a motivação desta formulação é ultrapassar os limites causados pela separação entre o objetivismo e o subjetivismo (BOURDIEU, 2009).

Para Bourdieu, o objetivismo diz respeito às “estruturas estruturadas”: os sistemas de regras e de relações já previamente estabelecidas em relação aos atos dos agentes sociais. Já o subjetivismo diz respeito às “estruturas estruturantes”: à prática dos agentes em suas experiências no mundo, considerando este como algo natural, evidente, não problematizando a questão da formação das estruturas sociais nas quais os agentes operam.

O *conhecimento praxiológico*, portanto, sustenta a percepção de que o espaço social não é só uma estrutura objetiva das práticas individuais nem só uma apreensão subjetiva individual do mundo, mas sim

a “construção subjetiva da realidade feita sob a coação de estruturas que existem objetivamente” (STEVENS, 2003 *apud* NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

O *conhecimento praxiológico* foi operacionalizado por Bourdieu a partir de estudos empíricos, assim como os conceitos fundamentais para o seu funcionamento. Portanto, estes conceitos não são instrumentos teóricos, mas sim conceitos operacionais. Para Bourdieu, ao propor uma “Sociologia da Prática”, seria um equívoco conceber uma “filosofia pura do conceito, um método descarnado da prática” o que, segundo Bourdieu “não passaria de uma ilusão escolástica” (BOURDIEU *et al.*, 1990).

Esta ressalva é importante para esclarecer que as definições de *habitus*, *campo*, *doxa*, *nomos* e *capitais* apresentados a seguir são formulações para o entendimento da teoria, mas que o seu propósito é a aplicação prática – o que apresentaremos na nossa proposta de diálogo com a Organização do Conhecimento na seção 4.

HABITUS

A partir da apropriação feita por Erwin Panofsky na arquitetura, Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus* como sendo os “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1983, p. 61, PANOFSKY, 1967).

Essas disposições são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais da história individual e coletiva. Esta interiorização faz do *habitus* um conjunto de rotinas corporais e mentais inconscientes que nos permitem agir sem pensar nelas. Em outras palavras, o *habitus* é um sistema de modos de perceber, de sentir, de fazer e de pensar que nos leva a agir de determinada forma em uma dada circunstância. Essas disposições não são determinísticas ou rígidas, refletindo “o exercício da faculdade de ser condicionável, como capacidade natural de adquirir capacidades não naturais, arbitrárias” (BOURDIEU, 2001, p. 189).

O *habitus*, portanto, é o resultado do processo de inculcação e de apropriação necessário para que os produtos da história coletiva se

reproduzam sob a forma de disposições duráveis e aplicáveis a todos os agentes submetidos às mesmas condições de existência e que façam parte do mesmo *campo*. (BOURDIEU, 1996).

CAMPO, DOXA, NOMOS E CAPITAIS

Para Bourdieu, o mundo social é constituído por *campos*, que são espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria que não é reproduzida e é irredutível à lógica que rege outros *campos*.

O *campo* é tanto um “*campo de forças*”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “*campo de lutas*”, em que os agentes atuam conforme suas posições, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50). Os *campos* não são, portanto, estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam (BOURDIEU, 2001).

É central no pensamento de Bourdieu este entendimento do *campo* como espaço constante de lutas de dominação. Para Bourdieu, cada *campo* é caracterizado por mecanismos específicos de *capitalização* dos recursos legítimos que lhe são próprios. Cada *campo* se fundamenta na circulação de um *capital simbólico* que é reconhecido por todos os integrantes, de modo que a acumulação desse *capital* leva determinados agentes (ou grupos) a conquistarem a hegemonia dentro de um *campo* e exercerem sobre os demais uma relação de dominação (THIRY-CHERQUES, 2006). Desta tensão resulta que os *campos* estão em constante movimento e que a luta pelo *capital simbólico* envolve todos os agentes.

Esta luta obedece às regras do campo. Bourdieu diz que cada campo desenvolve *doxa* e *nomos*. Enquanto o *nomos* pode ser entendido como o conjunto de leis gerais e invariantes de funcionamento do campo, a *doxa* é o senso comum, é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, e abrange tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo”, como, por exemplo, os sistemas de classificação (BOURDIEU, 1996).

CLASSES E CLASSIFICAÇÕES

Para Bourdieu, o conhecimento prático do mundo social baseia-se em esquemas classificatórios ou “formas de classificação” (BOURDIEU, 2007). Entretanto, a “atividade estruturante” que define os sistemas de classificação não é um sistema de formas e categorias universais, mas sim “um sistema de esquemas” que, como vimos, são constituídos no decorrer da história coletiva e adquiridos no decorrer da história individual dentro de um *campo* específico.

Bourdieu afirma que “os sistemas de classificação são muito menos instrumentos de conhecimento do que instrumentos de poder, subordinados a funções sociais e orientados, mais ou menos abertamente, para a satisfação dos interesses de um grupo.” (BOURDIEU, 2007, p. 442).

Portanto, para Bourdieu, e ao contrário do que pressupunham os filósofos do *locus gnosiológico*, a ordem das palavras nunca reproduz estritamente a ordem das coisas. É importante notar que, partindo da análise sociológica, Bourdieu chega à mesma conclusão dos estudos das Ciências Cognitivas (e na mesma época que estes): o mundo não é entendido a partir de conceitos que representam a realidade. O pensamento sociológico de Bourdieu, entretanto, parece ter identificado mais rapidamente a profundidade desta ruptura. As Ciências Cognitivas passaram por etapas como a “Teoria Prototípica de Categorização” (ROSCH, 1975), a “Teoria dos protótipos” (LAKOFF, 1987) até a “Versão Estendida dos Protótipos”, de Georges Kleiber, reconhecer que qualquer modelo linguístico possui um fraco poder explicativo e que através da linguagem não é possível produzir um controle sobre as cadeias de sentido e suas infinitas possibilidades de combinação (KLEIBER, 1990).

Este desafio de repensar as teorias do conhecimento para além de “teorias de conceitos” pode ser comparado àquele enfrentado pela Física e epitomizado pela célebre frase de Albert Einstein: “o materialismo morreu de asfixia por falta de matéria”.

Reconhecer a impossibilidade de reduzir o conhecimento a estruturas de conceitos significa reconhecer que não existe conhecimento “fechado”, mas somente em movimentos de constante relação com o meio. É preciso evitar também a confusão entre o caráter social desta

relação com o meio e uma visão cognitiva de tendência subjetivista, como ocorre em alguns estudos da OC (Hjørland, 2002b). O caráter social almejado desta relação é precisamente o princípio do modo de pensar praxiológico desenvolvido por Bourdieu: um modo de conhecimento dialético e engendrado como um processo interminável de disputas.

O CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta seção, apresentaremos uma breve revisão histórica da área de pesquisa em Organização do Conhecimento, enfatizando o seu momento atual, tanto em relação aos estudos teóricos quanto às transformações causadas pela web. Em seguida, desenvolveremos o diálogo com o *conhecimento praxiológico* e proporemos uma reflexão a respeito da centralidade da noção de *conceito* e suas implicações para uma OC relacional.

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A CRISE DO CONHECIMENTO

Os estudos em Organização do Conhecimento são historicamente associados aos filósofos, bibliotecários, enciclopedistas, documentalistas, cientistas da informação, linguistas, profissionais da educação, da inteligência artificial, dos sistemas especialistas e de hipermídia (DAHLBERG, 2006).

O primeiro sistema de organização do conhecimento de que se tem registro é o sistema de classificação dos seres vivos descrito por Aristóteles em *De Anima*. É também de Aristóteles a primeira teoria de classificação que chegou até nosso tempo, e que faz parte do *Organon* (conjunto das obras sobre lógica): o livro *Categoriae*.

É de se destacar que em mais de dois mil anos muitos progressos ocorreram – como a classificação da natureza de Plínio, em 77 d.C; o *Advancement of Learning*, de Francis Bacon em 1605; a *Encyclopédie* editada por Jean le Rond d’Alembert e Denis Diderot entre 1750 e 1772; a Classificação Decimal de Dewey (CDD), em 1876; a

Classificação Decimal Universal (CDU) em 1895, a *Colon Classification* de Ranganathan em 1933; e a Teoria do Conceito de Dahlberg em 1978, para citar alguns exemplos.⁴³

O surgimento da Organização do Conhecimento enquanto área de estudo autônoma ocorreu em 1977, por iniciativa da pesquisadora alemã Ingetraut Dahlberg. Inicialmente com o nome *Society for Classification*, a partir de 1989 passou a se chamar *ISKO – International Society for Knowledge Organization* – nome que conserva até os dias atuais, congregando profissionais de diferentes formações interessados no tema da organização do conhecimento.

Em 2014 Dahlberg publicou um artigo intitulado “What is Knowledge Organization” e nele diagnosticou com precisão a incapacidade das pesquisas da área de atenderem plenamente às demandas decorrentes desta multidisciplinaridade (DAHLBERG, 2014).

Diagnóstico semelhante do problema já havia sido feito pela pesquisadora brasileira Hagar Espanha Gomes, que apontava em 2009 as crescentes “dificuldades daqueles sistemas [os sistemas de organização do conhecimento] face à multidisciplinaridade dos temas de pesquisa e às questões de classificação” (GOMES, 1993, p.60).⁴⁴

Parece-nos plausível associar este desafio da OC ao ponto de inflexão da crise da ciência contemporânea que apresentamos anteriormente. Como mencionamos, a OC logrou grandes avanços nas construções de tabelas, esquemas de classificação e na sistematização do conhecimento do homem sobre o mundo. Entretanto, é preciso superar o paradigma que entende o conceito e, conseqüentemente a classificação, como uma noção “fechada”, seja em uma disciplina, seja em um domínio do conhecimento como advogam alguns autores partidários de uma OC pragmática (Hjørland, 2002a).

Como exemplo emblemático da necessidade de mudança deste paradigma de conhecimento, pode ser citado o surgimento da web e a emergência de modelos multidimensionais.

43 Para revisões históricas da classificação, ver: Perelman (1963), Diemer (1974), Pombo (1998) e Vignaux (1999).

44 Este diagnóstico coincide com a visão de outros estudiosos contemporâneos da área, como a que resultou no *Manifesto de León* (GNOLI; SZOSTAK, 2007).

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A MULTIDIMENSIONALIDADE – O CASO DA WEB

No mesmo artigo em que diagnostica a incapacidade da Organização do Conhecimento de atender aos aspectos multidisciplinares do conhecimento, Dahlberg propõe que a OC seja alçada a um estatuto supradisciplinar (como uma “ciência das ciências”) e que deixe de ser uma subdisciplina quer da filosofia, quer da biblioteconomia, quer da ciência da informação (DAHLBERG, 2014).

Ao propormos colocar em diálogo a Organização do Conhecimento e o modo de *conhecimento praxiológico*, entendemos que o problema da OC é antes o da multidimensionalidade que o da multidisciplinaridade.

A multidisciplinaridade refere-se às contribuições das diferentes áreas que concorrem para a construção do conhecimento. Já a multidimensionalidade refere-se à existência de várias camadas de sentido de um determinado fenômeno. Embora a multidimensionalidade seja inalcançável em sua totalidade (MORIN, 1999), a organização do conhecimento será tanto mais exitosa quanto maior for a sua capacidade de relacionar diferentes dimensões, permitindo a construção de sistemas de classificação sejam capazes de permitir visões “em perspectiva” do conhecimento multidimensional.

Este deslocamento já se manifesta, por exemplo, nos sistemas de organização do conhecimento que se apresentam na web.

No momento inicial do surgimento da web (posteriormente batizado como web 1.0), os sistemas de organização aplicados aos conteúdos eram uma transposição dos sistemas de classificação tradicionais, a saber: listas de seleção; glossários; dicionários; anéis de sinônimos; arquivos de autoridade; diretórios; cabeçalhos de assuntos; esquemas de categorização e taxonomias (ZENG, 2008).

A partir do que se convencionou chamar de web 2.0 (ou web social), que se deu com o surgimento dos modelos colaborativos (aqueles nos quais os usuários/agentes passaram a poder interferir de maneira direta nos conteúdos e nas suas estruturas de organização), novas formas de organização do conhecimento foram se configurando, tais como as redes semânticas e as ontologias. O conhecimento deixou de

ser visto como isolado em ilhas disciplinares ou classificável segundo estruturas fixas. Um exemplo deste novo momento é a Wikipédia,⁴⁵ uma enciclopédia gratuita e de acesso aberto na qual os próprios usuários/agentes redigem os conteúdos, revisam, classificam e relacionam o conhecimento existente, através da utilização de *hiperlinks*.⁴⁶ Outra estrutura de organização do conhecimento surgida com a web 2.0 foram as *folksonomias* – que permitem aos usuários/agentes definirem categorias e atribuí-las diretamente aos conteúdos disponíveis na web.

Entretanto, o entusiasmo inicial, derivado da expectativa de que os sistemas colaborativos na web poderiam promover a democratização do acesso e a construção de modelos de organização igualitários em relação à participação dos agentes, mostrou-se falaciosa (FRANCO; ZUCCON, 2010). Ficaram comprovados a inviabilidade de uma *folksonomia* sem mediação, e o fato de que os sistemas de recuperação da informação baseados em modelos cognitivos inevitavelmente conduziam à massificação das recomendações e ao desbalanceamento das classificações (ADOMAVICIUS; TUZHILIN, 2011).

A visão de Bourdieu sobre o mundo social e o papel dos sistemas de classificação nos parece permitir superar essa ingenuidade e o modo de *conhecimento praxiológico* pode permitir compreender melhor o *locus* atual do conhecimento e suas consequências.

O DIÁLOGO ENTRE O CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A principal consequência do diálogo proposto com o *conhecimento praxiológico* é trazer para a Organização do Conhecimento a problematização das estruturas. Considerar os sistemas de classificação como parte da *doxa* de um *campo* significa considerá-los simultaneamente pelos seus aspectos coercitivos (do “*campo de forças*”) e de disputa (do “*campo de lutas*”). Disso decorre, como explicita Bourdieu, uma compreensão dos sistemas de classificação como resultado de operações de poder em lugar de entendê-los como resultado de operações de conhecimento.

45 Wikipédia. Disponível em: <http://www.wikipedia.org>. Acesso em setembro/2014.

46 Para uma discussão crítica a respeito, ver BARRETO (2005).

Quando os usuários/agentes criam conteúdos de forma colaborativa na web, eles estão sendo coagidos por estruturas pré-determinadas (por exemplo, a estrutura das páginas da Wikipedia).

A disputa pelo controle dos sistemas de classificação reflete-se, para citar outro exemplo, nos mecanismos de busca e são manifestados no poder que estes têm de determinar os conteúdos que poderão ou não ser recuperados por estratégias como o *ranking* dos resultados ou, mais explicitamente, pela dominação hegemônica da centralização dos conteúdos e do controle das ferramentas de acesso a esses conteúdos por parte de grandes corporações.

Em suma, entender que não há ingenuidade nos sistemas de classificação significa em primeiro lugar reconhecer as estruturas de poder nas quais esses sistemas estão inseridos.

Considerar que essas estruturas não são “verdades transcendentais ou absolutas”, mas sim construções sociais, e que tampouco são imutáveis ou “eternas”, pois estão sob um processo permanente de disputas e mudanças, significa reconhecer a impossibilidade de reduzir o conhecimento a estruturas de conceitos estáticas e a sistemas de classificação fechados.

A noção de conceito precisa, portanto, ser atualizada a partir de um deslocamento da visão tradicional. Em vez de considerar a definição de um conceito a partir de suas fronteiras (as já mencionadas “condições necessárias e suficientes”), convém passar a considerar essas fronteiras como fluidas e (auto) interferentes.

Este deslocamento do paradigma de pensamento da organização vem sendo tratado contemporaneamente por filósofos como Umberto Eco, Fulvio Mazzocchi e Gian Carlo Fedeli. É interessante notar que os três filósofos mencionados formulam o deslocamento do modelo de conhecimento utilizando metáforas espaciais e imagéticas. Eles partem da representação do conhecimento enquanto árvore (em alusão à Árvore de Porfírio, estrutura de classificação desenvolvida no medievo e de inspiração aristotélica) e desdobram o modo de representação do conhecimento na contemporaneidade como mapas ou labirintos (ECO, 2013) e (FEDELI, 2013) ou como

rede – no sentido de rizoma a partir da concepção de Deleuze e Guatari (MAZZOCCHI, 2013).

A transformação dessas representações simboliza a impossibilidade de entender os conceitos como estruturas hierárquicas pré-definidas. Se na representação em árvore o tronco disciplinar é único e cada galho ou ramo representa desdobramentos sucessivos e mutuamente excludentes, nas noções de labirinto, de rede ou de mapa as fronteiras entre os conceitos passam a ser entendidas como “de posição”, dependendo do ponto de vista a partir do qual se considera o fenômeno. Esta é precisamente a perspectiva das relações entre os agentes e o mundo social, e a multidimensionalidade se manifesta na possibilidade de organizar o conhecimento simultaneamente a partir de várias dessas perspectivas, considerando-as como estruturas simultaneamente estruturadas e estruturantes.

Do ponto de vista aplicado, no que concerne à construção de ferramentas dentro deste paradigma, merece destaque o modelo de “espaços conceituais” (*conceptual spaces*) proposto por Gärdenfors (2000). Os espaços conceituais são um construto que tem por objetivo fazer a intermediação entre os modelos simbólicos (aqueles oriundos das linguagens) e os não simbólicos (como as redes neurais do conexionismo). Na fundamentação dos espaços conceituais, Gärdenfors propõe representar as estruturas em graus, de forma dinâmica, variando de acordo com o contexto, de forma a influenciar a constituição do próprio espaço conceitual. Neste sentido, identificamos uma aproximação com a noção bourdieusiana de *campo* que “serve para construir a informação como expressão cultural de sujeitos posicionados pela estrutura” (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 6). É também a partir da metáfora de espaço físico (o *campo* em Bourdieu, o *espaço* em Gärdenfors), mas considerando-o como a extensão da ocupação (dos *agentes* em Bourdieu e dos *conceitos* em Gärdenfors), que esta ferramenta considera as dimensões e os jogos de relações que podem ocorrer entre agentes/conceitos.

Este tipo de abordagem é representativo das possibilidades de se ir além de uma concepção exclusivamente dedutivista ou

exclusivamente indutivista do conhecimento e trazer para a Organização do Conhecimento subsídios teóricos e aplicados para o desenvolvimento de uma visão relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma breve revisão histórica da noção de conhecimento no quadro da cultura ocidental, desde a Antiguidade até a crise da ciência na segunda metade do século XX. Entretanto, não se esgota na perspectiva meramente revisionista, pois ao apresentar o percurso da noção de conhecimento, buscou analisar como as suas transformações foram sendo acumuladas e desenvolvidas ao longo dos séculos.

Ao questionar o caminho escolhido pela ciência cartesiana e ao trazer à tona a falibilidade da concepção aristotélica de conhecimento, buscou-se evidenciar a contribuição bourdieusiana a respeito do modo de *conhecimento praxiológico* como um possível novo lócus do conhecimento.

Ao explorar alguns conceitos basilares da teoria bourdieusiana que sustentam essa concepção, tais como *habitus*, *campo*, *classes* e *classificações*, e relacioná-los com os estudos da Organização do Conhecimento, mostramos a necessidade de atualização das teorias do conhecimento para considerar uma visão social. Adicionalmente, apresentamos algumas iniciativas a partir de estudos contemporâneos comprometidos com o esforço de alcançar uma visão multidimensional do conhecimento.

Como alerta Edgar Morin, vivemos um momento em que “o conhecimento é cada vez menos feito para ser refletido e discutido pelas mentes humanas, cada vez mais feito para ser registrado em memórias informacionais manipuladas por forças anônimas, em primeiro lugar, os Estados” (MORIN, 2007, p. 12). Urge, portanto, reconhecer a natureza relacional do conhecimento e seu caráter político. É preciso encarar os sistemas de classificação como instrumentos de poder, arbitrários na medida das escolhas que os determinam, mas simultaneamente capazes de determinar as próprias estruturas nas quais estão inseridos.

Esta tarefa exige uma ruptura paradigmática, na qual será necessário ultrapassar as visões disciplinares e simplificadoras, conduzindo os estudos em OC para uma visão relacional que não implique uma separação entre os agentes e o mundo, nem entre os conceitos e o conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ADOMAVICIUS, G.; TUZHILIN, A. Context-aware recommender systems. *Recommender systems handbook*, p. 217-253, Springer, 2011.
- BARRETO, A. A. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento. *DataGramaZero, Revista de Ciência da Informação*, v. 6, n. 6, dez. 2005.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. *A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CASSIRER, E. *Linguagem, mito e religião*. Porto: RÉs, 1976.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton. 1957.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science?. *Knowledge Organization*, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.
- _____. What is Knowledge Organization? *Knowledge Organization*, v. 41, n. 1, 2014.
- DIEMER, A. L'Ordre (Classification) Universel des Savoirs comme Problème de Philosophie et d'Organisation. *Conceptual basis of the Classification of Knowledge*. Munchen: Verlag Dokumentation, 1974.
- ECO, U. *Da árvore ao labirinto: estudos históricos sobre o signo e a interpretação*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- FEDELI, G. C. Metaphors of Order and Disorder: From the Tree to the Labyrinth and Beyond. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 6, p. 375-383, 2013.
- FRANCO, R.; ZUCCON, G. Social tagging, guppy effect and the role of

interference: a quantum-inspired model for tags combination. *Modelling the Non-Separability of a Very Complex World*, Lisbon University Institute, Portugal, 2010.

GÄRDENFORS, P. *Conceptual Spaces: The Geometry of Thought*. Cambridge, MA: The MIT Press/Bradford Books, 2000.

GNOLI, C.; SZOSTAK, R. The León Manifesto. *Knowledge Organization*, v. 34, n. 1, p. 6-8., 2007.

GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em Organização do Conhecimento. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 60-88, jan./dez. 2009.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento eo conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

Hjørland, B. Domain analysis in information science: eleven approaches—traditional as well as innovative. *Journal of documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002a.

_____. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002b.

JACOB, E. K. Classification and Categorization: A Difference that Makes a Difference. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 515-540, Winter, 2004.

KAUFFMAN, S. *At home in the universe: The search for the laws of self-organization and complexity*. Oxford University Press, 1995.

KLEIBER, G. *La sémantique du prototype*. Paris: PUF, 1990.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Papirus, 1989.

MAUSS, M.; DURKHEIM, É. Algumas formas primitivas de Classificação. Contribuições para o Estudo das Representações Coletivas. (1903). In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. Trad. Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 1981.

MAZZOCCHI, F. Images of Thought and Their Relation to Classification: The Tree and the Net. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 6, p. 366-374, 2013.

MORIN, E. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. A Informação Construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. *DataGramaZero, Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004.
- PANOFSKY, E. *Architecture gothique et pensée scolastique: précédé de L'abbé Suger de Saint-Denis*. Éditions de minuit, 1967.
- PERELMAN, C. *Réflexions philosophiques sur la classification*. Centre National de Recherche de Logique; Societé Belge de Logique et Philosophie des Sciences. Bruxelles: Éditions J., 1963.
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, v. 2, p. 19-34, 1998.
- ROSCH, E. On the internal structure of perceptual and semantic categories. *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: AcademicPress, 1973.
- _____. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology*, v. 104, p. 192-233, 1975.
- ROSCH, E.; MERVIS, C. B. Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, v. 7, p. 573-605, 1975.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916.
- THIRY-CHERQUES, H. R.. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.
- VIGNAUX, G. *Le démon du classement. Penser, organiser*. Seuil, 1999.
- ZENG, M. L. Knowledge organization systems (KOS). *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.

Parte 2

Bourdieu, a informação e
o campo científico

A Sociologia da Ciência de Pierre Bourdieu

Ferramentas e pontos de vista

Carlos Otávio Fiúza Moreira

O sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) finaliza o texto *Le champ scientifique*, de 1976, enfatizando a dificuldade para a prática da Sociologia da Ciência quando esta não se reduz a um jogo de injúrias entre os pares. Tal dificuldade está diretamente relacionada ao fato – nem sempre reconhecido por quem produz esse tipo de discurso – de o sociólogo atuar “no jogo que ele pretende descrever.” (BOURDIEU, 1983, p. 155). Assim, para objetivar o saber que produz sobre o campo e o jogo em que o autor também atua, Bourdieu propõe que se tome por objeto não apenas os discursos, as estratégias e as práticas dos adversários científicos – como as contumazes acusações mútuas entre “intelectuais de direita” e “intelectuais de esquerda” –, mas o campo e o próprio jogo da ciência, que orientam as nossas práticas, estratégias e discursos.

Configura-se, com esta perspectiva analítica, a possibilidade de se exercer uma prática reflexiva, no duplo sentido do termo: tanto no que ela se aproxima da noção kantiana de crítica – um discurso que apresenta as possibilidades e limites de seus objetos e métodos –, quanto no sentido da ótica, em que o discurso tem algo de espelho, ao mostrar também aquele que o coloca em cena. A opção de não abrir mão da objetividade e de tentar objetivar a própria prática científica inscreve Bourdieu no que há de melhor na perspectiva racionalista, sem pruridos de se associar à tradição durkheimiana, que preza por manter a necessária distinção entre os tipos e modos de funcionamento dos discursos científico e do senso comum. Nessa proposta de Bourdieu, a Sociologia da Ciência não se conforma com ser uma filha bastarda da Epistemologia; ela se torna legítima herdeira de um saber que atua na

prática o gene da História e toma por objeto de análise o sistema completo de estratégias que envolve a Ciência, isto é, o campo das posições a partir do qual a prática científica se engendra.

AS FERRAMENTAS

Em um conjunto importante de conceitos desenvolvidos por Bourdieu encontram-se as ferramentas básicas para a elaboração desse tipo de análise: espaço social, campo e campo científico, *habitus*, capitais simbólicos (capital cultural, capital social e capital científico), entre outros. A apresentação esquemática de alguns desses conceitos é o objetivo principal deste capítulo e compõe aqui uma defesa crítica da perspectiva em tela, que se distingue em vários pontos de outras análises do campo científico, como aquelas elaboradas por Robert Merton, Thomas Kuhn e Bruno Latour, por exemplo. Bourdieu aproxima sua análise geral do funcionamento do campo científico da linhagem analítica de Karl Popper, mesmo considerando as diferenças entre eles. Citando *The open society and its enemies*, obra de 1945, reforça a paradoxal perspectiva popperiana de relacionar a objetividade da ciência ao “caráter social do método científico, porque a ciência e a objetividade científica não resultam (e não podem resultar) das tentativas de um cientista individual para ser “objetivo”, mas antes da cooperação amigavelmente hostil de numerosos cientistas. A objetividade científica pode ser descrita como a intersubjetividade do método científico” (POPPER *apud* BOURDIEU, 2008, p. 115). Ou nas palavras do próprio sociólogo francês, “a objetividade é um produto intersubjetivo do campo científico: fundada nos pressupostos partilhados nesse campo, é resultado de acordo intersubjetivo no campo” (BOURDIEU, 2008, p. 115).

ESPAÇO SOCIAL

A visão de Bourdieu do campo científico está inscrita em uma perspectiva relacional, que estabelece uma ruptura nítida com uma visão substancialista, aquela que trata práticas e preferências de certos grupos ou agentes em uma dada sociedade, em um dado momento da história, “como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por

todas em uma espécie de *essência* biológica ou – o que não é melhor – cultural.” (BOURDIEU, 1996, p. 17). A noção de espaço social, considerado como espaço de diferenças, está associada com a percepção das diversas dimensões que conformam a vida social. Não por acaso, Bourdieu exemplifica essa figuração dinâmica do espaço social com os móveis do escultor Alexander Calder: unidades distintas, com pesos, volumes e estruturas diversas que se equilibram em movimento, com trocas possíveis de posições e reguladas pela própria estrutura que configura o sistema.

Desta perspectiva, existir no espaço social ou nas partes que o compõem – ser um ponto, um indivíduo em um espaço – é ser distinto em relação a outros pontos, a outros agentes, a outros grupos. Ou seja, a distinção social é uma propriedade que só existe em relação a outros pontos de referência no espaço social. Por ser uma configuração de diferenças, o espaço social demanda de seus agentes (individuais ou coletivos) disposições incorporadas (*habitus*) para a ação, uma matriz de tomadas de posição (escolhas) adequadas, pertinentes e reconhecidas enquanto tais pelos pares do microcosmo social (campo) em que a ação se desenvolve, seja, por exemplo, um laboratório, uma sala de aula, um grupo de trabalho ou um conselho universitário. Para Bourdieu (1996), uma propriedade distintiva só se torna diferença visível, socialmente pertinente, se for percebida por alguém capaz de estabelecer a diferença. Essa percepção da posição e das tomadas de posição dos agentes e das instituições se opera por meio do acionamento dos capitais relacionados ao reconhecimento, as diversas formas do capital simbólico: capital cultural, capital social, capital científico.

CAMPO E HABITUS

Aplicando-se o conceito de espaço social, uma sociedade pode ser vista como um conjunto de espaços de relações que não estão sujeitos a uma lógica única, sequer a econômica. Por um longo e contínuo processo de diferenciação, diversas partes do espaço social vão se configurando como microcosmos relativamente autônomos e coesos, os campos. Cada campo forma um sistema estruturado de relações objetivas, configuração

de forças dotada de lógica específica e capaz de impor, de certo modo, essa lógica aos agentes que nele atuam. É visível, na construção desse conceito, a marca e o peso das lições da História na obra de Bourdieu, que, entretanto, não cai na “alternativa da interpretação interna e da explicação externa”, ou formalismo versus reducionismo. (BOURDIEU, 1989, p. 64). Conformado historicamente por variados processos de diferenciação, cada campo vai estabelecendo o que tem e o que não tem valor em seus domínios. Aquilo que é reconhecido como importante em um campo pode ser depreciado em outro. Neste sentido, a noção de autonomia relativa é uma eficiente ferramenta heurística para operar análises de relações entre os campos sem recorrer à problemática noção de determinação, herdeira de uma visão substancialista do mundo social. Neste sentido, ao relacionar a autonomia dos campos com as ações recíprocas entre os mesmos, Bourdieu salva algo importante da teoria marxista, sem precisar manter o determinismo econômico que a atravessa.

Enfim, na sua análise da dinâmica dos campos, Bourdieu considera que esses microcosmos sociais (os campos) são integrantes de um macrocosmo, o espaço social, lugar de diferenças e lutas entre diversos capitais. A distribuição do capital dentro de cada campo é necessariamente desigual, configurando a estrutura específica do mesmo. As variadas estratégias dos agentes (conservação ou subversão, por exemplo) devem assim ser analisadas tendo por referência as posições (dos indivíduos e das instituições), as disposições incorporadas (*habitus*) pelos agentes ou as tradições desenvolvidas (no caso das instituições) ao longo do tempo. Em um dado campo, ser antigo ou novo (moderno), por exemplo, pode fazer grande diferença.

Destacam-se a seguir algumas características gerais importante do campo científico. 1) A cumplicidade objetiva entre os agentes do campo. Neste caso, a ideia de pares concorrentes é bem mais apropriada do que a noção vulgar de adversários ou inimigos. No campo científico, essa relação singular fica explícita no fato de que o público autorizado para rechaçar uma teoria, uma tese ou uma obra científica é o mesmo que pode ratificá-la, aprovar a sua divulgação pelos meios

legítimos e operar com ela. 2) Bourdieu considera também que há uma espécie de homologia entre as divisões do espaço social e os esquemas mentais desenvolvidos pelos agentes. Ou seja, cada campo e, dentro desse, cada subcampo e respectivas instituições requer um conjunto de disposições estruturadas (inclusive pelas coerções específicas) capaz de operar como uma matriz estruturante das ações ou práticas desses agentes (BOURDIEU, 1983). Quanto maiores forem as semelhanças entre a origem e a estrutura dos *habitus* de um agente e aqueles requeridos ou considerados legítimos pelo campo científico, por suas instituições e agentes em posição de comando, mais chances terá um indivíduo de ser considerado um jogador legítimo do jogo da ciência.

Fica evidente nessa análise da dinâmica do campo científico a relação fundamental que Bourdieu propôs entre esses dois conceitos, campo e *habitus*. A noção aristotélica de *hexis* – uma categoria que se referia às marcas do social no corpo dos indivíduos socializados – foi traduzida para o latim como *habitus* e operada, bem antes de Bourdieu, por autores da tradição escolástica, por Durkheim (1995), Mauss e Norbert Elias (1994), por exemplo, além dos estudos de John Dewey sobre o *habit*. (MOREIRA, 2002). Bourdieu retoma e desenvolve o conceito de *habitus*; tem como referência, entre outras, um uso bastante preciso que desse conceito fizera o historiador da arte Erwin Panofsky (1991), em sua pesquisa sobre as relações entre a arquitetura gótica e a Escolástica. A partir dessas referências, o *habitus* pode ser definido como um conjunto de esquemas classificatórios geradores de visão e de divisão. O *habitus* conforma as categorias de percepção de um agente, uma matriz de práticas distintas e distintivas: o que um cientista, professor, jornalista, operário ou empresário faz e a sua maneira de fazer, o que come, como come, o que lê, como se veste, o esporte que pratica e a maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e a maneira de expressá-las, as visões e práticas de ciência, suas teorias de referência, práticas culturais, usos do corpo, escolhas para o casamento, práticas de consumo etc.

Em relação ao campo científico, Bourdieu (2008) destaca que este é um espaço de “lógicas práticas”, pois o *habitus* científico é uma teoria realizada, incorporada. Nesse campo, a teoria é necessária para

a prática, mas não suficiente, nem mesmo nas áreas mais teóricas da ciência. Esta característica demanda dos agentes do campo científico um duplo esforço para que se cumpra a referida homologia entre a estrutura do campo e as estruturas cognitivas dos agentes que nele atuam. A formação escolar pode desenvolver as disposições disciplinares próprias de uma dada área de atuação no campo científico. Contudo, essas disposições se combinam com disposições mais particulares, conformadas nos processos de socialização anteriores ou simultâneos à formação escolar e que caracterizam a trajetória social do agente.

O campo científico tem, como todos os outros campos, a característica geral de ser um espaço em que agentes medem esforços (forças) para ditar e cumprir as regras do jogo, constituindo-o como campo de forças. (BOURDIEU, 1996). Sendo a distribuição de recursos desigual, não se escapa da relação entre dominantes e dominados, configurando-se também um campo de lutas para conservar ou transformar as relações de forças em dado momento. Com o conceito de campo, o mundo da ciência deixa de ser visto como uma comunidade harmônica e coesa e se configura como espaço de diferenças, de concorrência, de conflitos, de lutas para estabelecer as regras do jogo e os paradigmas que o orientam. Contudo, devemos ficar atentos para o risco de uma transposição mecânica da noção marxista de luta de classes para a Sociologia da Ciência de Bourdieu. Neste sutil contexto analítico, a noção de pares concorrentes pode e deve operar como um emblema e alerta. Há entre os agentes do campo científico uma singular cumplicidade objetiva, posto que os pares são receptores ou consumidores autorizados e, simultaneamente, concorrentes legítimos. Trata-se de um tipo de concorrência regulada cujas regras são estabelecidas pelo próprio campo, mesmo que este sofra eventuais pressões de outras partes do espaço social, como pode acontecer nas relações entre os campos científico, econômico e político. A eliminação sumária dos concorrentes, que também são pares, destruiria o próprio campo. Longe estamos, portanto, da vulgata da luta de classe para exterminar o campo adversário, o inimigo.

PONTOS DE VISTA

Cabe então uma pergunta: quem dita afinal as regras gerais do campo científico? Consideremos que mesmo “a definição do que está em jogo no conflito científico faz parte das questões desse mesmo conflito”. Consideremos que os dominantes são justamente aqueles que conseguem propor e vencer a concorrência pela definição e melhor realização da ciência, que “consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são ou fazem”. Aí está aquilo que Bourdieu definiu como “antinomia da legitimidade: no campo científico, tal como nos outros, não há uma instância para legitimar as instâncias de legitimidade.” (BOURDIEU, 2008, p. 91). Nesta questão, todo cuidado é pouco para não inscrever o sociólogo francês no bloco dos relativistas. Algumas considerações feitas pelo autor, em um de seus últimos cursos sobre o fazer científico (*Science de la Science et réflexivité*, 2001), podem nos ajudar a esclarecer essa questão:

1. O campo científico é, em certos aspectos, um campo como outro qualquer, mas obedece também a uma lógica específica, é “um lugar histórico onde se produzem verdades trans-históricas.” (BOURDIEU, 2008, p. 97).
2. Em seu fechamento sobre si (lembrar da antinomia da legitimidade e da noção de pares concorrentes), e apesar da luta pelo “monopólio da representação cientificamente legítima”, o campo científico, por meio de seus agentes, aceita tacitamente a “arbitragem do ‘real’ (tal como pode ser produzido pelo equipamento teórico e experimental efetivamente disponível no momento considerado).” (BOURDIEU, 2008, p. 98).
3. Bourdieu (2008) considera que “o sujeito da ciência não é o cientista singular, mas o campo científico, como universo de relações objetivas de comunicação e de concorrência reguladas em matéria de argumentação e de verificação.” (p. 99).

Ainda em *Science de la Science et réflexivité*, esse conjunto das discussões sobre o campo científico realizadas por Bourdieu entre

2000 e 2001, ele dialoga de forma crítica (no sentido kantiano deste termo) com a Sociologia da Ciência de Robert Merton e também com trabalhos de Thomas Kuhn, Karin Knorr-Cetina, David Bloor, Harry Collins e Bruno Latour.

Para Bourdieu, a visão elaborada por Robert Merton, por exemplo, apresenta o mundo científico como uma comunidade que se dotou de instituições justas e legítimas de regulação. Um dos limites dessa análise estruturo-funcionalista é que ela “não faz a menor referência à forma como são resolvidos os conflitos científicos”, além de configurar um sistema com mecanismos sem sujeitos. (BOURDIEU, 2008, p. 24).

De Thomas Kuhn, visto por Bourdieu como um historiador da ciência, ele resgata a sua importante contribuição ao considerar o desenvolvimento científico como um processo descontínuo, não linear, marcado por uma série de rupturas: a alternância de períodos de “ciência normal” e de “revoluções científicas”. Kuhn elaborou também noções como a de “comunidade científica” e “paradigma”, sendo este considerado “o equivalente de uma linguagem ou de uma cultura: determina as questões que podem ser formuladas e as que são excluídas, o pensável e o impensável.” (BOURDIEU, 2008, p. 29). Na análise de Kuhn (1994), encontra-se também a ideia de que os cientistas trabalham para a solução de problemas concretos, e não para a descoberta de novas teorias; esses problemas são enigmas (*puzzles*) a serem decifrados com o uso do saber científico disponível. Bourdieu (2008) ressalta nas reflexões do autor de *A estrutura das revoluções científicas* a percepção de uma “tensão essencial” na dinâmica do campo científico, e que não se refere diretamente à oposição entre tradição e revolução ou entre conservadores e revolucionários, mas ao paradoxal enraizamento das rupturas nos paradigmas que são superados. Assim, seria o conhecimento profundo de um paradigma, a visão clara de seus limites para a resolução de novos problemas que fertilizaria as revoluções científicas. Na leitura que Bourdieu (2008) faz dessa questão desenvolvida por Thomas Kuhn, “um (verdadeiro) revolucionário em matéria de ciência é alguém que possui grande domínio da tradição (e não alguém que faz tábula rasa do passado ou que simplesmente o ignora)”. Nos termos

de sua teoria dos campos, o revolucionário é necessariamente alguém dotado de elevado capital científico, no sentido de “grande domínio dos recursos acumulados e que, por isso, conserva necessariamente aquilo que supera.” (BOURDIEU, 2008, p. 31). Bourdieu (2008) pondera que na obra de Kuhn já se configura a ideia de autonomia do universo científico. O problema é que ele não teria atentado para as condições sociais que asseguram a autonomia (relativa) dos campos, inclusive o científico; é como se lhe tivessem faltado algumas ferramentas da sociologia nessa análise da dinâmica da ciência.

Em diálogo com estudos mais recentes sobre o universo da ciência, Bourdieu (2008) destacou a teoria de David Bloor e suas referências a Wittgenstein (“jogos de linguagem” e “formas de vida”), segundo a qual a racionalidade, a objetividade e a verdade são “normas socioculturais pouco abrangentes, convenções adotadas e impostas por grupos particulares”. (p. 33). Nessa mesma discussão, ele recorta a visão interacionista de Harry Collins, ao considerar o fato científico como uma construção coletiva e “que é na interação entre quem apresenta o fato como tal e quem o reconhece e tenta ‘replicá-lo’ para o falsificar ou confirmar que se constrói o fato comprovado e certificado.” (BOURDIEU, 2008, p. 36). O limite dessa análise está na perspectiva interacionista – as relações entre os agentes como princípio de suas ações –, que ignora as estruturas ou relações objetivas e as disposições (relacionadas à trajetória e posição do agente nas estruturas), os verdadeiros princípios da ação para Bourdieu.

Em referência aos chamados “estudos de laboratório”, ele ressalta que esse tipo de análise do universo da ciência, com destaque para os trabalhos de Karin Knorr-Cetina, aproxima-se dos lugares de produção. Contudo, pondera que ali as estratégias (científicas e sociais) do hábito científico são consideradas como “*estratagemas conscientes*, para não dizer *cínicos*, orientados para o sucesso do investigador.” (BOURDIEU, 2008, p. 42). Isto é algo bem distinto de sua análise das relações entre *habitus* e o campo científico. Bourdieu (2008) finaliza esse diálogo com estudos sobre o universo da ciência indicando os limites da sociofilosofia da ciência desenvolvida sobretudo na França.

Refere-se, especificamente, à visão semiológica do mundo científico, a essa espécie de prática escolástica que é o *textismo*, presente na obra de Bruno Latour. Se tudo é texto, também “a ciência seria apenas um discurso ou uma ficção entre outras, mas capaz de exercer um ‘efeito de verdade’ produzido, como todos ou outros efeitos literários, a partir das características textuais como o tempo dos verbos, as estruturas dos enunciados, os modos etc.” (BOURDIEU, 2008, p.45).

Para finalizar, ressaltamos algumas diferenças da visão de Pierre Bourdieu em relação a outras do mundo científico. Ao operar com o conceito de campo, sua análise sociológica da ciência se afasta tanto de uma visão interacionista quanto de uma visão finalista da prática científica. O tipo de análise que pratica também se distingue da ideia de “comunidade científica” (Kuhn), noção que para ele se tornara uma espécie de designação forçada do universo científico, e também da noção de ciência “pura”, totalmente autônoma, que se desenvolve segundo uma lógica interna. O conceito de campo científico nos leva a considerar a existência de estrutura de relações objetivas entre os laboratórios, os investigadores e a orientação das suas práticas. Nesta perspectiva, os agentes (individuais e coletivos) do campo científico, equipes de pesquisa, laboratórios, institutos de pesquisa e universidades criam, nas suas relações, o espaço que os condiciona. (BOURDIEU, 2008).

Como indicamos, a Sociologia de Bourdieu opera a partir de uma visão relacional do espaço social e de um olhar atento às disposições incorporadas (*habitus*) pelos agentes em suas ações nos diversos campos. Entre as virtudes ou potencialidades desta perspectiva, destacamos as seguintes: 1) Fornecer princípios de compreensão gerais do espaço social. 2) Obrigar-nos a pensar e formular questões sobre as especificidades desses princípios gerais em cada caso particular (campos, instituições etc.). 3) Ajudar a desenvolver instrumento de previsão de comportamentos possíveis dos agentes e das instituições que ocupam diferentes posições no campo científico. 4) Auxiliar em uma prática científica reflexiva, e não apenas instrumental. A Sociologia da Ciência com inspiração na obra de Bourdieu pode, sobretudo, fortalecer a compreensão de que

“o sujeito da ciência não é o cientista singular, mas o campo científico como universo de relações objetivas” (BOURDIEU, 2008, p. 99).

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora USESP, 2004.
- _____. *Razões Práticas – sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- DURKHEIM, E. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- MOREIRA, C. O. F. *Entre o indivíduo e a sociedade: um estudo da filosofia da educação de John Dewey*. Bragança Paulista, SP: EDUSE, 2002.
- PANOFSKY, E. *Arquitetura Gótica e Escolástica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

A abordagem sociocultural da produção de conhecimento científico

Lidiane S. Carvalho

INTRODUÇÃO

O olhar sociológico de Pierre Bourdieu sobre as práticas coletivas culminou em conceitos amplamente utilizados para pensar as dinâmicas sociais na modernidade. Bourdieu dedicou parte de sua obra à pesquisa empírica, evidenciando as estruturas objetivas e subjetivas da ação humana, propondo um instrumental teórico e metodológico reflexivo das questões objetivas e subjetivas que mobilizam e influenciam a ciência contemporânea. Assim, contribuiu sistematicamente para os estudos sobre a apropriação social da cultura científica pelos agentes do campo científico.

A Ciência da Informação, como Ciência Social aplicada, existe desde a década de 1970, aprimorando e reunindo aportes analíticos para estudos de formas de organização da informação e do conhecimento humano. Inicialmente, fazendo uso de abordagens fiscalistas da informação, como a Teoria Matemática da Informação, de Shannon Weaver, avançando para o cognitivismo e, recentemente, fazendo uso da abordagem sociocultural da informação que permite tecer um olhar sobre a informação como aquela construída socialmente. Esta abordagem entende que a informação é produtora de significado e produto das significações sociais, e neste sentido é expressão e produto direto da ação dos atores no campo científico.

De modo objetivo, este capítulo fornece elementos teóricos da sociologia bourdieusiana que possam contribuir para a análise da produção e avaliação de indicadores científicos e tecnológicos comumente empregados pelo campo da Ciência da Informação. São eles: os estudos métricos da informação, as formas sociais de produção e organização da documentação científica e os estudos de comunicação científica.

Inicialmente o capítulo apresenta os conceitos fundamentais da teoria de Pierre Bourdieu e as relações com a produção de conhecimento científico. A segunda etapa apresenta as formas de capitais internalizados pelo campo e as formas subjetivas de construção de capital científico. O terceiro momento reúne os conceitos transversais da sociologia de Pierre Bourdieu e os métodos de análise informacional (AI) mencionados por Hjørland, como modo de avaliar e interpretar as estruturas do campo científico.

CAMPO CIENTÍFICO E A ESTRUTURA SOCIAL DA CIÊNCIA

Buscando o entendimento da dinâmica de produção social da ciência, Bourdieu procurou pensar relacionalmente sobre as práticas sociais dos atores deste campo. Para isso, buscou reunir um conjunto de teorias dos diversos pensadores da filosofia, da antropologia, da ciência, da política e da economia. Como recurso conceitual de análise do campo social, elaborou os conceitos de campo, capital e *habitus* para propor uma teoria social capaz de compreender como agentes sociais, de modo autônomo, incorporam a estrutura social (BOURDIEU, 2009 p. 86, 87). A dimensão operacional dessa estrutura conceitual consiste em uma “alternativa que se propõe superar tanto o objetivismo estruturalista quanto as perspectivas subjetivistas interacionistas da semiologia e da fenomenologia, na medida em que recorre à práxis”. A práxis ocorre no mundo da vida, no cotidiano, onde as coisas acontecem, onde as pessoas interagem e criam significados no sistema de coisas que já está historicamente construído, e este plano Bourdieu denomina de campo social. Para o autor, esta postura consiste em admitir que existem no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos indivíduos, agentes do mundo social, que moldam e configuram as visões de mundo, coordenando assim a ação. Deste modo, as estruturas são construídas socialmente, assim como também os esquemas de ação e pensamento.

O campo científico, para constituir-se, envolve relações de forças que “implicam em tendências imanentes e probabilidades objetivas condicionadas aos mecanismos reguladores do campo político, jurídico

e econômico”. O *habitus científico* constitui esse tipo particular de disposição à adesão às regras do jogo e carrega consigo heranças históricas, depositadas nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, de apreciação e de ação. As características de diferentes classes ou estilos de classe que influenciam a ação dos atores no campo científico estão associadas a uma classe particular e a condições de existência que produzem *habitus* que podem ser compreendidos como “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes [...] coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Desta forma, o *habitus* é produto da história porque produz práticas individuais e coletivas. Conforme os esquemas engendrados, “ele garante a experiência ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo, sob forma de esquemas de percepção, de pensamentos e de ação, tendem de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas implícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo” (BOURDIEU, 2009, p. 90). A relação entre o *habitus* e o campo Bourdieu denomina de senso prático. A fé prática, transversal à ideia de fé pragmática defendida por Kant em *Crítica da razão pura*, na qual a adesão ocorre pela necessidade da ação, é o direito que os campos sociais concedem a eles mesmos para excluir aqueles que não aderem ao jogo (BOURDIEU, 2009, p. 108).

Na dinâmica de produção da ciência, por exemplo, “o bom cientista jogador é aquele que, sem ter necessidade de calcular” embora, produza uma forma peculiar de ilusão de que o “*interesse científico* é desinteressado” ele faz do “capitalista cientista” um capitalista como os outros, o que está em jogo, é a luta pela autoridade científica e os desdobramentos que ela proporciona em outras formas de capital, em especial, o *capital científico*” (BOURDIEU, 2004, p. 23; 28; 31).

O capital científico é uma forma de capital simbólico porque se adquire pela convertibilidade de formas específicas de capital e pelo seu poder de ação, especialmente da forma expressa na correlação entre *capital escolar*, *capital cultural* e *capital social*. Para exemplificar

esta afirmação, Bourdieu (2009, p. 187) evoca a tradição da classe de trabalhadores da medicina que, em nome da “confraternidade” consideram de bom tom oferecer ‘o dom’ sem custo de honorários a outro confrade. A troca de dons é o único modo de circulação dos bens simbólicos plenamente reconhecidos nas sociedades. Trata-se do único meio de instaurar relações duráveis de reciprocidade, mas também de dominação; o intervalo interposto representa um começo de institucionalização da obrigação”.

O capital simbólico corresponde a uma economia de trocas simbólicas (BOURDIEU, 2009, p. 188). Já o *capital cultural* pode ser mensurado de acordo com alguns indicadores de acesso a bens culturais. O acesso a bens culturais, no campo social, sofre variações de uma classe para outra. Bourdieu (1998, p. 74; 2007, p. 45), recorre à teoria estética para relacionar aspectos subjetivos de capital escolar e capital cultural, pelo estudo da relação entre “o gosto como disposição adquirida de classe social e acesso à cultura e a educação”, ou seja, entre a “cultura no sentido de estado (de classe) do que é culto e a cultura como ação de tornar culto” Para o autor, o capital escolar, como o capital cultural, é reconhecido e garantido pela instituição escolar. O gosto, as preferências pessoais, são manifestações elaboradas do acesso e consumo de produtos da cultura, que estão diretamente relacionados aos anos de inculcação escolar e desempenham, independentemente da vontade e do saber, a legitimação das diferenças sociais. Essa relação entre o capital cultural e as formas expressas de preferências pessoais acabam por influenciar o acesso a determinada formação universitária.

O capital cultural se manifesta em três estados, segundo Bourdieu (1998, p. 74): no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo, no estado objetivado, sob a forma de bens culturais (quadros, livros dicionários etc.) e no estado institucionalizado, sob a forma de objetivação, que é preciso colocar à parte porque diz respeito ao certificado escolar.

O *capital cultural incorporado* depende do trabalho do sujeito sobre si mesmo. Está ligado ao corpo, e pressupõe uma incorporação do *habitus*. O capital cultural neste estado é um ser que se tornou ser,

uma propriedade, nas palavras de Bourdieu (1998, p. 74-75), “que se fez corpo e tornou-se parte da pessoa, um *habitus*. Aquele que a possui pagou com sua própria pessoa, e com aquilo que se tem de mais pessoal, seu tempo”. Apresenta um grau maior de dissimulação, mais elevado do que o capital econômico, e está mais predisposto a operar como capital simbólico. O *capital cultural objetivado* pressupõe uma materialidade e pode ser transferido (por exemplos, livros, quadros, pinturas). Já o capital no estado institucionalizado, segundo Bourdieu (1998, p. 78), concerne à “objetivação do capital sob a forma de diploma. O diploma opera como uma espécie de certificação da competência cultural e confere ao seu portador um valor convencional”. O certificado escolar assegura acesso a benefícios, materiais e simbólicos, referentes, num primeiro momento, ao valor em dinheiro, que pode ser trocado no mercado de trabalho. A dimensão simbólica do capital cultural é comandada pelas transformações da estrutura, das oportunidades de lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 1998, p. 73-78).

A noção de capital social emerge da correlação da obtenção de capital cultural (ou econômico) segundo o grau de energia social que os atores podem mobilizar em um campo social. O capital social se evidencia, segundo Bourdieu (1998, p.65), “no conjunto de recursos, atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e inter-reconhecimentos ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (capital cultural), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”. O volume do capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele consegue mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) de posse de cada um daqueles a quem está ligado.

CAPITAL SIMBÓLICO E INDICADORES DE AUTORIDADE CIENTÍFICA

No que diz respeito às formas objetivas e subjetivas de reconhecimento no espaço de lutas, o *capital científico* é uma espécie particular do

capital simbólico “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” – sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento – que consiste no reconhecimento – ou no crédito – atribuído pelo conjunto de pares/concorrentes no interior do campo científico (o número de menções do *Science Citation Index*, medalhas, Prêmio Nobel, traduções etc.) (BOURDIEU, 2004, p. 24; 26). Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituição) caracterizados pelo volume de seu capital científico determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, ao contrário, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele, especialmente se a sua relevância na estrutura for frágil. Portanto, a estrutura é determinada pela distribuição do capital científico (BOURDIEU, 2004, p.24).

Há duas espécies de capital científico, segundo Bourdieu (2008, p. 35) que têm leis de acumulação diferentes: (i) o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio); (ii) o capital científico institucionalizado, que se adquire por estratégias políticas.

As formas de transmissão entre as duas formas de capital também são diferenciadas: o *capital científico puro* tem, segundo Bourdieu (2008, p. 35), “qualquer coisa de impreciso e permanece relativamente indeterminado, tem sempre alguma coisa de carismático (na percepção comum está ligado à pessoa, aos seus ‘dons’ pessoais, e não pode ser objeto de uma portaria de nomeação)”. Ao contrário, o *capital científico institucionalizado*, de acordo com o autor, tem quase as mesmas regras de transmissão que qualquer outra espécie de capital burocrático, ainda que, em alguns casos, deva assumir a aparência de uma “eleição pura”, por exemplo, por meio de concursos que podem, de fato, estar muito próximos dos concursos de recrutamento burocrático, nos quais a definição do posto está de algum modo pré-ajustada à medida do candidato desejado.

No contexto da pesquisa do sistema universitário francês, Bourdieu (2011, p. 73-75) considerou como indicadores classificatórios de capital

acadêmico a instituição de ensino frequentada (escola privada ou pública) e o êxito acadêmico (concursos) durante os estudos secundários; instituição de ensino frequentada durante os estudos superiores e os títulos obtidos. São indicadores do capital de poder universitário cargos como o de decano ou diretor de centro, assim como o pertencimento a comitês consultivos da universidade.

Entre os indicadores para mensurar o capital de poder e prestígio científico estão a participação em comitês nacionais de permanência em países desenvolvidos (na academia francesa, o autor analisou a permanência de pesquisadores nos Estados Unidos e para isso analisou a lista de bolsas concedidas a pesquisadores franceses para tal fim). Os indicadores de *capital de notoriedade intelectual* representam a relação do pesquisador com o grande público e a divulgação em meios de comunicação de massa, como a televisão e os jornais de grande circulação. Para a análise de indicadores de notoriedade intelectual de membros das universidades na França foram analisadas, por exemplo, publicações no *Le Monde*, jornal de grande circulação (BOURDIEU, 2011, p. 260).

Os indicadores de *capital de poder político e econômico* foram analisados, de acordo com Bourdieu (2011, p. 261), pela relação que os professores estabeleceram com órgãos públicos; por exemplo, a participação em gabinete ministerial como conselheiro ou técnico. Já o *indicador de disposições políticas* concerne à tentativa de Bourdieu de construir um índice acumulado de *pertencimento político* (BOURDIEU, 2011, p. 263).

Deste modo, o que o *capital científico puro* e o *capital científico institucionalizado* têm em comum, de acordo com Bourdieu (1983, p.127), é o fato de se constituírem em um “processo lento de acumulação e estarem envolvidas em formas invariantes da luta pelo monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social” (BOURDIEU, 1983, p.127).

A autoridade científica pode ser definida, segundo Bourdieu (1983, p. 127, 131), como “a capacidade técnica e poder social; ou ainda o monopólio da competência científica [...] a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade),

que é socialmente outorgada a um agente determinado” (BOURDIEU, 2008, p.131; 132).

A certificação da ciência moderna “inicialmente era feita nos *public rooms* das residências privadas dos *gentlemen*”. Desse modo “o conhecimento aparece como autêntico quando autenticado e homologado pelo espaço público, mas um espaço público de tipo especial: a condição de *gentleman* que sustentava a validade dos testemunhos e, portanto da confiança e da objetividade do conhecimento experimental e isso porque se supõe livre de todos os interesses (a diferença dos servidores que também podiam assistir a experiência do *gentleman* é independente da autoridade e do dinheiro, autônomos)”. O testemunho válido é uma relação de honra entre homens de honra, ou seja – homens livres e desinteressados que se reúnem livremente em torno de fenômenos experimentais e criam o fato autenticado. O experimento marcou a passagem do espaço privado ao espaço público das academias e com ele os mecanismos reguladores de certificação do conhecimento no que concerne à autoridade científica (BOURDIEU, 2001, p. 95).

A autoridade científica é outorgada por todo “um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros, é função do *valor distintivo* de seus produtos e da *originalidade* que se reconhece coletivamente a contribuição que ele traz aos recursos científicos já acumulados”. O monopólio da dominação científica concebe a *natureza da descoberta* como recompensa legítima e legitimadora da autoridade científica. Por conseguinte, entra em cena a avaliação por pares, a competência técnica, os modos de pesquisa, a circulação e a difusão das ideias por veículos tradicionais de certificação do conhecimento, como as revistas e os periódicos. Neste sentido, a *avaliação por pares* tem uma função de arbitragem e de garantir as regras de funcionamento do jogo do interesse científico. Os avaliadores reconhecem na *escrita científica* uma linguagem específica ao cientista pela sua *competência técnica* (BOURDIEU, 2004, p.33; 34).

Quando discute as características do indivíduo empírico e o indivíduo epistêmico, e o discurso comum do discurso científico Bourdieu (2008 p. 35-37) reconhece a importância dessa distinção para

compreender a gênese dos problemas epistemológicos entre conhecimento prático e conhecimento erudito, e explica que é “justamente porque não se pode separar o *indivíduo construído* da linguagem especializada da ciência, e nem excluir o indivíduo concreto ao se valer desta mesma linguagem, porque ele [o indivíduo] é ‘um’.”

O *indivíduo empírico* é entendido como singular, mas sem análise dessa singularidade. O indivíduo empírico tem uma existência comum, seu nome próprio, opera uma simples marcação e na maneira de indicadores lógicos é em si mesmo insignificante e não importa qualquer informação sobre a pessoa designada (exceto se o nome representar uma celebridade). O indivíduo empírico pode ser classificado como qualquer objeto; é instrumento de reconhecimento e não de conhecimento (BOURDIEU, 2008, p. 35-36).

Os *indivíduos epistêmicos* são definidos por Bourdieu (2008, p. 37-40) pela posição que ocupam no espaço e pelas suas propriedades – escolhas epistemológicas, escolas de formação, posições que ocupam no campo científico – que contribuíram para construir e também para construí-lo. Como indivíduo construído, “o indivíduo epistêmico ocupa espaços nas relações estruturais da sociedade, à medida que define suas relações com outros indivíduos epistêmicos, que compartilham da mesma crença de que o conhecimento que eles possuem é essencial para o trabalho e para uma jurisdição”. Os indivíduos epistêmicos empregam seus conhecimentos como um sistema abstrato, conversíveis em capital simbólico. Este é um processo social, estratégico, tanto quanto um processo cognitivo; o grupo elabora um discurso erudito que, simultaneamente, é legitimado pelos juizes do campo.

Segundo Bourdieu (2008, p. 40), o discurso científico evoca uma leitura científica, capaz de “reproduzir as operações das quais ele é o próprio produto, nesse sentido, nomes próprios na situação ordinária do termo só podem ser separados pela distância e ruptura introduzida na construção científica”. A ciência carrega consigo uma materialidade, um *habitus linguístico* próprio do campo científico muito bem caracterizado por Bourdieu (2008, p. 40).

O mercado das trocas linguísticas subjacentes ao habitus linguístico se distingue de uma competência de tipo *chomskiano* pelo fato de ser o produto das condições sociais e pelo fato de não ser uma simples produção de discursos, mas uma produção de discursos ajustados a uma situação, ou de preferência, ajustados a um mercado ou a um campo. (BOURDIEU, 2008, p. 45)

Ao colocar-se o desafio que representa o estudo de mundo onde estamos ligados por toda a classe de investimentos específicos (BOURDIEU, 2008, p. 18) destaca que

... não se pode ignorar que esta tomada de posição conduza a um esforço de desaparecer como sujeito (sincreticamente apreendido) e por abolir-se inclusive como *sujeito cognoscente*, ao recorrer aos procedimentos mais impessoais, mais automáticos, da lógica indiscutível dos demasiados empirismos e neutralismos que exige a ciência normal.

O trabalho de construção do objeto delimita um conjunto finito de propriedades pertinentes, instituído por hipóteses e variáveis, cujas variações estão associadas ao fenômeno observado e ao mesmo tempo define a população constituída por indivíduos construídos, que estão caracterizados ou classificados pelas diferentes posições de acordo com as graduações (mestre, doutor, Ph.D.) (BOURDIEU, 2008, p.22). Por outro lado, é na mesma objetividade que existe a pluralidade de princípios de hierarquização da competência e dos valores e que emerge na luta pelas classificações. O efeito mais perigoso, segundo Bourdieu (2008, p.37), consiste em substituir a lógica do conhecimento prático pela lógica do conhecimento científico. O discurso científico convida a uma leitura capaz de reproduzir operações das quais ele próprio é produto. Os *intelectuais* são produtos culturais classificados, “[...] ou seja, marcas de qualidade, orientados a predeterminar o *valor público* da ciência” (BOURDIEU, 2008, p.35-36).

O processo de construção do conhecimento científico segue, para Bourdieu (2004, p. 33; 34), “um conjunto normativo de regras e

condições de existência que orientam a ação de seus agentes e o diferem dos demais campos simbólicos”.

O que faz a especificidade do campo científico são os princípios de verificação da conformidade ao real, acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, mediante o arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletivamente acumulados e coletivamente empregados, sob a imposição das disciplinas e das censuras do campo e também pela virtude invisível da orquestração do *habitus*. (BOURDIEU, 2004, p. 33-34)

O valor da descoberta científica que reage à tendência dos pesquisadores a se concentrar nos problemas considerados como os mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico, expresso em formas legitimadoras de reconhecimento, tais como premiações, citações, participação em comissões científicas. A competição garante o equilíbrio. Bourdieu (1983, p. 127) explica que a “[...] migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados, mas em torno dos quais a competição é menos forte”.

A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA COMO EXPRESSÃO CULTURAL DA CIÊNCIA

As formas coordenadas e estruturadas de produção de conhecimento científico e os fatores objetivos e subjetivos que formam e estruturam o campo científico colocam a informação científica como produto da cultura deste campo. Nascimento e Marteleto (2008, p. 399); Nascimento (2005, p. 73) observaram que no plano da cultura “a informação é construída pelos sujeitos que procuram trocar sua experiência, vivenciada individualmente, com outras pessoas, provocando o deslocamento da informação para a significação coletiva das comunidades discursivas”.

Nesta perspectiva, tanto a ciência como a informação como os conhecimentos produzidos se estabelecem por formas primárias de

subjetividade. Cabe refletir sobre os produtos que expressam as normas e significados compartilhados pelos agentes do campo científico. O olhar de Bourdieu (2001, p. 86, 87) sobre a escrita científica, por exemplo, é particularmente especial para os estudos e metodologias de análise informacional, pois para o autor “a escrita científica carrega consigo uma materialidade das práticas sociais um *habitus linguístico* próprio do campo”. Além disso, esse processo configura “um mercado das trocas linguísticas” porque para o autor esta não é “uma simples produção de discursos, mas uma produção de discursos ajustados a uma ‘situação’, ou de preferência, ajustados a um mercado ou a um campo”. A escrita científica é uma prática onde os “jogadores do campo científico são convidados a registrar suas práticas, utilizando uma linguagem própria do campo”, sendo essa uma das condições para participar, e, neste sentido, para Bourdieu (2001) a ciência é também um campo literário.

O conceito de Domínios de Conhecimento é proposto por Hjørland (2002, p. 424-428) como categoria teórica para avaliar e interpretar como ocorre a conexão de atores no campo social e também considera que a literatura científica publicada de um domínio expressa esquemas de percepção da linguagem e pensamento (Hjørland, 2002, p. 424-428). Ainda para o autor, o conceito de domínio apresentou-se inicialmente no campo da informática nos anos 80, quando os resultados da análise, coletivamente referidos como um modelo de domínio, eram capturados para reutilização no desenvolvimento de sistemas semelhantes no futuro.

Cabe observar que, tanto na Ciência da Informação quanto na Ciência da Computação, existe uma sobreposição de interesses óbvios, especialmente ligados a problemas relacionados com significado e terminologia. Para esta problemática, Hjørland (1995, 2002) dedicou parte de sua obra ao estudo de metodologias de análise informacional de um domínio, entre elas o estudo das estruturas de comunicação científica. Para o autor, os estudos da comunicação, tanto interna em domínios e externa entre domínios, podem ser inspirados por diferentes tipos de teoria sociológica, incluindo análise do discurso, teoria de sistemas

ou teoria da auto-organização, como sugere Leydesdorff.⁴⁷ Os estudos de Whitley apoiam a interpretação do comportamento das disciplinas em determinado campo científico. Este autor parte do pressuposto de que a incerteza da tarefa e do grau de dependência mútua entre os cientistas é fundamental para a estruturação de campos intelectuais. Para esses propósitos mais amplos são necessários modelos como os proporcionados por Habermas⁴⁸ (Hjørland, 2002, p. 446). Este ponto de vista, que permite deslocar o foco da Ciência da Informação nos indivíduos ou rede de computadores para o mundo social, cultural e científico, tem sido objeto de estudo de Marteleto desde a década de 90 (MARTELETO, 1994, 2000, 2001).

Como olhar a informação científica pela abordagem da cultura do campo? Como aquela produzida em um espaço social onde as interações comunicativas, as relações, a reciprocidade, a colaboração, a competição, a intersubjetividade, a aprendizagem, a inovação e todas as formas de trocas materiais e simbólicas influenciam as formas textuais e a linguagem de interação do campo e das comunidades que dialogam entre si. O campo científico é constituído de processos sociais, como transferência de informação, as ações comunicativas, e os trajetos dos fluxos informacionais. A dimensão simbólica do campo científico carrega consigo um conjunto de regras instauradas no *habitus científico* expresso em formas materializadas, fundamentalmente a escrita científica.

Deste modo, a análise de domínio, como método, focaliza o estudo da estrutura pelo entendimento dos padrões de cooperação e comunicação, as linguagens especializadas, os sistemas de informação etc. Concebe que cada domínio tem uma linguagem própria, um *habitus linguístico*. Essa diferenciação de *habitus linguístico* pode ser vista dentro de um mesmo campo científico, como por exemplo a linguagem

47 LEYDESDORFF, L. *A Sociological Theory of Communication: The Self-organization of the Knowledge-based Society*, Universal Publishers/Publish.com, 2001.

48 HABERMAS, J. *The Structural Transformation of the Public Sphere; An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (translated from Burgen, T. (1962), *Strukturwandel der Öffentlichkeit; Untersuchungen zu einer Kategorie der burgerlichen Gesellschaft* (1962) by Thomas Burger with the assistance of Lawrence, F. (Studies in Contemporary German Social Thought), MIT Press, Cambridge, MA, 1989.

de divulgação e a linguagem científica. A natureza da informação que se quer compartilhar define a característica da linguagem que se quer falar. Cada área do conhecimento reúne suas próprias formas documentais mais ou menos específicas, como partituras, mapas e bibliotecas especializadas, por exemplo bibliotecas de gene, de imagens e outras. No campo científico, os *indivíduos epistêmicos* formam as *comunidades discursivas* por meio das práticas científicas que se ajustam à produção de conhecimento, adequadas ao arranjo social do domínio.

O homem da ciência se engaja na aquisição de *habitus* científico e, para ser “reconhecido”, incorpora um conjunto de disposições, incluindo a linguagem especializada, os ritos – como a avaliação por pares –, em busca de reconhecimento e autoridade científica, outorgados a ele (homem da ciência) por sua competência técnica. À medida que se capitaliza cientificamente, pode converter capital científico em capital social, especialmente ao estabelecer contatos com outros atores. As agências de fomento passam a financiá-lo, alunos o elegem para orientações de tese de doutoramento, recebe convites para participação em pesquisas e projetos etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo considerou as condições sociais de produção do conhecimento, incluindo as questões que influenciam as sucessivas seleções sofridas pelo homem da ciência. Os fatores determinantes concernentes ao capital cultural e ao capital escolar são fundamentais para compreender a estrutura que produz a informação científica, bem como as normas que influenciam a expressão linguística do campo, a estrutura social da organização da informação e do conhecimento produzido, as formas de comunicação científica e critérios de validação e certificação da informação científica (formas documentais, os periódicos, as citações, as instituições de pertencimento) concernente aos resultados de pesquisa.

À medida que o “homem da ciência” se engaja politicamente com os seus resultados de pesquisa, é reconhecido pela sua autonomia intelectual mediante formas simbólicas de reconhecimento e mérito

científico, como premiações, participações em academia de ciências. Essas formas simbólicas passam a incorporar-se ao homem da ciência, fortalecendo-o como indivíduo epistêmico. Bourdieu defende a autoridade científica como uma espécie particular de *capital social* que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e pode ser reconvertido em outras espécies de capital. Ele deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for à autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Como depende do capital cultural para sobreviver às seleções sucessivas que serão enfrentadas no campo universitário, o homem da ciência é suscetível a disposições históricas da herança social como, por exemplo, ter frequentado escolas de elite ou trabalhado com um pesquisador renomado. O capital cultural sofre desdobramentos no campo social, entre os quais o *capital social*, responsável por mobilizar outras formas diversas de capital, dando forma aos domínios de conhecimento na estrutura do campo científico. Sendo este capital social uma espécie de mobilizador de *trocas simbólicas*, é a energia relacional necessária para que acordos sejam firmados, elos estabelecidos, grupos concatenados, a reciprocidade, as trocas e a informação construída.

O campo científico considera também as condições sociais de produção de conhecimento, as regras, as normas que unem atores pela aquisição lenta de capital científico. O campo científico quer a autoridade científica, os indicadores, o esquema de sucessões, quer apreender sincreticamente indivíduos empíricos e transformá-la em indivíduos epistêmicos. O conceito de domínios de conhecimento é complementar ao conceito de campo científico, no sentido de que ambos expressam influências epistemológicas, sociais, econômicas e culturais.

Para fins de operacionalização dos estudos informacionais no campo científico, o conceito de domínios de conhecimento carrega consigo metodologias capazes de colocar em evidência a estrutura do campo científico. A escrita científica expressa as influências epistemológicas de cada campo, a linguagem empregada, os atores influentes, as

práticas de produção e organização da informação e do conhecimento e especialmente os fluxos, as trocas e as tendências em pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica do julgamento social*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. *El oficio del científico. Ciencia de la ciencia y reflexividad*. Barcelona: Anagrama, 2001.
- _____. *Homo academicus*. Argentina: Siglo XXI, 2008 (versão em espanhol).
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- _____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____. O capital cultural: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 70-80.
- _____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-70.
- CARVALHO, L. S. *Informação e Genética Humana: O sequenciamento de uma cultura científica*. 2014. 234f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, 2014.
- Hjørland, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.
- Hjørland, B. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, p. 422-462, 2002.
- MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discursos e práticas Informacionais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 1994.
- _____. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica*, México, v.14, n.29, p.69-94, jul./dic. 2000.

_____. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

NASCIMENTO, D. M. *A edificação urbana como expressão da prática informacional: análise do campo tectônico de Belo Horizonte*. 2005. 194 p. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação ECI/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. Social field, domains of knowledge and informational practice. *Journal of Documentation*, v. 64, n. 3, p. 397-412, 2008.

Pierre Bourdieu e a produção do conhecimento científico

Reflexões sobre uma ciência aberta

Vanessa Jorge

Sarita Albagli

INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe uma análise sobre o processo de produção do conhecimento na teoria de Pierre Bourdieu, cotejando-a com o discurso em torno de uma “ciência aberta”. Parte da noção do campo científico como um universo social e político com características particulares, para então indicar possíveis caminhos de reflexão sobre a produção coletiva e aberta de conhecimentos em ciência.

Atualmente, algumas das chamadas práticas científicas “tradicionais” estão sendo atualizadas ou modificadas, ante a influência do movimento pela ciência aberta. Impulsionadas pelas novas facilidades tecnológicas, diversas iniciativas relacionadas com a cultura da ciência aberta promovem condições para um processo de produção coletiva de conhecimento científico, além de servir à reflexão crítica sobre a privatização do conhecimento.

Com base nos estudos e teorias de Bourdieu sobre o campo científico, o capítulo busca apontar caminhos para responder a questões como: quais são os principais elementos (sujeitos, contexto, forças, estruturas etc.) envolvidos no processo de produção do conhecimento no campo científico? Quais são as percepções de Bourdieu sobre as modificações ou atualizações do campo científico? Como essas condições se expressam no desenvolvimento das práticas de ciência aberta?

Entendendo que a ciência tem papel importante na economia, na política e na sociedade, Bourdieu aponta a necessidade de entender seu funcionamento, considerando que “a submissão aos interesses econômicos e às seduções midiáticas ameaça juntar-se às críticas externas

e às difamações internas” (BOURDIEU, 2004b, p. 7). As pressões econômicas sobre os produtos científicos rentáveis têm implicações diretas no desenvolvimento das próprias pesquisas, e uma reflexão sobre discursos que promovem uma crítica a este modo de funcionamento pode auxiliar na compreensão das principais disputas e interesses que hoje estão em jogo no campo científico.

Essa reflexão também é realizada por outros autores, como Bruno Latour, a partir de correntes de pensamento distintas daquela seguida por Bourdieu. Filiado à escola construcionista, Latour demonstra que a produção de conhecimento científico não é um fato isolado dentro de um laboratório. A necessidade de recrutamento externo de recursos faz com que a ciência seja permeada por diversos objetivos, atores e processos decorrentes de uma dinâmica de interesses, reconhecimento, parcerias, credibilidade, enfim jogos de poder político e econômico (LATOURE, 2000).

Considerando esse contexto e buscando entender melhor o atual debate sobre ciência aberta, verifica-se nos conceitos de Bourdieu um caminho para ampliar as percepções em torno da temática. Seguindo a proposta metodológica do autor de uma teoria da prática, propõe-se pensar as relações entre objeto de pesquisa, neste caso a ciência aberta, e os conceitos e teoria desenvolvidos por Bourdieu sobre o campo científico como espaço dotado de regras próprias, porém não isolado do contexto social, político e econômico. Acredita-se que este é um esforço inicial para fornecimento de elementos essenciais para uma discussão científica.

O CAMPO CIENTÍFICO NA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU

A obra de Pierre Bourdieu apresenta importantes contribuições para o campo da sociologia da ciência. Visando construir uma teoria da prática segundo a qual as ações sociais são realizadas pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global (ORTIZ, 1983), Bourdieu desenvolveu diversos conceitos-chave, que servem de base teórica para entender as divisões e distinções sociais, e que se mostram também relevantes para melhor compreender a dinâmica científica. Apoiando-se nos conceitos

de campo, *habitus* e capital, as pesquisas que o autor desenvolveu sobre a atividade científica contribuíram fortemente para a compreensão de situações do seu funcionamento que impactam diretamente no processo de produção do conhecimento.

Segundo Bourdieu (2004a), a noção de campo serve de base para identificar a oposição ou o antagonismo, considerado como importante elemento nas análises de pretensões científicas. Para compreender um campo, “não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e contexto” (BOURDIEU, 2004a, p. 20). Neste sentido, o autor afirma que é preciso considerar o universo em que estão inseridos os agentes e instituições, que formam um mundo social mais ou menos específico, completando que o campo é um microcosmo dotado de leis próprias e relativamente autônomo.

Nesta perspectiva, o conceito de campo, que pode ser empregado em diversas áreas e que fornece uma estrutura conceitual e analítica para a delimitação de um estudo, representa um espaço simbólico onde pode ser observado o funcionamento de determinado contexto social, considerando seus componentes, histórico, influências e atuações. Trata-se de um espaço para observação não só teórica, mas também empírica, que possibilita o embasamento e a delimitação do objeto em uma pesquisa científica.

O campo científico é pensado, em Bourdieu, como um universo que envolve pesquisadores, alunos, bolsistas, financiadores, instituições de pesquisa (pública e privada), a universidade, o conjunto de normas em ciência e tecnologia, governo e muitos outros atores que, tradicionalmente, participam do processo de produção da ciência. Deste ponto de vista, esses agentes e suas instituições vão agir de acordo com as “regras” e interesses do universo em que estão inseridos. Desta forma, considera-se que as práticas científicas não são neutras ou desinteressadas. Elas fazem parte de um campo em que produz e supõe uma forma específica de interesses, e tem por fim a aquisição de uma autoridade científica, que é definida por uma “capacidade técnica e poder social” (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Nesse jogo, o interesse por um objeto de pesquisa não está relacionado somente com aquilo que o cientista considera importante, mas também com o que tem maior chance de reconhecimento pelos outros (interesse intrínseco e extrínseco).

Pelo fato de que todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.), o que chamamos comumente de “interesse” por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.) tem sempre uma dupla face (BOURDIEU, 1983, p. 124).

Verifica-se então que aquilo que tem evidência no campo científico é o resultado de uma disputa de interesses, com predominância das escolhas daqueles que possuem maior capital científico. A busca pelo reconhecimento científico pode passar por uma série de questões que envolvem uma articulação com instâncias que possam produzir ou proporcionar certos tipos de poderes que levam ao reconhecimento.

Desta forma, um cientista vai buscar objetos de pesquisa que forneçam algum tipo de prestígio ou lucro. Com um funcionamento próprio, o campo científico encontra-se permeado por interesses diversos que resultam em uma disputa por um tipo de capital, que envolve poder, autoridade, reconhecimento e lucro.

CAPITAL CIENTÍFICO

O capital científico pode ser entendido como “uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004a, p. 26). É um conceito que está ligado ao reconhecimento de competências e também de autoridade científica. A cumulação de capital científico depende da quantidade de trabalho realizado, da qualidade das pesquisas, da posição ocupada no campo e também do capital simbólico, resultado desse acúmulo, transmissão e reconversão.

Para Bourdieu (2004a), existem ainda questões que envolvem a disposição ou predisposição dos pesquisadores no campo. O *habitus* dos indivíduos, que são disposições adquiridas, “maneiras de ser permanente, duráveis, que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo” (BOURDIEU, 2004a, p. 28), influenciam nas disposições a antecipar tendências, nas escolhas, como também nas práticas de resistir e ter dificuldade de se submeter a essas disposições, tentando modificá-las. De certa forma, o *habitus* tem um papel fundamental no comportamento e desenvolvimento dos indivíduos dentro de seu campo de atuação.

O acúmulo do capital científico pode proporcionar poder de definição dos rumos da ciência. Logo, “a definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, mais alta posição na hierarquia dos valores científicos” (BOURDIEU, 1983, p. 128). O capital científico pode em determinado momento permitir uma elevada posição dentro da hierarquia social dos campos científicos, onde serão definidas as “escolhas” e “vocações” dos campos.

Para Bourdieu (2004a), existem duas espécies de capital científico: um capital científico “institucional” e um capital de tipo “puro”. A primeira espécie tem características de um poder político, institucional e temporal, que está ligado à ocupação de posições ou cargos importantes dentro de instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, comitês, comissões etc., e que interfere sobre os meios de produção e reprodução de poder. Pode ser reconhecido através de estratégias políticas específicas. Sua transmissão tem quase as mesmas regras do capital burocrático, que pode ser considerado um tipo de capital simbólico objetivado, codificado, delegado e garantido pelo Estado (BOURDIEU, 1996). Algumas vezes, a transmissão de capital científico pode ser feita por meio de concursos, geralmente organizados pelos detentores deste capital científico institucionalizado, para perpetuar a lógica da nomeação burocrática.

A outra espécie, tratada como capital científico puro, está relacionada com prestígio pessoal, a partir do reconhecimento, entre os

pares, de competência científica, pelas contribuições ao progresso da ciência. Sua transmissão é mais difícil de acontecer, pois esse tipo de capital tem algo de carismático, de dons pessoais. Um pesquisador renomado pode transferir parte de seu conhecimento formalizado, mas o capital simbólico a ele associado somente será transferido com anos de estudo em colaboração com seu aprendiz, incluindo publicações conjuntas e recomendações do mestre. Os detentores do capital científico puro podem ser considerados dominantes em determinado campo, pois possuem o reconhecimento dentre os parceiros de sua autoridade (BOURDIEU, 2004a).

A influência do capital científico puro e do institucional dependerá do grau de autonomia do campo. Segundo Bourdieu, quanto maior for a autonomia do campo, menor será a influência dos poderes temporais (do capital científico institucional), que muitas vezes tendem a internalizar influências externas em lutas específicas do campo. O poder institucional (comprometido com o poder político e econômico) é o que liga o campo com outros campos, pois sempre há necessidade de recursos financeiros para se desenvolverem as pesquisas científicas.

Os conflitos intelectuais entre os detentores de capital científico institucionalizado e puro são, portanto, conflitos de poder, que variam de acordo com a posição ocupada no interior do próprio campo. Da perspectiva de Bourdieu (2004a), para fazer progredir a cientificidade, é preciso então tornar o campo mais autônomo, principalmente em suas condições práticas, evitando intervenções políticas que possam diminuir as análises de coerência lógica e verificação experimental.

Entretanto, nos dias atuais, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, existe maior demanda da sociedade por resultados e informações que lhes possam ser úteis no seu cotidiano. Esta demanda por informação também atinge o campo científico que precisa desenvolver um melhor canal de comunicação com a sociedade. Não se trata de agir de acordo com uma demanda social, mas de deixar transparente para a sociedade as pesquisas que estão sendo realizadas e quais são seus principais avanços. Desta forma, mesmo os detentores do capital científico puro, que em tese não estariam em contato direto com

as influências externas, passam por uma relação de responsabilidade social, não somente com seus pares, mas com a sociedade.

AUTONOMIA VERSUS HETERONOMIA

Para Bourdieu, a autonomia e a heteronomia são propriedades dos campos científicos, que vão depender da capacidade de refração das pressões externas vivenciadas pelo campo. Bourdieu (2004a) argumenta que, quanto mais o campo científico for autônomo, mais ele se distancia das leis sociais externas (chamado “erro do curto-circuito”). Nesta perspectiva, se um campo científico é muito “politizado” isso não significa que ele seja mais autônomo, pelo contrário, pode significar que haja mais influências de outros campos (político, econômico etc.) no próprio campo.

No campo científico há tensões e lutas pelo poder. Para reivindicar uma posição em campos com maior grau de autonomia, é preciso fazê-lo de forma teórica ou científica. Já em campos heterônomos, “mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não científicas nas lutas científicas” (BOURDIEU, 2004a, p. 32). Como o campo científico é um campo com lutas complexas, os concorrentes se enfrentam a partir do trabalho de objetivação de um conhecimento tácito, que é observado a partir das representações expressas no conhecimento explícito ou codificado (métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletivamente acumulados e empregados). Mas o autor propõe que isso pode ser um pouco diferente nas ciências em processo de autonomização, onde “se podem sempre disfarçar as censuras sociais em censuras científicas e vestir de razões científicas os abusos do poder social específico, como a autoridade administrativa ou o poder de nomeação mediante as bancas de concursos” (BOURDIEU, 2004a, p. 34).

Desta forma, o campo científico guarda em seu próprio funcionamento o conjunto de pressupostos que são admitidos ou colocados para fora da discussão, admitindo os limites da luta. Significa dizer que as questões em vigor no campo foram “aceitas” no do próprio campo, estando na pauta das suas discussões. Mesmo que essas questões tenham

sido financiadas ou trazidas para o campo a partir de demanda externa, se estão sendo discutidas em um campo é porque já estão dentro do escopo de questões que podem ser admitidas em seu âmbito, seja por interesse de reconhecimento da autoridade científica ou pela busca de acúmulo de capital científico.

Analisando da perspectiva colocada por Bourdieu, considera-se que atualmente, com a busca contínua pela produtividade na ciência, o poder científico institucional tem adquirido cada vez mais destaque à medida que este realiza a articulação entre financiamento de pesquisas e sua viabilização pelos pesquisadores. Cada vez mais as buscas por recursos financeiros para compra de material, equipamentos, contratação de bolsistas etc. são definidoras das práticas científicas que resultarão no desenvolvimento do capital científico “puro”.

Neste aspecto, a autonomia do campo está ligada à sua capacidade de dar respostas científicas a problemas encontrados na vida social, relacionados com os interesses de pesquisa do campo. A necessidade da constante articulação política e econômica entre os pesquisadores, instituições de pesquisa e fontes de financiamento e de respostas aos investimentos em pesquisa levam a uma corrida constante por publicações “certificadas” e, em algumas áreas, patentes.

“REVOLUÇÕES” CIENTÍFICAS

Se um campo tem um elevado grau de autonomia, suas mudanças seriam partes das demandas internas? Ou, por outro lado, se o campo é heterônomo e não consegue refratar as pressões externas, as mudanças em seu funcionamento são resultados de interesses externos?

Ainda buscando um embasamento teórico para respostas às questões, a obra de Bourdieu propõe uma reflexão sobre a ideia de “revoluções” científicas:

O fato de que o campo científico comporte sempre uma parte de arbitrário social na medida em que ele se serve dos interesses daqueles que, no campo e / ou fora dele, são capazes de receber os proveitos, não exclui que, sob certas condições, a própria lógica do campo (em

particular, a luta entre dominantes e recém-chegados e a censura mútua que daí resulta) exerça um *desvio sistemático dos fins* que transforma continuamente a busca dos interesses científicos privados (no duplo sentido da palavra) em algo de proveitoso para o progresso da ciência (BOURDIEU, 1983, p. 141)

Na visão do autor, são os desvios sistemáticos dos fins, realizados dentro do campo, que podem ser entendidos como mudanças ou “revoluções” científicas permanentes. Se as lutas do campo promovem os desvios sistemáticos dos fins, que por sua vez irão provocar transformações, é a qualidade da luta e a quantidade de conhecimento e informação envolvidas na luta que possibilitarão as mudanças no campo. Os mecanismos do próprio campo fornecem as condições para as rupturas que promovem as mudanças.

Desta forma, as mudanças no campo não acontecem apenas como resultados de escolhas de seus agentes (cujas origens podem estar além dos limites do próprio campo) em relação às questões científicas. Elas também não acontecem de forma instantânea, onde se passa de um sistema de regras ou cultura para outro totalmente diferente em um momento único, específico ou imediato. Com as condições institucionais inscritas no funcionamento do campo, as mudanças tornam-se um processo de conhecimento e lutas para solução de problemas científicos, onde

o interesse privado que cada agente singular tem em combater e dominar seus concorrentes para obter deles o reconhecimento está munido de todo um conjunto de instrumentos que conferem plena eficácia à sua intenção polêmica dando-lhe todo o alcance universal de uma censura metódica (BOURDIEU, 1983, p. 144).

Neste jogo, os cientistas trabalham para solução de problemas concretos, com métodos e estruturas racionalmente desenvolvidos, para convencimento de seus concorrentes, que, munidos de instrumentos de críticas aos produtos científicos, fiscalizarão essas soluções visando uma luta pela aquisição de capital científico. Para Bourdieu (1983, p. 144),

“o antagonismo, que é o princípio da estrutura e da transformação de todo campo social, tende a tornar-se cada vez mais radical e fecundo porque o acordo forçado onde se engendra a razão deixa cada vez menos lugar ao impensado e à doxa”. Neste ponto, verifica-se uma ordem coletiva da produção do conhecimento científico, pois os produtos passam pelo crivo tanto do grupo que o desenvolveu, quanto por um grupo de concorrentes, que busca o reconhecimento e uma posição dentro do campo.

A ideia de autonomia do campo fica mais forte considerando os aspectos concorrenciais de cunhos técnicos e racionais. Na busca pelo capital científico, a ordem coletiva de produção do conhecimento científico pelos agentes do campo torna-o cada vez mais autônomo, pois o embasamento teórico e técnico desenvolvido nas disputas de poder deixam pouco espaço para disputas políticas e temporais. Bourdieu (2004b) ressalta que a teoria de Thomas Kuhn, ainda que sem essa intenção, demonstra esta noção de autonomia. Quando Kuhn propõe que a noção de paradigma seria o equivalente a uma linguagem ou cultura por determinar quais questões podem ser pensadas ou impensáveis, ou ainda, aquelas que podem ser formuladas ou excluídas, o autor coloca os problemas científicos como algo a ser pensado apenas por uma comunidade científica, afastando o restante da sociedade dessas questões.

Para Bourdieu (2004b), a teoria de Kuhn deixou algumas lacunas sem respostas, mas sua principal contribuição foi “ter mostrado que o desenvolvimento da ciência não é um processo contínuo, mas que é marcado por uma série de rupturas e pela alternância de períodos de ‘ciência normal’ e ‘revoluções’” (BOURDIEU, 2004b, p. 28). Reinterpretando o paradoxo da tensão essencial de Kuhn, Bourdieu (2004b) propõe que o “revolucionário é alguém que tem capital (este resulta da existência de requisitos do campo), ou seja, um grande domínio dos recursos coletivos acumulados e que, por isso, conserva necessariamente aquilo que supera” (BOURDIEU, 2004b, p. 31).

Essa reinterpretação traz elementos interessantes para auxiliar no debate atual sobre ciência aberta, que indica mudanças (não exatamente

uma “revolução”) na maneira como funcionam algumas práticas científicas. Quando Bourdieu (2004b) argumenta que a “tensão essencial da ciência não faz com que haja uma tensão entre a revolução e a tradição, entre os conservadores e os revolucionários, mas com que a revolução implique a tradição, que as revoluções se enraízem no paradigma” (BOURDIEU, 2004b, p. 30), ele acredita que os “revolucionários” são grupos que possuem grande domínio da “tradição” e que estão em processo de crítica a uma ordem que coloca em risco a autonomia do campo e seus próprios processos de produção de conhecimento.

Considerando que mudanças podem ocorrer por fazer parte de um mecanismo de funcionamento do campo e por uma crítica da tradição por ela mesma, as práticas da ciência aberta podem ser resultados destes fatores, através de um processo de reflexão crítico no âmbito do próprio campo científico, visando à sua manutenção.

Analisando a prática da pesquisa científica, Bourdieu (2004a) afirma que a pressão pelo desenvolvimento de uma atividade científica rentável promove uma corrida pela prioridade da descoberta e de inovações, com o confronto entre visões antagonistas de autonomia dos pesquisadores puros e dos pesquisadores aplicados, que se baseiam na “liberdade relativa com relação à pressão econômica proporcionada pela assistência do Estado e que são perfeitamente compatíveis e mesmo complementares” (BOURDIEU, 2004a, p. 59).

A partir da identificação deste confronto, o autor recomenda desenvolver e acentuar as especificidades dos dois tipos de pesquisa, a pesquisa pura e a pesquisa aplicada. Diferenciar para integrar conhecimentos, com foco em um projeto institucional coletivo comum, “mediante uma organização sistemática de circulação de informações (seminários comuns, projetos de pesquisa que integrem o aspecto invenção e o aspecto inovação; logo, os departamentos e os pesquisadores correspondentes etc.)” (BOURDIEU, 2004a, p. 60).

Essa proposta inclui o que o autor chama de “desierarquização das funções”, que promove condições para construção de objetivos comuns através de uma luta coletiva em defesa de autonomia. Uma espécie de resistência dos pesquisadores, apesar da concorrência e dos conflitos

internos, em relação aos gestores científicos e autoridades externas, com suas imposições e seduções. Essa resistência dirige-se à burocracia da pesquisa, que pode ser reduzida através de inovação organizacional, com o auxílio de empreendedores específicos, que agiriam buscando envolver e

favorecer pesquisadores atípicos, de animar e organizar empresas coletivas, elaborar os editais de maneira a ajudar os pesquisadores menos experientes a conciliar as demandas externas com exigências internas; [...] mas também a formação (por programas de educação permanente e de interformação) e a circulação da informação científica (BOURDIEU, 2004a, p.64).

Trata-se de uma proposta de reflexão coletiva, capaz de mobilizar todas as forças vivas de uma instituição de pesquisa e todos os seus recursos para uma espécie de conversão coletiva, que é a condição de uma verdadeira atualização do fazer na ciência (BOURDIEU, 2004a). Apesar dos obstáculos sociais, políticos e econômicos que se opõem à transformação da prática científica, o autor ressalta as vantagens que tal conversão coletiva pode trazer para a ciência. Com suas análises do campo científico, Bourdieu (2004a) indica os princípios concretos de uma *Realpolitik* da razão, superando os obstáculos estruturais e sociais relacionados com a comunicação racional e a discussão esclarecida, através das lutas políticas e específicas dentro do próprio campo. Realizar uma *Realpolitik* da razão integraria as diferentes estruturas organizacionais, promovendo uma discussão coletiva entre os diversos agentes pertencentes a estas estruturas. Isto significa fazer os pesquisadores trabalhar em conjunto, sem abdicar de seus interesses próprios, que muitas vezes se apresentam de forma antagônica.

DISCURSOS DA CIÊNCIA ABERTA

A partir da leitura de Bourdieu até aqui realizada, encontra-se espaço para colocar questões relacionadas com o debate sobre ciência aberta, como parte de mudanças no funcionamento do campo científico e suas práticas.

Estudos sobre as transformações nas condições contemporâneas de produção, circulação e disseminação de informações e conhecimentos indicam a contradição e o antagonismo entre, de um lado, o desenvolvimento das formas de apropriação social da informação e do conhecimento (como bens públicos ou do comum); e, de outro, formas de apropriação privada desses intangíveis (como mercadorias) (ALBAGLI; MACIEL, 2012). As formas de apropriação social envolvem “novos tipos de colaboração que se valem do desenvolvimento e difusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC), particularmente das plataformas digitais” (ALBAGLI et al, 2013, p.2). Já as formas privadas apostam no fortalecimento dos regimes de proteções de direitos de propriedade intelectual (patentes, copyright etc.).

Analizando estes aspectos a partir da teoria do regime de informação, Albagli, Appel e Maciel (2013) destacam que

... se observa o acirramento do antagonismo entre uma concepção de ciência aberta (Open Science), que ganha proeminência a partir dos trabalhos de Robert Merton, e o paradigma que iria privilegiar uma ciência proprietária. É a partir daí, também, que aumentam as pressões sobre os ambientes acadêmicos e universitários para o patenteamento e o retorno financeiro dos resultados das atividades de C&T, buscando-se estabelecer aparatos institucionais e legislação pertinente a esses objetivos. (ALBAGLI *et al.*, 2013, p. 8)

O movimento da ciência aberta faz parte desse antagonismo constitutivo do atual regime de informação em C&T. O foco na privatização da ciência por meio de mecanismos de proteção da propriedade intelectual abriga desde o que alegam ser este o mecanismo mais eficiente para promover o avanço da ciência aos que visam tão somente ampliar o poder econômico daqueles que detêm esses direitos de propriedade. Em contraponto, discursos e iniciativas da ciência aberta sobre o papel da produção colaborativa também se dividem entre os que veem na maior colaboração a possibilidade de ampliar a participação e os benefícios sociais da ciência, e os que acreditam ser esta a melhor estratégia para

ampliar a competitividade e o aumento das inovações. Evidenciam-se assim o embate discursivo que se dá no campo (ALBAGLI; MACIEL, 2012), bem como as disputas, os interesses e as formas de acumulação de capital científico conforme tratados na teoria de Bourdieu sobre o campo científico.

Argumenta-se ainda que a ciência aberta constitui a própria essência da ciência, já que “se considerarmos os valores filosóficos e bases epistemológicas, podemos afirmar que, se não é aberto, não é ciência” (ABDO, 2013 *apud* HOURCADE, 2013, p. 14). Esse movimento tem crescido a partir de uma série de iniciativas que abrem a perspectiva para uma possível “ciência de multidão” (PINHEIRO, 2014). Pinheiro (2014, p. 163) ressalta que as questões que envolvem a ciência aberta transcendem as ferramentas tecnológicas e passam pelos campos “da ciência, do ensino, da pesquisa, da política, da economia e da cultura, entre os muitos fatores e componentes envolvidos neste complexo fenômeno”.

Na perspectiva de uma sociologia da ciência, identifica-se, nos discursos da ciência aberta, uma importante reflexão sobre a transformação da ciência, com especial ênfase no desenvolvimento e usos das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e dos processos de abertura e de promoção da transparência do trabalho científico. A proposta é que a prática da ciência aberta amplie as fronteiras da ciência, colocando em evidência a necessidade de se demonstrarem objetivamente os métodos e resultados da investigação dos pesquisadores no campo científico, mas também proporcionar a reutilização dos dados científicos, a colaboração entre os pesquisadores e, principalmente, a possibilidade de conhecimento do fazer científico pela sociedade. Ciência aberta não significa então apenas o acesso aberto a conhecimento. É um movimento que envolve um processo de atualização das práticas científicas frente às transformações tecnológicas, que auxiliam na formação de redes de conhecimento e potencializam sua produção coletiva. A colaboração, a internacionalização, a transparência e os avanços dos trabalhos científicos são potencializados, segundo os discursos da ciência aberta.

ORIGENS

A ideia de ciência aberta não é recente. Segundo David (2008), os atuais discursos sobre a ciência aberta fazem parte de um legado longo e complexo, que não pode ser assumido como um autoequilíbrio da ciência, em resposta aos imperativos da técnica científica moderna. O autor faz uma análise histórica dos movimentos científicos, considerando a passagem do domínio do sigilo na busca dos segredos da natureza, para um novo conjunto de normas, incentivos e estruturas organizacionais que reforçaram compromissos dos pesquisadores científicos para divulgação rápida de novos conhecimentos (DAVID, 2008). No final do século XVII e início do século XVIII, com a criação das academias científicas, tais como a Académie Royale des Sciences e a Royal Society, houve incentivo ao desenvolvimento da disseminação do conhecimento especializado produzido por seus membros, além de promover a pesquisa científica, estimulando a discussão entre pares. Uma teoria científica, para se afirmar, necessitava ser comunicada a seus pares que a podiam criticar livremente.

Mais recentemente, os estudos de Robert Merton sobre o *ethos* científico também se tornaram referência para as perspectivas da ciência moderna que convergem para a ciência aberta. As normas de comportamento conhecida como *CUDOS* (*Communalism, Universalism, Disinterestedness and Organised Scepticism*), formuladas por Merton em 1942, têm em sua filosofia os seguintes imperativos. O comunismo está relacionado com a uma propriedade comum do conhecimento. Os produtos científicos são resultados de uma cooperação social e são atribuídos a um esforço coletivo, não constituindo um produto privado ou individual. O universalismo trata da importância da contribuição científica sem as barreiras de culturas pessoais, como raça, gênero ou nacionalidade. Está relacionada com a disponibilidade do produto científico para avaliação por critérios impessoais e universais. No imperativo do desinteresse, o cientista deve ser isento de interesses particulares e pessoais para contribuição do avanço científico para humanidade. Por último, o ceticismo organizado trata-se da crítica rígida e estruturada aos resultados científicos apresentados. O conhecimento

deve ser submetido a avaliação sob critérios lógicos e empíricos, antes de julgamentos ou preconceitos (MERTON, 1942).

Essas normas serviriam como uma espécie de contrato entre cientistas e sociedade, na expectativa de que a ciência desempenhe um papel importante no desenvolvimento econômico e social, e principalmente na sua capacidade de melhorar as condições de vida das populações.

O século XX é marcado pelo antagonismo entre a noção do sigilo e da transparência na ciência. Conforme explica Jacobetty (2010), houve então uma expansão do conhecimento científico impulsionado a partir da Segunda Guerra Mundial, cujas inovações e descobertas faziam parte de um contexto de segredo militar. A partir da segunda metade do século XX, a afirmação de direitos de cidadania e a difusão dos movimentos sociais (incluindo os ambientalistas) levantaram uma preocupação com usos da ciência e tecnologia, exigindo transparência e diálogo.

Ao mesmo tempo, observou-se uma crescente privatização do conhecimento, como atestam as pressões para o patenteamento das invenções (inclusive no âmbito das universidades a partir da Bayh-Dole Act, na década de 1980, nos Estados Unidos), sobretudo em algumas áreas, como a farmacêutica (ALBAGLI; MACIEL, 2013). Em contrapartida, o projeto de mapeamento do genoma humano proporcionou transformações neste cenário. Segundo Jacobetty (2010), este projeto trouxe transformações nos modos de produção, distribuição e utilização do conhecimento científico, e especialmente no papel da Biologia na investigação científica.

As práticas da ciência aberta ganharam espaço como alternativa à estratégia de proteção de direitos da propriedade intelectual. Esse movimento parte do pressuposto de que a privatização de dados e informações tende a dificultar e atrasar o avanço científico, bem como o progresso econômico e social. Segundo David (2014), o acesso aberto aos dados e informações técnicas sobre os novos métodos de investigação e descobertas pode auxiliar no desenvolvimento de novas técnicas e inovações organizacionais destinadas a ampliar e melhorar a infraestrutura das comunicações científicas e acadêmicas. Neste sentido, as

diversas práticas da ciência aberta podem servir de base para atualização de políticas e regulamentações em pesquisa e desenvolvimento, com a cautela necessária para que estas ações não se transformem em táticas mais restritas de regimes de direitos de propriedade intelectual. Para David (2014), a natureza e filosofia de uma ciência aberta, e também seus resultados, devem ser reconhecidos, protegidos e apoiados adequadamente, visando a manutenção da vitalidade futura da ciência aberta em benefício das sociedades. Em suma, este é um jogo que envolve diversos atores, como empresas, universidades, órgãos públicos e novas instituições, um jogo que está em plena disputa no campo científico a partir de suas interações com os diversos campos da sociedade.

PRINCIPAIS PRÁTICAS ATUAIS

Como foi tratado anteriormente, a ciência aberta consiste em uma série de práticas que buscam a colaboração, o compartilhamento e o acesso a conteúdos que promovem a pesquisa científica em um nível mais amplo, de modo contrário às pesquisas fechadas onde poucos têm acesso aos dados gerados no decorrer da investigação, fortalecendo a cultura da privatização de conhecimentos. A proposta é que, quanto mais colaboradores em uma pesquisa, mais informações e conhecimentos são gerados, possibilitando novos usos destes conhecimentos.

Delfanti (2013) aponta que atualmente ciência aberta (*open science*) é um termo guarda-chuva que pode abrigar práticas muito diferentes, como: código aberto (*open source*), acesso aberto (*open access*), ciência cidadã, ciência cooperativa *online* e *e-Science*, e ciência 2.0.

O *open source* está relacionado com as metodologias que promovem a livre redistribuição e acesso aos detalhes de *design* e desenvolvimento de um produto acabado (*software*) (DELFANTI, 2013), correspondendo ao acesso ao código-fonte dos programas informáticos, facilitando os ajustes e adaptações às diversas realidades. As licenças adotadas para o software livre e de código aberto (*open source*), “como as licenças *copyleft*, e também as licenças *Creative Commons* tem garantido a manutenção do acesso aberto dos produtos e licenças derivados da

cópia, adaptação e redistribuição do que foi originalmente licenciado” (ALBAGLI *et al.*, 2013, p. 15).

O *open access* está relacionado com o acesso aberto às publicações científicas, que ganha força em diversos países a partir da Iniciativa de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative – Boai*), em 2002, seguida das declarações de Bethesda e de Berlim, em 2010. Este pode ser considerado um dos primeiros movimentos da ciência aberta. O acesso aberto é uma prática bastante difundida no mundo e cresce anualmente no campo científico, através das políticas de acesso aberto às informações e os repositórios institucionais. Vários estudos apontam que uma das principais vantagens das políticas de acesso aberto é dar maior visibilidade às pesquisas e pesquisadores (KURAMOTO, 2008).

A ciência cidadã (*citizen science*) é um tipo de colaboração externa ou fora de instituições de pesquisa (DELFANTI, 2013). Está relacionada com a participação social nos projetos científicos, como é o caso dos grandes volumes de dados produzidos pelos *big data*, conjunto de soluções tecnológicas que produzem, captam e processam dados digitais em grande volume, variedade e alta velocidade, que desafiam as análises científicas tradicionais. Hoje a ciência busca ajuda de não cientistas (muitas vezes voluntários) para processar esses dados (SOARES; SANTOS, 2011).

Já a ciência 2.0 (*science 2.0*) está relacionada com práticas de colaboração a partir de ferramentas *on-line* (*wiki*). Ou seja, a atividade científica apropriando-se da *web 2.0* para promover novas possibilidades de comunicação e colaboração nas pesquisas (DELFANTI, 2013). Sua principal característica é a construção científica compartilhada com a ajuda da *web 2.0*, que permite que as pessoas se relacionem e realizem construções coletivas de conhecimentos. A ciência 2.0, através do uso de *blogs*, redes sociais e bases de dados específicas, plataformas de investigação compartilhada, favorece a rápida identificação de erros, a discussão de ideias com seus pares, além de possibilitar o surgimento de novas questões e hipóteses de pesquisa (REBIUN, 2010).

O movimento dos dados científicos abertos também faz parte deste universo de práticas para uma ciência aberta. Talvez esta seja

uma das questões mais delicadas, pois se trata dos dados primários, aqueles que serviram de base para as pesquisas inovadoras. Na área científica, a prioridade da descoberta envolve ganho de prestígio e poder ao pesquisador. Quando os dados que poderiam servir de vantagem competitiva ficam abertos, os pesquisadores precisam contar com outras estratégias para manter seu prestígio. Portanto, para o movimento da ciência aberta uma forma de prestígio é compartilhar. Algumas pesquisas com modelo de dados científico abertos estão funcionando com alta capacidade e colaboração e obtendo resultados que não poderiam ser alcançados se realizados no modelo fechado. Este é o caso do projeto do acelerador de partículas (Large Hadron Collider – LHC) desenvolvido pelo *European Council for Nuclear Research (CERN)*, com a participação de cientistas de todo mundo (inclusive brasileiros), que têm acesso aos dados primários e os processam em tempo real, sendo um projeto de produção de conhecimento coletivo.

Para concluir, verifica-se que a ciência aberta é composta por uma série de práticas que utilizam a tecnologia como principal ferramenta para sua realização, mas que envolve outras dimensões como a política, a cultural e a institucional. É uma forma de funcionamento do campo científico e, portanto, envolve diversos atores e instituições que convergem e / ou divergem das práticas de acordo com os interesses em jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de Bourdieu abrem um leque de observações sobre o funcionamento do campo científico. Como explica o autor, sua análise sociológica não traz revelações radicais ao campo, mas coloca em evidência uma perspectiva sistemática de pontos de vista que constituem as lutas práticas que ocorrem no campo, mostrando como é feito o esforço de universalização de determinados agentes e posições, no sentido de conservar a ordem entre dominantes e dominados (BOURDIEU, 2004a).

Desta forma, entende-se o processo de produção de conhecimento científico como o resultado de sujeitos, pressões internas e externas, forças, estruturas etc.. É um processo que envolve a busca pelo reconhecimento de competências, autoridade científica, acúmulo de capital

científico e pela autonomia do campo frente às forças que desejam fazer “regulamentações” de acordo com seus interesses, apesar de reconhecer que não há campo totalmente autônomo e neutro. Neste contexto, entende-se que as mudanças são partes das lutas no campo, mas que não vão ser inscrever tão somente nos modos de seu funcionamento. As rupturas existentes no campo científico são respostas a lutas travadas no seu interior, mas também lutas que o atravessam e que envolvem uma diversidade de atores e pontos de vista, que acabam por modificar as formas de agir e os interesses de pesquisa ao longo do tempo.

Do mesmo modo, a noção de autonomia e o papel da autoridade, no campo científico, bem como as bases para sua afirmação, são postas em cheque pelo movimento da ciência aberta. As abordagens da ciência aberta implicam o abalo das hierarquias, das fontes de autoridade e de reputação. A própria composição do campo científico se amplia, para incluir outros atores que não são usualmente pensados como seus integrantes.

Os discursos de ciência aberta não são fatos isolados, nem representam propriamente uma “revolução”, mas fazem parte de um processo histórico que remonta à organização da ciência moderna no contexto de transformações sociais mais amplas. Constituem parte de mudanças da ciência frente às possibilidades de avanços práticos propiciados pelos novos usos das infraestruturas tecnológicas. Podem também ser vistos como parte dos novos requisitos do capitalismo contemporâneo, em que se valorizam a produção coletiva de conhecimentos e informações, ainda que sob pressão de apropriação privada a partir dos direitos de propriedade. O uso das tecnologias pode facilitar as práticas científicas em busca da produção coletiva do conhecimento e da *Realpolitik* proposta por Bourdieu. Entretanto, estas são considerações que precisam ser aprofundadas para melhor serem analisadas.

Analisar as práticas da ciência aberta a partir da teoria de Bourdieu pode contribuir para ir além da visão de que o atual movimento pela ciência aberta constitui mera recuperação da visão mertoniana do CUDOS. A teoria de Bourdieu ajuda a ultrapassar esta visão e olhar para a prática e entender que as mudanças não são dadas ou são instigadas

por um espírito de universalismo, comunismo ou comunalismo, desinteresse pelo lucro e cepticismo organizado, mas por uma disputa de interesses que podem ou não levar à democratização do processo e do campo científico.

A ciência não é neutra ou desinteressada nas escolhas de seus objetos de pesquisa. As pressões internas e externas vão construir os caminhos que a ciência percorrerá. As invenções e inovações, que são resultados das pesquisas científicas, mas também parte de processos históricos e sociais, logo serão incorporadas na sociedade e servirão como base para novas necessidades, novos problemas e novos conhecimentos que poderão fazer parte de um novo conjunto de questões e soluções que precisarão ser respondidas pela ciência, a partir de seus interesses e pressões. É o ciclo da produção de conhecimento que cada vez torna-se mais visível e permeável à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação, conhecimento e democracia no capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; ALBAGLI, Sarita. *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ALBAGLI, S.; APPEL, A L.; MACIEL, M. L. E-science e ciência aberta: questões em debate. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2013.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 91-135.
- _____. *Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004a.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004b.
- DAVID, P. A. The Republic of Open Science: The institution's historical origins and prospects for continued vitality. *SIEPR Discussion Paper*, California, No. 13-037, 2014.
- DAVID, P. A. The historical origins of 'open science': An Essay on Patronage,

Reputation and Common Agency Contracting in the Scientific Revolution. *Capitalism and Society, De Gruyter*, v. 3, n. 2, p. 1-106, 2008.

DELFANTI, A. *Biohackers: the politics of Open Science*. London: Pluto Press, 2013. p. 1-24

HOURCADE, V. Processos abertos na prática científica. *Cienc. Cult.*, v. 65, n. 4, p. 14-15, 2013

JACOBETTY, P. *Ciência Aberta: Produção de Conhecimento Científico na Sociedade em Rede*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2010.

KURAMOTO, H. Acesso Livre: Caminho para maximizar a visibilidade da Pesquisa. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, n. 3, 2011.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir engenheiros e cientistas sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

MERTON, R. K. The Normative Structure of Science. In: _____. *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1973.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-37.

PINHEIRO, L. V. R. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. *RECIIS*, v. 8, n. 2, p. 153-165, 2014.

REBIUN. *Ciencia 2.0: aplicación de la web social a la investigación*. Madrid, 2010. Disponível em <http://eprints.rclis.org/3867/1/Ciencia20_rebiun.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

SOARES, M. D.; SANTOS, R. D. C. Ciência cidadã: o envolvimento popular em atividades científicas. *Ciência hoje*, v. 47, 2011.

Parte 3

Bourdieu e a diversidade das
práticas e processos culturais

Pequeno ensaio: do *campo* para a rede sociotécnica

Tamara Tania Cohen Egler

O ponto de partida do presente ensaio está focado na emergência da rede sociotécnica e na categoria *campo*, sendo seu objetivo analisar as relações que se estabelecem entre os mesmos. A rede sociotécnica é um coletivo que se organiza em torno de sentidos de compartilhamento, colaboração e solidariedade e existe quando estes têm um objeto de ação em comum (EGLER, 2007). Quer dizer, a rede social é um fato concreto, existe no real e no presente, é um coletivo que se organiza em torno de uma ação social, por mediação de tecnologias da informação e comunicação – TIC, em torno de objetos compartilhados e resulta na produção de fatos. Ou seja, tem existência material, tangível e visível.

O sentido de campo proposto por Bourdieu (1998; 2007) está associado ao sentido de pertencimento, a um grupo social que tem um modo compartilhado de *pensar, ser e agir*. O campo é uma das categorias mais importantes na obra de Bourdieu, porque propõe um novo ponto de observação para interpretar os fenômenos sociais compreendendo os espaços sociais para além da distribuição da propriedade material entre os indivíduos e reconhecendo a produção simbólica como um sistema de comunicação que produz o consenso e dá sentido ao mundo o que conduz para a integração social.

Para designar o campo, Bourdieu enuncia que se trata de aplicar a universos distintos o mesmo modo de pensamento. Sua proposta metodológica é tratar a teoria como um modo de operação que orienta e organiza a prática científica. O conceito de campo é então compreendido como produção social de relações objetivas. Sua significação fica

mais clara com exemplos de diferentes áreas: religião, arte, alta costura, literatura, filosofia, política, futebol e tantos outros a descobrir na complexidade da vida social. Bourdieu trabalha o conceito de campo como resultado de uma produção coletiva que opera o *pensar, o ser e o fazer* sobre um determinado espaço social compartilhado.

O campo é uma representação simbólica da realidade. É um recorte da realidade que se deseja representar. Por isso Bourdieu propõe que o cientista social deve recortar inúmeros campos que compõem o mundo social, dependendo da capacidade criativa e analítica do seu produtor, autor. Ele cria uma forma alternativa de organizar o conhecimento em ciência humana ao substituir a divisão entre disciplinas: sociologia, economia, história, geografia e outras para propor uma análise que examine a totalidade do campo. É uma categoria abstrata, ilumina o fato concreto e permite a sua análise.

Para fazer essa análise foi preciso considerar o método de produção do conhecimento criado por Ana Clara Torres Ribeiro (2001). A ciência social é uma profissão que tem por objetivo fazer a análise do *presente*, do que existe. Por isso o método proposto pela autora considera que a produção do conhecimento em ciência social é produto de um trabalho intelectual em que é preciso conhecer os *atores, processos e fatos* que produzem o espaço. Trata-se de sair de um lugar analítico, que tem por ponto de observação os autores, para entrar no mundo social de verdade que tem por objeto a observação dos fenômenos.

Em vez de fazer a análise do que está escrito nos livros clássicos, é preciso analisar o que existe na vida real, na existência das pessoas na vida cotidiana em seu espaço: sair da ideologia para entrar na análise do mundo social de verdade. Essa concepção da pesquisa social propõe um método alternativo ao posicionamento analítico tradicional, que considera o social como derivado da estrutura econômica, para propor uma análise das relações entre os homens que acontecem no mundo da vida cotidiana.

Daí a importância do espaço e da proposta analítica que pretende observar *as coisas* que acontecem no espaço. Para isso é preciso avançar na observação do objeto empírico e compreender os *atores* sociais, como

os grupos sociais que interagem. Nessa categoria podemos reconhecer as diferentes formas de articulação entre os diferentes atores que compõem o social. Por exemplo: agentes são aqueles que representam as agências governamentais; sujeitos, aqueles que desempenham ação política; e indivíduos são as pessoas e o seu corpo.

Para entender a ação, devemos trabalhar no sentido de considerar que a ação política acontece pelo menos entre dois. Ela é de natureza imaterial, intangível e invisível. Para realizar a ação podemos identificar processos de natureza material, visível e tangível. Os atores produzem *ações*, que por mediação de *processos* produzem *fatos*. Este é o ponto de partida da análise proposta que tem por objetivo compreender o objeto empírico, a rede sociotécnica e a categoria campo. Ao distinguir o método, podemos compreender o significado das relações analíticas entre rede sociotécnica e campo.

Para fazer a análise do objeto de investigação, Bourdieu propõe sua decupagem em duas dimensões, a primeira associada ao objeto empírico e a segunda ao objeto teórico. A primeira resulta da observação real, ou, como complementa Ana Clara Torres Ribeiro, do presente, do que existe, da identificação de *atores, processo e fatos* no espaço (RIBEIRO, 2005). A segunda, da capacidade do autor de subjetivar teorias, categorias e conceitos do percurso no campo que ele realizou.

A primeira é uma abstração dentro do objeto teórico, pode ser aplicada em diferentes objetos empíricos; a segunda é parte do objeto empírico, pode pertencer a diferentes situações na complexidade do mundo em transformação. Por exemplo, quando Norbert Elias analisa as redes sociais, em 1939, considera que elas sempre existiram e se constituem em mediações entre sociedade e indivíduo (ELIAS, 1994). Na atualidade, a rede sociotécnica resulta da comunicação por mediação de processos de informação e comunicação digital, e resulta na formação de um grupo de atores, uma rede sociotécnica, em que se compartilha uma forma de *pensar, ser e agir* quando se organizam em torno de um objeto comum de ação.

A pergunta sobre a relação entre rede sociotécnica e campo *nasce* da nossa experiência de investigação. No percurso de nossa pesquisa, quando

examinamos a redes no governo da cidade (EGLER, 2007) foi possível identificar o objeto empírico que faz a rede sociotécnica. Os atores são entidades da sociedade civil que se organizam por processos tecnológicos para a implementação de políticas públicas setoriais, como por exemplo: defesa do meio ambiente, do planejamento urbano, do emprego e renda, da saúde, do desenvolvimento social, da cultura, dos direitos humanos, para citar os mais importantes. Quer dizer, são coletivos que pertencem a um grupo social que compartilha formas de ser, pensar e fazer. Este foi o objeto empírico identificado no transcorrer da investigação.

Ao mesmo tempo, a nossa subjetivação da categoria campo de Bourdieu, que dava o significado de pertencimento a um coletivo que compartilha formas de *pensar, fazer e ser*, permitia a aproximação analítica entre rede sociotécnica e campo: ambos respondiam pelo mesmo significado. O que era isso?

Esta interrogação encontrou sua resposta quando nossa análise compreendeu que rede social é ator, técnica é processo, política pública é fato delimita-se um objeto empírico. O significado de rede sociotécnica se representa quando aplicamos a categoria campo ao objeto empírico, concluindo: rede sociotécnica é uma forma de pensar, ser e agir compartilhada.

Ou seja, apliquei na rede sociotécnica a categoria campo e encontrei o seu significado. Daí a importância do método da professora Ana Clara Torres Ribeiro que ensina a pensar sociologicamente.

O MÉTODO

Para entender o método é preciso considerar, como propõe Hannah Arendt, (1992; 1993) as relações entre o pensamento e a compreensão. A compreensão precede e sucede o conhecimento e lhe dá significado: ela precede e orienta a investigação científica, e a ciência ilumina, permitindo a subjetivação de conceitos que orientam a compreensão. Para se descolar do senso comum, o cientista parte da compreensão que guia o trabalho do pesquisador com segurança.

O conhecimento resulta da compreensão do que fazemos e vivemos. Conhecimento e compreensão não são a mesma coisa, mas

fazem parte de mesma cadeia de significados. A compreensão baseia-se no conhecimento, confere significado ao conhecimento. Ela precede a produção do conhecimento: este não acontece se não houver uma compreensão que o preceda. A ciência reduz o desconhecido ao conhecido. É preciso conhecer pelo senso comum e autorizar pela instituição científica (1992; 1994).

O pensamento nos permite compreender o que se passa na realidade, para levar adiante a capacidade de pertencer ao mundo. Possibilita desdobrar a capacidade de intervenção e alcançar transformações na condição da existência social. Compreender é dar significado as coisas para poder interagir com as mesmas.

Daí a importância do pensamento para a possibilidade de compreender o mundo e propor a sua transformação. O pensamento, como propõe Bourdieu (1998, 2007), é relacional e associativo, quer dizer, social na relação com o *outro* e mental, com o nosso cérebro. Por isso o pensamento que comunica pode transformar o mundo. A principal questão de Hannah Arendt é a comunicabilidade em geral. A comunicação é a forma extraordinária da inteligência humana. Daí a importância da comunicação, que possibilita um sentido comum do mundo e um movimento coletivo em direção a um objeto compartilhado.

Mas é preciso compreender que existe uma diferença entre método e metodologia: método é a organização do pensamento, metodologia é a atividade que realizamos para fazer pesquisa, como por exemplo: fontes primárias e secundárias de pesquisa, revisão da literatura, levantamento de campo – processos e procedimentos que devemos realizar para a tarefa de fazer a pesquisa. O primeiro é interno ao sujeito, está associado ao ato de pensar, de natureza subjetiva, é da materialidade. O segundo é externo ao sujeito, está associado ao ato de fazer, é da imaterialidade.

A construção do objeto do conhecimento não é uma tarefa fácil e está associada à nossa capacidade de realizar, de forma mais ampla, a interlocução acadêmica. Para fazer ciência social é preciso estar atento para desenhar o objeto empírico e fazer a interlocução com o objeto teórico. Na nossa interpretação, o objeto teórico é um instrumento

analítico que permite fazer a análise do objeto empírico. Para a produção de conhecimento, é preciso avançar na investigação empírica na realidade em observação,⁴⁹ do presente que existe. Para a elaboração do objeto teórico é preciso ler, compreender e localizar no campo as teorias, categorias e conceitos que iluminam o objeto empírico – ou seja, não se trata de partir da teoria para a empiria mas, ao contrário, da empiria para a teoria. Não se trata de usar a teoria para repetir o que já foi dito pelos livros clássicos. Mas, sim, de usar a teoria para ampliar a nossa capacidade analítica, para dar significado ao objeto empírico em observação. Por isso fazer ciência social é associar objeto empírico ao objeto teórico, por que são inseparáveis.

Para alcançar esse desígnio, é importante escutar as contribuições dos autores ao campo e a fala das pessoas que participam da realidade da vida. Em outras palavras, para se proceder à produção de conhecimento novo é preciso avançar na investigação empírica da realidade em observação.⁵⁰ Para promover o debate teórico, será necessário estar sempre alerta para ampliar a família de conceitos e realizar a pesquisa empírica, visando à produção de uma análise criativa.

O avanço da formulação da metodologia dá-se a partir da compreensão de uma *família de conceitos*,⁵¹ que permite a formulação de uma *cadeia de significados*, para analisar a complexidade dos fenômenos em processo de observação. Para tanto, julgamos que a diversidade de métodos é a condição necessária para o levantamento de dados e informações empíricas (EGLER, 2007). Para alcançar resultados positivos de pesquisa, é necessário produzir um pensamento teórico que atribua significado à formulação do método proposto, valorize e reconheça a diversidade de teorias, processos e procedimentos metodológicos.

49 Como proposto por Ana Clara Torre Ribeiro, no curso Metodologia da Pesquisa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

50 Idem.

51 *Ibidem*.

REDE SOCIOTÉCNICA

Para avançar na análise proposta, é preciso refletir em torno da interação entre os atores que participam de um mesmo campo, para compreender o modo pelo qual isso acontece. Por isso importa reconhecer o lugar da informação e da comunicação na formação do campo.

A rede sociotécnica amplia a capacidade de informar, comunicar e interagir. Para fazer avançar a percepção dessa relação entre campo e rede sociotécnica é preciso reconhecer a importância do fazer sociológico e o lugar do método que organiza o pensamento e produz o conhecimento. O método antecede o ato de pensar, está inscrito na forma de organizar o pensamento para fazer pesquisa sociológica, é de dentro, se coagula no ser. A metodologia é a forma de organizar a pesquisa, é uma atividade, está fora do ser, está na realidade que desejamos analisar.

A comunicação antecede e sucede o pensamento e produz a interação com o *outro*, *os outros*, e permite a formação do campo. Para avançar na análise das relações que se estabelecem entre o campo e a rede sociotécnica, podemos estruturar o nosso *objeto* em dois eixos: o primeiro elabora o pensamento e compartilha o campo, o segundo se dedica a perceber a potencialidade das redes sociotécnicas para a formação de campos.

A comunicação digital permite a formação da rede sociotécnica, constituindo uma identidade intelectual coletiva que aproxima os atores associados ao campo. A partir de sentidos de compartilhamento, confiança e solidariedade se redefinem as formas de organização na atualidade do mundo social, no qual o conhecimento interpreta um papel fundamental.

As TIC possibilitam a formação de novos fóruns digitais, pelo desenvolvimento de sistemas de computação de repositórios do conhecimento, que são plataformas de diálogo que possibilitam a criação de espaços públicos virtuais (MAIA, 2002). A rede sociotécnica possibilita a emergência de um espaço de comunicação virtual de *todos para todos* – formas de conectividade que permitem que a qualquer momento possamos nos conectar com qualquer pessoa ou um banco de dados. Essa multiplicidade de canais possibilita uma nova forma de

coletividades autônomas que se comunicam entre si. E compartilham formas de *pensar, de ser e de agir*, com os indivíduos em contínua comunicação – uma rede sociotécnica.

Essa rede de autores possibilita uma mediação para a produção coletiva do conhecimento. Ela pode incluir instituições e outros atores e permite a unificação do saber do mundo da vida com o saber da instituição científica. Trata-se da possibilidade de construção de um espaço público que associa vital+virtual, para uma ampla difusão do conhecimento nos múltiplos campos que compõem o mundo social.

A importância da presente reflexão reside em compreender como as redes apresentam uma nova possibilidade de exercício da produção do conhecimento em ciência social. Como as TICs se constituem em dispositivos tecnológicos que potencializam as suas formas de organização da pesquisa compartilhada. As redes constituem uma nova forma de constituição de coletivos organizados em torno da produção do conhecimento. Os atores se unem para potencializar suas possibilidades para o enfrentamento de problemas sociais.

TECNOLOGIA E CAMPOS

As tecnologias de informação e comunicação permitem novos procedimentos na ordenação, disponibilização, transmissão e acessibilidade ao conhecimento. Podem produzir novas formas de articulação de professores, técnicos governamentais, comerciantes, estudantes e cidadãos. Trata-se de romper as amarras de instituições e usar TICs para ampliar a capacidade de ação da sociedade e democratizar o acesso ao conhecimento.

Possibilitando uma maior interação entre o conhecimento produzido no mundo da vida e o mundo da ciência, elas permitem o exercício de transmissão em espaço horizontal, democratizando a acessibilidade aos saberes necessários para a vida em sociedade.

Ele esta concebido no sentido de compreender as formas alternativas de interação social que resultam de TICs. Exige novas formas de concepção, organização e transmissão do conhecimento para levar adiante a tarefa de propor um processo de democratização da

acessibilidade ao conhecimento socialmente produzido. Para nós interessa observar e compreender como a rede sociotécnica é um ator que produz ações e transforma o mundo. É preciso inovar as políticas das instituições de C&T para a democratização do conhecimento e a ampliação da ação social.

Esse desígnio se torna possível pelo fato de que o advento de TICs vence as fronteiras territoriais e temporais, torna possível pensar na transversalidade dos setores, das instituições e disciplinas. Por isso é possível constituir campos com a participação de pesquisadores de diferentes disciplinas. A invenção de repositórios do conhecimento permite um conjunto de processos, nunca antes imaginado, possibilitando a colaboração entre diferentes campos. Trata-se de seguir os ensinamentos de Bourdieu (1999; 2008) para formar redes sociotécnicas que associam atores na transversalidade dos diferentes setores públicos e privados e formam campos, para avançar na análise da complexidade do mundo em permanente transformação.

Na concepção aqui apresentada, a produção do conhecimento é uma organização do pensamento intersubjetivamente elaborada. Daí também a importância de se avançar na articulação de atores associados em rede sociotécnica para encontrar um lugar analítico compartilhado. Essa articulação não pode ser reduzida a uma relação instrumental, pela somatória de partes. Quando se considera a produção de conhecimento novo como um processo que se exponencializa na interlocução coletiva, o desafio é encontrar mediações que possibilitem o compartilhamento de processos, informações e possibilidades de comunicação capazes de ampliar a produção coletiva do conhecimento. Ou seja, a análise leva o nosso pensamento a compreender a rede sociotécnica como estratégia para produzir campos de representação do mundo social.

A interação entre os membros do campo tem por objetivo compartilhar formas de pensar, organizar e representar o conhecimento. É uma relação profundamente delicada, sobretudo ética, que exige uma interação solidária e de confiança entre os membros.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro, Relume- Dumará, 1993.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.
- _____. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- EGLER, T. T. C. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro, 2007.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1994.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade, Tomo I e II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997: aqui Tomo II, op. cit., Cap. VII – “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”.
- MAIA, R. C. M. Redes cívicas e Internet. *In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. Internet e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- GERSTLÉ, J. *Réseaux de communications, réseaux sociaux et réseau politiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 2003.
- RIBEIRO A. C. T *et al.* Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. 15-16, 2001.
- RIBEIRO, A. C. T. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012.
- SANTOS, B.; SANTOS, B. S; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. *In: SANTOS, B. d. S. (Org.). Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

Ciberespaço, internet e *habitus*

Uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital

Ricardo Medeiros Pimenta

INTRODUÇÃO

Este capítulo busca refletir sobre a questão do ciberespaço e da internet tendo como fios condutores os conceitos de *habitus*, campo e estrutura social, elaborados por Pierre Bourdieu em sua extensa obra. Trazer à tona tal perspectiva é necessário e ao mesmo tempo arriscado, uma vez que o atual cenário digital midiático em que vivemos não foi diretamente objeto de estudo de Bourdieu, apesar de sua contribuição às ciências sociais estarem ainda muito presentes às análises de estudos culturais da mídia, com especial destaque às ciências sociais norte-americanas. Desta maneira, não se tem como objetivo neste texto apontar lacunas; mas sim de buscar contribuir à luz dos conceitos de Bourdieu, para uma possível praxiologia do ciberespaço e de sua rede mundial de computadores: a internet. Assim, ressaltamos que, em Bourdieu,

... o conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las. (BOURDIEU, 1994, p. 47)

Posto este primeiro argumento, ressaltamos que as páginas a seguir apresentarão alguns argumentos e reflexões sobre as possíveis relações dialéticas presentes na própria prática do uso das tecnologias digitais no ciberespaço e de suas estruturas por elas estruturadas. Complementarmente, é necessário reconhecer que este cenário é razoavelmente novo e, portanto, ainda repleto de indagações em aberto

quando o assunto tange a questões de ordem social, cultural e subjetiva relacionadas às práticas possíveis dessas tecnologias.

Com efeito, não é novidade que o mundo mudou de maneira vertiginosa nos últimos 25 anos quando colocamos em perspectiva o recrudescimento do ciberespaço acompanhado do subsequente incremento da cultura digital em escala global cujos atores não deixaram de protagonizar formas de exclusão e desigualdade, e produzir fronteiras e bloqueios – econômicos e culturais – capazes de manter o *status quo* das inequidades políticas e sociais que marcam as estruturas sociais da maneira como são.

Ainda assim, seria possível tal cenário ser de fato parte da “cultura-mundo”, desorientada, hipertecnológica e hiperconsumista como foi apontado por Lipovetsky e Serroy (2011)? E, se positiva tal afirmação, o quanto teria ela interferido decisivamente no paradigma cultural até então vigente? A princípio seu grau de implicação seria tremendo. Em pleno “capitalismo artista” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015), o recurso infor-comunicacional mediado pelas tecnologias digitais e hiperconectadas não somente produzem uma estética singular como viabilizam formas de violências simbólicas, balizadas no que produzimos todos os dias de informação e rastros digitais, de escalas espaço-temporais nunca antes mensuradas. Algo que nos remete *grosso modo* à ideia de que: “uma vez na internet, nunca fora dela”.

A resposta não é simples, e tampouco objetiva. Muitas mudanças ocorreram nas últimas duas décadas e com elas o incremento de toda a estrutura infor-comunicativa característica dos dias atuais. De fato, com a estruturação do ciberespaço em torno de seus protocolos de acesso, cabos de rede e toda a sorte de elementos materiais e computacionais, o espaço mais comum de trânsito de indivíduos e consumo de bens se tornou a internet. E por ela testemunhamos coletivamente um conjunto de desdobramentos tecnológicos, econômicos, políticos e culturais que contribuíram, e ainda contribuem, não somente para a manutenção como para a reconfiguração de nossas diversas práticas e maneiras de ler, de escrever – entre sobrescrições e inscrições (FLUSSER, 2010) – e de ser que se tornaram diferentes em suas formas.

Nesse sentido, é mister a contribuição de Bourdieu ao propor uma análise da estrutura social (2009) e seus aspectos objetivos e fenomenológicos, por ele elaborada uma vez que tal aporte poderá colaborar na elucidação das questões formuladas até então. E que se tornam mais e mais pungentes ao passo que testemunhamos um contínuo desenvolvimento das formas de interações erigidas na própria prática, ainda em ampla descoberta, do homem com o universo digital. Tal cenário, mesmo em um momento mais incipiente, já suscitou a reflexão sobre seu impacto na vida do homem, como é exposto em Negroponte (1995). E ainda hoje não deixa de nos sinalizar novos questionamentos a reboque de seus fenômenos, tanto de ordem cultural como política e econômica.

Mas afinal, o ciberespaço, suas plataformas e territórios constituem, portanto, um espaço social? Haveria em seu escopo práticas capazes de transversalizar campos e *habitus* distintos? Nas páginas seguintes buscarei minimamente apontar algumas reflexões com o intuito dar algumas respostas a tais questionamentos.

A INTERNET ENQUANTO LUGAR DE ENCONTRO ENTRE *HABITUS* DISTINTOS

O ciberespaço constitui um campo vasto, aberto, ainda parcialmente indeterminado (LÉVY, 2003, p. 104); um espaço permeado pelas informações circulantes e/ou armazenadas (RABAÇA; BARBOSA, 2001) e, portanto, local de disponibilização de informações (MONTEIRO, 2007) por meio das tecnologias e suas práticas materializadas e representadas pela rede mundial de computadores: a internet.

Há neste espaço virtual, cada vez maior e mais complexo, elementos constituidores de linguagens cuja dialogia (BAKHTIN, 2006) se dá atualmente em volume e velocidade intensos sempre mediados por seus suportes eletrônicos.

Com isto creio ser possível afirmar que os canais info-comunicacionais estabelecidos no espaço digital, assim como sua arquitetura, podem compor um lugar “novo” de práticas não tão novas que se reconfiguram em função das demandas de seus atores junto às próprias especificidades sociotécnicas características das plataformas digitais

– estas sim, novas – capazes de interferir enquanto canal, ferramenta e até mesmo instrumento de luta no amplo escopo das dinâmicas sociais.

Um exemplo dessa reconfiguração em torno de demandas específicas presentes nos espaços sociais constituídos pela mediação das plataformas digitais pode ser visto em inúmeros canais de vídeo e rádio presentes na internet. Alguns desses canais, como é o caso da rádio “mandela”, criada em 2011 por um adolescente, Valdir Alves Júnior,⁵² atuaram na mediação cultural de informação e comunicação junto às comunidades do subúrbio carioca que, por sua vez, legitimou o gênero musical do *funk* como parte de sua cultura popular urbana. De fato, esse canal possibilitou o crescimento e o consumo não somente de um gênero musical como o *funk*, mas de outras formas de expressão artísticas como a dança que o acompanhava. Foi na dança conhecida como “passinho”, ostensivamente partilhada pelas redes sociais mais populares da internet, que jovens se tornaram artistas, distinguiram-se dos demais agentes de seus respectivos campos e protagonistas de produções cinematográficas recentes (DOMINGOS; MARIANO, 2013).

Para os envolvidos na criação e funcionamento da rádio, o retorno de um capital simbólico não apenas lhes conferiu a manutenção de suas identidades coletivas, como sua posição no campo social por eles permeado. Mais ainda, tornou-os visíveis para outros agentes de outros espaços e capitais culturais quando se tornaram “existentes” na internet.

Em outro extremo, é interessante notar que, por meio das mesmas ferramentas infor-comunicacionais criadas e consumidas na era digital, que atendiam e continuam a atender a um sistema de dominação onde a divisão do trabalho está reproduzida na própria manutenção de bens simbólicos, nos *habitus*, nas estruturas postas e na *doxa* (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 36; BOURDIEU, 1977, p. 406), somente possível pelo senso comum e pelas práticas compartilhadas, agentes de grupos e *habitus* distintos também podem se encontrar. Seja pela divergência, seja pela convergência de valores, discursos, ideologias e crenças, de

52 Parte da história de Valdir Alves Junior pode ser vista no documentário “A batalha do passinho: os muleque são sinistro” (2013), de Emílio Domingos (dir.) e Júlia Mariano (prod.).

forma a contestar seus objetos, agentes e estruturas pelo mesmo canal de dominação simbólica.

Este pode ser o caso do fenômeno político e social ocorrido no Brasil durante meados dos anos 2013; as manifestações de junho, como ficaram conhecidas, tiveram a rede social *facebook* como um dos canais de comunicação e mobilização de diferentes atores sociais. Seus desdobramentos, até hoje visíveis, nos convidam a uma reflexão não somente acerca dos agentes sociais implicados, mas principalmente sobre como algumas categorias conceituais de Bourdieu poderiam ou deveriam ser pensadas com o intuito de explicá-los.

Sendo assim, parto da ideia de que a profusão de plataformas infor-comunicacionais, como as conhecidas redes sociais *Orkut*, *twitter*, *facebook*, *instagram*, *snapshot*, entre outras, além das respectivas formas de compartilhamento das informações produzidas em seu campo sociotécnico, compõem territórios capazes de operar como “lugares de convergência” onde agentes sociais diferentes, egressos de campos sociais diversos, podem se reconhecer pelas suas conformidades e suas divergências. É aí que parece ser possível se aproximar da definição de campo em Bourdieu (1980), no qual também é plausível identificar formas de contato com bens simbólicos e instituição de sentidos (OROZCO GOMES, 1991).

A dinâmica das novas mídias se apoia em tecnologias de convergência, as quais colapsam fronteiras e combinam significados por meio da socialização de indivíduos (convergência de tecnologias), mas também as arquiteturas físicas e imaginárias pelas quais indivíduos sociais atravessam (convergência de espaços) e o *continuum* de atividades que moldam e são moldadas por uma arquitetura tecnológica de convergência (convergência das práticas) (PAPACHARISSI; EASTON, 2012, p. 176; PAPACHARISSI, 2010).⁵³

53 Tradução livre do autor, de: “*The dynamics of new media rest upon technologies of convergence, which collapse boundaries and combine the means through which individuals socialize (convergence of technologies) but also the physical and imagined architecture social individuals traverse (convergence of spaces) and the continuum of activities that shape and are shaped by a converged technological architecture (convergence of practices)*”.

Ao termos em perspectiva essas novas mídias, nas quais a internet se mostra como campo em que estão distribuídas e classificadas, resta considerarmos como a estrutura social que ali se torna presente, legitimada por meio dos capitais e *habitus* em jogo, pode ser compreendida e mesmo problematizada tendo em vista o novo cenário que se forma no horizonte sociotécnico. Afinal, se partimos da premissa de que

... condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações. (BOURDIEU, 2009, p. 87)

Caberá considerarmos que ao nos remeter à “era digital”, torna-se premente a compreensão de que as “práticas” relacionadas à produção, ao acesso, à circulação (de codificação e classificação) e recuperação da informação ganharam novos contornos, pois em grande medida alguns dos condicionamentos tecnológicos vigentes podem não estar tão restritos a uma determinada classe de condição de existência devido à escalada da “hiper” conexão via rede mundial de computadores.

Ainda assim, esses novos contornos não são garantia de maior democratização e de igualdade social concernente aos recursos informacionais utilizados pelos internautas. Elas interferem na conformação sociocultural e, portanto, contribuem para uma reconfiguração do próprio *habitus* de um determinado grupo ainda que para sua manutenção. Afinal, como aponta Sterne, “há sempre alguém por trás da tela de um computador” (2003, p. 381). E, neste sentido, o *habitus* de quem navega na internet certamente interferirá na forma como se desloca no espaço virtual e na maneira como acessa, produz e reproduz conteúdo da internet. Apesar disso, não podemos fazer *tabula rasa* do potencial espaço de diálogo entre práticas, discursos e atores distintos existentes na internet.

Com efeito, há claros avanços no plano tecnológico e em suas práticas cotidianas. A leitura, por exemplo, desenvolveu-se em suas dimensões subjetivas e técnicas, interferindo nos saberes, no senso comum e na própria

práxis do conhecimento científico de forma mais ou menos silenciosa. Afinal, nas últimas décadas aprendemos, em nosso cotidiano, a ler em monitores de tamanhos diversos ao mesmo tempo em que escrevemos – produzimos, portanto, informações e constituímos conhecimento – com os polegares (SERRES, 2013), via SMS, *Whatsapp*, *ICq*.

Como dissemos no início, as mudanças pelas quais passamos frente ao cenário dinâmico do ciberespaço e de sua rede material de computadores (a internet) não estão circunscritas apenas às suas práxis diretas. Constituem transversalidades operadas por práticas localizadas socialmente, economicamente e, portanto, operantes de *habitus* distintos. *Habitus* esses que são parte estruturada e igualmente estruturante das diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (BOURDIEU, 2007, p. 164) de seus agentes no plano real e virtual.

No caso das diferenças objetivamente inscritas no campo social e nas formas de distribuição e acesso a capitais específicos, a internet também se mostra como “espelho” das formas de dominação e violência simbólica quando pomos em perspectiva os lugares, as práticas e os capitais dos agentes sociais presentes nesse campo. De *lan-houses* em periferias e cafés em bairros mais nobres, laboratórios de informática em colégios públicos e privados, computadores utilizados comumente em ambientes de trabalho e/ou doméstico, a *smatphones* e *tablets* em funcionamento ininterrupto e constantemente *online*, lugares e práticas propõem novas formas de interação coletiva. Ademais, é necessário considerar que o uso das plataformas digitais, entre outros canais dispostos na internet, não apenas favorece uma possível forma de se comunicar e informar, como possibilita, via uma crescente “cultura de convergência”, o acúmulo de capitais componentes de uma “literacia digital” (GILSTER, 1997) passível de estar presente em diferentes campos e *habitus* nos quais se podem encontrar agentes egressos de classes sociais distintas, uma vez que a cibercultura se torna gradativamente mais e mais “glocal”. E por meio dela notícias, tendências, *memes*,⁵⁴

54 O *meme* é uma unidade de informação na qual se encontra uma espécie de conceito ou ideia que se propaga na *world wide web* e pode adquirir formas diversas como imagens, animações, vídeos, *hiperlinks*, websites.

animações, *games*, narrativas e personagens tornam-se cada vez mais presentes devido à velocidade e à amplitude da internet.

Oportunamente, retorna-se aqui ao aspecto dialético mencionado pouco acima ao lembrar que tal “cultura de convergência” não extingue por completo as formas de dominação, de divisão do trabalho e de segregação simbólica e/ou cultural; mas continua a colocar uma questão interessante sobre como os usos dessas plataformas digitais podem, para além da manutenção de seus sistemas e demais estruturas estruturadas que as compõem, se tornar um espaço de ação prática, e mesmo objetiva, na qual seja possível uma “transversalização” de experiências, narrativas e sentidos por meio de seus usuários que, em suas práticas, atravessam – como uma afiada agulha em tecido de trama espessa – campos e espaços sociais distintos.

Há, portanto, nos (hiper) espaços documentais e infor-comunicacionais do ciberespaço uma potência que se atualiza constantemente pela crescente interação entre homem e computador conforme visto em Engelbart (2008). E que se construiu historicamente com o surgimento da computação e de suas formas de exploração pelo homem desde meados do século XX.

Desta maneira, sugiro que hoje a cultura informacional e comunicacional constituem, por meio da tecnologia e suas formas de interação homem/computador, espaços sociais que ora se tangenciam, ora se transversalizam; ora sobrepõem-se, ora convergem à construção e reconstrução de dimensões espaço-temporais por onde capitais, códigos, classificações, símbolos e, por fim, *habitus* continuarão a se reproduzir. Talvez, aí sim, de maneira mais porosa ou mesmo “líquida” em suas estruturas.

Assim, reafirmo que estas dimensões interferem no “espaço social” constituído e legitimado por meio de seus diferentes suportes, plataformas e fluxos que interseccionam diferentes campos, práticas e agentes sem necessariamente anulá-los, mas sim construindo entre eles uma forma de “percepção periférica” (ERICKSON, 2010, p. 1194) do outro. Ou seja, dos diferentes campos e seus respectivos agentes, possibilitando novos meios de convergências e divergências intermitentes.

Ainda assim, sabe-se que a potencial proximidade por meio desses canais e fluxos não “desmonta” *a priori* as classificações que compõem a própria gênese do *habitus* ali partilhado. *Habitus* este que é também uma forma de classificação socialmente e culturalmente reproduzida em dado espaço social. Essa mesma proximidade poderia, ainda, “inflamar” as diferenças; e na internet isto é razoavelmente perceptível.

Afinal, é no reconhecimento da alteridade que percebemos o outro e nos percebemos, tornando possível as formas de violência simbólica e disputas mais pungentes no próprio campo e entre campos distintos na medida em que seus atores “transbordam” de seus espaços em outros. Desta forma, apesar de as plataformas digitais dispostas na internet promoverem esse “lugar de encontro”, ele não está dado livre de controvérsias. Outrossim,

... no contexto de convergência tecnológica, as propriedades da mídia *on-line* lidam com a dualidade da estrutura e da agência em uma reflexividade acelerada. Argumentamos que esta reflexividade acelerada é igualmente sustentada e remediada via um *habitus* do novo – um conjunto de disposições convidadas e regeneradas por e através de um estado de permanente inovação. Essa ideia é aplicada ao contexto de sociabilidade com o que se poderia chamar de um *habitus* da mídia social: um conjunto de disposições que emergem da arquitetura social da mídia social e enquadram, mas também convidam constantemente à remediação da agência. (PAPACHARISSI; EASTON, 2012, p. 172).⁵⁵

No tocante ao contexto de sociabilidade e de seu *habitus* distinto, deve-se avaliar outro aspecto importante para se pensar a relação do *habitus* com as mídias digitais: a memória. Bourdieu reconhece a memória como elemento enraizador do *habitus* (2009). Afinal, em *O*

55 Traduzido pelo autor, de: “*In the context of technological convergence, the properties of online media afford the duality of structure and agency an accelerated reflexivity. We argue that this accelerated reflexivity is both sustained and remediated via a habitus of the new – a set of dispositions invited and regenerated by and via a state of permanent novelty. This idea is applied to the context of sociality by what one might refer to as a social media habitus: a set of dispositions that emerge out of the social architecture of social media and frame but also constantly invite the remediation of agency*”.

sensu práctico (2009) vemos que o *habitus* pode ser entendido como uma forma de espontaneidade desprovida de consciência objetiva (BOURDIEU, 1990, p. 56).

Se a afirmação for correta, é possível afirmar que as mudanças na forma como nos relacionamos com a nossa memória, via dispositivos digitais marcados pela técnica e prática da convergência, poderiam interferir nesse enraizamento do *habitus* de forma mais rizomática e, portanto, tornando possíveis conhecimentos práticos comuns apesar de diferenças sociais e econômicas.

O cenário da cultura digital contemporânea no qual aprendemos a confiar, e passamos a depender quase que exclusivamente, trouxe às extensões protéticas de nossa memória uma dependência tecnológica ímpar, ao passo que a incorporamos nas práticas cotidianas de forma a constituir possivelmente um *habitus* próprio, que para a já conhecida geração Z está dado, incorporado, desde o início de sua vida social. Com efeito, o *Google*, entre outros motores de busca, tem jogado um papel central na forma como reconfiguramos nossas relações com a memória, com o conhecimento e com a informação (SPARROW; LIU; WEGNER, 2011) em campos distintos, assim como em diferentes espaços sociais, por meio de um *habitus* comum aos agentes usuários do ciberespaço. Mas, afinal, como isto seria possível, tendo em perspectiva o conceito de *habitus* de Bourdieu? Tentaremos responder a esta pergunta mais adiante.

OS PROTAGONISTAS DO ESPAÇO DIGITAL E A POSSIBILIDADE DE UM *HABITUS* INFORMACIONAL

Foi em meados do ano 2013, no Brasil, que, de maneira confusa e profusa, sem sindicatos, partidos ou mídias consideradas oficiais, jovens de diferentes classes sociais e de diferentes estamentos econômicos e jurídicos se encontraram nas “manifestações de junho” por motivos diferentes e apesar deles, em um lugar comum onde a autonomia comunicativa (CASTELLS, 2013, p. 178-182) e o uso de um capital informacional necessário tornou possível uma mobilização popular *sui generis*.

A partir das “jornadas de junho”, é notável o número crescente de pessoas que têm desconfiado da cobertura da grande mídia corporativa. Isto se deve provavelmente ao fato de que, em momentos de “suspensão da cotidianidade” (Heller, 2004), ou seja, quando as motivações, o pensamento e as ações dos indivíduos deslocam-se do imediatismo, da dispersão e do egoísmo usuais no sentido do “humano-genérico”, em direção a tudo aquilo que, em sua individualidade, possuem de comum com a coletividade – suas carências, suas aspirações, sua potência transformadora e criativa: em momentos como esses, os elementos reificados presentes no discurso ordinário da grande mídia tendem, ainda que provisoriamente, a ser postos em xeque. (SCHNEIDER; PERISSÉ; KLEINSORGEN, 2014, p. 71)

Para os autores, o *nomos* (BOURDIEU, 2000) característico do Estado e de seus campos de dominação se tornou de alguma forma incômodo para uma parcela significativa da sociedade brasileira. Ora, se considerarmos correto que “todo campo, como produto histórico, tem um *nomos* distinto” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37), precisamos igualmente considerar que esse *nomos* é por si próprio produto de um processo elaborado pela divisão de capitais dispostos e erigidos no tempo e no espaço de forma a controlar o *status quo* dos agentes, suas formas de ação em seus respectivos campos e suas instituições dominantes. Para Bourdieu: “A visão pública (o *nomos*, dessa vez com o sentido de *lei*) está profundamente envolvida em nossa visão das coisas domésticas e as nossas condutas mais privadas dependem, elas mesmas, de ações públicas” (BOURDIEU, 1996, p. 135).

Sabe-se que público e privado se confundem quando temos em foco as atividades realizadas no âmbito da internet. Desta forma, teriam as manifestações de junho apontado para uma forma de expressão, duplamente presente no espaço público e privado (doméstico), contestatória das ações e enunciações públicas, de seu *nomos* e, conseqüentemente, de indagação às suas próprias estruturas? Durante o período citado, diversos indivíduos e grupos, então midiativistas, valeram-se, por exemplo:

... do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e da estrutura rizomática das redes digitais para comunicar-se diretamente com “a massa”, evitando hierarquias que reproduzam a velha lógica um-todos que dominou a comunicação da grande indústria da informação no século XX. (BEZERRA, GRILLO, 2014, p. 196)

Com efeito, o crescente e inovador uso das redes sociotécnicas parecem retratar *lato sensu* certa plasticidade do espaço digital no tocante às suas formas de uso. E isto se dá, obviamente, pelo fato de que os usos da internet e as dinâmicas instituídas no ciberespaço são realizados por atores sociais cuja própria competência informacional vem se desenvolvendo à medida que transitam e constroem seus próprios espaços e práticas no escopo da cultura digital.

McLuhan, ao postular que “o meio era a mensagem” (2011), apontou que as extensões comunicacionais (e informacionais) criadas pela tecnologia humana eram, por si mesmas, o elemento fundamental inferidor de mudanças nas dimensões sociopolíticas e culturais do homem e, portanto, objeto próprio de análise para além dos usos e informações que a sociedade produz a partir deles.

Sobre as dinâmicas instituídas na *web*, estas são sujeitos e objetos das interações políticas e culturais ocorridas no campo da internet e do ciberespaço; e isto pode interferir nas formas como atuamos nas estruturas sociais por trás das telas do computador, mas também em suas formas de representação no ambiente virtual. Por isso, encontro ressonância à afirmação de Latour: “mude os instrumentos, e você mudará toda teoria social que os acompanha” (2009, p. 9). Neste sentido, parece-me possível propor uma atualização da declaração de McLuhan da seguinte maneira: mude os meios e mudará a estrutura das mensagens, da informação, assim como sua economia e demais estruturas objetivas utilizadas pelo homem.

Esta afirmação – um pouco arriscada, mas talvez possível – nos leva a outro questionamento que diz respeito à própria condição e “estado” do conceito de *habitus* nos dias atuais, empregado aos heterogêneos

fenômenos que permeiam, atravessam e eclodem no ciberespaço tendo a internet como cenário mais visível.

Bourdieu aponta que o *habitus* não é apenas produto de um processo histórico, mas também elemento capaz de “garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo” (BOURDIEU, 2009, p. 90). Ainda assim, vale considerar que o processo histórico não está dado. Ele não se localiza apenas no passado, uma vez que é também representação do fato ocorrido, aceito e partilhado pelo conhecimento científico do campo disciplinar da História. O incontestável é que estamos todos, no presente, em meio a processos que *a posteriori* poderão ser conhecidos como parte relevante da mesma disciplina História.

Desta forma, em meio a um processo de “virada informacional” (FLORIDI, 2011, p. 18), estamos testemunhando o processo histórico em sua formação. Afinal, as novas formas de uso e apropriação da internet têm marcado claramente um momento ímpar da história em escala global, pois dizem muito sobre nossas ações num plano prático da nossa cultura e do nosso cotidiano.

“O conceito de *habitus* tem por função primordial lembrar com ênfase que nossas ações possuem mais frequentemente por princípio senso prático do que cálculo racional [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 78).

Para Mayer-Schonenberger (2009), os recursos digitais apropriados, partilhados e reproduzidos parecem compor atualmente uma cultura de bricolagem nitidamente informacional, na qual estamos cada vez mais profundamente implicados, consolidando sua estrutura simbólica e econômica.

Essa cultura de bricolagem informacional afeta as formas pelas quais se dá o acesso à informação e sua apreensão, em vista dos múltiplos processos comunicacionais vigentes.

Nesse contato em um cenário não desprovido de conflitos, “práticas” relacionadas à produção da informação, ao seu acesso, ao seu controle e circulação – por meio de ações de codificação e classificação – convergem por meio das linguagens e mediações tecnodigitais para a produção de conhecimentos sobre o mundo social. O *habitus* que possuímos governa no plano subjetivo a forma como percebemos

e traduzimos o mundo, mas, sobretudo como atuamos frente a outros agentes e dentro de diferentes espaços sociais.

O *habitus*, neste sentido, nos abre a porta da internet e dos lugares por onde iniciamos nossa navegação. Contudo, quanto mais nos deslocamos nos hiperespaços da *web*, mais vemos e somos vistos por diferentes atores de *habitus* diversos. E mais podemos estabelecer contato, comunicação, com outros.

Nesse processo há uma forma de percepção e de subjetividade em elaboração que se torna comum a todos que fazem uso da cibercultura nas suas práticas cotidianas. Para tal, a proposta de uma possível praxiologia apresentada no início deste capítulo parece finalmente adequada quando a concebemos nos moldes de uma “praxiologia social da tecnologia” (STERNE, 2003, p. 384), uma vez que as formas plurais de interação do homem com a tecnologia digital conectada via rede mundial de computadores tem interferido intimamente, e cada vez mais, em suas ações realizadas no convívio social “conectado”. Neste sentido é que, mais uma vez, intento afirmar que tais mudanças de caráter tão acelerado e amplo no tocante à cultura info-comunicacional presente por tais tecnologias, mesmo que realizadas em campos sociais e por *habitus* respectivamente distintos, não deixam de suscitar novas formas de classificação de novas práticas, então recém-concebidas em espaços que se sobrepõem ou mesmo se atravessam na *web*.

“O *habitus* é, com efeito, principio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais praticas.” (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Tais sistemas de classificação regulam práticas e objetificam a arquitetura de novos espaços de disputa ao mesmo tempo em que reforçam velhas e novas desigualdades, como já foi tratado anteriormente. Isto não é diferente para o cenário onde as mídias digitais estão sendo produzidas. Para Dreifuss, estão aí postos alguns dos elementos constituintes do que ele chamou de *tecnobergs* (2003) há alguns anos.

“Em analogia com as ‘montanhas de gelo’ (icebergs), os *tecnobergs* possuem uma massa maior sob a ‘superfície econômica’, isto é, se nutrem do embasamento cultural-civilizatório.” (DREIFUSS, 2003, p. 108).

Ao se remeter aos “tecnobergs”, Dreifuss fala da composição de um complexo computacional, informacional, tecnológico que marca as relações entre Estado e sociedade frente a um cenário econômico transnacional de novos paradigmas culturais e tecnológicos de escala global. Daí a “meta nacionalização cultural” (DREIFUSS, 2003, p. 117), capaz de interferir na vida público/privada e na identidade social de atores cada vez mais imersos em uma prática “digitalizada” do cotidiano. Ainda neste sentido, seria possível compreender o quanto o cotidiano “digital” mediado pelos seus instrumentos tecnológicos acabam como produto de uma estrutura tecno-cultural – para tanto estruturada – e digital civilizatória – portanto estruturante.

Neste cenário, diferentes agentes sociais passam a integrar e a partilhar de um *habitus* específico que, em constante atualização frente ao avanço tecnológico da sociedade global, de compatibilidade flexível e reestruturante (BOURDIEU, 2001, p. 121), passa a influenciar nossas formas de ver, de ser e de comunicar em meio a dispositivos tecnológicos transnacionais que são cotidianamente incorporados às nossas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, o papel da dimensão tecnológica nas subjetividades da cultura contemporânea não é novo nem tampouco restrito a campos específicos. Afinal, se “o lado tecnológico da equação homem-tecnologia está em contínua expansão” (SARACEVIC, 1996, p. 55), estão também em extensão as formas com as quais essa “equação” se dará no plano da cultura e da subjetividade, condicionando-as (LÉVY, 1999) em torno de novas possibilidades de interação em interconexões que operam em escala local e global. Assim, novamente me pergunto o quanto tal fenômeno afetará o *habitus* do cidadão *online* contemporâneo.

Tal expansão requer, portanto, uma contínua reincorporação e transversalidade das partes envolvidas (instituições, atores e subjetividades, capitais e campos envolvidos) atualizando o “conhecimento adquirido” e “prático” (BOURDIEU, 1989, 61-62), portanto o *habitus*.

Talvez esse *habitus* possa ser visto como um *habitus* informacional. Um *habitus* que marca a inserção em um campo por meio do

desenvolvimento e reprodução de competências informacionais, presentes desde a navegabilidade na internet cotidiana, passando pelas práticas comunicacionais via redes sociotécnicas, até as práticas profissionais e científicas de uso da computação em rede. Pois aí estariam dispostos agentes sociais distintos e que se encontram pela prática comum que, historicamente vem sendo partilhada e incrementada nos últimos 25 anos, marcados pela cultura e prática da convergência na era digital.

De forma a concluir, penso que um *habitus* informacional poderia ser possível, ao passo que a forma como nos relacionamos com a informação hoje, frente ao constante e cada vez mais naturalizado uso do ciberespaço e de suas redes, tem criado outras economias simbólicas e, sobretudo de capitais implicados nesse cenário de ampla dependência de meios recentemente criados, comercializados e que uma parcela crescente da população mundial tem legitimado por meio de suas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BEZERRA, A. C.; GRILLO, C. C. Batalhas nas ruas, guerras nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. *LIINC em Revista*, v. 10, n. 1, p. 195-210, 2014. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/695/480>>. Acesso 20 set. 2014.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.
- _____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001
- _____. *O Senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Propos sur le champ politique*. Lyon: 2000.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papiрус, 1996.
- _____. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- _____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- _____. Quelques propriétés des champs. In: BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.

_____. Sur le pouvoir symbolique. *Annales. Économies, Sociétés Civilisations*, v. 32, n. 3, p. 405-411, 1977. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1977_num_32_3_293828>. Acesso 17 set. 2014.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DOMINGOS, E. (Dir.); MARIANO, Júlia (Prod.) *A batalha do passinho: os muleque são sinistro*. [filme-documentário] Rio de Janeiro: Osmose filme. 2013.

DREIFUSS, R. A. Tecnobergs globais, mundialização e planetarização. In: MORAES, Dênis de (Org.). *Por uma outra globalização: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ENGELBART, D. *Boosting our collective IQ: a selection of readings*. [2. ed.]. [S.l.]: Doug Engelbart Institute, 2008. Disponível em <<http://dougengelbart.org/pubs/books/augment133150.pdf>>. Acesso em: 3 de junho de 2014.

ERICKSON, I. Geography and community: new forms of interaction among people and places. *American Behavioral Scientist*, v. 53, p. 1194-1207, 2010. Disponível em: <<http://abs.sagepub.com/content/53/8/1194.abstract>>. Acesso 10 set. 2014.

FLORIDI, L. *The philosophy of information*. New York, USA: Oxford University Press, 2011.

FLUSSER, V. *A escrita: há futuro para a escrita?* São Paulo: Annablume, 2010.

GILSTER, P. *Digital literacy*. San Francisco, CA: John Willey & Sons, 1997.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LATOURETTE, B. 'Tarde's idea of quantification'. In: CANDEA, M. *The Social After Gabriel Tarde: Debates and Assessments*. London: Routledge, 2009. Disponível em <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/116-CANDEA-TARDE-FR.pdf>>. Acesso 23 mar. 2014.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

- MAYER-SCHÖNBERGER, V. *Delete: the virtue of forgetting in the digital age*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- MCLUHAN, M. *Understanding media: the extensions of man*. Critical Edition by W. Terrence Gordon. 2. ed. Berkeley: Gingko Press, 2011.
- MONTEIRO, S. D. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *Revista de Ciência da informação – DataGramaZero*, v. 8, n. 3, jun. 2007. Disponível em <http://www.dgz.org.br/juno07/Art_03.htm#autores>. Acesso 19 set. 2014.
- NEGROPONTE, N. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OROZCO GOMES, G. La audiencia frente a lapantala. *Dialogos de la comunicacion*, Lima, n. 30, p. 54-63, jun. 1991.
- PAPACHARISSI, Z.; EASTON, E. In the *Habitus* of the New: Agency, Structure, and the Social Media *Habitus*. In: HARTLEY, J.; BRUNS, A.; BURGESS, J. (Ed.). *New Media Dynamics*. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2013.
- RABAÇA, C.; BARBOSA, G. G. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- RALEY, R. Dataveillance and counterveillance. In: GITELMAN, Lisa (Ed.). « *Raw Data* » is an oxymoron. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2013.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspec. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SCHNEIDER, M.; PERISSÉ, C.; KLEINSORGEN, N. Trotsky e o facebook: as jornadas de junho, o problema da estratégia e a disputa nas (novas e velhas) mídias. *LIINC em Revista*, v. 10, n. 1, p. 69-85, 2014.. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/699/492>>. Acesso 15 set. 2014.
- SERRES, M. *Polegarzinha: uma nova forma de viver em harmonia, pensar as instituições, de ser e de saber*. Bertrand Brasil, 2013.
- STERNE, J. Bourdieu, technique and technology. *Cultural studies*, v. 17, n. 3/4, 2003.
- SPARROW, B.; LIU, J.; WEGNER, D. M. Google effects on memory: cognitive consequences of having information at our fingertips. *Science*, vol. 333, p. 776-778, 5 Aug. 2011.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública* [online]. v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>>. Acesso 17 set. 2014.

Na intimidade da oficina de pesquisa em educação popular

Narrativas sobre um diálogo com Pierre Bourdieu

Marize Bastos da Cunha

Veja que bugre só pega por desvios, não anda em estradas – Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os arituncuns maduros. Há que apenas saber errar bem o seu idioma... (BARROS, 1997)

Esta é uma reflexão sobre alguns caminhos de diálogo com Pierre Bourdieu, nas pesquisas que desenvolvemos nos últimos treze anos, no campo da educação popular e da saúde pública. Trazemos determinados percursos que nos aproximaram do autor, no esforço de responder a impasses e perguntas de nossas investigações.

A despeito de suas diferentes temáticas, essas investigações tiveram como eixo comum a compreensão da sociabilidade das favelas do município do Rio de Janeiro e sua relação com o poder público e diferentes esferas da sociedade. Do ponto de vista metodológico, elas foram revestidas por uma preocupação particular com a produção do conhecimento, e sua socialização, e pelo desafio de revisitar referenciais teóricos e metodológicos, em especial aqueles referentes à relação entre o pesquisador e seus objetos de pesquisa. A este respeito, ao longo destes trabalhos, foram fundamentais: o diálogo com Valla (1996; 1998), que ao discutir os impasses da participação popular, enfoca os desafios das relações entre os mediadores e as classes populares; as pistas indicadas por Thompson (1981; 1987), que apoiam na reflexão sobre o processo de produção do conhecimento, considerando as formas diferenciadas de tratar a experiência social, de acordo com cultura, encarnada em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais; e, ainda, as contribuições de José de Souza Martins que afirma:

Heller sublinha a sutil e, ao mesmo tempo radical, passagem do homem da condição de objeto à condição de objetivo. Na produção intelectual essa passagem significa emancipar o outro da condição de objeto; por meio da nossa própria emancipação, como intelectuais, da condição de tutores do conhecimento. (MARTINS, 1989, p. 137)

Segundo esta perspectiva, o conhecimento é construído no compartilhamento do processo investigativo entre o sujeito (que se torna objeto para a compreensão do outro) e o objeto (que se torna sujeito do processo de conversão do investigador). Verificamos, pois, o acento na dimensão da ação dada à construção do conhecimento sociológico. Uma sociologia ativa que desvendando para si a complexidade da realidade, desvenda também, para seus agentes, o sentido de suas ações no mundo (PEREGRINO; CUNHA, 2001).

Neste ponto, cabem as duas perguntas que nos guiam nesta reflexão: de que forma o diálogo com Bourdieu nos ajuda a compreender a sociabilidade presente nas favelas onde desenvolvemos nossas pesquisas? Como pode contribuir para avançar em uma pesquisa que tem como fundamento o compartilhamento do processo investigativo, nos termos acima apontados por Martins?

É preciso destacar que, ainda que seja uma referência fundamental para o campo educativo, Pierre Bourdieu não é um pensador recorrente na educação popular. Uma análise do mencionado campo, e suas disputas teóricas, mas também políticas, talvez nos aponte que o reconhecimento de Bourdieu como teórico dos estudos da reprodução concorreu para dificultar a apropriação da obra do sociólogo francês pelos autores voltados para a educação popular.

Assim, de certa forma, o diálogo com Bourdieu foi se constituindo como um desvio em nosso percurso. Tomando as lições de Manoel de Barros, errando bem nosso idioma e andando por desvios, encontramos no sociólogo francês algumas pistas que vêm nos ajudando em nossos caminhos na educação popular, em particular em sua articulação com a saúde.

O que buscamos com esta reflexão é compartilhar este desvio. Seguindo a perspectiva do sociólogo francês de apresentar a intimidade

do que se passa na oficina, com todas as suas hesitações e embaraços (1989), o que trazemos são relatos de pesquisa, recuperando diálogos com as reflexões, categorias e conceitos do autor, que nos apoiaram na tarefa de construção de nossos objetos de pesquisas e no desenvolvimento destas. Não tratamos aqui, portanto, de discussões em torno da teoria social presente na grande obra de Bourdieu. Nosso objetivo localiza-se mais no campo metodológico, expondo alguns aspectos que são silenciados no ofício da pesquisa, quando os resultados são dispostos sob a forma de uma narrativa, que quase sempre oculta o processo de construção dos conceitos e categorias. “O *homo academicus* gosta do acabado”, diz Bourdieu para em seguida apresentar seu objetivo na introdução ao Seminário da *Ecole de Hautes Etudes em Sciences*: “tornar possível fazer uma ideia do que se passa na intimidade do ‘laboratório’ ou mais modestamente da oficina- no sentido do artífice ou do pintor do *Quattrocento*” (1989, p. 19).

A nosso ver, apresentar estes silêncios concorre para uma melhor percepção de que as referências teóricas e opções metodológicas são construções, realizadas através do trabalho de objetivação, um dos temas em destaque nas reflexões epistemológicas de Bourdieu.

Além disso, pensamos que há uma dimensão educativa fundamental nesta publicização da “intimidade” do laboratório ou da oficina, que o historiador Certeau chama *o não dito* na operação historiográfica (1982). Ela contribui para romper com a dimensão de magia que cerca a construção científica, indicando sua dimensão processual que, recorrendo aos termos do mesmo Certeau, instaura-se a partir de um lugar social e configura uma prática e uma escrita que se organiza de forma a silenciar seu lugar de produção, seus pressupostos, suas relações com o outro. Empreender a tarefa de compartilhar *o não dito* é um exercício fundamental para nós, que atuamos no campo educativo, esforçando-nos no caminho da produção compartilhada de conhecimento.

DANDO DIREÇÃO À PESQUISA: O TERRENO DO TRABALHO SOCIAL NAS FAVELAS E A APROXIMAÇÃO COM O CONCEITO DE CAMPO

Iniciamos, aqui, com a experiência de uma pesquisa realizada entre os anos de 2001 e 2005, voltada para o processo de trabalho de educadores comunitários, moradores das favelas, inseridos em programas públicos e também em organizações não governamentais (CUNHA, 2005).

Quando começamos a pesquisa, ainda em fase de elaboração de projeto, pensávamos em abordar as experiências de trabalho dos referidos educadores, considerando o terreno mais amplo do trabalho social do qual eles faziam parte, e que incluía outros agentes sociais. Concebíamos então a perspectiva de que esse terreno apresentava uma conformação particular. Era uma visão que não tinha como fundamento as análises a esse respeito, pois não havia então uma literatura que discutisse especificamente o que estávamos configurando como terreno do trabalho social em favelas. Sendo assim, a perspectiva resultava da nossa própria experiência junto a projetos de pesquisa e intervenção nessas localidades pois, procurando explicar e compreender o que se passa no universo das favelas cariocas, percebíamos esse terreno de forma pontual, aqui e acolá, no âmbito dos vínculos de algumas localidades com algumas estruturas *supralocais*.⁵⁶

Conforme passamos a acompanhar várias localidades e a organização de diversas estruturas supralocais, nos interrogamos sobre a configuração particular desse terreno, constituído num ponto de encontro entre as favelas da cidade e diferentes estruturas supralocais. Nomeamos então tal terreno como *fronteira*, pois observamos que era um espaço de encontro, que configura uma paisagem específica. Para

56 Recorremos aos conceitos de localidade e instituições ou estruturas supralocais usados por Alvito (2001), que por sua vez se inspira em Anthony Leeds (1978). O conceito de localidade comporta redes complexas de diversos tipos de relações. Já as estruturas supralocais não têm sua formação governada ou relacionada a uma dada localidade. Neste caso, estão incluídos os partidos políticos, o sistema bancário, o mercado de preços, sindicatos, associações profissionais e, sobretudo, o Estado, que opera através de várias instituições. Alvito chama atenção, em seu estudo sobre Acari, que incluem-se aí ainda, as ONG's, os *mass media*, a Igreja Católica e o tráfico internacional de drogas.

alguns que vivem nas favelas, pode ser lugar de saída. Para outros, que se encontram em estruturas supralocais, de entrada. Para outros tantos, situados em diferentes posições do terreno, lugar de conquista. Para muitos que aí se localizam, de interlocução e pressão, e de tensão. Para todos, de mediação. Um lugar de mediações e tensões onde, em movimento, encontram-se moradores e lideranças das favelas, técnicos do poder público e de ONGs, líderes religiosos e políticos, pesquisadores, o narcotráfico e a milícia. Seria ele um lugar de fronteira, um ponto de cruzamento entre o global e o local? Da esfera pública e do não público? Reinterpretando a expressão cunhada por Bourdieu, não seria um lugar onde “as estruturas sociais estão em ação” (1997)?

Para nós, esta foi uma inflexão fundamental no processo de pesquisa pois, embora o objeto de nossa investigação fosse o processo de trabalho dos educadores comunitários, buscávamos situá-los dentro desta fronteira.

Acolhemos então, a ideia de nos aproximarmos do conceito de campo de Bourdieu, para compreender a fronteira, avaliando que ele respondia ao que observávamos neste terreno, ou seja, diferentes agentes sociais em disputa e tecendo alianças, muitas vezes instáveis. De certa forma, como ocorreu com o conceito de Bourdieu, de acordo com sua reflexão no capítulo “A gênese dos conceitos”, em *O poder simbólico* (1989, p. 64), a fronteira se colocou como uma forma de dar direção à pesquisa, indicando o recorte metodológico que usamos para enfrentar o tema trabalhado, um recorte que permitia pensar o processo de trabalho dos agentes sociais em questão dentro de um espaço de mediação, que não o reduzisse aos processos de inclusão precária nem às tramas locais da favela.

Embora não apresente um grau de estruturação e autonomia, a fronteira aproxima-se de alguns aspectos evocados pelo conceito de campo de Bourdieu. Pode ser compreendida, num sentido histórico e sociológico, como espaço atravessado por relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes na distribuição de recursos, que são ou podem se tornar operantes na “concorrência pela apropriação dos bens raros que têm lugar neste universo social”. Neste espaço, a

localização dos agentes segue então princípios diferenciadores, que nos remetem a “poderes sociais fundamentais”: “o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma com que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas” (1990, p. 154).

Dialogando com as reflexões de Bourdieu, em nossa pesquisa, a fronteira foi então concebida como um espaço que se forjou historicamente, sendo constituída por relações objetivas entre diferentes atores: técnicos e funcionários das instituições públicas, lideranças e os agentes comunitários, contratados ou não por programas governamentais, os próprios moradores das favelas, os profissionais que atuam em ONGs e, cada vez mais, pesquisadores. A despeito de muitas vezes circularem em torno de projetos comuns, tais agentes ocupam posições diferenciadas na sociedade e, mais particularmente, na fronteira. Assim, ela está longe de ser homogênea e com relações horizontais, pois se particulariza como espaço onde se manifestam relações de poder e onde o *quantum* social determina a posição que cada agente ocupa (ORTIZ, 1994).

Refletir sobre o trabalho dos educadores comunitários, ou trabalhadores sociais como nomeamos em nossa pesquisa, concebendo-o dentro de um terreno de fronteira, significou buscar um caminho que incorporasse a dimensão relacional inscrita no processo de trabalho, e que não reduzisse tal trabalho a expressão de processos de inclusão precária, ou mais uma forma de militância comunitária. Mas a questão é que esta direção da pesquisa nos trouxe outro desafio, assunto do nosso próximo tópico.

EXERCITANDO A DÚVIDA RADICAL: A SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE BOURDIEU E A APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DA FRONTEIRA

Ainda considerando a pesquisa acima abordada, encontramos um dos maiores desafios do processo de investigação, um problema que foi se constituindo historicamente no campo científico: a armadilha de se tornar objeto daquilo que se quer investigar.

No caso da abordagem do trabalho desenvolvido por aqueles que moram e atuam nas favelas do Rio de Janeiro, dentro desse espaço do mundo social que chamamos de fronteira, tal armadilha possui especial significado pois trata-se de um terreno particularmente minado. Minado porque, lugar de debate e combate aos dilemas de nossa sociedade, ele vem se forjando como palco privilegiado de mediação política e espaço onde as imagens e representações do mundo social se disseminam, destacando-se como noções naturalizadas, como ocorre com o termo “comunidade”. E emergindo como espaços e grupos com identidades fixas, tais como áreas carentes”, “população carente”, “crianças em situação de risco social”, “juventude” etc. Apresentando-se como dicotomias cristalizadas, como por exemplo, aquelas que opõem: “comunidade X asfalto”, “dentro X fora”. Ou, ainda, espalhando-se como “grandes problemas sociais” que aparecem na mídia.

O que há em comum em todas essas imagens e representações é que elas tomam formas cada vez mais autônomas, descolando-se do mundo histórico social. Com isso, perde-se a dimensão mais global dos processos subjacentes à sua constituição. E termina-se por transformar agentes sociais em bandidos, heróis ou vítimas que criam os problemas, as respostas a tais problemas, ou a eles reagem passivamente.

Mas há ainda outra razão para a fronteira apresentar-se como um terreno particularmente minado aqui. Pesquisando, e atuando na coordenação e consultoria de projetos sociais, localizávamo-nos também na fronteira. Daí, buscar o exercício daquilo que Bourdieu chama de *dúvida radical*, procurando trilhar um caminho que nos permitisse não ser objeto dos problemas que tomamos como objeto e pôr em causa nossa prática de pesquisa (1989, p. 34-35). Nesse exercício, boa vontade e estar alerta não bastam. Sabemos. O diálogo com a sociologia reflexiva do autor nos indicou o caminho:

Para se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – frequentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para

dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas da família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino etc. (BOURDIEU, 1989, p. 37)

Concluimos então que era necessário pôr em causa as representações produzidas e acumuladas sobre o tema com o qual trabalhamos, recorrendo a uma “história social da emergência” de alguns problemas que ele abriga. Ou seja, uma operação de objetivação, que permitisse aproximar-se da fronteira de forma a decifrá-la enquanto construção histórica.

Foi assim que buscamos uma aproximação histórica com a fronteira, que se impôs sobretudo como uma necessidade metodológica da pesquisa. O objetivo aqui não era reconstituir a história da fronteira, mas sim levantar pistas que permitissem localizar sua emergência, alguns traços que se tornaram constitutivos de sua dinâmica e os principais agentes sociais aí localizados. Esta era uma condição fundamental para avançar na compreensão deste terreno, das principais representações e imagens aí inscritas, bem como analisar os processos que levaram à constituição do trabalho social nas favelas do município do Rio de Janeiro.

A investigação da gênese da fronteira, procurando analisar os processos que levaram à constituição do trabalho social nas favelas do município do Rio de Janeiro, nos levou novamente à sociologia reflexiva de Bourdieu, desta vez apoiando-nos na tarefa de compreender a emergência do problema da favela como *problema legítimo*, o que tornou possível a própria constituição da fronteira.

Mediante uma pesquisa histórica, na qual pudemos destacar alguns momentos fundamentais, analisamos “o problema da favela”, alvo de diferentes ações e reflexões, como resultado de um trabalho coletivo, necessário para “dar a conhecer e fazer conhecer” esse problema como legítimo. Como “confessável”, “público”, “oficial” (BOURDIEU, 1989, p. 37).

Essa operação de pesquisa possibilitou ainda desnaturalizar noções atualmente inscritas na fronteira. Por exemplo, pudemos observar que

a concepção de participação, através do dinheiro e trabalho do povo, como via de solução do problema da favela, foi se produzindo conforme a fronteira se constituía. Presente nos primórdios da fronteira, e assumindo uma projeção política maior com a ação do SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, esta noção de participação, que atribui à população a responsabilidade pela melhoria de suas condições de vida, acumulou força enquanto experiência e representação social, estando estreitamente vinculada a uma determinada representação de participação que se difundiu dentro da fronteira, encontrando-se nela presente até os dias de hoje (CUNHA; FRIGOTTO, 2010).

Para nós, que pesquisamos sobre favelas, é fundamental essa reconstituição histórica de representações como participação, de forma que não nos tornemos objetos dessas noções, interiorizadas no mundo social. A reconstituição histórica dessas representações acumuladas atua aqui como a operação que nos permite exercer a dúvida radical de que nos fala Bourdieu.

UMA EXISTÊNCIA SOCIAL QUE INTERROGA: OS MORADORES QUE ATUAM EM AÇÕES SOCIAIS NAS FAVELAS COMO “ANALISADORES PRÁTICOS”

Desde 1991, quando começamos a desenvolver pesquisas nas favelas do município do Rio de Janeiro, e eventualmente acompanhar projetos educacionais e sociais, identificamos um agente social que se destacava, e que frequentemente constitui, em diversas pesquisas, o que denominamos informante chave. Eram moradores que atuavam em ações nas favelas e que tinham um importante papel como referências nessas localidades, ainda que não ocupassem posições de poder em instituições como associações de moradores.

Em uma investigação realizada entre 1992-1995, nossa análise recorreu ao termo *mediador na comunidade* para nomear este agente, cuja identificação foi fundamental para que colocássemos em questão a homogeneidade social na favela, e ainda repensássemos as oposições bem definidas entre mediadores externos/comunidade. De certa forma,

o mediador na comunidade vinha sugerir alternativas de prática social e política que não passavam necessariamente pelos modelos de ação política indicados por mediadores externos, mas também pelas lideranças mais expressivas. Ele se particularizava por sua ação nas margens das esferas de poder instituído na favela, no caso a associação de moradores. Aproximava-se da liderança pelo conhecimento do jogo político, acumulado na prática no movimento comunitário, mas dela se distinguia pela forma de ação na luta social e política. Diferenciava-se dos demais moradores pela experiência no movimento e pelo conhecimento das regras do universo político. No entanto, a particular forma de atuação na favela, através da proximidade cotidiana com os moradores, reforçava sua experiência comum com esses moradores. Ele produzia, pois, sua visão a partir de um outro lugar, que possivelmente lhe dava um horizonte de visibilidade crítica. Daí, percebia as implicações das relações de poder na favela, a atuação dos mediadores externos, e interpretava a ação e experiência dos demais moradores (CUNHA, 1995).

A análise a respeito desse mediador foi relevante quando iniciamos a investigação, já referida, a respeito do processo de trabalho dos educadores comunitários. Com efeito, foi esta questão que nos inspirou a recortar, no universo de educadores comunitários atuantes em projetos sociais nas favelas, aqueles com os quais queríamos trabalhar, ou seja, os chamados sujeitos de nossa pesquisa.

Selecionamos, portanto, para a investigação os moradores que trabalhavam em iniciativas sociais, mas possuindo uma posição específica na fronteira, mantendo canais diferenciados de interlocução com diversos agentes sociais: desde aqueles internos, como associações de moradores e grupos locais; passando pelos que desenvolvem intervenções nas favelas mas cuja organização está situada fora das localidades, como igrejas, algumas ONGs e programas de intervenção públicos; até agências governamentais ou não governamentais que estão em diálogo com esses moradores, ainda que não desenvolvam atividades em suas localidades.

No desenvolvimento da pesquisa, a fonte de inspiração que nos apoiou na tarefa de compreender a posição desse agente mediador que

entrevistamos na pesquisa e analisar seus depoimentos veio através de uma pista indicada por Bourdieu em *A miséria do mundo* (1997), especialmente nos capítulos “A demissão do Estado” e “As contradições da herança”. Bourdieu, levantando o fato de que através dos relatos das dificuldades pessoais se exprimem as estruturas mais profundas do mundo social e suas contradições, e referindo-se aos ocupantes de posições instáveis no mundo social, destaca:

... são extraordinários “analistas práticos”: situados em pontos onde as estruturas sociais “trabalham” e trabalhados por isso pelas contradições dessas estruturas, eles são obrigados, para viver e sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que dá acesso, bastante amiúde, às contradições objetivas que os possuem, e às estruturas objetivas que se expressam através delas. (BOURDIEU, 1997, p. 591-592)⁵⁷

Em seguida, o mesmo autor acrescenta uma nota de rodapé indicando que é o caso dos trabalhadores sociais que pensava interrogar, inicialmente, como informantes, e que “se tornaram objetos privilegiados de uma análise tanto mais rica em revelações objetivas quanto mais ela ia longe na exploração das experiências subjetivas” (BOURDIEU, 1997, p. 592).

Seguindo tal perspectiva, passamos a conceber a posição particular desses agentes sociais (moradores de favelas atuantes em projetos sociais), situados em pontos onde as “estruturas sociais trabalham”, sendo trabalhados pelas contradições destas estruturas. Esta posição, no âmbito das contradições do mundo social, é que concorre para que

57 Inicialmente, na pesquisa realizada entre 2001/2005, encontramos esta mesma reflexão do autor no capítulo “As contradições da herança” do livro organizado por Nogueira, M.A e Catani, A., *Escritos de educação* (1999). Trata-se de uma tradução do capítulo original presente em *A miséria do mundo*, e que é bastante diferente da apresentada na tradução brasileira da obra. Preferimos a versão que encontramos no livro organizado por Nogueira e Catani. No entanto, uma vez que a versão de *A miséria do mundo* era anterior, optamos por utilizá-la no texto. No livro *Escritos de educação*, encontramos a reflexão da seguinte forma: “... são extraordinários ‘dispositivos analisadores práticos’: situados em pontos onde as estruturas sociais ‘estão em ação’ e, por este fato, movidos pelas contradições destas estruturas, eles são obrigados, para viver ou sobreviver, a praticar uma forma de autoanálise que, muitas vezes, dá acesso às contradições objetivas de que são vítimas e às estruturas objetivas que se exprimem através delas” (1999, p. 236).

eles tenham um horizonte particular de análise das contradições do mundo social. A nosso ver, experimentam as contradições resultantes de seu lugar social, produzindo uma reflexão sobre os processos a que estão sujeitos e que marcam a dinâmica local.

Com isto, não apenas na pesquisa voltada para o processo de trabalho dos educadores comunitários, mas em outras, desenvolvidas posteriormente em outros territórios da periferia urbana, passamos a trabalhar com moradores atuantes em projetos sociais, compreendendo-os como “analistas práticos”, capazes de nos apoiar na tarefa de compreender as contradições do mundo social, particularmente da fronteira, e da favela. Escutá-los e acompanhá-los significa ampliar nosso olhar, aproximando-nos das tramas que atravessam a vida na favela, e outros territórios vulneráveis, e que desafiam a ação das instituições que lidam com estas comunidades.

No entanto, esta é uma opção que nos traz outro desafio, cuja resposta viemos buscando, também em diálogo com o sociólogo francês.

A DUPLA FACE DO TESTEMUNHO: O COMPREENDER NA OPERAÇÃO DA ENTREVISTA

Buscamos aqui, não tanto trazer a intimidade da oficina de pesquisa, mas principalmente compartilhar algumas reflexões a respeito dos limites e possibilidades das entrevistas abertas, em especial sua dimensão formativa para o pesquisador e pesquisado. Em tal caminho, as contribuições de Bourdieu tem sido fundamentais, especialmente o capítulo “Compreender”, em *A miséria do mundo* (1997).

Procuramos levantar algumas das considerações trazidas pelo sociólogo francês, para então apresentar a forma através da qual viemos pensando algumas questões que se apresentaram em nossa pesquisa.

Uma das dificuldades em desenvolver pesquisas entrevistando “analistas práticos”, em nosso caso moradores de favelas atuantes em ações sociais, diz respeito à sua própria posição no mundo social, e sua “autoanálise”. Neste sentido, seus depoimentos se dão no sentido de intervir na entrevista. É o que Bourdieu, adverte no capítulo “Compreender” de *A miséria do mundo*: “... os pesquisados podem

também intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazer voltar em seu proveito um troca da qual um dos riscos é a imagem que eles têm e querem dar e se dar eles mesmos” (1997, p. 701). Mais adiante, o autor lembra:

Uma das maneiras mais sutis de resistir à objetivação é, portanto, a dos pesquisados que, jogando com sua proximidade social com o pesquisador, tentam, mais inconsciente do que conscientemente se proteger prestando-se aparentemente ao jogo e tentando impor, sem o saber sempre, uma aparência de autoanálise. (1997, p. 702).

Ao mesmo tempo, o pesquisador atua com uma “falsa objetivação complacente (...) que procura todos os prazeres da lucidez sem questionar o essencial”. Nessa relação, “cada um engana um pouco o outro ao se enganar a si próprio” (1997, p. 702-703).

Este é um tipo de situação bastante comum nas entrevistas com os agentes sociais com os quais trabalhamos. Inserindo-se em um campo de disputa social e política (o que denominamos fronteira), e estando em relação com diferentes agentes sociais, eles acumulam um leque de leituras a respeito de temas que nós, pesquisadores, abordamos. Não se trata de uma forma consciente de enganar, mas uma maneira de intervir. O testemunho do entrevistado configura-se pois como uma prática, que deve ser considerada a partir do lugar de onde ele fala, ou seja, considerando as disputas no campo – no caso em que trabalhamos, a fronteira.

Por isso, para nós, foi tão importante, e ainda tem sido, o trabalho de interrogar historicamente a fronteira, as representações aí acumuladas, as relações entre os agentes aí posicionados. É um esforço contínuo da pesquisa que nos apoia na tarefa de entrevistar e posteriormente analisar os depoimentos. Um esforço necessário de objetivação, que concorre para “tentar situar-se em pensamento no lugar que o pesquisado ocupa no espaço social” (BOURDIEU, 1997, p. 699). E ainda para:

... uma *compreensão genérica e genética* do que ele é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é

produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados a sua posição e a sua trajetória particulares no espaço social. (BOURDIEU, 1997, p. 700, grifo do autor)

Esta é uma compreensão que, como nos adverte Bourdieu (1997, p. 700), “não se reduz a um estado de alma benevolente”. Ela é exercida de modo que “a interrogação e a própria situação tenham sentido para o pesquisado e também, e sobretudo, na problemática proposta”.

O sociólogo francês explica, então, o sentido da entrevista como *exercício espiritual*:

Deste modo, sob risco de chocar tanto os metodólogos rigoristas quanto os hermenutas inspirados, eu diria naturalmente que a entrevista pode ser considerada como uma forma de *exercício espiritual*, visando a obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida. A disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular é uma espécie de *amor intelectual*: um olhar que consente com a necessidade, à maneira do “amor intelectual de Deus”, isto é, da ordem natural, que Spinoza tinha como forma suprema de conhecimento. (BOURDIEU, 1997, p. 704)

Fundamentado em uma *compreensão genérica e genética*, o exercício espiritual é uma construção, resultado de um trabalho, pois como diz o autor:

... o pesquisador não tem qualquer possibilidade de estar a verdadeiramente à altura de seu objeto a não ser que ele possua a respeito um imenso saber, adquirido talvez ao longo de uma vida de pesquisa e também, mais diretamente, durante entrevistas com o próprio pesquisado ou com informantes. (BOURDIEU, 1997, p. 700)

O cuidado de interrogar o campo no qual pesquisador e pesquisador se insere, e suas posições dentro deste, é fundamental no avanço nesta compreensão genérica e genética do pesquisado, dando as condições para um exercício espiritual onde, mesmo sem fingir anular a distância social que separa pesquisador e pesquisado, o pesquisador é capaz de se situar em pensamento no lugar que o pesquisado ocupa no espaço social (BOURDIEU, 1997, p. 699).

Em diálogo com as reflexões de Bourdieu (1997, p. 704), podemos concluir que este exercício espiritual instaura e é instaurado por uma situação de comunicação, “completamente excepcional, livre de constrangimentos, principalmente temporais, que pesam sobre a maior parte das trocas cotidianas”, em que aparece um discurso extraordinário, que estava à espera das suas condições de atualização.

... certos pesquisados, sobretudo entre os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da vida privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles se veem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar. (BOURDIEU, 1997, p. 704)

O autor lembra então que, longe de serem “instrumentos nas mãos do pesquisador”, os pesquisados “conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e a intensidade de seu discurso” (BOURDIEU, 1997, p. 704).

Chegamos aqui a uma questão sobre a qual viemos nos debruçando, e que se relaciona com o papel do testemunho no processo de pesquisa, e sua dimensão formativa, tanto para pesquisado quanto para o pesquisador.

Nosso primeiro contato com estas questões trazidas por Bourdieu, especialmente no capítulo “Compreender” de *A miséria do mundo*,

deu-se por ocasião de uma pesquisa desenvolvida no Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL) sobre as redes de solidariedade na Leopoldina.⁵⁸ Inspirados no autor, já percebíamos, então, o fato de que a entrevista podia indicar uma dimensão de intervenção importante para o entrevistado, que através dela construía seu próprio ponto de vista, sobre ele mesmo e sobre o mundo, e levava sua experiência da vida privada para a esfera pública.

Foi no exercício dessa investigação junto aos educadores comunitários que demos contorno à ideia de que o papel mediador do pesquisador na entrevista podia abrir espaço para que nela se configurasse uma ação do pesquisado, que trazia desdobramentos para ele. Foi colhendo depoimentos junto aos educadores, levando-os a rememorar suas vidas, que os observamos elaborar reflexões a respeito de seu trabalho e os conflitos que ele envolve, e mesmo repensar sua posição na fronteira. Depois, acompanhando suas ações e, especialmente, sua participação em encontros com outros agentes sociais, pudemos perceber que eles agiam movidos por um novo olhar.

Com efeito, ao longo dessa investigação pudemos perceber a importância do *testemunho* como elemento mediador, que se constitui numa chave de interpretação para os educadores, alimentando seu processo de trabalho. Recorremos aqui ao termo *testemunho* porque ele evoca uma dupla dimensão, onde estão colocados diferentes significados atribuídos pelos agentes sociais presentes na coleta de depoimentos e nos grupos focais.⁵⁹ Para o pesquisador, trata-se do uso da narrativa oral na pesquisa. Foi isto que nos permitiu ter acesso a dados relativos à formação e experiência de trabalho dos educadores, sobre os quais nos debruçamos a fim de desenvolver a análise. Considerando os

58 A pesquisa em questão, já referida, voltava-se para o levantamento das iniciativas sociais da região da Leopoldina, mas existia então um eixo da pesquisa que procurava analisar mais particularmente as ações promovidas por instituições e grupos religiosos. Na época, a leitura de Bourdieu nos inspirou a refletir sobre a importância do testemunho no ritual das igrejas evangélicas. Parte dos resultados dessa investigação foram publicados em Cunha e Valla (1999).

59 Usei o termo “testemunho” para dar título a um dos capítulos da tese (*Testemunhos, os traçados da vida*), cujo objetivo é reconstruir o percurso que marca a constituição dos educadores enquanto tais.

pesquisados, a noção de testemunho nos leva aos valores culturais desses agentes sociais, e particularmente o significado conferido por eles à palavra, à oralidade (CUNHA, 2007).

Como sabemos, testemunho tem um significado particular nas religiões evangélicas, frequentadas pela maioria dos educadores que entrevistamos. Rosa, em um grupo focal, chega a manifestar-se (voltando-se para uma colega): “Agora, você dá o seu testemunho”. Joana, outra educadora nos diz:

A Bíblia tem até uma palavra que fala assim: “Com o teu testemunho, com a tua vida, você salva a ti mesmo e a quem te vê”. O que é que é salvar aí? É muitas vezes nós mostrarmos a nossa integridade, que nós somos pessoas direitas, pessoas sérias, que não vivemos sendo cooptadas pelas coisas que não vai nos trazer um retorno positivo (CUNHA, 2005)

Para as educadoras, testemunho indica tanto as ações na vida, através das quais se mostra o que se é, como também a palavra, que faz reviver as ações, a vida de integridade. É na trama da oralidade, de uma narrativa que revive a vida, que muitos educadores, trabalhadores que atuam na fronteira, buscam demarcar uma identidade, marcada pela “integridade”. É através dessa narrativa que definem o lugar em que se encontram, diverso de outros, como sugerem as palavras de Joana.

Se para nós, pesquisadores, a coleta de depoimento demarca um dos momentos fundamentais da investigação, ritual que buscamos preparar cuidadosamente, e exercer mesmo controle, para os entrevistados é igualmente ritualístico. É um momento em que eles procuram controlar, no sentido que nos apontou Bourdieu.

Neste sentido, o que observamos, no caso dos moradores que atuam em ações sociais nas favelas, é que eles dão seus testemunhos a pesquisadores com diferentes objetivos de pesquisa. O ritual de entrevista, do qual participam com frequência, e sobre o qual acumulam experiência, atua como um canal de mediação através do qual reelaboram suas trajetórias e suas relações com diferentes agentes sociais

(presentes na própria localidade e fora da mesma), o que se traduz em seus testemunhos, lugar e momento de “construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo”, como nos lembrou Bourdieu. Lugar e momento de produzir e recriar seu conhecimento, bem como torná-lo público.

A condução do pesquisado em relação à entrevista não se esgota no ato desta última. Vai além. A este respeito, achamos interessante também o fato de que um dos educadores que entrevistamos pediu a cópia do depoimento, no qual falava fundamentalmente sobre seu percurso.

Enfim, este é um aspecto fundamental do método, nas pesquisas qualitativas, que viemos discutindo em nossas investigações e junto aos alunos na docência em educação popular.⁶⁰ Ele indica uma dimensão formativa inscrita na entrevista, na relação entre pesquisador e pesquisado. De certa forma, aproxima-se da visão de Martins (1989), baseada em Agnes Heller, que destaca a “passagem do homem da condição de objeto à condição de objetivo” que, na produção intelectual, significa, “emancipar o outro da condição de objeto” (MARTINS, 1989).

Encaminhada em uma situação comunicacional particular, na qual se dá o exercício espiritual, a entrevista constitui-se pois, em momento de construção de conhecimento e de sua publicização.

DAS DISPUTAS NO CAMPO: OS USOS DO POVO E A EDUCAÇÃO POPULAR

Gostaríamos de finalizar nossa reflexão com uma questão trazida por Bourdieu que é fundamental para o desenvolvimento de nossas pesquisas, em particular, e para o avanço teórico e metodológico da educação popular, concorrendo para que ela não se torne “presa no objeto que toma para objeto”, recorrendo à expressão de Bourdieu (1989, p. 35).

60 Referimo-nos aqui mais particularmente à disciplina Educação Popular e Construção Partilhada do Conhecimento em Saúde, do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública)/ Fiocruz, sob a responsabilidade do professor Eduardo Stotz.

Indicamos com uma discussão do sociólogo francês que possivelmente é a mais diretamente relacionada à educação popular e que, por isso, nos parece importante para qualquer diálogo com o autor dentro deste campo. Estamos nos referindo ao que ele apresenta no capítulo “Os usos do povo”, do livro *Coisas ditas* (2004), com a qual buscamos aqui dialogar brevemente. É um texto bastante fecundo para quem discute o popular e a cultura popular. Para nós, que atuamos em territórios de pobreza urbana como as favelas e áreas da periferia da cidade, é particularmente importante e abre espaço a uma reflexão voltada apenas para o diálogo com as considerações levantadas por Bourdieu neste capítulo do *Coisas ditas*. Porém, neste texto, o que buscamos discutir é a relação entre o que ele chama de usos do povo e a autonomia dos campos.

Bourdieu (2004, p. 181) inicia este capítulo destacando que o povo ou o popular é um dos alvos que estão em jogo na luta entre os intelectuais.

O fato de estar ou de se sentir autorizado a falar do “povo” ou para o “povo” (no duplo sentido: para o “povo” e no lugar do “povo”) pode constituir, por si só, uma força nas lutas internas dos diferentes campos, político, religioso, artístico etc. – força tanto maior quanto menor for a autonomia do campo considerado. Máxima no campo político, onde se pode jogar com todas as ambiguidades da palavra “povo” (“classes populares”, proletariado ou nação, *Volk*), essa força é mínima no campo literário ou artístico que tenha conquistado um alto grau de autonomia onde o sucesso “popular” acarreta uma forma de desvalorização, e mesmo de desqualificação, do produtor [...]

Existe toda uma discussão acumulada a respeito dos sentidos do povo, do popular, bem como sobre a cultura popular. Em uma de nossas primeiras pesquisas junto a moradores de favelas, buscamos entrar neste campo de debate de forma a não escorregar para as dicotomias que opõem cultura erudita x cultura popular; cultura dominante x dominada (CUNHA, M.B, 1995). Um dos caminhos que tomamos,

então, foi a história, num movimento semelhante ao que o sociólogo francês indica quando fala da história social da emergência dos problemas que tomamos como objeto. Foi possível perceber que o povo, a partir do século XIX, apresentado enquanto símbolo da pureza original dos campos, do comunitarismo e das virtudes conservadoras e da tradição, foi sendo constituído enquanto objeto da ciência, objeto que era necessário conhecer, incorporando-o à autoimagem da Nação em construção e estabelecendo o controle das chamadas *classes perigosas* (BURKE, 1992; CERTEAU; JULIA, 1989).

Indicar o popular como um alvo de disputa é uma pista importante que Bourdieu nos dá em sua reflexão, e que em certo sentido reforça a ideia acima de o povo ser constituído como objeto da ciência e da política. Mas, a nosso ver, o diferencial da leitura do pensador localiza-se na relação que ele faz desta disputa com a questão da autonomia dos campos e a posição do agente social dentro dele.

As diferentes representações do povo aparecem assim como expressões transformadas (em função das censuras e normas de formalização próprias de cada campo) de uma relação fundamental com o povo, que depende tanto da posição ocupada no campo dos especialistas – e, em termos mais amplos, no campo social – quanto da trajetória que conduziu a essa posição. Os escritores provenientes das regiões dominadas do espaço social podem, com chances de sucesso tanto menores quanto maior for a autonomia do campo considerado, jogar com sua suposta proximidade com o povo, à semelhança de Michelet, que tenta converter o estigma em emblema, reivindicando orgulhosamente suas origens, e que usa o “seu” “povo” e seu “senso do povo” para se impor no campo intelectual. (BOURDIEU, 2004, p. 183)

Esta relação com a autonomia dos campos é que nos chamou atenção, pois a leitura do autor reflete exatamente a situação em que se encontra a educação popular, tanto no campo da educação, como da Saúde Pública. Neste sentido, em uma posição de menor autonomia,

nós que trabalhamos com o “popular” corremos o risco frequente de escorregarmos para uma situação em que recorremos ao “povo” para nos legitimar ou nos distinguir dentro de um campo em que nos situamos. O povo também pode constituir-se como refúgio:

A maior parte dos discursos que foram ou são pronunciados em favor do “povo” são obra de produtores que ocupam posições dominadas no campo de produção. E, como Rémy Ponton mostrou muito bem a propósito dos romancistas regionalistas, o “povo”, mais ou menos idealizado, costuma ser um refúgio contra o fracasso e a exclusão. (BOURDIEU, 2004, p. 183)

Este uso do povo tem um desdobramento no processo de pesquisa, onde pode se recorrer à “fala do povo” para comprovar ideias, que na verdade são pré-construídas. Neste sentido, Bourdieu (2004, p. 185), nos adverte:

Pode-se objetar que é possível sair desse jogo de espelhos pela pesquisa direta. E pedir ao “povo” que de algum modo seja o árbitro nas lutas dos intelectuais a seu respeito. Mas tudo o que dizem as pessoas comumente designadas como “o povo” é realmente “popular”? E tudo o que sai da boca do “verdadeiro” “povo” é a verdade verdadeira do “povo”?

O uso da “fala do povo” precisa ser considerado para quem, como nós, tem a perspectiva de trabalhar com o que chamamos de construção compartilhada de conhecimento, em particular com agentes sociais de origem popular, moradores de favelas. O perigo aqui diz respeito ao fato de tomar os depoimentos sem mediações, e um esforço de objetivação. Avaliamos que algumas das considerações levantadas anteriormente, relativas ao *compreender*, caminham no sentido do trabalho de objetivação necessário à uma construção que nos afaste de uma perspectiva romântica ou populista. A este respeito, Bourdieu (2004, p. 184) diz: “Compreende-se que a análise preliminar da relação objetiva com o objeto se imponha de maneira particularmente imperativa ao

pesquisador, se ele quiser escapar à alternativa do etnocentrismo de classe e do populismo, que é a sua forma invertida”.

Voltamos aqui a encontrar a discussão da sociologia reflexiva, em especial a relativa à história social dos problemas que tomamos como objeto. Esta aproximação do objeto de pesquisa, de forma a desnaturalizar as representações que o cercam, e colocar em questão nossos pressupostos. Como lembra o pensador com o qual dialogamos: “[...] a objetivação está fadada a permanecer parcial, e, por conseguinte falsa, enquanto ignorar ou recusar a ver o ponto de vista do qual é enunciada – o jogo em seu conjunto, portanto”. (2001, p. 22). E ainda, “fazemos ciência – e sobretudo sociologia – tanto em função de nossa própria formação quanto contra ela. E só a História pode nos desvencilhar da História” (2001, p. 6).

Enfim, andando por desvios, buscamos em Bourdieu respostas ao que nos desafia na prática de pesquisa, especialmente nas favelas do Rio de Janeiro, e na fronteira, o campo do trabalho social em favelas, onde os usos do povo também está largamente em jogo. O pensador, para muitos, reduzido ao teórico da reprodução e visto como pouco fértil quando o que está em jogo é o popular, vem se apresentando como fundamental em nosso caminho da educação popular. Ele é um desvio, na expectativa de encontrar as melhores surpresas e os aritícuns maduros.

REFERÊNCIAS

- ALVITO, M. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- BARROS, M. *O Livro das Ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Lições da aula*. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BURKE, P. *A escrita da História*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERTEAU, M.; JULIA, D. A Beleza do Morto: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques (Org.). *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, M. B. *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e Outras Moradas: História e Saber nas Favelas da Penha*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 1995.

_____. *Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/marizecunha.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 7, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/html/vii encontro/textosIntegra/MarizeCunha.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

CUNHA, M. B.; VALLA, V. V. *Conhecendo a Região da Leopoldina: algumas iniciativas sociais*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CEPEL, 1999. Série Cadernos de Assessoria Popular

CUNHA, M. B.; FRIGOTTO, G. O trabalho em espiral: uma análise do processo de trabalho dos educadores em saúde nas favelas do Rio de Janeiro. *Interface*, Botucatu, v. 14, n. 35, p. 811-823, 2010.

LEEDS. Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARTINS, J. S. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

PEREGRINO, M. D.; CUNHA, M. B. O imponderável nos tempos neoliberais: as possibilidades da análise de atores populares nas estruturas em ação e os processos de exclusão. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001, Caxambu. *Intelectuais, conhecimento e espaço público*. Caxambu: ANPED, 2001. p. 8-231.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1981

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, sup. 2, 1998

_____. A crise de interpretação é nossa. Procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*, v. 21, p. 177-190, 1996.

Uma leitura bourdieusiana da arquitetura

Denise Morado Nascimento

PONTO DE PARTIDA

Ao propormos analisar a arquitetura à luz da teoria social de Pierre Bourdieu, acolhemos os questionamentos e as investigações sobre o que tem nos incomodado ao lado da prática vivenciada no campo de conhecimento da arquitetura: os arquitetos têm historicamente atuado sob as sombras do profissional *quase-artista*, *elitista* ou *supérfluo* e de práticas autorreferenciadas imersas em modelos construídos pela arquitetura. Não poderíamos esquivar-nos desse incômodo na medida em que o próprio Bourdieu afirma que não há como alguém dizer ou fazer algo sem ser influenciado por sua posição e localização social no campo.

A arquitetura, como prática vinculada ao seu campo de conhecimento, sempre esteve acorrentada à tarefa de se construir o *habitar*, entendido ora como abrigo ora como lugar que dá sentido à vida do indivíduo. Entretanto, outros pontos de vista são necessários. Em primeiro lugar, não podemos afirmar que o exercício da arquitetura tem democraticamente estruturado o *habitar* e, por extensão, a cidade. Como exemplo, citamos a exclusão do direito à moradia e à cidade para um grande número de pessoas, revelada pela distinção socioespacial e pela precariedade presentes em loteamentos periféricos, favelas e ocupações urbanas nas cidades brasileiras. Em segundo lugar, os edifícios e o espaço urbano produzidos pelos arquitetos estão historicamente atrelados ao exercício do poder de quem os solicita. A arquitetura, mesmo que manifestada de formas diferentes através das relações entre o homem, a natureza e Deus, torna visível a cidade como produto de quem demanda e determina o que, onde, como e quando se deve construir. Em tempos atuais, incluímos nesse desvelamento não só os chamados Grandes Projetos Urbanos ou Megaprojetos como também

a produção habitacional público-privada promovida pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Interessa-nos aqui explicitar a lógica da prática social na arquitetura por meio das estruturas que definem as condições sociais de sua produção relacionadas às suas condições de exercício. Em outras palavras, explicitar o campo da arquitetura, estruturado pelo conjunto de ações, representações e interações sociais que os atores sociais enfrentam, e que gera e estrutura as características sociais dos atores que produzem as práticas sociais.

Partimos dos resultados alcançados na tese de doutorado *A edificação urbana como expressão da prática informacional: análise do campo tectônico de Belo Horizonte* (MORADO NASCIMENTO, 2005), que objetivou compreender as relações sociais dos agentes presentes no campo em que a edificação urbana se insere como elementos para investigação da *in-formação* (aquilo que dá forma) como prática social desse campo. O trabalho de doutorado caminhou por investigações dentro dos limites do *objeto tectônico*, que designa a edificação urbana como produto sintetizador da “arte de construir edifícios”, imerso em suas dimensões sociais, políticas e culturais (e não técnicas, gerenciais e administrativas). Partindo-se do entendimento de que as revistas no campo de conhecimento da arquitetura são estruturas de informações e de documentação sobre espaços arquitetônicos de um tempo, a revista *Pampulha* (RP), publicada por um grupo de Belo Horizonte, entre os anos de 1979 e 1984, foi definida como *estrutura informacional* pertencente ao campo em que os objetos tectônicos estão inseridos. A informação veiculada pela estrutura informacional da RP revelou o modo de agir de natureza informativa do campo *tectônico* de Belo Horizonte; seus objetos tectônicos se construíram como expressão dessa prática em uma determinada época – o modo (dominante) de fazer arquitetura.⁶¹

61 Os argumentos da tese, presentes aqui, estão desdobrados nos artigos: MORADO NASCIMENTO, Denise; PALHARES, Sérgio; TOSTES, Simone. Projeto entre o conhecimento e o saber. In: *PROJETAR 2009, São Paulo*. Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2009. p.1-22. MORADO NASCIMENTO, Denise; MARTELETO, Regina Maria. Social field, domains of knowledge and informational practice. *Journal of Documentation*, v.64, n.3, p.397-412, 2008.

Inferimos, aqui, o entendimento de Bourdieu (1996, p.15) sobre a prática submersa na “particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso particular do possível’”. Assim, acolhemos a lógica da prática do campo de arquitetura evidenciada pelo caso particular da RP de Belo Horizonte e, a partir dessa investigação, ampliamos os questionamentos e os incômodos relacionados à prática da arquitetura contemporânea. Ao final, apresentamos uma outra lógica da prática que surge a partir da identificação das demandas e das potencialidades presentes em ocupações urbanas de Belo Horizonte, envolvendo movimentos sociais, autoconstrutores, estudantes e professores da universidade – um outro modo de fazer arquitetura.

A ARQUITETURA E O CAMPO CULTURAL

A arquitetura se insere no campo *cultural* na medida em que entendemos a cultura no seu sentido antropológico como o *modo de relacionamento humano com seu real*, que tem de lidar com as determinações geradas e alimentadas por um modo social e histórico de funcionamento, assim colocado por Muniz Sodré (1983). É no campo cultural que, segundo Bourdieu, valores econômicos, mas principalmente simbólicos, são atribuídos aos temas, às técnicas e aos estilos, distinguindo-os como culturalmente pertinentes, sendo capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem. Neste sentido, o campo cultural é um espaço social de conflitos e de concorrências cujas relações de poder entre agentes e instituições se escondem, materializando-se em um jogo de forças em torno de interesses específicos e da legitimação do capital pertinente ao campo.

Essa ideia é igualmente compartilhada por um dos poucos sociólogos que estudam a arquitetura, Garry Stevens, em seu livro *O círculo privilegiado: fundamentos da distinção arquitetônica* (2003). Amparado pelo aparato conceitual de Bourdieu, Stevens examina criticamente a prática, o ensino e a evolução da arquitetura a partir da identificação de dois conjuntos de oposições – o de massa e o restrito, estruturados em subcampos ligados à produção dos objetos (espaços/edificações) próprios do campo:

Quadro 1: Propriedades dos subcampos do campo da arquitetura

SUBCAMPO DE MASSA	SUBCAMPO RESTRITO
Mercado de massa (em larga escala)	Objetos únicos
Projetistas anônimos	Arquitetos de renome
Clientes com recursos médios	Clientes ricos
Critérios econômicos e funcionais	Critérios estéticos e simbólicos
Produção para satisfazer demandas econômicas	Produção para satisfazer demandas simbólicas
Funções sociais explícitas	Objetificação não social

Fonte: Stevens (2003).

A produção de massa, segundo Stevens (2003), está ligada aos bens simbólicos para consumo de massa e a produção restrita destinada à cultura dominante. Os arquitetos de renome pouco se envolvem com o mercado de massa, como por exemplo, habitação social. De fato, sem qualquer referência autoral e com rígidos critérios funcionais e econômicos, os edifícios do PMCMV apresentam um padrão de produção nacional com fortíssima homogeneização das soluções de projeto arquitetônico e urbanístico e das técnicas construtivas, independentemente das características físicas dos terrenos ou das condições bioclimáticas locais.

As dinâmicas internas dos dois subcampos da arquitetura acontecem em função de suas estruturas sociais e das duas formas específicas de capital no campo da arquitetura. A primeira forma é o *status* profissional, no qual os arquitetos competem pelo sucesso material e/ou econômico e pelo poder profissional – o *capital econômico*. A segunda forma é o *status* intelectual, no qual os arquitetos competem para serem reconhecidos como grandes criadores ou pensadores – o *capital intelectual* (ou simbólico). Para Stevens, os capitais econômico e intelectual (elevadas remunerações e prestigiados diplomas) não só definem o espaço social da arquitetura, mas também estabelecem a

hierarquização do campo a partir do montante de capital de cada arquiteto e da possibilidade de cada arquiteto acessar determinado capital. Entretanto, Stevens aponta que a forma mais valiosa de capital é a intelectual já que é através deste que o campo decide quem são os seus membros. Assim, os objetos da arquitetura produzidos por membros legitimados pelo campo agregam, igualmente, *valor* econômico ou intelectual.

É essa “lógica específica do campo, do que está em jogo e da espécie de capital necessário para participar do mesmo” (BOURDIEU, 2013, p.106) que comanda as propriedades através das quais se estabelece a relação entre a classe e a prática. Como o campo não é capaz de construir ou controlar outros capitais, que não somente econômico e intelectual, uma possível reestruturação da prática não acontece, prevalecendo a lógica pertinente e eficiente no jogo considerado, além de funcionar como “fator explicativo das práticas” (BOURDIEU, 2013, p.107). Assim, as lutas internas do campo restringem-se à produção, seja de massa ou restrita, de espaços e edificações concebidos exclusivamente por um pequeno grupo de pessoas – arquitetos associados a investidores, a proprietários de terras, a incorporadores e/ou a empreendedores da construção, não raramente vinculados às instâncias públicas. Exclui-se a possibilidade de uma produção centrada em processos nos quais moradores, movimentos sociais, autoconstrutores e construtores diretos, possuidores de recursos técnicos específicos e conhecimentos provenientes da experiência empírica imediata (capital específico sem cotação no *mercado*), possam fazer parte do processo de tomada de decisões sobre a produção do espaço.

A cidade expressa diferenciadamente a produção daqueles arquitetos que carregam maior capital econômico, evidenciando as suas amarras e sujeições (a produção genérica e repetitiva de torres residenciais e comerciais incorporados e comercializados por grandes construtoras). Ao contrário, os arquitetos com maior capital intelectual explicitam a linguagem da ruptura, mas os desenhos passam a ser mais importantes do que as construções dos edifícios (a espetacularização de museus, centros culturais e edifícios públicos). Aos subordinados permanecem

às tarefas da representação, da execução e da construção (a produção habitacional do PMCMV). Nesse sentido, o campo da arquitetura caminha, preocupando-se, de fato, com a sua produção restrita. Isto é, os edifícios de grande importância e seus grandes arquitetos.

Ainda que o propósito da arquitetura seja produzir espaços onde as relações sociais possam ter lugar, o seu modo de ação, representação e significação é definido pela constituição do capital econômico (elitização das ideias) e do capital intelectual (valorização dos desenhos), comandado pelo discurso de quem tem o poder. Stevens (2003, p.115) afirma que o campo da arquitetura, assim como Bourdieu alerta sobre o campo cultural, funciona na mais “completa ignorância” de suas funções sociais.

A ARQUITETURA E O AGIR COLETIVO

Os primeiros trabalhos de Bourdieu sobre os rituais da sociedade Kabília, Argélia, introduziram nas ciências sociais o *modo de pensamento relacional* que caracteriza “todo elemento pelas relações que o unem aos outros em um sistema, e das quais ele tira seu sentido e sua função” (BOURDIEU, 2009, p.13). Explicitada como uma “novidade essencial”, Bourdieu pretendia superar a distinção entre as “verdades de razão e as verdades de fato”, tratando os fatos históricos como estruturas constitutivas do meio social alimentadas por contradições e ambiguidades a explicar o modo de ser e agir do agente social em relação a si próprio, ao outro e ao mundo nos diferentes domínios da prática (e não somente no discurso).

Nessa compreensão de prática social, Bourdieu (1996, 2013) abriga não só os traços estruturais da sociedade (*opus operatum*), mas também as estratégias que o agente usa para agir (*modus operandi*). Sua argumentação parte do entendimento de que as pessoas fazem suas escolhas, tomam decisões ou lutam por seus interesses, em função do *habitus*, princípio unificador e gerador de todas as práticas. As maneiras em que as pessoas agem e reagem no campo estão relacionadas às trajetórias sociais dos indivíduos na escola e na família, mas modificadas pela experiência e pela cultura.

Determinado pelo capital, na medida em que explica as posições dos indivíduos no campo, sejam os dominantes (máximo de capital), sejam os dominados (mínimo de capital), o *habitus* alimenta o campo da arquitetura por meio da individualidade de cada arquiteto, comprometendo o agir coletivo. Aliado à passividade dos arquitetos de se relacionar com o real, na medida em que se resguardam apenas pelo capital *econômico* (profissional) e *intelectual* (simbólico), o *habitus* coletivo deixa uma passagem para que outros campos (econômico, político, imobiliário) exerçam seus poderes por meio da imposição de suas regras e práticas construídas em cada um deles.

A imposição do capital político pelo campo *político* impossibilita os arquitetos de participarem como agente transformador da arquitetura. Como o campo da arquitetura não cria condições para que os arquitetos construam capital político adequado, o arquiteto passa a ser um mero executor de decisões tomadas na esfera da associação Estado-Capital, revelando que o campo da arquitetura não possui autonomia suficiente para imposição de sua atuação política. O conjunto de ações, representações e interações em jogo nas relações sociais são satisfatórios já que promovem os benefícios (prestígio) que permitem a legitimação de sua maneira de funcionar e existir.

Por outro lado, não há surpresa em constatar que o campo *econômico* tem estruturado o campo da arquitetura, assim como tantos outros. O imprevisto é a subordinação dos arquitetos ao campo *econômico* de forma tal que limita a sua prática profissional à minimização dos problemas latentes e crônicos do caos socioespacial urbano, distanciando-se de uma função catalisadora, participativa e transformadora. O arquiteto, enquanto corresponsável pela tarefa de construir a cidade, coloca-se afastado do funcionamento da realidade contemporânea capitalista e política, permanecendo na esfera da retórica e não da ação. A falta desse entendimento explica a sujeição do campo da arquitetura às regras do mercado imobiliário e da associação Capital-Estado.

A prática da arquitetura contemporânea incorpora o *habitus* guiado pela individualidade artística, pela elitização de ideias em

resposta ao *mercado*-Estado e pela fragmentação de práticas. A expressão intelectual (simbólica) do ponto de vista individual do arquiteto, o consumo de estilos ditados, o domínio do mercado de bens simbólicos, as inovações tecnológico-construtivas autônomas do especialista e a separação intelectual da função do projeto e da produção da edificação formam as *condições de existência* que limitam o *habitus* coletivo; este que alimenta o campo *cultural*, onde a arquitetura se insere. Polariza-se, então, o espaço social pela arte ou pelos negócios.

A LÓGICA DA PRÁTICA

O fato de o *habitus* assegurar a presença ativa de experiências passadas demonstra ser produto da história. Contudo, ele também produz história livremente, ainda que essa seja limitada por uma situação social, econômica, política, apontada como *estado particular* dessa estrutura. Sendo sistema de disposições estruturado e estruturante, formado por princípios de percepção, gosto, visão, pensamento e ação, o *habitus* gera e organiza as práticas sociais. Mas como um sistema de disposições aberto, o *habitus* é mutável e transponível (ainda que durável).

Ainda que as próprias condições da produção do *habitus* tendem a ignorar as mais improváveis práticas em um determinado campo, outras possibilidades, motivações e necessidades configuram-se como desencadeadores de outras lógicas, se encontrarem agentes a reconhecê-los (BOURDIEU, 2009). Bourdieu (1983) aponta que a “compreensão” entre os atores sociais só é perfeitamente adequada quando a competência que um dos agentes engaja na sua prática é igual à competência que o outro agente engaja objetivamente na sua percepção.

Assim, a reestruturação das experiências, práticas e ações dos agentes se dá pelos ajustamentos incessantemente impostos por situações novas e imprevistas – as *estratégias de reconversão*, assim nomeadas por Bourdieu (2013). Isto quer dizer que, quando as condições objetivas da realização da prática não são dadas ou onde há a imprevisibilidade relativa das possibilidades, o *habitus* pode ser o lugar de forças inventivas e de capacidades criativas. Ou seja, qualquer mudança nas relações do

sistema dos instrumentos de reprodução da prática acarreta o deslocamento da prática.

OUTRA LÓGICA DA PRÁTICA ARQUITETÔNICA

Os instrumentos de planejamento urbano e de projeto arquitetônico, presentes na arquitetura como reprodutores da prática, ainda estão vinculados aos processos racionalizados da organização, da funcionalidade e do gerenciamento, associados aos critérios, objetivos e interesses impostos ora pelas ciências (capital intelectual) ora pela economia (capital econômico). A lógica característica do campo da arquitetura institui os arquitetos como *provedores de soluções* aos problemas diagnosticados no espaço urbano, constituídos por pequenos grupos permeáveis à associação Estado-Capital (os dominantes).

Por outro lado, existe uma significativa fatia de moradores que toma decisões relativas ao espaço de maneira isolada, sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja técnico, jurídico, social bem como ambiental, histórico, político, econômico e cultural). Essa fatia, nomeada autoconstrução, é entendida como provisão de moradia e/ou de espaço público onde moradores de posse de uma área urbana, obtida no mercado formal ou informal, decidem, constroem ou interferem por conta própria no espaço, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão de obra familiar, de amigos ou ainda contratada. Estudo realizado pela Booz Allen Hamilton, e encomendado pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção, apresenta a estimativa de que, do total das unidades habitacionais produzidas, ampliadas ou reformadas no Brasil, sejam formais ou informais, 77%, em média, são em regime de autoconstrução (os dominados); isto é, sem a participação de profissionais especializados (MORADO NASCIMENTO, 2011).

... as práticas populares têm como princípio a *escolha do necessário* (“isso não é para nós”), no sentido do que é tecnicamente necessário, “prático” (ou, em outras palavras, funcional), isto é, necessário para se apresentar “como deve ser, sem mais nada”, e, ao mesmo tempo, do

que é imposto por uma necessidade econômica e social que condena as pessoas “simples” e “modestas” a gostos “simples” e “modestos”. (BOURDIEU, 2013, p. 355)

Contudo, entendemos a autoconstrução, por um lado, como *prática popular*, explicitada por Bourdieu como *renúncia aos lucros simbólicos*, mas, por outro lado, como componente das disputas socioespaciais presentes nas grandes cidades, resultantes dos processos macroeconômicos. Aqui, incluímos as ocupações urbanas, os Grandes Projetos Urbanos e o PMCMV como componentes dessas disputas, embora nem todos sejam práticas populares.

Ao evidenciarmos as *condições de existência* do *habitus* coletivo da arquitetura revelaram-se os *stimuli* para outra lógica da prática. À luz da teoria social de Bourdieu, o grupo PRAXIS da Escola de Arquitetura da UFMG propõe outra lógica, por princípio oposta às condições objetivas ou às regras do jogo do campo.⁶² O projeto de pesquisa e de extensão, nomeado Diálogos, tem como estratégia de ação (ou de reconversão, de acordo com Bourdieu) colocar o arquiteto fora do método de análise e solução de problemas engendrado pelo campo (o arquiteto e seu cliente).⁶³ A partir da identificação das demandas e das potencialidades de áreas urbanas, autoconstrutores, estudantes e professores da universidade envolvidos nos processos produtivos de espaços comuns e moradias, agem conjuntamente no espaço desenvolvendo atividades fundamentadas pelo compartilhamento de informações.

Perguntamos: como o arquiteto pode trocar informações técnicas (da ciência) e os autoconstrutores podem trocar informações práticas (da empiria) e, a partir daí, construir outra lógica da prática a ser compartilhada coletivamente?

62 O grupo de pesquisa PRAXIS (Práticas sociais no espaço urbano) está sediado pelo Departamento de Projetos e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento. Mais informações: <http://www.arq.ufmg.br/praxis>.

63 Informações sobre o projeto Diálogos: <http://www.arq.ufmg.br/praxis/blog/dialogos/dialogos.html>. Coordenação: Profa. Dra. Denise Morado Nascimento.

Como estratégia de reconversão, inferimos que se o *capital informacional* de autoconstrutores, professores e estudantes é, de forma interdependente, alterado, a transformação do campo é alcançada. A *informação*, assim, torna-se o fio condutor capaz de reagregar socialmente os agentes de forma autônoma, mas também colaborativa em favor de práticas sociais legítimas no espaço urbano.

A aproximação desses dois universos – universidade e autoconstrutores – configura a ruptura do senso comum da sociedade brasileira de que a universidade é lugar único de discussão teórica ou da individualização de uma determinada profissão. O projeto Diálogos presume que há outras possibilidades de atuação da universidade, muito além dos espaços circunscritos das salas de aulas e dos debates acadêmicos. Nossos incômodos associam-se às análises de Bourdieu (1988, 1989) sobre como a academia se constrói para produzir, processar e disseminar informações e conhecimento, mas, também, legitimar o consumo de bens simbólicos e garantir a reprodução cultural. Na contramão, o projeto Diálogos e o grupo PRAXIS passam a ser possíveis instâncias acadêmicas provocadoras da construção de capitais social e político através da produção de conhecimento em arenas sociopolíticas das cidades, possibilitando a transformação do campo.

Por outro lado, a aproximação entre universidade e autoconstrutores igualmente revela os laços incertos, frágeis, controvertidos e mutáveis no relacionamento entre grupos, assim explicitados por Latour (2007), erguidos pela inquestionável rigidez das suas fronteiras socioespaciais. Nesse sentido, a prática Diálogos é possível pois está construída por outros pressupostos; as ações realizadas raramente incorporam a previsibilidade, o controle e a fiscalização do planejamento e do projeto, características fortemente presentes no campo da arquitetura. Ao contrário, as ações desdobram-se em razão do desencadeamento de fatos cotidianos das ordens financeira, política, técnica e social, dificilmente evidenciados em planos de trabalhos científicos.

Considerando que a comunicação efetiva só é possível se, e somente se, as experiências e as vivências são livremente expressas, o processo

produtivo baseado na informação compartilhada permite a elaboração de uma outra lógica da prática – o agir não se faz pela comunidade nem tampouco pelo indivíduo, mas a partir da informação que faz sentido a cada um na busca pelo comum. Infere-se, aqui, o entendimento de Hardt e Negri (2004) sobre as singularidades manifestadas em processos sociais colaborativos de produção, ou seja, o que é de cada um. Deste modo, reforçamos a informação como mediadora na produção do social.

Assim, as ações são deslocadas; jamais previsíveis, controladas ou impostas. A cada compartilhamento de informações entre todos os envolvidos, a prática é deslocada dentro de um processo de comunicação expansivo, em espiral, de ir e vir contínuo. Neste sentido, não existe a prática de apontar e corrigir erros, própria de uma lógica de controle e de fiscalização por parte daquele que detém o saber científico e/ou técnico – o campo da arquitetura. O processo compartilhado realiza-se, de fato, na experiência comunicativa que se desenvolve a partir de outro pressuposto: o conhecimento como processo social construído a partir da informação compartilhada e não como memorização e/ou transmissão de “instruções” incorporadas à produção do espaço.

Essa outra lógica da prática, visto que é baseada no uso de linguagem comum, nega a informação codificada e técnica própria do campo de conhecimento da arquitetura. O reconhecimento da existência inquestionável das fronteiras rigidamente construídas entre moradores e universidade provoca a elaboração de outros meios (linguagem, suportes, instrumentos ou metodologias) passíveis de utilização na mediação de informações entre autoconstrutores, professores e estudantes.

Assim, outras formas de explicitar informações (desenhos, textos, mapeamentos, oficinas e maquetes, em linguagem não codificada) concretizam o processo de diálogo proposto, possibilitando a transformação tanto dos autoconstrutores quanto dos pesquisadores em relação ao desenho e às tradições construtivas de canteiros de obras populares, às imposições científicas da academia, ao ritmo de trabalho e ao fazer construtivo, resultantes das condições existentes associadas ao reconhecimento de um grupo que acorda decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção dos objetos do campo da arquitetura se alimenta das práticas e experiências individuais dos arquitetos, manifestadas por palavras, atitudes, comportamentos decorrentes da vivência cotidiana e das maneiras de ser, representar e estar como indivíduo, sustentando o *habitus* coletivo. A análise da revista *Pampulha*, neste sentido, reconstituiu essa estrutura do mundo social, na qual foi produzida, e esses sujeitos, constituídos que são pelas estruturas sociais. A prática informacional explicitada na RP revelou um modo de agir do campo da arquitetura afastado de respostas em relação às esferas social e política, possibilitando-nos ampliar o debate sobre a prática da arquitetura contemporânea.

Ao possibilitarmos os conhecimentos práticos dos autoconstrutores ao encontro e ao diálogo com os conhecimentos teóricos e técnicos de estudantes e de professores da universidade, outra lógica da prática da arquitetura se construiu a despeito das diferenças de formação, de perspectivas, de vivências e de experiências (o *habitus*). Conforme explicitado por Bourdieu (2009), outros esquemas de percepção, de apreciação e de ação adquiridos pela prática são colocados em ação no estado prático, com estrutura temporal – ritmo, andamento e orientação – constitutiva de seu sentido (e não dada pela ciência, pela arquitetura ou pelo planejamento urbano).

Reconhecendo que a autoconstrução está inserida em formas maleáveis de organização social e de produção de vida, o projeto Diálogos resgata para si os processos produtivos do espaço urbano em bases econômicas, sociais e culturais coerentes e legitimadas pelas ações políticas conjuntas, retirando do Estado-Capital o poder absoluto de decisão. As condições de existência diferentes produzem *habitus* diferentes (BOURDIEU, 2013, p. 164).

A partir daí o desafio é a construção de linhas de continuidade da prática *reconvertida*. Bourdieu (2013, p. 151) alerta: “as estratégias de reconversão são apenas um aspecto das ações e reações permanentes pelas quais cada grupo se esforça por manter ou modificar sua posição na estrutura social”. Em razão da construção de outros capitais, que não o econômico e o intelectual, e da consequente transformação do

habitus, o modo de fazer arquitetura altera-se. No horizonte, está a possibilidade efetiva de se ampliar o acesso ao direito à cidade (ainda que não cristalizado).

AGRADECIMENTOS

Fapemig e CNPq pelo apoio institucional.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81.

_____. *Homo academicus*. California: Stanford University Press, 1988.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 10, p. 5-15, dez. 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Senso de honra. In: CORRÊA, M. (Org.). *Ensaio sobre a África do Norte*. Campinas: Ed. IFCH/ UNICAMP, 2002. p.51-87. (Coleção Textos didáticos, v.46)

_____. *O senso prático*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2013.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multitude*. Penguin Press: USA, 2004.

LATOUR, B. *Reassembling the social*. UK: Oxford University Press, 2007.

MORADO NASCIMENTO, D. *A edificação urbana como expressão da prática informacional: análise do campo tectônico de Belo Horizonte*. 194 p. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação ECI/UFMG, 2005.

MORADO NASCIMENTO, D. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA J. G.; COSTA, H. S. M. (Org.) *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p. 217-230.

SODRÉ, M. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos da distinção arquitetônica*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Pierre Bourdieu e Darcy Ribeiro

Contrapontos sobre os sentidos do intelectual, da educação e da escola*

Adelia Migliovich-Ribeiro

APRESENTAÇÃO

Os mais *visíveis* do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção. Mas, salvo exceção, são também os menos inclinados a fazê-lo (PIERRE BOURDIEU, *O poder simbólico*, 2004)

A tendência do intelectual é acomodar-se. Intelectual não é flor que se cheire. Em nenhum lugar se costuma confiar em intelectual. A Inglaterra nunca pensou que os intelectuais iam salvá-la, tampouco a França (DARCY RIBEIRO, *No meio da luta*, 2007)

Sergio Miceli (2005) atribui à experiência de jovem soldado francês nas operações de guerra na Argélia, nos anos de 1955 a 1958, algumas marcas indeléveis na trajetória intelectual de Pierre Bourdieu (1930-2004), coerentes com sua biografia anterior e posterior: um resolutivo sentimento de estrangeirismo e de estranhamento de seu lugar no mundo, chave que faz movimentar uma sociologia intensamente reflexiva, por vezes, cáustica, que dá inegável originalidade à produção intelectual bourdieusiana.

A despeito dos riscos de silenciamento a que se expôs no desterro argelino, ele (Bourdieu) encontrou meios de virar o jogo, ao mobilizar enlaces entre a primeira educação no grotão da província francesa e os

* Agradecimento especial a Regina Marteleto e Ricardo Pimenta pelo honroso e desafiador convite para compor este grupo de investigadores “a partir de Bourdieu”. É de Regina a feliz provocação de me fazer olhar Darcy Ribeiro, mote de algumas de minhas pesquisas recentes, sob a inspiração bourdieusiana. Na oportunidade, dedico a presente reflexão a Lia Faria e Leonardo Nolasco-Silva que, no “Laboratório de Educação Republicana” (ProPed-UERJ), tornaram minha experiência de pós-doutorado também um reencontro com o tema da escola pública.

lampejos de inteligibilidade da sociedade cabila. Eram estudos de um normalista francês, mergulhado na toada intelectualista da metrópole parisiense, cuja credibilidade, todavia, assentava-se numa empatia flagrante pelos nativos, por sua língua e cultura, pelos arranjos de sua sociabilidade, pelas soldas de seu universo de práticas simbólicas. A tal ponto essa estadia na Argélia repercutiu na maneira toda dele enxergar o mundo social que, a vida inteira, podem-se reconhecer as marcas dessa aprendizagem em inúmeras de suas melhores sacadas. Ele lidava com esse estágio probatório como um viveiro estuante de evidências e provas de que se socorria a todo momento (MICELI, 2005, p. 13).

Aos estudos sobre a Argélia, no auge da guerra pela libertação nacional, somaram-se as investigações posteriores, com Jean-Claude Passeron, acerca das desigualdades sociais no sistema de ensino francês que antecipavam o estopim de 1968. O sociólogo perseguiria em sua trajetória a arriscada análise da cena intelectual francesa, recusando-se a validar modismos, mas situando obras, autores e públicos nas lutas a configurar o disputadíssimo campo cultural propriamente. Plasmava a convicção cara de que “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” (BOURDIEU, 2005, p. 40). Sua peculiar inscrição sociológica e iniciação etnológica eram, a seu ver, uma forma de negação profunda da escolástica hegemônica cuja altivez e distância social criaram nele um tipo de repulsa que, como explicará em *Esboço de auto-análise* (2005), vê associada a sua origem social, avessa aos ares de superioridade de uma certa elite cultural.

Foi assim que me empenhei em deixar as contribuições teóricas mais importantes em locuções ou em notas de rodapé ou em engajar minhas preocupações mais abstratas em análises hiperempíricas de objetos socialmente secundários, politicamente insignificantes e intelectualmente desdenhados. (BOURDIEU, 2005, p. 126)

Sua luta contra a ortodoxia teórica e metodológica que dominava a cena mundial nas humanidades e, também na sociologia, seria o projeto de uma vida. Não lhe satisfazia o marxismo, que recusava Weber em sua

revisão das ciências da cultura, ao mesmo tempo em que lhe eram insuficientes uma sociologia empírica importadora de métodos e conceitos norte-americanos. Suas heresias, porém, o consagrariam depois de décadas de trabalho ininterrupto, provocando-lhe emoções contraditórias e sofrimento. Assim se deu quando proferiu a aula inaugural, em 1981, no *Collège de France*, ocasião de reconhecimento vivenciada com intenso e visível desconforto desdobrado no que chamou de “transe eloquente” e desagradável, não tanto uma transgressão mas uma “gafe”, um reiterado “tiro no pé”, involuntária reação às regras do jogo que, paradoxalmente, vinham a seu favor. Uma necessidade inexplicável de desautorizar seus pares e, no limite, a si mesmo, como se lhe fosse imperativo dizer: *não sou igual a vocês*. Sobretudo, o persistente “sentimento de ter sempre de pagar um preço muito elevado por tudo” (BOURDIEU, 2005, p. 132).

Bourdieu sabia-se ambicioso, mas buscou, sem qualquer traço de autocondescendência, realizar seu ofício do sociólogo no limiar de suas forças, ofício este definido como a árdua tarefa de “organizar o retorno do recalcado e em dizer perante todos o que ninguém quer ouvir” (BOURDIEU, 2005, p. 134). Reconhecia ainda que seu “engajamento total e esquecimento do perigo” na pesquisa não se deviam, conforme sua auto-crítica, a “atos de heroísmo”, senão à “tristeza e ansiedade extremas em meio às quais eu vivia” (p. 77), a exemplo de sua permanência na Argélia.

Alguns descontentes lhe fizeram “agente empírico” e o cobraram como “denunciador da glória e das honrarias” mas “ávido” por elas, “desancador dos meios de comunicação” mas ele próprio “midiático”, “detrator do sistema escolar” porém “submisso às grandezas da Escola” (p. 133). Pierre Bourdieu não encontraria, porém, nestes comentários, um capataz mais ardoroso do que ele mesmo.

Enquanto isso, Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo brasileiro de inúmeras interfaces disciplinares, dentre elas a Educação, desfrutava de outro temperamento, por que não, de diferente *habitus*. Sofreu não poucos e graves ataques – no contexto da ditadura brasileira – e teve sua vida ameaçada. Escreveu prolixamente sobre si mesmo, assumindo-se vaidoso e carente de elogios. Irônico com os “detratores”, ria de si mesmo, por

princípio. Movia-se por paixão e soube, até mesmo no auge da vulnerabilidade, reinventar o bom humor e trabalhar, como sinônimo de estar vivo.

Cabe contar que, em 1978, Darcy Ribeiro soube que receberia, sem atinar bem o porquê, conforme narra, o título de Doutor *Honoris Causa* da Sorbonne. Descreve em *Testemunho* (1990), o quão desafiante foi aceitá-lo. Não o recusaria jamais. Admite, entretanto, o incômodo que tal homenagem lhe trazia. Havia, em sua vida, lutado contra um tipo de antropologia que desumanizava e ainda hoje desumaniza a alteridade. A antropologia servil à colonização foi sua inimiga de longa data. Ali, em solo francês, endeusava-se Lévi-Strauss sem se apontar para suas infidelidades. Não era apenas a veneração dos discípulos a uma dada escola que o constrangia. Noutro aspecto, Darcy Ribeiro havia sido, também, mentor da Universidade de Brasília (UnB) e sabia o quanto se empenhara para afastá-la das cópias brasileiras da Sorbonne que, no Brasil, negligenciavam a capacidade latino-americana de pensamento em face da imposição de uma narrativa única dos feitos humanos, quase sempre, mediante a exaltação da experiência singular europeia. Aliás, Darcy Ribeiro dedicara seus principais estudos a redesenhar as civilizações humanas, em seu pluralismo, observando 10.000 anos de história até que a configuração atual se tornasse factível, e inseriu pioneiramente, na longa marcha civilizatória, dentre outros, os ibero-americanos, até então invisibilizados em sua rica configuração histórica.

Restou a Darcy Ribeiro, no recebimento de sua honraria na Sorbonne, a opção por um discurso anticonvencional que, ao invés de se reportar aos eventuais méritos de sua trajetória, destacava seus fracassos, numa estratégia de falsa modéstia, posto que nomeava como suas as derrotas de um povo, o brasileiro, as quais se deviam ao sucesso de 500 anos de mal feitos de interesses espoliadores internacionais coniventes com uma tirana elite nacional. Seu discurso, apenas parcialmente transcrito aqui, era inimaginável pela audiência:

... Fracassei como antropólogo no propósito mais generoso que me propus: salvar os índios do Brasil. [...] Fracassei também na realização de minha principal meta como Ministro da Educação: a depor em

marcha um programa educacional que permitisse escolarizar todas as crianças brasileiras [...]. Fracassei, por igual, nos dois objetivos maiores que me propus como político e como homem de governo: o de realizar a Reforma Agrária e de por sob o controle do Estado o capital estrangeiro de caráter mais aventureiro e voraz. [...]. Outro fracasso meu [...] foi o de Reitor da Universidade de Brasília [...]. O que pedíamos à Universidade de Brasília é que se organizasse para atuar como um acelerador da história, que nos ajudasse a superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento. [...] Desses fracassos da minha vida inteira, que são os únicos orgulhos que eu tenho dela, eu me sinto compensado pelo título que a Universidade de Paris VII me confere aqui, agora. Compensado e estimulado a retornar minha luta contra o genocídio e o etnocídio das populações indígenas; e contra todos os que querem manter o povo brasileiro atado ao atraso e à dependência. (RIBEIRO, 1990, p. 13-15)

Pode-se notar que Darcy Ribeiro e Pierre Bourdieu, cada qual a seu modo, cultivavam em si “as mesmas disposições reticentes para com arregimentações e conformismos” (BOURDIEU, 2005, p. 128), o *habitus* acadêmico vigente num ambiente que se proclama paradoxalmente habitado por dúvidas e contestações profundas. Ambos viram que não necessariamente e se insurgiram. Bourdieu, num tempo em que todos eram acriticamente marxistas, deu as costas para Marx e tomou posições públicas na sociologia weberiana e durkheimiana. Mais tarde, quando seus colegas passaram a desprezar Marx, jamais se entregou ao apelativo “anticomunismo”. Por sua vez, Darcy Ribeiro, após breve incursão, nos tempos de estudante, no antigo “Partidão” (PCB), dele saiu, vindo a aderir ao trabalhismo de Vargas e a trabalhar com João Goulart, a quem atribuía a continuidade das conquistas sociais do getulismo. Em seus *Estudos de antropologia da civilização*,⁶⁴ interpretou Marx à sua maneira, advertindo em seu estilo irônico:

64 Seus *Estudos de antropologia da civilização* expressam trinta anos de produção intelectual, inaugurados com *O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural* (1ª. ed. 1968) e *As Américas e a civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos* (1ª. ed. 1969); seguidos de *Os índios e a civilização. A integração das*

Conforme se verifica, foi Marx quem me pediu que escrevesse *O processo civilizatório*. Obviamente, ele esperava uma obra mais lúcida e alentada do que minhas forças permitiam. Ainda assim, fico com o direito de crer que, apesar de tudo, o herdeiro de Marx sou eu. (RIBEIRO, 2001, p. 31)

Darcy Ribeiro se pauta, para a análise da autotransfiguração humana na história, nas revoluções tecnológicas, sabendo porém que estas jamais descrevem em sua totalidade as “revoluções culturais”, mais amplas e complexas, citadas por Gordon Childe e Leslie White. Numa leitura inédita de Marx e Engels, recusando a ideia de seqüência evolutiva linear – sem descartar, por isso, a preocupação com a “evolução” – enfatiza as rupturas e abre um campo de possibilidades ilimitadas para as configurações históricas. Assim, a evolução humana adquire feições tecnológicas, sociais e ideológicas antes desconhecidas no processo de mudança social, marcado pelo contato conflituoso entre o polo dominador e o polo dominado, que se imiscuem e se confundem. Isto já num tempo em que “evolução” era sinônimo de “evolucionismo”, o que havia de mais “obtuso” para os antropólogos atualizados. Sem ceder, porém, aos modismos do culturalismo, Darcy Ribeiro acolheu a crítica coesa da academia dos antropólogos brasileiros. Sem deixar de creditar valor ao culturalismo, em referência direta a Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, entretanto, insiste na necessidade esforços macroteóricos, implicados na luta pela autonomia dos povos latino-americanos. Sabe que o culturalismo inclui na agenda da antropologia o bem-vindo respeito à diversidade; noutra direção, porém, parece isentar a todos do compromisso com a explicitação das desigualdades sociais e econômicas reais que mantêm, ainda hoje, populações inteiras em condições indignas de vida. É de Darcy Ribeiro a suspeita:

populações indígenas no Brasil moderno (1ª. ed. 1970); *O dilema da América Latina* (1ª. ed. 1971); *Os brasileiros – teoria do Brasil* (1ª. ed. 1978); e concluindo com *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil* (1ª. ed. 1995).

O livro de Morgan, reescrito por Engels e publicado sob o título *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, alcançou uma tiragem de milhões de exemplares [...]. O efeito desse êxito foi ter recaído sobre Morgan todo o peso do preconceito e da odiosidade antievolucionista e antirrevolucionária do puritanismo e do liberalismo norte-americano. Morgan [...] foi proscrito da antropologia que, para subsistir e florescer nas universidades e nos museus, teve de dar garantias de fidelidade ao sistema e praticar todos os ritos de comprovação do seu conservadorismo. (RIBEIRO, 2011, p. 32)

Nos anos 1980, a autoridade da comunidade de antropólogos brasileiros habitava o então recente Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ficou conhecida a troca de cartas abertas entre Darcy Ribeiro e Roberto da Matta que respondera em defesa da congregação de professores às acusações de Darcy Ribeiro acerca da prática “colonizada” da antropologia praticada. Em termos de Bourdieu, uma nova configuração de forças tomara o campo antropológico, também no Brasil, após duas décadas de ditadura civil-militar e exílio de diversos intelectuais pioneiros. Tratou-se, pois, de um embate que se deu quando Darcy Ribeiro retornou do exílio desconhecendo as novas linhas de pesquisa e as principais referências teóricas, segundo ele, num descompasso com as lutas políticas que, no continente latino-americano, absorveram as energias dos intelectuais que, enfim, regressavam a seu país.⁶⁵

Pierre Bourdieu e Darcy Ribeiro são chamados aqui ao diálogo para nos ajudar a refletir acerca de alguns contrapontos elencados a partir da trajetória de ambos que, até onde se sabe, não se conheceram nem se referiram mutuamente. Num primeiro momento, destacarei Bourdieu em seu ofício intelectual para, concomitantemente, fazer uso de perspectivas bourdieusianas ao desvelar o intelectual público Darcy Ribeiro. Num segundo momento, trarei a política educacional assinada

65 Apenas a título de se notar o tom da polêmica, ver RIBEIRO, *Por uma antropologia melhor e mais nossa*, 2011.

por este último para a educação básica no Estado do Rio de Janeiro, os CIEPs, de transitória duração, a fim de observar a nítida e curiosa coerência com o severo diagnóstico de Bourdieu e Passeron, nos anos 1960, acerca do sistema escolar francês marcadamente desigual e reprodutor das classes e classificações sociais. Algumas categorias bourdieusianas me serão “ferramentas” indispensáveis, dentre elas a ideia de “campo”, “capital simbólico” e *habitus*, bem como sua percepção da “distinção” e da “violência simbólica”, sobretudo no ambiente educacional. Esperamos que a conversação aqui apenas iniciada inspire aprofundamentos.

A AUTOCRÍTICA DO INTELCTUAL

Em entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda, publicada originalmente na *Folha de São Paulo* em 1º de novembro de 1983, o antropólogo e homem público brasileiro considera:

Há duas formas de intelectuais: a mais numerosa é a dos *áulicos*, do ajudante de ordens, aquele que está contente com o mundo tal qual é, e fazem seu papel. E há os *iracundos*, os intelectuais raivosos como o Gregório de Matos que é uma beleza de *iracundo* [...]. Há ainda o iracundo Manoel Bomfim, o Sílvio Romero que mostrou que o racismo é uma técnica europeia de dominação colonial e declarou com todas as palavras que o mulato brasileiro funcionava perfeitamente bem (RIBEIRO, 2007, p. 125).

Darcy Ribeiro referia-se a si mesmo como um “intelectual iracundo”. O adjetivo pode servir, talvez, identicamente a Bourdieu que, antes e depois de se tornar um dos mais célebres sociólogos do século 20, projetou-se na rotina acadêmica pela tenaz impaciência com “as imposturas intelectuais” e “em ruptura deliberada com a vaidade das coisas universitárias (BOURDIEU, 2005, p. 98). Pierre Bourdieu conhecia sua *libido sciendi* exaltada, mas longe de se ver como “missionário”, algo grandiloquente demais para atribuir a si próprio, confessou um franco sentido de “dever” correspondente ao privilégio de sua condição intelectual e uma indisfarçável “culpa”.

Sua produção intelectual estende-se por uma variedade de objetos de estudo. Crítico mordaz dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, Bourdieu operou, mediante sólidos conceitos e rigorosos aportes teóricos, a “desnaturalização” das lógicas e mediações pelas quais a sociedade ocidental capitalista organiza suas hierarquias, regulando as concessões e inclusões, alimentando as apartações, distinções e exclusões. Ele próprio – filho de uma trajetória improvável, como dizia – nascera numa “grande família” camponesa. O pai, aos trinta anos, tornou-se funcionário dos correios. Suas disposições em relação ao mundo social somente no quesito “êxito escolar” distanciavam-se das dos demais filhos de pequenos agricultores, de artesãos ou de comerciantes (BOURDIEU, 2005, p. 110-111).

Com onze anos, Pierre Bourdieu foi levado a estudar como aluno interno no *Liceu de Pau*, em seguida no *Liceu Louis-le-Grand* – ao todo foram dez anos em internato, de onde sairia para cursar a Escola Normal Superior. Narra em *Esboço de autoanálise* (2005) os anos marcantes de aluno interno que lhe exibiram, ainda garoto, o oportunismo, o servilismo, a delação, a traição e demais práticas úteis à sobrevivência em contraste com qualquer fábula encantada de um nobre e feliz ambiente educacional. Também naqueles anos identificou o “mau gênio” que lhe atribuíam, sobretudo, os agentes disciplinares. Sem falsos pudores, conta que, criança, estaria já disposto a abdicar de questões de honra se fosse este o preço a se pagar por uma ansiada paz. Combinava em si, não sem sofrimento, a docilidade, o empenho e a submissão do “bom aluno”, sedento de reconhecimento, com a lucidez quanto ao seu nocivo ambiente. Desde cedo, conheceu o desprezo dos alunos externos pelos internos, quase sempre procedentes das pequenas comunas rurais, e a necessidade de se proteger de seus insultos. Adulto, veria em si incrustada “a mescla de timidez agressiva com brutalidade estrondosa, até furiosa, a qual poderia ser tomada como demasiao taxativa [...] em contraste marcante com a segurança sobranceira dos parisienses bem-nascidos” (BOURDIEU, 2005, p. 114).

A consciência de “seu lugar” e da força empreendida em quaisquer de seus deslocamentos permitiu-lhe, mais tarde, quer na Escola de Altos

Estudos, quer no *Collège de France*, a recusa deliberada do pedantismo acadêmico. Consegue, contudo, ainda que crítico veemente de rituais acadêmicos, ser coerentemente um defensor da autonomia do campo científico, contra as infiltrações religiosas e as pragmático-políticas e midiáticas. Prezando a constituição de um “intelectual coletivo” em oposição ao individualismo narcisista dos acadêmicos, combina o rigor da análise e o treino intransigente no ofício à inteira indisposição contra a ideia de “pureza” do conhecimento.

Quando, na década de 1990, Bourdieu se destaca por assumir, no campo teórico, a linha de frente do movimento antiglobalização, sugerindo, até mesmo, a criação de uma “Internacional Intelectual”, nada há de contraditório em sua trajetória fundamentalmente centrada no campo acadêmico. É o sociólogo quem fala mediante análises substantivas das metamorfoses capitalistas que ameaçam, em moldes antes desconhecidos, as tentativas de regulação da acumulação de capital por grupos econômicos capazes de decidir destinos nacionais e planetários. Seus dardos inflamados em *Contrafogos 1 e 2* (1998; 2001) confirmam sua “sociologia de combate” que não poupa os organismos financeiros internacionais e a mídia pela (de) formação de uma opinião pública despolitizada, a favorecer a consolidação do neoliberalismo como a mais nova revolução conservadora dos últimos tempos.

Darcy Ribeiro, de seu lado, sequer trilhou a carreira acadêmica por tempo suficiente para que lhe fosse imposto o aprendizado de um *habitus* que muito provavelmente recusou desde sempre. Nascido em Montes Claros, Minas Gerais, iniciou-se na Medicina mas largou o curso, saindo de Belo Horizonte para estudar Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), na cidade de São Paulo, em 1944, concluindo o curso em 1946. Ingressou no Serviço Nacional de Proteção ao Índio (SNPI), por indicação do antropólogo alemão Herbert Baldus, um de seus professores na ELSP. Conviveu com Candido Rondon, de quem se considera discípulo, e nas expedições por ele chefiadas realizou pesquisas etnográficas em diversas comunidades indígenas ao longo de dez anos. Criou, em 1955, no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro curso brasileiro de pós-graduação em antropologia.

Dois anos depois, a convite de Anísio Teixeira, a quem denomina seu segundo mestre, ao lado de Rondon, é convidado a atuar no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação, que o leva definitivamente à paixão pela causa educacional. Naqueles anos, Juscelino Kubistchek assumia a presidência da República e o compromisso de criar Brasília, mudando a capital do Rio de Janeiro para o planalto central. O final da década era marcado, também, pela intensidade do debate acerca do papel da educação na definição dos rumos nacionais e pelo embate entre o ensino público e o privado.

A Anísio Teixeira e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Juscelino entregou, em 1959, a incumbência do planejamento do ensino primário e médio da nova capital. Ao lado de Anísio, Darcy Ribeiro impulsionaria, também, o debate sobre a universidade a se instalar em Brasília. Um longo e exaustivo trabalho intelectual e político se seguiria para a implantação da universidade. Após JK, Jânio Quadros, eleito presidente, renunciaria surpreendendo a todos. Uma crise política se instauraria para impedir a posse de João Goulart, seu vice. O parlamentarismo seria instaurado no Brasil para que Jango pudesse assumir, ainda que como Primeiro Ministro. Nesta condição, assinou a Lei 3.998, criando a Fundação Universidade de Brasília, em 15 de dezembro de 1961, e designando Darcy Ribeiro como seu primeiro reitor. Alguns meses depois, Anísio Teixeira assumiria o encargo, tendo sido Darcy chamado para ser Ministro da Educação de João Goulart e, pouco depois, com o retorno do presidencialismo, Chefe de sua Casa Civil. As tensões políticas, porém, evidenciavam a proximidade do Golpe Civil-Militar a depor o governo de João Goulart, exilando-o bem como seus auxiliares diretos a partir de 1º. de abril de 1964. Darcy Ribeiro foi um dos primeiros a partir para o destino doravante incerto. Ainda assim, conseguiu reverter a traumática experiência do exílio com a promoção de frutíferas redes intelectuais latino-americanas.

Seu nome desfruta hoje de inegável reconhecimento nos círculos intelectuais da América Latina (Vargas, 2003; López, 2006), algo curiosamente não alcançado no Brasil que ainda recusa a identidade

latino-americana. Em sua “diáspora”, foi reconhecido como promotor de um novo modelo de estruturação universitária para a América Latina, a “universidade necessária” à superação do atraso de 500 anos imposto aos povos do continente. Darcy Ribeiro colaborou com a Universidade da República Oriental do Uruguai, em 1964, com a Universidade Central da Venezuela, em 1969 e 1970, com a Universidade do Chile e com a do Peru, em 1973. A convite, deslocou-se ainda, em 1970 e 1971, para Argel, e trabalhou na criação do sistema universitário da Argélia, em 1972. Quem diria que no mesmo país pelo qual Bourdieu declarara seu amor que

... se enraizava numa espécie de paixão por tudo o que dizia respeito a esse país, sua gente, suas paisagens, bem como na enlatada e constante sensação de culpabilidade e de revolta diante de tanto sofrimento e injustiça (que) não dava sossego nem tinha limite. (BOURDIEU, 2005, p. 76)

Paixão semelhante experimentava Darcy Ribeiro pelo povo brasileiro. De volta do exílio, em definitivo, no ano de 1976, quando o regime ditatorial começava a evidenciar sinais de exaustão e se concebia, ainda que lentamente, a reabertura política. Darcy tece algumas considerações sobre o povo que reencontrava nas ruas após tanto tempo impedido de seu convívio:

A primeira diferença que me saltou à vista foi a que separa os que já comeram, sobretudo, os que comem há gerações, dos que ainda não comeram. Nos bem-nutridos são visíveis a beleza, a esbeltez, que admirei extasiado na praia de Ipanema. Os que não comeram, ao contrário, vi exibindo sua fraqueza e feiúra em quantidades maiores do que meu coração suporta por toda a Baixada [...]. É o povão que não comeu, quase nunca comeu, mas que nos anos de ditadura comeu menos ainda. No Rio, observei, porém, que os famintos não são os mais tristes. Isso é evidente pela alegria desenfreada que o carioca pobre exhibe, sobretudo nas suas grandes festas, como o Carnaval. Alegria provavelmente compensatória da própria fome e da vida azarosa que levam. (RIBEIRO, 1997, p. 454)

Implacável, como era de se esperar, com o balanço dos anos de ditadura no Brasil Darcy Ribeiro não deixaria de ser *persona non grata* pelo sistema. E por não poucos colegas de ofício que ocuparam seu lugar em inúmeras instituições de ciência e cultura. Darcy não oculta o ressentimento por ser melhor recebido em “terra estrangeira” do que entre os pares brasileiros que, como escreveu, em *Confissões* (1997), talvez preferissem que ele nunca tivesse retornado: “Leite Lopes tinha suas razões quando disse que a ditadura nos anistiou, mas nossos colegas não” (p. 466). Desempregado, Darcy Ribeiro, conseguiu seu primeiro emprego pós-exílio ao ser chamado para colaborar com a Universidade Federal de Minas Gerais, incumbido de planejar o “Museu do Homem”. Nele, ousadamente, apresentou as civilizações indiana, egípcia, grega e árabe, fazendo-as convergir na “aventura luso-brasileira” que, em terras ameríndias, faria nascer a civilização tropical e mestiça, também com o sangue escravo. Foi apenas com a Lei da Anistia, em 1979, que pôde reclamar seus postos anteriores ao golpe. O que não implica que estes lhe tenham sido devolvidos. Voltou, porém, ao convívio acadêmico no IFCS/UFRJ e sobre isto fala:

Praticamente ninguém sabia nada de mim, senão como um político errado e como um subversivo. Nenhum aluno tinha lido nada meu. Até meus colegas, jovens antropólogos, achavam que eu era descartável. Percebi isso mais cruamente quando verifiquei que alunos que faziam mestrado em filosofia sobre Heidegger e outros sábios nunca tinham ouvido falar de Álvaro Vieira Pinto, o único filósofo ativo que nossa casa havia produzido. O veto ditatorial a todos nós exilados funcionou. Foi interiorizado pela maioria dos professores. (RIBEIRO, 1997, p. 468)

A *la Bourdieu*, a trajetória político-partidária de Darcy Ribeiro, desde os tempos de Jango, o retirara do campo acadêmico e de seus rituais. Proclamando-se “homem de fé e de partido”, Darcy rompia com alguns valores caros ao grupo de cientistas que constituíram, a partir dos anos 1970, o campo da antropologia no Brasil. Não se tratava, importa dizer, de qualquer partido e de quaisquer ideologias aquelas

que Darcy Ribeiro abraçava. O que tornaria ainda mais delicada, em seu retorno, a aceitação do intelectual entre os pares seria sua adesão ao PDT de Leonel Brizola, no regresso também deste do exílio. A nova sigla partidária havia sido criada porque aquela ambicionada, o PTB de Vargas, havia sido apropriada, em árdua disputa, pela filha do mesmo, Alzira Vargas. Leonel Brizola voltava ao Brasil como um dos principais líderes socialistas da América Latina, disposto a vir a ser ainda Presidente da República. Em 1983, concorreu e foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo Darcy Ribeiro como seu vice-governador. Mais uma ruptura, desta vez, sem volta, se dava entre Darcy Ribeiro e o *homo academicus*.

No governo Brizola (1983-1988), Darcy Ribeiro acumulou pastas, como a de Secretário de Cultura. Seu principal feito, porém, foi a criação dos Centros Integrados de Ensino Público (Cieps), escolas de tempo integral, um programa educacional inédito no país que, começando no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação que tinha à frente Maria Yedda Linhares, ambicionava uma revolução pedagógica e cultural popular. Partindo de 500 escolas edificadas no estado, para – este era o sonho – vir a se propagar por toda a rede pública, a inovação, entretanto, não contou com tempo hábil para se realizar, tendo ainda sofrido toda a sorte de ataques. As críticas justas a qualquer experiência pioneira que, na ousadia de enfrentar o descalabro da educação pública “anti-popular”, cometesse equívocos, somavam-se à furiosa campanha contra o governo que a implantava. Brizola era uma ameaça real a seus adversários e, muito provavelmente, o êxito dos CIEPs tenderia a elevá-lo. O irascível combate a Brizola levou, pois, a se perder uma das experiências educacionais brasileiras mais instigantes que aqui retomamos em seus princípios na articulação com os estudos de Bourdieu.

A CRÍTICA DO SISTEMA: ESCOLA, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E REPRODUÇÃO

Bourdieu emprega os termos *capital econômico* em suas análises, em referência a renda, salários e imóveis acumulados pelos indivíduos.

Acresce a este, em ruptura com o economicismo marxista, a realidade do *capital cultural* (saberes, conhecimentos, habilidades e competências reconhecidos por diplomas e títulos), do *capital social* (relações sociais que podem ser revertidas em capital, isto é, relações que podem ser capitalizadas) e do *capital simbólico* (prestígio e/ou honra), também acumulado e passado de geração para geração. Observa, assim, que a posição de privilégio ou não privilégio ocupada por um grupo ou por uma pessoa define-se pelo *volume e composição* de um ou mais dos *capitais* acima descritos ao longo de suas trajetórias sociais. O conjunto desses *capitais* é passível de mensuração no exame do sistema de disposições de cultura – nas suas dimensões material, simbólica e cultural – denominado por ele *habitus*.

Bourdieu e Passeron, no clássico *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (2012), publicado pela primeira vez em 1970, apontam para o lugar incontestado da instituição escolar na criação e manutenção dos valores, preceitos, atitudes, comportamentos e conhecimentos que, numa dada sociedade, servem de passaporte para o ingresso das novas gerações no extrato dos privilegiados socialmente, porque portadores das qualidades exigidas ao “bom desempenho” nos níveis mais altos daquela sociedade. Não seriam tais valores ontologicamente superiores a nenhum outro mas, historicamente, assim consagrados. Seu valor é arbitrário ainda que naturalizado. Na prática, a cultura escolar é reconhecida como a cultura legítima, a única universalmente válida, de maneira que aqueles dela alijados acabam por ocupar os postos subalternos numa dada ordem social sem que isto seja, na maioria das vezes, sequer problematizado.

... numa sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociodiceia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os

deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos, quanto em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse. (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 251)

Desvela-se, pois, a educação como perverso mecanismo de reprodução dos privilégios sociais, logo, de dominação. Através de pesquisas quanti-qualitativas nas escolas francesas, os autores explicitavam que o propalado mérito escolar não era um dom inato, uma qualidade natural ou dádiva de Deus, mas sim determinado pela origem social do aluno. Os alunos das classes sociais mais privilegiadas ingressavam no sistema escolar com maiores chances objetivas de sucesso por disporem, de antemão, de um capital cultural trazido de casa que os “distinguia” dos alunos de classe social mais baixa.

Há uma profunda afinidade entre a cultura escolar e a cultura dos grupos sociais dominantes, de maneira que a familiaridade com a “cultura culta” precede a socialização escolar que, por sua vez, impõe uma desleal competição entre crianças herdeiras de distintos repertórios culturais, promovendo a perpetuação de uma desigualdade com base na origem social. Aqui está a chave de compreensão (conhecer o campo “onde” se está e “contra o qual” se está) das desigualdades de desempenho escolar dos alunos de diferentes classes sociais. O aprendizado “natural” e espontâneo para uns significa o “martírio” de outros. Enquanto as exatas habilidades dos filhos da classe dominante que instituíram a “norma culta” são bem-vindas na escola, distanciam-se e antagonizam-se radicalmente aos primeiros referenciais culturais e linguísticos daqueles outros muitos alunos de origem popular que dificilmente desenvolverão uma trajetória de êxito escolar.

Numa sociedade como a nossa, em que os títulos escolares equivalem a posições sociais e não se dissociam da transmissão de valores, comportamentos e estilos de vida, os quais servem de suporte para a integração dos indivíduos em determinados grupos e interações, a “boa educação” negada – sob o pretexto de não atingida dadas as inaptidões

dos “fracassados” – é a reprodução naturalizada das desigualdades sociais.

Os autores de *A reprodução* (2012) concluem, portanto, que o sistema escolar, ao invés de oferecer acesso democrático ao capital cultural a redefinir as oportunidades de vida de seus alunos, tão só reforça – legitimando-as – distinções sociais já existentes. Convertendo as desigualdades sociais em desníveis de aprendizado, porém, age brutalmente contra os mais desfavorecidos no acúmulo de capital, limitando-os ao pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades. Cobra-se do aluno pobre a mesma prontidão do filho das classes abastadas, submetendo ambos às mesmas regras e códigos. O provável fracasso de um é, assim, “esperado”, mas a culpa recai inversamente à vítima nesta situação. Tal ação pedagógica e consequente cobrança escolar podem ser nominadas como *violência simbólica*, que reproduz as relações de poder, as distinções e as diferenças de classe sem que se perceba que o faz.

O trabalho pedagógico passa a consistir, neste sistema, na imposição de um “arbitrário cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 26), isto é, a educação assume o desígnio de reproduzir um dado capital cultural concebido como de toda sociedade quando é, na verdade, de grupos ou classes específicas que, num certo momento histórico, detêm a hegemonia da produção cultural na sociedade e dela não abrem mão. Numa aproximação a Gramsci (1978), há que se falar aqui na escola como “organismo privado de hegemonia” numa sociedade civil mais ampla em que se travam batalhas por sua direção. A violência simbólica bourdieusiana está na “instauração de uma relação de comunicação pedagógica que dissimule as relações de força que a tornam possível e crescente por esse meio a força específica de sua autoridade legítima à força que retém dessas relações” (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 33).

Neste sentido, a escola torna-se a instância por excelência de conservação das formas de domínio social. A cultura dominante é interiorizada nos alunos de modo natural como se fosse uma cultura universal, neutra e essencial para os indivíduos. Assim se dá com a chamada “língua legítima”, ensina Bourdieu (1996), que, mais do que

um instrumento para expressar o pensamento, é o sistema de categorias de pensamento cujo domínio prático em relação a suas faculdades lógicas e estéticas resulta da aptidão socialmente condicionada para manipulá-las e compreendê-las. Tal aptidão advém, primeiramente, do meio familiar, onde cada indivíduo aprende, com maior ou menor riqueza de vocabulário, sua primeira estrutura linguística.

Uma inegável violência simbólica dá-se no processo de alfabetização das crianças de classes sociais desfavorecidas, portanto, quando se ignora ou se subestima as outras linguagens de que elas são portadoras, para além da que se impõe ensiná-las. Além disso, lhes é cobrada familiaridade idêntica à dos filhos das classes abastadas. A ideologia do mérito, portanto, dissimula as condições prévias da formação do capital cultural, por conseguinte o fundamento socioeconômico do sucesso escolar.

Se é verdade que a relação que um indivíduo mantém com a Escola e com a cultura que ela transmite é mais ou menos “desembaraçada”, “brilhante”, “natural”, “laboriosa”, “tensa” ou “dramática”, segundo a probabilidade de sua sobrevivência no sistema, e se se sabe, por outro lado, que em seus *verdictos* o sistema de ensino e a “sociedade” levam em conta a relação com a cultura tanto quanto a cultura, vê-se tudo que se deixa de compreender quando não se recorre ao princípio da produção das diferenças escolares e sociais mais duráveis, isto é, o *habitus* – esse princípio gerador e unificador das condutas e das opiniões que é também o seu princípio explicativo, já que tende a reproduzir em cada momento de uma biografia escolar ou intelectual o sistema das condições objetivas de que ele próprio é produto. (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 198-199)

Bourdieu e Passeron (2008), ao fim, são céticos quanto ao papel político da educação se não para reproduzir a ordem vigente. Ainda assim, suas pesquisas deram-nos ferramentas para pensar, hipoteticamente, um ambiente escolar mais propício à transferência de capital simbólico das classes dominantes para populações subalternizadas se isto for, alguma vez, interesse da sociedade. Neste ponto, aproximo o

projeto político-pedagógico dos CIEPs, ousando, trinta anos depois, examiná-lo. Interessa capturar no discurso do I Programa Especial de Educação (I PEE), encabeçado por Darcy Ribeiro, no Estado do Rio de Janeiro, as afinidades não explícitas com o preciso diagnóstico bourdieusiano das falácias de um sistema escolar que não colabora, efetivamente, para a democratização social.

A UTOPIA EDUCACIONAL

Segundo Silva Jr. (2009), *Nossa escola é uma calamidade* (1984) e *O livro dos CIEPs* (1986) demarcam a produção escrita de Darcy Ribeiro acerca de um diagnóstico da educação brasileira. Em *Nossa escola é uma calamidade*, Darcy Ribeiro aponta como um dos principais “gargalos” da ineficiência de nosso sistema educacional a escola de turnos, isto é, aquela em que a criança permanece no ambiente escolar o menor tempo possível, entre três e quatro horas se tanto, tempo de socialização absolutamente insuficiente para qualquer aprendizado, quer de atitudes quer de conteúdos, caso a criança não tenha em casa uma “segunda escola”, ficção para a grande maioria dos alunos das escolas públicas.

Não peço que a escola pública hostilize os estudantes de classes mais abonadas, mas que atenda prioritariamente à criança popular que, apesar de suas carências, por constituir a imensa maioria do alunado, precisa ser tida como o alunado normal. Anormal, para nós, estatisticamente falando, é a criança de classe média que, ao completar seis anos, está preparada para a alfabetização, quando já não está alfabetizada. Educar esta minoria tem sido tarefa do nosso sistema escolar, que se contenta com isto, considerando ineducável a imensa maioria dos alunos que refletem, em suas dificuldades, as condições de existência concreta, real, do sofrido povo brasileiro. (RIBEIRO, 1991, p. 114-115)

Darcy Ribeiro atesta a inteira inadaptação entre sistema público de ensino existente no Brasil e o atendimento a seu público majoritário: os filhos das classes populares, cujas únicas chances de

sucesso na “gramática culta” são proporcionais aos investimentos mais duradouros e eficazes em sua formação, a exigir, como condição *sine qua non*, a jornada integral na escola mediante novas modalidades de organização do tempo e do espaço, reunindo a sala de aula às bibliotecas, ao pátio e à quadra de esportes; o ensino das matérias basilares, com ênfase ao aprendizado da língua portuguesa, ao hábito da leitura, à interpretação de textos e à original expressão artística, valorizando-se, também, a prática esportiva. Uma escola cujos alunos disponham de assistência à saúde e nutrição adequadas, e sobretudo de um lócus de aprendizado que não provoque uma ruptura com suas raízes e referências anteriores mas garanta o gradativo e lento entrosamento com as exigências do “novo” mundo, até então hostil a esse público. Fora disso, não há solução para a lógica da “expulsão” (reprovação e evasão) naturalizada na perpetuação do analfabetismo funcional do brasileiro. Num argumento que nos reporta a Bourdieu, Darcy Ribeiro denuncia que o regime escolar não é feito para o aluno “real” que necessita do sistema público: “A criança das classes abonadas que têm em casa quem estude com ela, algumas horas extras, enfrenta galhardamente esse regime. Ele só vítima, de fato, a criança pobre oriunda de meios atrasados, porque ela só conta, de fato, com a escola para aprender alguma coisa” (RIBEIRO, 1984, p. 52).

Silva Jr. (2009) descreve que uma das condições objetivas para a transmissão de capital cultural é o prolongamento do percurso escolar a partir da liberação da necessidade econômica, permitindo ao indivíduo uma fruição do tempo não submetida à preocupação com o presente (ou à ocupação mediante trabalho ou responsabilidades domésticas no presente). Postula, por isso, que o reconhecimento do tempo livre como um recurso desigualmente distribuído entre as classes sociais deriva no entendimento de que apenas com a educação integral se promove uma socialização escolar eficaz, geradora de uma *acumulação primitiva* de capital simbólico pelos filhos das classes populares, criadora de *habitus*, na contramão do descaso com o destino implacável de classe dos que lutam, desde a infância, pela sobrevivência material.

... o pequeno favelado [...] toda sua inteligência está voltada para a luta pela sobrevivência autônoma, em esforços nos quais alcança uma eficácia incomparável. A criança afortunada se desenvolve bem fisicamente, fala a língua da escola, é ágil no uso do lápis e na interpretação dos símbolos gráficos ... Uma e outra tem incapacidades específicas: o favelado, para competir na escola; o afortunado, para sobreviver solto na cidade. Ocorre que todos vão à escola e lá competem; mas o menino rico não tem, jamais, de lutar pelo sustento nem cuidar dos irmãos, e raramente cai na delinquência. Um desempenho natural é premiado pela escola, o outro severamente punido. (RIBEIRO, 1991, p. 95)

Para Darcy Ribeiro, o primeiro estranhamento dessa criança na escola é com a linguagem, fato reforçado na medida em que a criança fica pouco tempo na escola. A distância entre a língua escolar e a língua falada pelas classes populares, se não for alvo de trabalho dedicado de educadores criativamente responsáveis, anula a comunicação entre professores e estudantes e impossibilita o processo ensino-aprendizagem, produz baixa autoestima nos alunos, expulsa, antes sequer de se tentar o início da escolarização, milhares de crianças da única oportunidade que desfrutariam de inclusão social.

Bourdieu e Passeron (2012) ensinam que a aquisição da linguagem supõe a concomitante aquisição de uma “relação com a linguagem”. No caso da língua burguesa, impregna-a a abstração e o formalismo, o intelectualismo e a moderação eufemística, as disposições, portanto, de seus prováveis interlocutores que mantêm entre si, geralmente, uma elegante distância, um desembaraço contido e uma naturalidade com doses de afetação. Em contrapartida, a língua popular expressa as maneiras mundanas da interação, fixa-se nos casos particulares que narra, enredando-os uns aos outros, sem pretensão de construções generalistas. Vai-se da ilustração à parábola sem se criar espaço para abordagens especialmente sentimentais. É, também, uma linguagem mais atrevida, menos suscetível a quaisquer pudores. Tudo que falam revela a indissociabilidade, na vida prática, entre denotação objetiva e

denotação subjetiva, isto é, o cuidado típico das classes mais altas que separam “o que são” e o “como querem ser vistos”.

O domínio verbal, portanto, falado e escrito, é mais que uma habilidade cognitiva mas um tipo de existência. O manejo da língua formal é, também, inscrito em sua postura, gestos, roupas, mímica. Na escola, o aluno não familiarizado com tal estilo será constantemente corrigido e punido. Junto com ele, suas raízes e referências afetivas e morais também são deslegitimadas. Ao mesmo tempo, exige-se deste aluno que “entre” na conversação, sem que ele disponha de um repertório que possa acessar em substituição àquele que lhe é tirado no mundo escolar. A consequência é o silêncio, como medo ou como resistência, ou a intensificação das respostas agressivas, não menos reveladoras do mesmo temor e contrariedade. Afirmo, contudo, Paulo Freire que “o povo tem sua gramática mas esta fica oculta” (FREIRE *apud* FARIA, 1991, p. 28). Seu ocultamento, por certo, é intencional na reprodução das desigualdades sociais que mantêm apartados os “legítimos” produtores culturais das “massas ignorantes”. Reverter isto é construir sujeitos côncios de seu valor e confiantes quanto ao percurso que têm pela frente:

É fundamental promover a autoconfiança dos alunos, para que eles sintam vontade e motivação para aprender cada vez mais. Respeitando as linguagens regionais e a fala coloquial, estimulando as crianças a compreenderem a realidade que os cerca, fazendo com que se sintam valorizadas e apoiadas, além de incitadas a falar, participar, contar suas experiências e comunicar seus pensamentos, a escola, num projeto integrado, desenvolva uma ação educativa que ultrapasse seus muros. (FARIA, 1991, p. 46)

Não se trata, por isso, de negar às crianças pobres o domínio das linguagens valorizadas socialmente – a língua estrangeira, pois, também haveria de ser ofertada. Entende-se, portanto, que “é preciso conhecer e manusear o código culto para que essas crianças sejam capazes de subverter a repressão cultural a que estão submetidas e competir em

igualdade de condições com outras camadas da sociedade” (FARIA, 1991, p. 48).

A questão social é, contudo, percebida como anterior. Respeitar e valorizar a linguagem que a criança traz de suas vivências anteriores é requisito motivacional. Aprender a falar com elas para, então, gradativamente, lhes apresentar um mundo, até aquele momento, a elas vetado. Neste item, o papel do “animador cultural” era crucial ao espriar na escola a atmosfera da convivência com a diversidade. Esse profissional era o mediador, por excelência, entre a vida inaugurada dentro da escola e o mundo a seu redor. Focalizando, sobretudo, as artes – linguagens mais democráticas – a saber, a música, o desenho, a pintura, o grafite, a dança, dentre outras, o animador cultural partia do que era “familiar” ao aluno para guiá-lo no ambiente escolar, provando que a escola também acolhia o que era, para a criança, importante e belo, na perspectiva do espaço escolar “encontro de saberes” e das várias formas de expressão de diferentes grupos sociais. Por meio de textos orais, cantados, ouvidos e escritos/lidos, trazia-se para a escola as realidades das crianças, portadoras de um universo poético latente, subestimado, ocultado. Um difícil empenho para a equipe pedagógica que, entre dezembro de 1983 e dezembro de 1988, reuniu-se em torno de Darcy Ribeiro, durante o I PEE.

Os professores e estudiosos, chamados com base em consultas e encontros com os docentes da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro, dedicaram-se nos “Seminários de Ativação Pedagógica” a rever e a reelaborar desde os materiais didáticos às estratégias de ensino-aprendizagem, da logística das salas de aula à formação dos professores, da gestão do espaço escolar à interação com a comunidade e entorno, sob clara inspiração das “escolas-classes” e “escolas-parques” de Anísio Teixeira, em Brasília de inícios dos anos 1960, e, antes disso, das experiências do educador na Bahia. Inaugurava-se, nos inícios de 1980, após duas décadas de interrupção democrática no país, a prática da participação e do debate democrático na questão educacional.

Cada CIEP, funcionando das 8 às 17 h para atender 600 alunos e, em período noturno, receber 1.000 alunos trabalhadores, era uma

proposta “revolucionária” na educação pública, ação direta do Estado no “cuidado” da infância e da adolescência, sobretudo daquelas oriundas das classes menos favorecidas, por um dia inteiro. Nos fins de semana, a escola mantinha-se aberta e em condições de funcionamento para receber os alunos e as famílias em eventos esportivos e/ou festivos. Prevalcia nessa política educacional, por conseguinte, o entendimento de que o cumprimento do papel minimalista da escola, num país de abissais desigualdades de renda e de oferta de serviços públicos, era insuficiente até mesmo para atingir as metas constitucionais de escolarização. O tratamento igualitário propalado pelo regime republicano camuflava históricas assimetrias de classe que, para serem superadas, requeriam um investimento mais intensivo na escolarização dos filhos das classes pobres, com foco na reparação das perdas e danos dos alunos mais carentes. A equipe especializada do I PEE conhecia, provavelmente, as pesquisas de Bourdieu na França, tal era a afinidade de pontos de vista.

Darcy Ribeiro, novamente em aproximação com Bourdieu, enfatizou o papel do professor no ensino tradicional como *repressor classista* (RIBEIRO, 1984, p. 58), exercido quase sempre involuntariamente nas suas tarefas cotidianas. Fato é que as crianças advindas, muitas delas, de famílias desestruturadas e criadas em situações de extrema pobreza e violência, dificilmente poderiam recorrer à experiência extraescolar para exibir padrões de comportamento típicos dos filhos das classes médias, que usufruem de bens culturais específicos. Sabe-se que, para funcionar, a escola se empenha na criação de um ambiente de disciplina, porém, uma vez ilegível para seu real público, reitera uma hostilidade entre educadores e educandos que tende a levar a resultados quase sempre desastrosos. Ambos, professores e alunos, humilhados e anulados em seu progressivo antagonismo. A dificuldade do educador de “driblar” tais constrangimentos e apostar na possibilidade de uma interação mais propositiva com o aluno não se explica individualmente. Ele, o docente, também é dotado de um *habitus* que pode imobilizá-lo a menos que tenha um grande empenho de auto-reflexividade:

Se as práticas pedagógicas ou as ideologias profissionais dos docentes nunca são diretamente ou completamente reduzíveis ou irreduzíveis à origem e à condição de classe desses agentes, é porque, como o mostra a história escolar da França, elas exprimem por sua polissemia e polivalência funcional a coincidência estrutural entre o *ethos* que os agentes devem à sua classe social de origem e de dependência e as condições de atualização desse *ethos* que são objetivamente inscritos no funcionamento da instituição e na estrutura de suas relações com as classes dominantes. (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 237).

Além disso, a força simbólica das acusações aos Cieps, veiculadas na mídia e noutros circuitos, a despeito de sua veracidade, criou uma *segunda realidade*. O medo se alastrou entre os próprios docentes que se recusavam, muitos, a trabalhar nos mesmos. Os Cieps incrustavam-se – como deveria ser – em sua maioria, nos “lugares violentos”, aqueles “dos pobres”, que alguns supuseram, em sua indiferença, que podiam se manter apartado numa cidade cuja forma de sociabilidade, avessa à *civitas*, encontrava-se “partida” entre “lugares seguros” e “lugares violentos” (ROLNIK, 2008, p.11), como se para sempre a luta de classes fosse estar sublimada, conforme abordado por Sento-Sé (2001). Em pouco tempo, as bem montadas escolas, já situadas em “áreas de risco”, experimentaram espoliações. Desconstruir estigmas, rejeições e autorrejeições mostrou-se o maior desafio dos CIEPs em sua incumbência de promover crianças e jovens, não quaisquer crianças, não quaisquer jovens:

As crianças que devem se apropriar desse saber/poder (da escola) são crianças que a sociedade já discriminou, rotulou e estigmatizou, crianças que foram convencidas, desde sua primeira fase de vida, de que eram inferiores social e culturalmente, incapazes de aprender o que a sociedade valorizava, incapazes de cumprir as normas sociais que lhes eram impostas, enfim, seres que a sociedade marginalizava. É preciso não se esquecer que se incluem nas chamadas “classes populares” tanto as classes trabalhadoras quanto o exército de reserva dos sistema capitalista: os subempregados, os desempregados e até mesmo os marginais desse sistema. (FARIA, 1991, p. 35-36).

Efetivamente, os pais pertencentes às classes populares e que têm menos de oito anos de estudo formal não possuem condições de garantir a seus filhos a transmissão de um capital cultural, senão pela ação educacional.

... a escola é a única brecha possível para essas famílias, prontas a fazer os maiores sacrifícios para que seus filhos possam desfrutar da melhor educação, dentro de suas possibilidades financeiras e de sua visão de mundo. A estratégia das famílias populares visa a que seus filhos “estudem” para que não se tornem “iguais a eles” – o que significa “chegar até o secundário”, “ter uma profissão relacionada com os estudos”. (BRITO, 2004, p. 95)

Os CIEPs, com sua ousada oferta de um ensino completo ao aluno, desafiou os “enclaves” que ditavam quais escolas poderiam ser consideradas as melhores, quer na rede privada, quer na pública. Se os grupos dirigentes, durante séculos, souberam controlar a formação de seus “herdeiros”, isso nunca foi uma realidade para as classes subalternas. Em razão de descontinuidades administrativas e da perversa campanha de oposição sofrida, a política pública sobre a qual se discorreu experimentou o “desmonte” antes de poder mostrar vigorosamente seus frutos. Ainda não conhecemos, porém, outra experiência que tão diretamente buscasse reverter o papel da escola na produção e manutenção da estrutura de dominação. Pierre Bourdieu e Darcy Ribeiro enlaçam-se, pois, na tessitura de uma teoria crítica da educação que não se encerra aqui, como se pôde notar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A suposição de que a capacidade de fruição do ambiente escolar é idêntica para todos os alunos, por conseguinte, de que a cultura escolar está apta a nivelar as origens sociais distintas em novos patamares simétricos para que a totalidade dos estudantes, se assim desejarem, se eleve em voos mais ousados na vida adulta, é precisamente o mito que Pierre Bourdieu desestabiliza.

A escola é um espaço social de relações objetivas, campo de disputas. Nem todos os jogadores, contudo, nela ingressam em condições mínimas de competição. Há na cultura escolar um “currículo oculto” exigido compatível a uma alta soma de capitais acumulados, o *habitus* escolar, ilegível para os não iniciados, a saber, a grande maioria dos alunos das escolas públicas que não trazem de casa o letramento. Fala-se aqui de um “arbitrário cultural” que converge com o dos filhos das classes burguesas e se incompatibiliza, em níveis às vezes drásticos, com aqueles oriundos das classes populares. Ignorar tal assunção é, nas palavras de Darcy Ribeiro, reiterar a “escola desonesta”, que se diz pública mas é essencialmente antipopular.

Na escola, há um modo de percepção legítimo (isto é, legitimado), um modo de falar e de escrever corretos, de se comportar e de “ser”, julgamentos a tal ponto naturalizados que se esquece que são objetos de lutas: “o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas” (BOURDIEU, 2004, p. 145).

Gilberto Velho (2004) explica que os grupos em interação estão em constante processo de “negociação da realidade”, que se configura em possibilidade de “negociação de interpretações”. O belo certificado escolar é “uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (BOURDIEU, 2004, p. 148). Porém, como adverte Bourdieu, isto não se concretiza sem disputas históricas: “Todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo” (2004, p. 150). Assim, o êxito escolar de alguns – no sistema escolar que conhecemos – que confirma o fracasso de outros tantos tende a funcionar como um baluarte na sociedade de classes mantendo-a assim:

Melhor do que as religiões políticas, teodiceia de seu privilégio, melhor do que as soteriologias do além q creem na subversão póstuma,

melhor que a doutrina no Kharma, obra prima das teodiceias sociais, justificando a qualidade social de cada indivíduo no sistema de castas por seu grau de qualificação religiosa no ciclo das transmissões da alma, a escola consegue hoje em dia, com a ideologia dos dons naturais e dos gostos inatos, legitimar a reprodução circular das hierarquias sociais e das hierarquias escolares. (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 248)

Não é, pois, com satisfação que aponto para a visível atualidade das conclusões de Bourdieu e Passeron (2012) acerca dos mecanismos simbólicos de manutenção da distinção social que ainda vigoram na apartação entre a “boa” e a “má” escola no Brasil e que, em nosso país, responde pelos índices elevados de morte violenta, sobretudo de homens jovens, aqueles excluídos, não por acaso, do sistema escolar.

Em nossa análise dos contrapontos entre Bourdieu e Darcy Ribeiro observamos as convergências de ambos quanto a um sistema escolar reprodutor das desigualdades sociais que o antropólogo, educador e intelectual público brasileiro avistou como passível de ser combatido na experiência pioneira dos CIEPs, no Estado do Rio de Janeiro, nos inícios de 1989, no governo Brizola. Discorrendo sobre seu projeto político-pedagógico, pôde-se evidenciar como “atacava” os pontos nevrálgicos de uma escola que, na condição de “campo de disputas”, pela primeira vez subvertia a ordem “legítima” das coisas e “empoderava” o filho da classe popular, em seu árduo movimento de “acumulação primitiva de capital” cultural, social, simbólico. O programa educacional, porém, não se tornou uma política de Estado.

Em fins de 2014, entretanto, os CIEPs retornam ao debate público, desta vez, nacional, com irreconhecível apelo, constando da agenda de diferentes e antagonísticos partidos. Não seria, certamente, possível antecipar se fiel aos princípios originais, se avançando em suas vulnerabilidades ou se a sigla encobrirá irresponsabilidades. Fato é que as décadas recentes foram de fortalecimento das instituições democráticas e a população brasileira também vislumbrou melhorias econômicas, mas não se enfrentou, dentre outros, o “nó górdio” da educação básica

universal, não apenas no que concerne ao acesso, mas, sobretudo, nos quesitos de permanência e conclusão da formação escolar.

Não poderia, pois, ser mais oportuna a releitura de *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (2012). Impressiona a afinidade de diagnóstico e expectativas entre Bourdieu e Darcy Ribeiro. No Brasil e no mundo, as abissais desigualdades sociais persistem, requerendo de homens e mulheres de ciência o “combate” que os intelectuais em foco infatigavelmente assumiram.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *Contrafogos 1: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRITO, A. X. “*Habitus* de herdeiro, *habitus* escolar: os sentidos da internacionalização nas trajetórias dos estudantes brasileiros no exterior”. In: ALMEIDA, A. M. F. et al. (Org.). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Edunicamp, 2004.
- FARIA, L. *CIEP. A utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.
- RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização*. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- RIBEIRO, D. “O autor da utopia: fala Darcy Ribeiro”. In: FARIA, L. *CIEP. A utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991, p. 93-118.
- _____. *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RIBEIRO, D. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RIBEIRO, D. Entrevista concedida a Heloísa Buarque de Hollanda. A utopia do intelectual indignado. In: RIBEIRO, D. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

- _____. *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- RIBEIRO, D. *O livro dos Cieps*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RIBEIRO, D. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- RIBEIRO, D. “Por uma antropologia melhor e mais nossa”. In: _____. *Ensaaios insólitos*. Rio de Janeiro: Ludens, 2011.
- _____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O processo civilizatório*. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RIBEIRO, D. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano 1990.
- ROLNIK, R. A lógica da desordem. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ago. 2008, p.10-11.
- SENTO-SÉ, J. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SILVA JÚNIOR, P. *Uma sociologia dos conflitos a partir do programa dos Cieps: configurações do campo político*. 141 p. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)- niversidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2009.
- VELHO, G. “Observando o familiar”. In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 121-132.

Estruturação do campo da produção da informação estatística oficial à luz da teoria bourdieusiana

*Ana Rosa Pais Ribeiro
Nelson de Castro Senra*

As informações estatísticas sempre interessaram aos governos, que desde tempos remotos dominam sua produção, derivando dessa vinculação estreita e direta com o Estado o próprio nome estatística, também usado para caracterizar a ciência que foi se desenvolvendo com vistas à eficiência e qualidade da produção estatística e toda e qualquer adjetivação que tenha a ver com ambas, informação e ciência.

Na atualidade, a informação estatística é imprescindível aos mais diversos segmentos da sociedade, e tanto se justifica pelas necessidades administrativas e gerenciais dos governos, pelo fato de serem importantes na avaliação e proposição das políticas públicas que visem ao bem-estar social e à promoção do desenvolvimento socioeconômico-ambiental, quanto pelos interesses das organizações, na medida em que possibilitam avaliar sua inserção no mercado através da comparabilidade entre concorrentes, fortalecendo a qualidade dos produtos e/ou serviços, e para as mais diversas ordens de atuação no ambiente competitivo. Também é justificada pelo interesse dos cidadãos, entre inúmeros propósitos, para o efetivo exercício da cidadania.

Neste texto, pretende-se discorrer sobre o campo da produção da informação estatística. Informação esta que, sendo tão cara às Ciências Sociais como meio de análise, será aqui abordada como objeto de estudo. O principal objetivo é alcançar compreensão sobre as estruturas envolvidas no campo e também sobre as relações que nele se desenrolam.

Para tanto, serão utilizados conceitos e métodos da sociologia bourdieusiana nessa primeira reflexão acerca da formalização do campo

enunciado. Logo de início é apresentada a concepção de Estado e de capital informacional, no qual a produção da informação estatística está inserida, sendo ainda consideradas as noções de campo e *habitus*, que são conceitos centrais da sociologia de Pierre Bourdieu.

Recorre-se à gênese e à natureza da informação estatística para descrever suas principais características e, em seguida, apresentar a especificação dos meandros da produção estatística, justificando sua importância e identificando as principais características do campo estatístico.

ASPECTOS DA TEORIA BOURDIEUSIANA

Considerado como um sociólogo estruturalista construtivista, Pierre Bourdieu rompe com o estruturalismo formal associando-o ao construtivismo, na medida em que no seu ofício não lhe basta conhecer as estruturas estruturadas presentes nos objetos sociais de seus estudos. É necessário identificar o que ocorre nas inter-relações, como se edificam as interações sociais havidas entre os agentes dos diferentes níveis dessa estrutura, em suas lutas na atuação em defesa de seus interesses. Em outras palavras, é preciso identificar as estruturas objetivas que condicionam e orientam as ações e as práticas, desvelando as estruturas estruturantes dessa atuação social, o que vem a justificar seu pensamento relacional.

Para Bourdieu, sempre lhe pareceu indispensável aliar aspectos teóricos aos aspectos práticos na observação e na análise dos objetos sociais, o que justifica ao dizer que “a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (BOURDIEU, 1989, p. 59).

Tão importante quanto aliar teoria à prática é a construção do conhecimento acerca da genealogia dos conceitos de que faz uso, e, neste sentido, concilia em suas pesquisas tanto uma vertente histórica, quanto uma vertente genética na busca da total compreensão da formação estrutural do espaço social em análise e das relações que foram se estabelecendo nesse espaço.

Desta forma, vão sendo elaboradas as noções dos variados conceitos bourdieusianos, e a construção desses conceitos é consubstanciada

e definida ao longo dos textos e livros que produziu, significando que não há uma única descrição que encerre a totalidade do conceito. De igual forma, a cada texto Bourdieu deixa claro o percurso metodológico empreendido, de forma a consolidar também seu método de trabalho como sociólogo.

Para iniciar formalmente o estudo do campo de produção da informação estatística oficial, doravante chamado de campo estatístico, apenas por uma economia de palavras, interessa muito destacar a concepção bourdieusiana a respeito da constituição do Estado, de como o autor entende esse espaço social e de como a informação, e em especial a informação estatística, é recurso indispensável à atuação estatal. Será importante ainda discorrer sobre outros conceitos, sendo útil a apresentação, em seguida, das consagradas noções de campo e *habitus*.

Ressalta-se que o arcabouço teórico desenvolvido por Bourdieu é denso e rico, configurando-se como importante instrumento de conhecimento, englobando variados conceitos e definições que são, na verdade, interdependentes e, desta forma, ainda que alguns deles estejam aqui apresentados isoladamente, devem sempre ser analisados a partir da associação a um contexto.

ESTADO, CAPITAL INFORMACIONAL E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

o Estado é uma instância abstrata que veio se consolidando, ao longo do tempo, como uma superestrutura que se faz presente e que interfere diretamente na vida privada e coletiva de qualquer indivíduo, que desde o nascimento é exposto à ideia de “existência estatal” pela obrigação do registro de nascimento e, daí por diante, através de outras tantas obrigações, regras e normas que vão paulatinamente moldando, em seu cognitivo, os pensamentos de Estado, o pertencimento a um Estado.

Desta forma, se faz presente em todas as relações sociais, explícita ou implicitamente, como uma onipresença que é marcada pelo grande poder de impor “categorias de pensamento” que são compartilhadas, imperceptivelmente, em todos os aspectos do convívio social, seja em

família, na escola ou em qualquer outro tipo de relação social: “o Estado se encarna na subjetividade, nas mentes, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento” (BOURDIEU, 1996, p. 98).

Tendo como base estudos anteriores sobre o Estado, sobretudo com alusão a Hegel, a Durkheim, a Weber, a Marx e a Norbert Elias, a teoria bourdieusiana explicita que a atual noção de Estado se deu a partir da criação de diversas instituições burocráticas que materializam a ação estatal, o que se costuma entender como “Estado-administração”. Ao passo que o sentido do “Estado-território” é dado pela delimitação de um espaço territorial/nacional e pelo conjunto dos cidadãos nele inseridos.

Para Bourdieu, no entanto, é mais rigoroso entender o Estado como um espaço relativamente autônomo que centraliza a força física e a força simbólica e que é “inseparavelmente acompanhado pela construção do espaço social unificado que é de sua alçada” (BOURDIEU, 2014, p. 176).

O Estado é o lócus privilegiado onde se concentra e se exercita o poder simbólico, pois “dispõe de meios de impor e inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas” (BOURDIEU, 1996, p. 108). A ação estatal se configura como ato de nomear, classificar, produzindo e impondo, principalmente, por meio da escola, categorias que se fixam nas mentes, de modo que sua reprodução ocorre espontaneamente.

Na realidade, a atividade estatal se dá através da imposição de um universo de representações simbólicas e de valores e crenças que tanto servem para proporcionar um serviço à sociedade, quanto para controlá-la, sendo difícil discernir entre um e outro propósitos, levando a pensar que ambos se encontram imbricados atendendo às duas finalidades ao mesmo tempo e que perpassam todas as estruturas estatais associadas ao Estado de bem-estar.

Ao longo do percurso que culmina com a consolidação do Estado como essa superestrutura que interfere diretamente na vida em sociedade, Bourdieu destaca que vai se desenrolando também a concentração de distintos recursos, que são entendidos como capitais, o que faz com

que o Estado seja o detentor de um meta capital, o capital estatal, com poder sobre os demais capitais e, portanto, maior que todos os outros.

A noção de capital em Bourdieu, é tomada a partir do marxismo, no qual significa o acúmulo de bens e riquezas econômicas, com ampliação conceitual, passando a significar todo o recurso e/ou poder manifestados na interação social. Dessa forma, além de se referir ao capital econômico – renda, salários, bens materiais e arrecadação de impostos, no caso do Estado – são elencados vários outros como o capital social – relações sociais, o capital linguístico – idioma oficial com suas regras ortográficas, capital cultural – diplomas, títulos, que são legitimados pelo Estado, e o capital simbólico, definido como sendo: “uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996, p. 107). Ou seja, o capital simbólico representa uma possibilidade que qualquer um dos demais capitais pode assumir ao ser reconhecido através de algumas categorias de percepção, em geral, baseadas em opostos “como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

A ação maciça de informação operacionalizada pelos mais diferentes organismos estatais, que tem como instrumento principal a escrita oficial, e que se consubstancia em documentos dos mais variados tipos, através dos quais o Estado constrói representações legítimas do universo social, se configura também como um capital, o capital informacional. Com efeito, os atos de conhecimento e de controle efetuados pelo Estado sobre a Sociedade sempre se fizeram acompanhar de informação.

O capital informacional, do qual o capital cultural faz parte, é um recurso que segundo historiadores corrobora o aparecimento da noção de Estado e está atrelado à realização dos primeiros recenseamentos populacionais, das pesquisas sobre os bens, na ótica dos impostos, uma vez que a tributação se dá em função da propriedade, e não por acaso se vincula a informação estatística ao Estado (BOURDIEU, 2014).

A informação estatística passa a ser, então, um instrumento do Estado, que permite a totalização das informações individuais, chegando

a uma informação poderosa e esclarecedora que nenhum dos indivíduos que prestaram suas informações primárias possui.

Bourdieu ratifica que o Estado é o lócus de produção da informação estatística, afirmando que este deve possuir os meios de “levantar” a informação, de registrá-la, de tratá-la, de pensá-la e dela extrair regularidades estatísticas. Desta forma, o Estado atesta que é obrigatória a prestação de informações e se permite controlar, pela via da totalização, os variados aspectos do social que conformam os memorandos de síntese (BOURDIEU, 2014). Estado e sociedade encerram o “por quê” e o “para quê” da produção da informação estatística.

AS NOÇÕES DE CAMPO E DE *HABITUS*

A noção de campo é um dos conceitos centrais na teoria de Pierre Bourdieu cuja definição, como já foi dito, não é única em seus textos. Sua concepção vai se delineando à medida que se detém na análise dos objetos sociais, a partir da identificação de características que são genéricas, das homologias que são passíveis de apreensão e se fazem presentes em qualquer desses objetos.

Desta forma, pode-se dizer que o campo para Bourdieu é um espaço social delimitado, relativamente autônomo, no qual se configuram relações objetivas entre os agentes e/ou entre as instituições presentes nesse espaço/campo que compartilham interesses comuns, com uma lógica própria em função das necessidades expressas nessas relações, através da qual e pelas quais atuam no campo, com suas forças diferenciadas e travando lutas concorrenciais.

O campo se configura, ainda, em uma arena de lutas e disputas entre os ocupantes das posições hierarquizadas, que podem ser polarizadas dentro do campo, estando os dominados (detentores de “pouca força”) nas posições inferiores e os dominantes (detentores de “muita força”) nas posições superiores.

Nas palavras de Bourdieu, o campo é

... simultaneamente tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”,

em que os agentes atuam conforme suas disposições relativas, visando “a transformar ou conservar a relação de forças estabelecida”, que pode chegar até a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 2004b, p. 172).

No qual são passíveis de identificação não só as

... relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do campo mas também das relações necessárias estabelecidas, pela mediação dos *habitus* dos seus ocupantes, entre essas posições e as tomadas de posição correspondentes, quer dizer, entre os postos ocupados neste espaço, que participam na realidade e no devir desse espaço. (BOURDIEU, 2004a, p. 150).

Dizer que os *habitus* dos agentes que estão envolvidos no campo mediam as relações significa que cada um concorre e atua no campo em condições desiguais, ou seja, há distintas competências e distintos capitais individuais. Significa, ainda, que as lutas travadas no interior do campo nem sempre são levadas a cabo como estratégias conscientes, na medida em que são genuínas expressões desses *habitus*, ações naturais de cada indivíduo.

A noção de *habitus* engloba um acúmulo de conhecimentos que começa a se constituir a partir da aprendizagem no seio – e no convívio – da família, como a aquisição da linguagem e a apreensão de valores e depois na trajetória escolar, através dos conteúdos pedagógicos e das regras de convívio social recebidos. À medida que com o passar do tempo vão sendo internalizados esses conhecimentos, cuja aquisição se dá de maneira distinta de indivíduo para indivíduo, paulatinamente também vai se configurando o *habitus* individual, como uma lei imanente.

Bourdieu interpreta o *habitus* a partir de uma lógica sistêmica, considerando-o como um conjunto de

... sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem

ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983a, p. 60-61).

O *habitus* possibilita a compreensão da posição que cada agente ocupa no campo, colaborando na construção das objetividades e das subjetividades inerentes a este. Por outro lado, dentro de um mesmo campo há exigências comuns que necessitam ser consabidas e compartilhadas, implicando uma homogeneidade de competências e de recursos – capitais – e configurando um saber específico para a atuação, o que permite evidenciar um *habitus* próprio do campo. O *habitus* do campo é ao mesmo tempo condição para o seu funcionamento e produto desse funcionamento.

Note-se que o Estado participa ativamente na conformação do *habitus*, pois regula e media a ação individual e social, em conformidade com princípios normativos que definem o comportamento e as lutas travadas nesse meta-campo.

E, ao se referir ao *habitus* correspondente a um campo, Bourdieu afirma que este se encontra entre o sistema imperceptível das relações estruturais, que moldam as ações e as instituições, e as ações visíveis desses atores que estruturam as relações. Dessa forma, na exata acepção de Bourdieu, é um

... sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 1982, p. 201-202).

Em cada campo, em cada relação social, os agentes, em luta por manutenção e/ou transformação de suas posições (poderes), concorrem com diferentes forças e vão estabelecendo práticas distintas em função

de seus interesses, movimentando-se pelas estruturas objetivas, com resultados também distintos.

ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ESTATÍSTICO

Apropriando a conceituação anteriormente descrita e seguindo os preceitos metodológicos desenvolvidos por Bourdieu, parte-se então para a reflexão acerca do campo estatístico, e para tanto este item começa de uma maneira mais ampla apresentando a gênese da informação estatística, explicitando em seguida a sua natureza.

GÊNESE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

A história da informação estatística tem início em tempos remotos e de difícil precisão. Ao considerá-la, genericamente, como resultado de uma contagem, pode-se dizer que sempre esteve presente na vida em sociedade. Na constituição e consolidação das soberanias nacionais, desde o início das civilizações, os governos sempre se interessaram por informações estatísticas sobre suas populações e riquezas, tendo em vista, principalmente, fins tributários e militares.

Avançando no tempo e considerando a ambiência da Europa Ocidental, logo após a Idade Média os governantes começaram a obter e armazenar, com alguma regularidade, informações sobre batizados, casamentos e funerais. Isto em função da latente preocupação com a propagação de doenças endêmicas, que ameaçavam devastar a população, considerando que o tamanho desse contingente poderia afetar o poderio militar e político de uma nação.

Entre os séculos XVI e XVIII, as nações com aspirações mercantilistas começaram a buscar o poder econômico como forma de poder político. Os governantes, por sua vez, viram a necessidade de ampliar o escopo das informações estatísticas para outros domínios de governo, incluindo variados aspectos econômicos tais como comércio exterior, produção de bens e de alimentos.

Nesse período, o século XVII foi um marco na constituição do cálculo das estatísticas, devido, principalmente, a Sir William Petty e a John Graunt que, utilizando os registros administrativos do registro civil

inglês, desenvolveram um método de cálculo, a “*aritmética política*”, ou seja, “*a arte de raciocinar com algarismos sobre as coisas relacionadas com o governo*” (SENRA, 2005a, p. 97, grifos do autor). Assim, vai se delineando o domínio da Estatística como ciência.

Tal método foi decisivo para que a Estatística passasse a assumir cada vez mais importância nos âmbitos da administração do Estado, sendo vista, nessa época, como uma “ciência da sociedade”, que se baseava nos números e que era, assim como a matemática, livre de juízos subjetivos (DESROSIÈRES, 2004).

Começa então uma nova era para a informação estatística, que deixa de estar ligada apenas aos censos populacionais e passa a desenvolver-se para cuidar de outros aspectos que vão moldando diversas e novas demandas para a produção da informação estatística, amparada em incipientes métodos científicos.

Ainda no século XVIII, diante da ambição de se alcançar o conhecimento de toda sociedade humana, foram se desenvolvendo os saberes e os métodos constituintes de uma Estatística descritiva (ou morfológica), isto é, dos princípios da organização dos conhecimentos, das nomenclaturas, dos instrumentos de comparação de dados (quadros cruzados de critérios de avaliação e de entidades a serem comparadas, estados ou regiões, por exemplo) (MARTIN, 2001).

O século seguinte foi marcado pela difusão da técnica estatística e das informações estatísticas *per se* e também pela desvinculação da elaboração do registro estatístico das necessidades apenas das esferas administrativas do Estado. Paulatinamente, foi se produzindo informação estatística mais regular, mais centralizada, parcialmente liberada das demandas casuais (MARTIN, 2001).

Ao final século XIX, intensifica-se a criação de estruturas estatais destinadas à produção e à centralização das informações estatísticas oficiais.⁶⁶ Essas estruturas passaram por processo contínuo de autonomia, tanto para a produção, quanto para a análise das informações estatísticas, o que permitiu que, pouco a pouco, ditas informações fossem

66 Em maio de 1936 ocorre a fundação do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, principal responsável pela produção das informações estatísticas oficiais do país.

reveladas ao público e não mais fossem guardadas em segredo como antes, quando se considerava que eram “simples meios de administração e, portanto, parte dos arquivos pessoais dos administradores”. Desta forma, as informações estatísticas começam a serem tidas como “espelho da nação para a nação, ou um espelho da sociedade para a sociedade” (MARTIN, 2001, p. 22).

A partir de então, mudam-se por completo os termos do debate social e as ferramentas estatísticas utilizadas para informar a sociedade. Unem-se as tradições administrativa e matemática da informação estatística. E, neste sentido, ao combinar normas da ciência com normas do Estado moderno no processo de produção, a informação resultante passa a ser dotada de dupla autoridade: a do Estado e a da ciência, o que confere legitimidade à informação estatística oficial (DESROSIÈRES, 2004, p. 218-219).

As técnicas e métodos estatísticos possibilitaram que o homem passasse a enxergar intelectualmente algo que não podia ver com os sentidos, deixando de influenciar/justificar apenas as ações governamentais, para pautar também a ação individual. Ademais, com a Estatística assumindo a configuração atual, constitui-se em disciplina indispensável à maioria das outras ciências, sobretudo às Ciências Sociais.

Nessa trajetória histórica, pode-se perceber a consolidação da produção da informação estatística enquanto uma prática científica, que oferta, sistematicamente, informações relevantes a toda a sociedade, em função das demandas, sempre crescentes.

NATUREZA DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Hoje em dia, à noção da informação estatística associam-se sempre as noções de credibilidade e objetividade, entendendo objetivo como algo que é real, factual, ou, pela ótica do social, como algo que é visto de fora, que não é subjetivo, não dependendo, portanto, do ponto de vista de um indivíduo (MARTIN, 2001).

Na verdade, trata-se de uma isenção que é fruto de um jogo de disputas entre os pontos de vistas individuais dos pesquisadores. No entanto, estando em uma instituição produtora de informação estatística

oficial, por mais que possa prevalecer uma ou outra preferência individual na decisão pelos conceitos, definições e metodologias de pesquisa a serem utilizados, esta terá sido aceita por toda a comunidade de pesquisadores e, portanto, será justificável racionalmente.

Àquela noção inicial de simples contagem – dimensão técnico-administrativa – passou-se a associar à informação estatística a noção de construção científica – dimensão técnico-científica –, ou seja, da elaboração com o amparo das ciências, que expressa uma objetividade, representada por aquilo que é possível observar e registrar dentre os inúmeros aspectos existentes nas individualidades, de forma que ao agregá-los se possa refletir e atuar sobre o todo.

Significa dizer que por detrás das informações estatísticas produzidas “se encontra um modelo conceitual, por meio do qual a realidade é filtrada” (BESSON, 1995, p. 47). A prática estatística é, pois, um exercício de redução. Reduz-se em um primeiro momento para em seguida ampliar-se o seu potencial revelador das realidades.

Partindo de informações tomadas individualmente, as estatísticas se originam nas agregações sucessivas dessas individualidades, formando os aglomerados que foram previamente idealizados.

As individualidades podem ser obtidas a partir de registros administrativos, documentos elaborados com fins administrativos, como o registro civil, que, além de servir aos interesses administrativos governamentais, atendem às necessidades do fazer estatístico. Ou podem também ter origem em registros estatísticos, que passou a ter utilização muito superior àqueles, por serem elaborados pelo INE com objetivo explícito e único de produzir a informação estatística.

Sendo expressa na linguagem dos números, ao serem devidamente interpretados esses números acabam por possibilitar o conhecimento das realidades do fenômeno a que se prestam a quantificar. São assim construções que, partindo de um planejamento e de uma convenção, se consubstanciam em informações na sua essência. A objetividade do número é alcançada por meio de objetivações complexas e, para além de pura sintática, as informações estatísticas são signos que têm forte semântica, oriunda de toda a fundamentação conceitual que a definiu.

Vale explicitar, então, que as partes que compõem esse todo, por serem distintas, só permitem agregação a partir da identificação e/ou atribuição de algum aspecto comum. A atribuição de uma característica através de um processo de equivalência que permite homogeneizar as individualidades e, portanto, agregá-las. E como bem qualifica Besson (1995), essa equivalência praticada no fazer estatístico tem a similitude como base, praticada pela atribuição de uma qualidade que unifica o que é diferente e disperso.

Com efeito, a informação estatística se vale da similitude identificada ou identificável nas individualidades, baseada em unidade de medida comum que a ordena, e como números que são permitem a associação de naturezas diferentes. Assim, a elaboração dessa informação é o resultado de um esforço de conceituação, de observação e de exploração dos resultados dessa observação.

A produção da informação estatística é uma prática reducionista, porquanto somente o que puder ser transportado com estabilidade será inquirido. Ou seja, as informações singulares não podem sofrer alteração desde o indivíduo até o instituto produtor, o “centro de cálculo”, conformando “a noção dos móveis imutáveis (SENRA, 2005a, p. 93-94; LATOUR, 2008, p. 36).

No entanto, ao serem agregadas, as informações singulares, que possuem estabilidade, passam a conformar um valor maior para a nova informação que compensa, em muito, a redução inicialmente feita. Para Latour (2008), a esse movimento de redução se contrapõe outro movimento que é o da amplificação.

Eis a razão para interessarem tanto aos governos, pois as informações estatísticas são potentes instrumentos de conhecimento, no sentido de permitir a apreensão de uma realidade que se encontra dispersa e distante, a partir de uma representação numérica do mundo real, funcionando como tecnologias de distância: “o invisível terá se tornado visível, o ausente terá se tornado presente, o distante terá se tornado próximo; agora, será viável atuar-se a distância no distante” (SENRA, 2005, p. 92).

A informação estatística oficial, aquela que é produzida pelos institutos nacionais de estatística, aqui representado pelo Instituto

Brasileiro de Informação e Estatística – IBGE, é sempre muito requerida, nos termos da qualidade e da legitimidade que possui, o que reforça uma demanda sempre crescente.

O CAMPO ESTATÍSTICO

Cabe ressaltar que o Estado e a Sociedade que se configuram como superestruturas, estruturadas e estruturantes, perpassam o campo estatístico com atuação e importância incontestes que serão também explicitadas mais à frente.

Utilizando os conceitos já enfocados, pretende-se refletir sobre a composição do campo estatístico, evidenciando, principalmente, as instituições e os agentes inseridos nesse campo e também algumas das forças e lutas presentes nas relações que se estabelecem nas ambiências interior e exterior do mesmo.

No percurso do desenvolvimento e consolidação da informação estatística como uma construção científica, de sua produção sistemática e da configuração atual do respectivo campo, destacam-se três subcampos que, ao mesmo tempo em que são frutos dessa trajetória, reafirmam-na, corroborando a legitimação e crédito da informação estatística. São eles: as instituições produtoras da informação estatística oficial e pública; os sistemas estatísticos nacionais; e, os organismos internacionais de estatística, que colaboram para o melhor desempenho dos dois anteriores.

Na maioria dos países, as instituições produtoras recebem o nome de Instituto Nacional de Estatística (INE) e são os principais responsáveis pela produção das informações estatísticas oficiais ou públicas,⁶⁷ que recebem essa denominação, justamente, por sua vinculação de origem a uma instituição estatal.

Ao INE de cada país cabe, geralmente, a responsabilidade pela produção de informações estatísticas, em âmbito nacional, relativas à

67 Note-se que, realmente, ambas as expressões são sinônimas e seguem sendo válidas, mas a partir de sua cronologia de uso, é possível perceber que “estatística pública” foi amplamente usada até a década de 1990, estando agora restrita ao meio acadêmico. “Estatística oficial” é a expressão mais usada atualmente, surgida com a globalização e com a consequente internacionalização dos procedimentos para a construção dessa informação.

realidade econômica, social e demográfica, que, desde 1994, baseia-se em princípios fundamentais ditados e seguidos internacionalmente. (SCHWARTZMAN, 1996).

A importância do subcampo representado pelo INE, no campo estatístico, é incontestável, podendo ser identificado como o core desse campo, razão pela qual são apresentados aqui por diante as relações existentes entre o INE e os demais subcampos, além da análise mais detalhada sobre a estrutura de funcionamento da produção, dos agentes que nela atuam, e das relações, forças e lutas travadas interna e externamente ao INE.

Vale aqui dizer que há outros organismos estatais que também produzem estatísticas oficiais, como é o caso de alguns ministérios, secretarias executivas e departamentos específicos, mas não essa é a finalidade precípua do órgão e tal produção busca seguir métodos e padrões disseminados pelos INE.

Ao INE cabe também a coordenação do Sistema Estatístico Nacional – SEN, que é um ente virtual e refere-se ao conjunto de informações estatísticas oficiais produzidas e disseminadas de modo a abranger a realidade econômica e social dos países. Além de ser, de acordo com Starr (1983), diretamente ligado “à própria estruturação da informação, incluindo os limites da pesquisa, os pressupostos sobre a realidade social, os sistemas de classificação, os métodos de mensuração, e as regras oficiais de interpretação e apresentação dos dados” (STARR, 1983, p. 8).

Na maioria dos países, o SEN está formalizado em leis que tratam tanto dos aspectos da coordenação, explicitando as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos, quanto dos aspectos da produção das informações estatísticas. Também por força de lei são garantidos os princípios que estruturam o sistema, como o sigilo estatístico, a autoridade estatística, a autonomia técnica, a coordenação estatística e a centralização estatística. Este último princípio, há que se acrescentar, aplicável no caso de países com essa característica, pois já foi visto que há casos em que a produção de informações estatísticas ocorre de forma descentralizada. O SEN é uma estrutura objetiva, um “campo de forças”, que condiciona a atuação no campo estatístico.

Internamente, na consecução das tarefas atinentes à produção estatística, o INE conta com uma equipe multidisciplinar. São estatísticos, economistas, sociólogos administradores, informáticos, entre outros. Cada profissional contribui não só com seus conhecimentos específicos, mas também compartilham saberes e deveres próprios da atividade estatística, fato que os desconfigura de sua formação profissional, passando a serem identificados como “estaticista, aquele que produz a estatística” (SENRA, 2005a, p.79).

Métodos especiais de pesquisa, princípios fundamentais, valores institucionais, como isenção, neutralidade e compromisso com o sigilo das individualidades, perpassam todo o subcampo, estruturando a atividade do fazer estatístico e se fazendo presente em todas as estruturas, o que vai se transmutar em um *habitus* institucional, ou um *habitus* do ofício estatístico, aqui conceituado como *habitus* estatístico.

O *habitus* estatístico é, dessa forma, um conjunto de normas, procedimentos e valores, um sistema de relações estruturais, que condicionam e moldam as ações no campo estatístico e que perpassam todas as etapas da produção de informação.

A produção estatística se dá em quatro etapas sequenciais a partir da definição de uma demanda, a saber: conceituação/concepção; obtenção dos registros individuais; agregação das individualidades; e, avaliação dos resultados. Uma vez produzida, a informação estatística é disponibilizada pelo INE e disseminada com vasta possibilidade de acesso, de modo a ser utilizada por qualquer indivíduo da sociedade que dela necessite, incluindo-se os governos.

É importante deixar claro que o fato de a informação estatística servir aos governos como instrumento fundamental de conhecimento e controle, isso não os credencia para interferirem na produção dessa informação por parte dos INE, que o faz com autonomia, isenção e imparcialidade. Se as questões políticas prevalecerem sobre as questões técnico-científicas e metodológicas acabarão por desqualificar o resultado, comprometendo sua credibilidade.

Em prol da “defesa” da qualidade e da isenção da informação estatística se juntam variados setores da sociedade, com amplo acesso

às diferentes mídias, que se aliam ao instituto produtor formando uma unidade poderosa, que consegue mesmo abrandar a força do governo, quando há qualquer intenção de intervenção na informação estatística que não seja justificada por critérios puramente técnico-metodológicos.

Sendo a produção da informação estatística uma operação complexa e também dispendiosa, os INEs só a produzem sob uma demanda explícita e após a análise de sua viabilidade. Acrescenta-se que os recursos dos institutos produtores, quase sempre, advêm de orçamentos públicos, que não raro estão sujeitos a restrições e a contingenciamentos. Fato que não deixa de se converter em uma luta travada entre o Estado, como financiador dessa produção, e o INE, como produtor, pela manutenção da agenda de pesquisas correntes, muitas vezes sendo obrigado a deixar ao léu novos temas carentes de informação.

Desta forma, não se produzem informações estatísticas a partir de vontades arbitrárias e personalistas. É preciso que haja uma necessidade social, uma demanda bem fundamentada e com propósitos definidos para que um levantamento dessa natureza se justifique.

A explicitação da demanda por informação estatística é um dos momentos do processo de produção, senão o único, no qual participam todas as instituições presentes no campo estatístico. Chamadas para a discussão sobre os temas e conteúdos das pesquisas estatísticas, essas instituições se enfrentam e medem suas forças, cada qual com seus capitais, com seu poder, para terem atendidos seus interesses específicos.

Já foi visto que o Estado tem forte atuação no campo estatístico, principalmente, no papel de influente demandante e financiador da produção e também como principal produtor através do INE, o que lhe confere maior poder e *status* de dominante. De acordo com Bourdieu, com a produção da informação estatística, o Estado, atuando como “unificador teórico, é um teórico que toma um ponto de vista central e elevado, o da totalização” (BOURDIEU, 2014, p. 286).

Com efeito, o Estado participa e se faz presente no campo, podendo mesmo ser considerado como um superagente e uma superinstituição, no sentido de que participa tanto interna quanto externamente ao campo, o que, sem dúvida alguma, impõe restrições e conflitos ao

campo estatístico, principalmente na dimensão sociopolítica do campo, conferindo-lhe uma autonomia parcial. No entanto, vale mais uma vez frisar que, apesar da relação e da influência intrínsecas do Estado no campo estatístico, este usufrui (possui) total autonomia na dimensão técnico-científica, ainda que a restrição de recursos acabe por se configurar em algum grau de interferência política no campo, afetando a produção de informações estatísticas, já que pode determinar a não realização de alguns dos levantamentos propostos pelo INE.

A sociedade participa do campo estatístico na medida em que atua expressando demandas pela informação estatística e colaborando com a prestação de informações primárias que vão conformar a informação estatística, e, externamente, validando-a e legitimando-a, o que retorna para o campo como fortalecimento, que se converte em capital simbólico.

Por outro lado, ao não ver atendida alguma solicitação de informação, ou perceber algum desvio na condução das obrigações do campo estatístico, a sociedade reclama e se opõe ao campo, traduzindo-se em um conflito.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o principal produtor de estatísticas oficiais do país e é também responsável pela coordenação do Sistema Estatístico Nacional. Sendo um órgão de Estado, tem como missão institucional “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. E, no desenvolvimento de suas atividades, identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como vivem. Atuando dessa maneira, cumpre sua missão e atende, ainda que não completamente, às necessidades dos diversos segmentos da sociedade, bem como dos órgãos das esferas governamentais.

Internamente, como uma representação estatal, o instituto está organicamente estruturado em hierarquias desde a presidência, passando pelas diretorias e coordenações que se desdobram, em cascata, até as gerências de menor nível. Em cada um desses espaços, variadas

lutas e disputas são travadas visando à escalada de poder e cada um joga com um capital específico, que tanto pode ser técnico quanto social.

Para cumprir sua missão, o instituto possui extensa rede de coleta com representação em todas as unidades da federação e na maioria dos municípios brasileiros. Essa capilaridade lhe confere um capital de altíssimo valor e uma força simbólica que tem implicação direta na qualidade das informações produzidas.

Todos os indivíduos (pessoas físicas e jurídicas) do território brasileiro são obrigados por lei a fornecerem informações para o IBGE, e este, em contrapartida oferece, também por força de lei, a garantia do sigilo estatístico sobre as informações individuais utilizadas na composição dos agregados que conformam a informação estatística. Essas leis de obrigatoriedade e de sigilo estatísticos condicionam o funcionamento do campo estatístico brasileiro, e são verdadeiras forças que garantem o produto desse funcionamento.

O IBGE está inserido no cenário estatístico internacional, com a participação de seus agentes em encontros e seminários referentes à comunidade científica e aos organismos internacionais de estatística, eventos nos quais se reúnem representantes dos diversos INEs, o que contribui para potencializar o capital intelectual, cultural, social e, principalmente o capital simbólico dos envolvidos e também da instituição como um todo. Pois o IBGE é reconhecido, internacionalmente, por seus pares pela seriedade, competência técnica e qualidade no desenvolvimento de suas atividades e na disponibilização de seus produtos, o que acaba por reverberar, no cenário nacional, como capitalização de autonomia técnico-científica.

Desde o pós-guerra, chegando à necessária inserção no mundo globalizado, os INEs foram obrigados a produzir informações estatísticas comparáveis com as dos institutos de outros países, ampliando o horizonte de utilização da sua produção para além do território nacional.

Surgem assim os organismos internacionais de estatística, que atuam tanto no âmbito da Ciência Estatística, quanto no âmbito das condições de produção da informação estatística. Dentre tantos, citamos, a título de exemplo, o Instituto Internacional de Estatística

– *International Statistical Institute* (ISI), a Associação Internacional para as Estatísticas Oficiais – *International Association for Official Statistics* (IAOS) e a Divisão de Estatística das Nações Unidas – *United Nations Statistics Division* (UNSD).

Esses organismos promovem encontros entre produtores e usuários, entre a comunidade científica e os produtores e também atuam, como no caso da UNSD, compilando e divulgando informações estatísticas mundiais, desenvolvendo marcos referenciais que consistem em padrões, normas e métodos estatísticos dentre os quais estão incluídas as classificações internacionais e as definições necessárias para cada domínio das atividades dos produtores da informação estatística. Se esforçam em apoiar os países membros com vistas ao fortalecimento de seus sistemas estatísticos nacionais, através de programas de cooperação técnica.

Além disso, a UNSD atua também na coordenação das atividades internacionais de estatística, estando sempre sob a supervisão da Comissão de Estatística das Nações Unidas,⁶⁸ que é a entidade mais importante do sistema estatístico mundial.

Essa comissão foi responsável pela elaboração e divulgação, em 1994, dos Princípios Fundamentais da Estatística Oficial,⁶⁹ e desde então os INEs vêm buscando pautar suas atividades com base nesses princípios, entendendo que são de importância universal.

É importante salientar que essas instituições que compõem o campo estatístico vêm atuando, cada uma delas, com seus interesses próprios e com suas capacidades para intervir no campo, porém, todas compartilham do mesmo objetivo, qual seja a produção de uma informação necessária, objetiva, objetivada e com qualidade.

Em cada uma dessas instituições há pessoas/agentes que não obstante compartilhem interesses comuns, travam lutas, “paradas em jogo”, nas quais cada um aposta ou arrisca seus recursos visando a se (re) posicionarem nas estruturas objetivas do campo. Constituem-se, cada

68 Para informações detalhadas, consultar o sítio da referida comissão em: <http://unstats.un.org/unsd/statcom/commission.htm>. Acesso em 18 jun. 2014.

69 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm. Acesso em 18 jun. 2014.

instituição encerrada em si, como um campo independente, com suas características específicas. Entretanto, como participantes do campo estatístico, podem ser consideradas como subcampos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação estatística, resultado de uma construção social, acompanhou a formação dos Estados servindo de instrumento de controle e vem fundamentando a condução dos governos, em variados aspectos de atuação e, sobretudo, na formulação e avaliação das políticas públicas. Mas, atualmente, tem também significativa relevância para os demais agentes da sociedade, a qual se denomina “da informação” e/ou “do conhecimento”.

Neste sentido, valendo-se da afirmativa de Barreto (1994) de que a informação sintoniza o mundo, a informação estatística é o *dial* preciso que indica e orienta a ação em muitos aspectos, tanto no contexto individual, de pessoas físicas e jurídicas, quanto no contexto de coletivos, populações, comunidades e governo. E neste último, é fundamental em qualquer aspecto de atuação que se possa pensar, mas, sobretudo, para a formulação e a avaliação das políticas públicas.

Foi um exercício bastante interessante refletir sobre o campo estatístico com o suporte das teorias bourdieusianas, explicitando suas estruturas e as relações aí presentes. Mais interessante ainda pelo fato de que Pierre Bourdieu se mostra conhecedor de técnicas e métodos da Ciência Estatística e de todas as características envolvidas no planejamento da pesquisa, para obtenção da informação estatística.

Apresenta-se, por vezes, também como crítico das informações estatísticas oficiais, no sentido de que corroboram o discurso dominante do Estado, sobretudo na construção das classificações, das nomeações que lhe são intrínsecas e que amparam a produção dessa informação.

Por outro lado, como utiliza, habilmente, métodos estatísticos, como o da amostragem probabilística e da análise estatística, aliando a abordagem qualitativa com a quantitativa, não deixa margem à dúvida sobre a representatividade de suas análises e ilações, garantindo-lhe a credibilidade de seu discurso.

Considera-se que este percurso foi muito proveitoso, tendo-se alcançado melhor compreensão do referencial teórico de Pierre Bourdieu, assim como da constituição do campo estatístico em termos das instituições e dos agentes que o compõem, bem como de algumas das relações que se estabelecem em seu interior.

Significa um primeiro passo, e novos exercícios utilizando a sociologia bourdieusiana deverão ser realizados para chegar ao total entendimento do universo que compõe a produção da informação estatística oficial.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, A. A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.
- BESSON, J-L. (Org.). As estatísticas: verdadeiras ou falsas? In: _____. *A ilusão das estatísticas*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 25-67.
- BOURDIEU, P. Estrutura, *habitus* e prática. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 339-361.
- _____. O mercado de bens simbólicos. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 99-181
- _____. O paradoxo do sociólogo. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. p. 68-74.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81
- _____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989. p. 17-58. Col. Memória e Sociedade.
- _____. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989. p. 54-73. Col. Memória e Sociedade.
- _____. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996. pp. 91-135.
- _____. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.
- _____. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004a, p. 149-168.

- _____. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004b. p. 169-180.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2005.
- _____. *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*. tradução Rosa Freire. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. As duas faces do Estado. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 04 de janeiro de 2012. Disponível em : <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1080>. Acesso em 25 maio 2014.
- DESROSIÈRES, A. Entre a ciência universal e as tradições nacionais. In: BESSON, J. L. (Org.). *A ilusão das estatísticas*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p. 167-183.
- _____. *La política de los grandes números*. Tradução de Mónica Silvia Nasi. Barcelona, Melusina, 2004.
- LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008. p. 21-44.
- MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001.
- SALSBURG, D. *Uma senhora toma chá: como a estatística revolucionou a ciência no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SCHWARTZMAN, S. O sistema estatístico nacional. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/sistema_est.htm>. Acesso em 25 jun. 2014.
- _____. *O Espelho do Brasil: apresentação do relatório anual do IBGE de 1996*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon>>. Acesso em 25 jun. 2014.
- SENRA, N. DE C. *O saber e o poder das estatísticas*. Uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a.
- _____. Informação Estatística como objeto de estudo. Uma primeira tentativa de formalização. *DataGramaZero*, v. 6, n.4, ago 2005b.
- STARR, P. The sociology of official statistics, In: ALONSO, W.; STARR, P. (Ed.). *The politics of numbers*. New York: Russell Sage Foundation, 1983. p. 7-58

Pierre Bourdieu e os públicos de museus

Angela Cardoso Guedes

Este castelo (*Palácio de Versailles, hoje Museu Nacional de Versailles*) não foi feito para o povo e isto não mudou.
(BOURDIEU; DARBEL, 1969. p. 85)

Eu quero ser livre, só em minha escolha e inspiração.
(BOURDIEU; DARBEL, 1969. p. 89)

Públicos: esse obscuro objeto do desejo de todo o profissional de museu, como compreendê-los, atender às suas expectativas, conquistá-los? Como fazer com que se apropriem desse patrimônio nacional, contido entre paredes, muitas vezes centenárias, de imponentes prédios históricos?

Estas foram algumas das questões abordadas em minha tese de doutorado (GUEDES, 2004), e a leitura da obra de Pierre Bourdieu em muito contribuiu para uma melhor compreensão sobre as possibilidades de geração de públicos de museus ao desvendar os mecanismos de formação do gosto, do *habitus* e dos capitais familiar, escolar e cultural nos indivíduos e a sua relação com o campo da cultura erudita, no qual incluem-se os museus, formado a partir da Modernidade e associado à “constituição progressiva de um campo intelectual e artístico, ou seja, à autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1998, p. 99).

Se os primeiros museus de que se tem conhecimento datam do século XVII, a maior parte dos museus nacionais em todo o mundo não foge às suas origens, ou seja, conferir distinção às suas coleções e a todos aqueles que, dotados das chaves para decifrá-las, com elas interagem: corpo técnico, pesquisadores, visitantes.

O surgimento dos museus e sua disseminação na Europa, e posteriormente nas Américas, corresponde à formação e consolidação dos

Estados Nação e à ascensão de novos grupos sociais, entre os quais os cientistas, os artistas e os intelectuais, que passaram a monopolizar certos conhecimentos e capacidades à medida em que se expandia a produção científica, artística e literária.

O acúmulo de objetos exóticos vindos de terras distantes a partir das grandes navegações deu origem aos museus enciclopédicos, às novas disciplinas destinadas ao estudo dessas coleções nascentes – arqueologia, paleontologia, história da arte e etnografia, entre outras – e a uma elite intelectual.

Os Estados Nação se apropriaram dos museus, transformando-os em locais de celebração dos acontecimentos fundadores da Nação e em instrumentos de propaganda política, que exaltavam seus grandes feitos, seus personagens históricos e as suas conquistas, a exemplo da criação do Museu do Louvre, instalado após a Revolução Francesa no antigo palácio real. Ou, como define Bourdieu, os museus destinavam-se a preservar o “capital de bens simbólicos legados pelos produtores do passado e consagrados pelo fato de sua conservação” (BOURDIEU, 1998, p. 117).

Ao mesmo tempo em que o campo cultural, ou de bens simbólicos, se autonomizava, ele também “se fechava”, determinando as regras do jogo e decidindo aqueles que pertenciam – ou não – ao campo. De um lado, o artista, sobretudo a partir do século XIX, passava a ter cada vez mais autonomia em sua criação, a ser mestre de seu estilo; de outro lado, emergiam os especialistas, os críticos de arte e os curadores, que legitimavam a arte erudita, enquanto relegavam outras práticas consideradas artes menores, como o artesanato, as feiras e concursos populares.

A cultura erudita foi, portanto, legitimada pela estrutura das relações de forças simbólicas, através de instituições específicas, como os museus, as academias, as sociedades artísticas, as bienais e as premiações internacionais, e do próprio sistema de ensino, encarregado de fornecer as chaves para acessá-la.

Para Bourdieu, o amor à arte não é um ato de fruição natural; é um ato de conhecimento, resultado de um aprendizado que se inicia

logo na primeira infância, no ambiente familiar, sendo reforçado posteriormente pelo sistema escolar: para se gostar de determinada obra, é preciso acionar um patrimônio cognitivo, uma competência cultural que permitirá o seu deciframento, a sua decodificação.

Neste sentido, as práticas escolares são fundamentais: o exercício pelo exercício, a classificação e a memorização preparam o aluno para “gostar” da obra de arte legítima. Identificar estilos, por exemplo, somente é possível através da comparação com outros estilos ou com outras obras do mesmo autor, ou seja, através da classificação. A escola cria, portanto, uma “necessidade cultural” que será saciada nos museus e instituições culturais. O “olhar puro” (BOURDIEU, 1979) é fruto também do *habitus* e da prática escolar, e implica uma ruptura com a atitude habitual de olhar o mundo: o homem se afasta das necessidades básicas, da representação, do concreto, do fácil, do simples, da função, do cotidiano, para entregar-se ao deleite da arte; ele próprio imbuído do “dom” de apreciar e gostar de determinada pintura ou escultura. O “olhar puro”, “gosto legítimo” ou “gosto de luxo” são característicos das classes dominantes, detentoras do maior capital econômico e cultural uma vez que “só podemos nos abstrair das necessidades básicas quando elas já não se constituem num problema concreto a ser imediatamente resolvido” (BOURDIEU, 1979, p. 57).

Os que entram e aqueles que ficam de fora... É preciso, portanto, ter uma “necessidade cultural” para querer ir ao museu! Não se visita aquilo que não conhecemos, que não compreendemos, que não desperta nosso interesse, que não faz parte do nosso *habitus*, aquilo que não é para nós...

Na obra *L'Amour de l'Art: les musées d'art européens et leur public* (BOURDIEU; DARBEL, 1969), trabalho conjunto com Alain Darbel, Bourdieu aprofunda a questão do interesse especificamente direcionado à frequência de museus, relacionando o capital cultural e a “necessidade cultural” do indivíduo com a intensidade e qualidade de sua visita a estas instituições.

Resultado de extensa pesquisa de público realizada entre 1964 e 1965 em museus de arte da França, Espanha, Polônia, Holanda, Itália

e Grécia, a obra, embora um pouco defasada em relação às condições atuais dos museus franceses – que, de fato, passaram por intensa revitalização, sobretudo a partir da década de 1980 – é altamente relevante: os gostos e interesses podem variar segundo a época e a sociedade envolvidas, mas os mecanismos de sua produção permanecem.

Se, para Bourdieu, o museu está aberto a todos, como “uma herança pública, monumentos de um esplendor passado, instrumentos de glorificação dos grandes de antigamente”, trata-se, no entanto, de uma liberdade fictícia, “a entrada livre é também a entrada facultativa, reservada àqueles dotados dos meios de apropriar-se dos bens culturais, possuidores do monopólio de manipulação dos bens culturais e dos signos institucionais da salvação cultural.” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 166-167)

Em outras palavras, a sociedade oferece a todos a possibilidade teórica de usufruir as obras expostas nos museus, mas, ainda assim, “apenas alguns têm a possibilidade real de realizar esta possibilidade.

Ou seja, para se desejar ir a um museu, é necessário ter esta ‘necessidade cultural’, sendo que a ausência da prática acompanha-se da ausência do sentimento desta ausência... Esta propensão a consumir certos objetos, esta ‘necessidade’ cultural diferencia-se das ‘necessidades primárias’, sendo o produto da educação: é a Escola que cria a ‘necessidade cultural’, ao mesmo tempo em que fornece os meios de satisfazê-la!” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 69).

A prática, os ritmos e as condutas dos visitantes nos museus e todas as atitudes ao olhar as obras expostas estão direta ou exclusivamente ligadas ao grau de instrução medido pelos diplomas obtidos.

Não é de se admirar que as estatísticas – tanto na pesquisa de Bourdieu como nos indicadores brasileiros – revelem que a frequência de museus é quase que exclusivamente um fato das classes de maior capital cultural e econômico, que atingiram aos mais altos níveis da hierarquia escolar.

No caso europeu, por exemplo, 55% dos entrevistados tinham ao menos o bacharelado e cerca de 40% estudaram latim. Apenas 1%

eram agricultores e 9% não tinham nenhum diploma. Bourdieu explica que a fraca representação de agricultores estava também relacionada à distância espacial dos museus do meio rural e a influência desfavorável da atmosfera cultural deste meio. Além disso, as pessoas dotadas de maior capital social, escolar e cultural vivem geralmente nas grandes cidades, que também concentram o maior equipamento cultural (as pequenas cidades oferecem poucas ofertas culturais).

Com base nestas estatísticas, Bourdieu faz uma dramática constatação: uma pessoa do nível de ensino elementar teria 2,3% de chance de ir a um museu, o que quer dizer que será preciso esperar 46 anos para que a esperança matemática de vê-la entrar num museu se realizasse! Tirando as visitas efetuadas sob a chancela da escola, a maior parte dos indivíduos desta categoria jamais entraria num museu!

É interessante estender esta reflexão ao Brasil, país onde, no início do século XXI, de seus 5,506 municípios, 93% não tinham sequer uma sala de cinema, 85% não dispunham de museus ou teatros, 65% de livrarias nem lojas de CDs e 25% não dispunham de bibliotecas (BLOCH, 2001, p. 15). A média nacional de analfabetismo era de 20% – e o analfabetismo funcional (pessoas com menos de 4 anos de escolaridade) atingia 72% da população da zona rural nordestina e 24% daquela do sudeste. A taxa de analfabetismo no sudeste era de 8,6% enquanto no nordeste chegava a 29,4%. O analfabetismo funcional no sudeste era de 24,5% e no nordeste de 50%, chegando a 72% na zona rural (CARVALHO, 2001).

País no qual a prática da leitura é ainda incipiente e praticamente restrita à atividade escolar e, mesmo nas grandes cidades como o Rio de Janeiro, a miséria absoluta em condições similares àquelas do século XIX convive com a tecnologia mais sofisticada do século XXI.

Como formar públicos para museus brasileiros neste contexto? Quais são as possibilidades estatísticas de um morador da zona rural, à exemplo do agricultor francês, entrar num museu? E as classes menos privilegiadas, de baixa escolaridade, se sentem convidadas a entrar nos suntuosos prédios que abrigam nossos museus nacionais? E nossa Escola está formando realmente um público de museu?

Toda a arte pressupõe o treinamento de especialistas e de espectadores no uso de sua linguagem; a montagem de um museu implica no estabelecimento de regras, de percursos e discursos e de códigos de comportamento que, no fundo, são rituais de ingresso a esta instituição da modernidade.

“Eu quero ser livre, só em minha escolha e inspiração” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 89): é o “olhar puro”, adquirido no meio familiar e reforçado pela Escola, que garante ao seu possuidor a “chave” para apreciar a obra de arte, permitindo que circule livremente pelas salas do Museu, detendo-se longamente diante das peças expostas para melhor decifrá-las em ambiente silencioso e tranquilo. É uma “obrigação de classe” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 49) visitar museus ao viajar pois ao retornar será cobrado por seus pares.

“Este castelo (Palácio de Versailles, hoje Museu Nacional de Versailles) não foi feito para o povo e isto não mudou” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 85): sem a “chave” do código de acesso à obra de arte, o visitante das classes mais populares, despossuído da “necessidade cultural”, muitas vezes entrará no museu por mero acaso. A pesquisa de Bourdieu indicou que, em sua maioria, os visitantes das classes populares se sentiam pouco à vontade no museu, preferindo visitá-lo na companhia de amigos e familiares e não sentindo vergonha de confessar que necessitavam de material de apoio: guias, folhetos, catálogos e painéis explicativos. A ausência destes recursos didáticos “lhes reforça o sentimento de exclusão, pois proclamariam o direito de ignorar, o direito de estar ignorando, o direito dos ignorantes de estarem lá; contribuiriam para minimizar o sentimento de inacessibilidade à obra e a indignidade do espectador” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 85).

Desprovido do “código” para decifrar a obra de arte, Bourdieu constata que o visitante das classes populares demora a metade do tempo utilizado pelo visitante das classes altas diante da peça exposta e tende a avaliá-la por critérios que conhece: “tem valor por que deve ter dado muito trabalho para ser feita ou tem valor por que é antiga e foi preservada [...]” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 84).

Pesquisas recentes na França e no Brasil tendem a identificar o mesmo perfil de visitante já apontado por Bourdieu e Darbel na década de 1960.

É o caso daquela empreendida em museus franceses junto a 24 crianças sobre a influência do contexto familiar na construção de relações com os museus durante a infância (JONCHERY, 2010).

Ressaltamos que as circunstâncias dessa pesquisa já são diversas daquelas da época de Bourdieu, devido ao forte investimento cultural realizado pelo Estado francês a partir do final da década de 1970, que transformou a paisagem museal, sobretudo em Paris, e às políticas de democratização cultural, que incluíam a massificação das visitas escolares aos museus.

Os resultados da pesquisa não invalidam o esquema bourdieusiano de transmissão, embora a análise quantitativa das interações entre crianças, pais e escolas, a partir do ponto de vista da criança, faça emergir outros fatores determinantes dos gostos além daqueles registrados nas grandes pesquisas quantitativas, revelando aspectos que valem uma reflexão mais profunda: de um lado, por exemplo, criança filha de pais profissionais da área cultural e frequentadores assíduos de museus, que desenvolve profunda rejeição à prática de visitas a museus, e por outro, criança filha de imigrantes que desenvolve grande apreço pela visita a museus, estimulada pelos pais que veem nessa prática a possibilidade de melhor inserção na sociedade francesa.

Em essência, no entanto, verifica-se que alunos com maior capital escolar e familiar apresentam maior adesão às visitas aos museus, ou seja, apreciação positiva, interesse, memorização de conteúdo, expressão do gosto, argumentação, crítica. Nessas visitas, parentes e crianças se sentem confortáveis para visitar as exposições, cada qual respeitando seu ritmo e muitas vezes se encontrando ao final da mesma para trocar ideias e opiniões.

Dos alunos que se revelaram em situação de dificuldade, houve aderência (apreciação positiva, mas com pouca argumentação ou crítica); rejeição (aversão pelos museus e pela prática de visita) ou retração (indiferença, investimento limitado na visita, memorização fraca).

Adultos com menor capital cultural – tal como revelado nas pesquisas de Bourdieu – ainda se sentem constrangidos nos grandes museus, sentindo necessidade de mediação.

Já no Brasil, sucessivas pesquisas realizadas nas décadas de 1990 e 2000 entre os visitantes do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, apontam que a maioria dos entrevistados (visitação espontânea, não inclui grupos agendados) possui nível de escolaridade elevado, a exemplo da mais recente pesquisa, realizada no período de 31 de janeiro a 6 de fevereiro de 2013: 64% dos entrevistados tinham curso superior completo, 4% possuíam pós-graduação e 4% doutorado, além de 12% terem declarado que tinham curso superior incompleto (PINHO, 2014).

Pesquisa realizada pelo Datafolha (Hábitos..., 2013) sobre os hábitos culturais dos cariocas revela a alta correlação entre visitas a museus, bibliotecas, frequência a teatro, concertos de música clássica, espetáculos de dança e feiras de arte, tratando-se de hábitos comuns entre os entrevistados com nível superior de escolaridade e renda mensal superior a dez salários mínimos (moradores da zona sul e identificados pela pesquisa como classes A e B).

Por outro lado, as atividades culturais mais associadas ao segmento com renda familiar de até dois salários mínimos são o hábito de ouvir música e a frequência a festas populares típicas ou religiosas. Nas regiões norte e oeste da cidade existe maior realização de atividades tais como ir a *shoppings centers*, jogar videogames, ir a quadras de escola de samba ou ao sambódromo, ir a baladas e sair para beber.

Será mera coincidência que a visita aos *shopping centers* para lazer ou diversão tenha a preferência de 62% dos entrevistados? Bourdieu considerava que os grandes magazines eram a galeria ou o museu do povo, ao oferecerem objetos que fazem parte do seu mundo familiar, sem se sentir constrangido por regras de uma sociedade que se considera legitimada a julgar os gostos dos outros.

Se 34% dos 1.501 entrevistados costuma ir a museus e exposições de arte, e equivalem ao perfil de visitante das classes A e B), a pesquisa do Datafolha destaca que 66% dos entrevistados não frequentam museus pela simples falta de interesse (65%, taxa que entre os adolescentes

sobe para 76%). Com menor intensidade, os entrevistados apontaram também a distância dos equipamentos culturais de sua casa ou a dificuldade de acesso (14%), questões econômicas (9%) ou preferir ficar em casa (3%).

A influência dos pais na formação do gosto por atividades culturais aparece em primeiro lugar nas respostas dos entrevistados, seguido da influência dos amigos e de outros familiares. Indagados sobre a oferta cultural da escola onde realizaram a maior parte de seus estudos, a existência de um auditório para apresentações de caráter cultural foi a resposta mais comum, seguida de aulas de música, teatro e dança.

Levando-se em conta que 74% dos entrevistados se declararam formados pela escola pública, cerca de quatro em cada dez entrevistados afirmaram que a escola não tinha/tem nenhuma dessas atividades.

O relatório da pesquisa ressalta portanto que a família tem grande influência no gosto cultural do carioca, cabendo à escola um papel menos importante na percepção dos entrevistados. “O poder público poderia incentivar a ampliação dessa área de ensino, por exemplo, em atividades extracurriculares que se apropriem dos equipamentos culturais já disponíveis na cidade e através da inclusão de formação educativa nas atividades culturais e artísticas.” (Hábitos..., 2013)

Nesse sentido, ainda é pertinente a crítica de Bourdieu:

A Escola se dispensa de trabalhar metodicamente e sistematicamente todos os meios disponíveis, desde os primeiros anos, para dar a todos em situação escolar o contato direto com as obras ou um substitutivo aproximativo desta experiência; a instituição escolar abdica do poder de exercer a ação contínua e prolongada, metódica e uniforme, universal ou tendendo à universalidade, que é a única maneira capaz de se produzir em série – para o grande escândalo dos detentores do monopólio da distinção culta – indivíduos competentes, providos de esquemas de percepção, de pensamento e de expressão que são a condição de apropriação dos bens culturais, e dotados de disposição geral e permanente de se apropriar destes bens. (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 106)

Ampliar públicos requer, portanto, atuação incisiva da escola, para que desenvolva efetivamente em seus alunos a “necessidade cultural”, intimamente relacionada à melhoria do sistema de educação e ao aumento da escolaridade em todos os níveis.

No entanto, cabe aos museus estreitar a parceria e a cooperação com as redes de ensino formal, pública e privada, através de ações contundentes que estabeleçam um diálogo com o professor, oferecendo-lhe treinamento e material de apoio; compreendendo e conciliando a visita às exposições com o tempo disponível e o currículo em vigor; sugerindo e acompanhando atividades pós visita, entre as quais programas que incluem a volta do aluno acompanhado da família.

O museu deve ter entre suas metas ir ao encontro cada vez mais da rede de ensino informal – creches, cursos profissionalizantes, pré-vestibulares comunitários –, assim como de outros grupos que não têm o hábito de visitar museus, atendidos por ONGS, instituições, inclusive as religiosas, entre os quais encontram-se menores em situação de risco, idosos, portadores de necessidades especiais, apenados e egressos do sistema penitenciário, pessoas em processo de reinserção social etc. Conquistá-los requer ação, é preciso localizá-los, convidá-los e muitas vezes viabilizar transporte, lanche, material de apoio. É preciso, sobretudo, estar disponível para acolhê-los: uma pessoa que espera sorrindo no portão de entrada do museu o transforma imediatamente num espaço prazeroso e confortável.

Extrapolar seus limites físicos e chegar até aqueles que não podem vir ao museu também contribui para a formação de públicos: exposições itinerantes, práticas, fáceis de embalar, transportar e montar, atingem escolas, ONGs, hospitais, prisões e qualquer instituição que disponha de um mínimo espaço para recebê-los em todo o país.

Ampliar públicos significa se fazer conhecer, divulgar a instituição e seus projetos e oferecer serviços através dos canais de comunicação. Na pesquisa da Datafolha (HÁBITOS..., 2013), a principal fonte de informação sobre eventos culturais ainda é a televisão, citada por 60% dos entrevistados, seguida da Internet, mencionada por 28% do público.

A indicação de amigos e parentes leva 23% ao evento cultural enquanto que a indicação da escola ou do professor ainda é insipiente, motivando apenas 2% os entrevistados.

No entanto, ampliar quantitativamente os públicos correspondentes às classes privilegiadas pode ser tarefa menos complexa, como já alertava Bourdieu na década de 1960. Se a publicidade for dirigida apenas às classes de maior capital cultural, dificilmente atrairá as classes populares, aumentando sim a visitação, mas sempre do mesmo público.

Entre os desafios da comunicação está a conquista dos públicos jovens, sobretudo através das redes sociais, motivando-os a considerar o museu como um programa tão interessante como ir ao *shopping* ou jogar videogame!

Ampliar públicos significa rever com humildade o que está se oferecendo no museu.

As exposições, sobretudo as de longa duração, devem ser alvo de reflexão por parte do corpo técnico: estão estabelecendo elos com o visitante? Seus conteúdos estão acessíveis, a linguagem é compreensível?

Tomemos como exemplo um museu de história: em geral os tradicionais estão relacionados à trajetória de personagens da Nação e seus gloriosos feitos. Seus acervos têm origem nas classes mais privilegiadas da sociedade, reunindo relíquias dos heróis da Pátria, fardas militares, medalhas e condecorações, armaria, louças blasonadas, pinturas retratando imperadores, barões, almirantes e generais, entre outros itens.

Para que os atuais museus de história ampliem efetivamente seus públicos é preciso que todos os segmentos da sociedade se sintam representados em seus discursos e percursos, sendo necessário que revejam as políticas de aquisição de acervo e ampliem as coleções relacionadas ao cidadão comum: indumentária civil, inclusive uniformes de trabalho das diversas categorias profissionais; esporte e lazer, inclusive brinquedos, equipamentos de comunicação, eletrodomésticos e objetos de uso diário presentes nos lares brasileiros, entre outros itens.

É preciso ouvir o público, inclusive os professores, e apresentar a história de maneira cronológica, com textos sucintos e didáticos, mais reflexivos e menos calcados nos grandes feitos e vultos da Nação.

Incluir nas exposições objetos que façam parte da estética do cotidiano, como já preconizava Bourdieu, que prendem por mais tempo a atenção do visitante, respondendo aos interesses estéticos desenvolvidos através do gosto pela decoração de interiores ou satisfazendo as curiosidades sobre o cotidiano de outras épocas. Os brinquedos são um bom exemplo de objeto do cotidiano que estabelece uma empatia imediata com o visitante, sendo um elo de ligação entre gerações: é comum ver pais e filhos, avós e netos estabelecendo diálogo diante de vitrines com brinquedos.

Proporcionar a interação dos públicos com a exposição, através da inclusão de recursos tecnológicos e ações educativas e introduzir elementos auxiliares à compreensão geral do percurso: melhor sinalização dos espaços, distribuição de folhetos explicativos, oferecimento de visitas guiadas e de audioguias.

Quanto às exposições temporárias, é preciso reconhecer que alguns temas têm maior impacto sobre o público que outros; uma exposição de mapas da Finlândia não terá a mesma atração de uma exposição de fotos do Rio de Janeiro.

O museu de história não deve ter medo de abrir seus espaços às exposições de caráter temporário de outras instituições, voltadas às artes plásticas, à história natural e às ciências, possibilitando que outros públicos cheguem até ele atraídos por essas exposições e terminem visitando também as de longa duração.

No presente capítulo propusemos uma reflexão sobre as possibilidades de formação de públicos para museus, a partir da obra de Bourdieu. A maneira de conquistá-los ainda é efetivamente pergunta sem respostas definitivas. Como formar públicos conscientes, assíduos e em condições de apreender as informações oferecidas pelos museus para que estas lhes sejam realmente úteis, belas, significativas e transformadoras? Continua sendo um desafio...

REFERÊNCIAS

BLOCH, Arnaldo Retrato dos Municípios Brasileiros: poucos cinemas, teatros, museus e livrarias, os males do Brasil são. *O Globo*, O País, Rio de Janeiro, 18 abr. 2001. p. 15.

BOURDIEU, P; DARBEL, A. *L'Amour de l'Art: les musées d'art européens et leur public*. Paris: Les Editions de Minuit, 1969.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1998. p. 99

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique social du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979. Introduction III

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: Um longo caminho* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GUEDES, A. C. *Brinquedos: Fonte de Informação Museológica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Hábitos Culturais dos Cariocas – População residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais. Relatório de Pesquisa. *Datafolha*, Rio de Janeiro, out. 2013.

JONCHERY, A. “Enfants et Musées: l’influence du context familial dans la construction des rapports aux musées pendant l’ enfance”. In: OCTOBRE, S. (Dir.) *Enfance et culture, Transmission, appropriation et représentation*. Paris: la Documentation française, 2010. p. 59-81. Collection Questions de culture.

Pierre Bourdieu e os estudos da informação

Os textos reunidos nesse volume estabelecem, como o próprio título sugere, conexões entre os conceitos presentes na obra de Pierre Bourdieu e a construção social da cultura, do conhecimento e da informação. Tarefa ambiciosa e abrangente, da qual, entretanto, os autores dão conta com pertinência e criatividade. Lançando mão de um diálogo interdisciplinar, pesquisadores de diversas formações, instituições e vertentes estabelecem um trânsito de ideias, bem como a sistematização dos produtos e resultados de pesquisas, que sinalizam possibilidades de leituras e apropriações do pensamento de Bourdieu pela Ciência da Informação.

Contribuição extremamente importante, sem dúvida, já que Bourdieu destaca-se, entre outras coisas, pelo rigor da investigação empírica acerca de diferentes domínios das práticas sociais, acompanhado de uma reflexão epistemológica igualmente crítica no que tange aos objetos de estudo. Assim, a adoção da “objetivação participante”, entendida como procedimento de reflexividade dos instrumentos de pesquisa e do próprio pesquisador, implica numa reviravolta copernicana no entendimento das relações entre o conhecedor e o conhecimento, quebrando as ilusões de um objetivismo fundado no positivismo, bem como no subjetivismo pseudopsicologizante. Como os organizadores destacam em sua introdução, “a objetivação participante tem como finalidade explorar, não a ‘experiência vivida’ do sujeito conhecedor, mas as condições sociais de possibilidade dessa experiência e ainda do ato de objetivação”.

Este rigor em relação à pesquisa e à reflexão se torna ainda mais fundamental na atual conjuntura histórica em que nos situamos. Um

momento em que os laços sociais e os produtos culturais estão imersos em fluxos globalizados de comunicação e informação, reconfigurando novas possibilidades e formas de leitura, aprendizagem e interação. As novas mídias, redes e plataformas digitais estão redefinindo as formas de produção, acesso e apropriação do conhecimento, e, portanto, modificando as formas pelas quais os capitais sociais, culturais e informacionais são construídos pelos sujeitos – individuais e coletivos. Neste sentido, uma abordagem socioantropológica do conhecimento revela-se estratégica para a compreensão dos fenômenos que a Ciência da Informação busca compreender, tornando prioritário refletir acerca do pensamento de um autor que sempre esteve com o olhar atento para os processos de dominação simbólica e de diferenciação social.

Trata-se de um pensamento polêmico, comprometido, que não deixa ninguém indiferente, que não é consensual, que situa as relações de dominação no coração do mundo social – o que permite a um autor como o sociólogo francês Philippe Corcuff propor, inclusive, “pensar com Bourdieu contra Bourdieu”, de modo a ir além de seu pensamento, postulando um esforço teórico-metodológico autorreflexivo que seria aprovado pelo mestre. Deste modo, o diálogo de alto nível entre estudiosos do campo informacional e dos demais campos disciplinares presentes neste volume atesta a pujança e a atualidade do pensamento de Bourdieu para refletir sobre diversos aspectos que compõem nossa sociedade perpassada pelos fluxos de informação e comunicação. Conceitos consagrados como os de “*habitus*”, “campo”, “capital simbólico” e “distinção” são empregados em discussões que refletem tanto sobre os paradigmas e concepções dos estudos informacionais, como também sobre fenômenos relacionados, como as redes sociotécnicas, a educação, as formas de organização da ciência, as políticas estatais, os públicos das instituições culturais, entre outras. Uma obra que, sem dúvida, estimulará e contribuirá para os diálogos interdisciplinares no âmbito da Ciência da Informação no Brasil.

Marco Antônio de Almeida

Curso de Ciências da Informação e Documentação, FFCLRP/USP
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ECA/USP

Os autores

ADELIA MARIA MIGLIEVICH RIBEIRO é doutora em Ciências Humanas-Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS) e Letras (PPGL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisadora do CNPq e da Fapes.

ANA ROSA PAIS RIBEIRO é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tecnologista sênior em Informação Geográfica e Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ANGELA CARDOSO GUEDES é doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessora de comunicação do Museu Histórico Nacional (MHN).

ARTHUR COELHO BEZERRA é doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador do IBICT/MCTI, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ.

CARLOS OTÁVIO FIÚZA MOREIRA é doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

DENISE MORADO NASCIMENTO é doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora da Escola de Arquitetura (EA/UFMG) e pesquisadora do CNPq.

GUSTAVO DA SILVA SALDANHA é doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador do IBICT/MCTI, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pesquisador do CNPq.

LEONARDO COSTA DE CASTRO é doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e analista de Gestão em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

LIDIANE DOS SANTOS CARVALHO é doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora em Saúde Pública do Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e professora da Escola de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

MARCO ANDRÉ FELDMAN SCHNEIDER é doutor em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do IBICT/MCTI, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF).

MARIA NÉLIDA GONZALEZ DE GOMEZ é doutora em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora visitante nacional senior (CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ), pesquisadora do CNPq.

MARIANNA ZATTAR é doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

MARIZE BASTOS DA CUNHA é doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

NELSON DE CASTRO SENRA é doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), professor do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

REGINA MARIA MARTELETO é doutora em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora visitante do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora do CNPq.

RICARDO MEDEIROS PIMENTA é doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pesquisador do IBICT/MCTI, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pesquisador do CNPq.

RODRIGO DE SANTIS é doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assessor da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA é doutora em Ciência da Informação pela Polytechnic of North London, pesquisadora do IBICT/MCTI, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SARITA ALBAGLI é doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do IBICT/MCTI, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do CNPq e da FAPERJ.

TAMARA TANIA COHEN EGLER é doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade de São Paulo (USP), professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do CNPq e da FAPERJ.

VANESSA DE ARRUDA JORGE é doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tecnologista em Saúde Pública do Instituto Nacional de Controle da Qualidade (INCCQS), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES é doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista de Doutorado do CNPq.

